

Antonio Eusébio de Sousa

A DEFESA DA VIDA PELA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

Resistência do campesinato à exploração
mineral capitalista no semiárido piauiense



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

ANTONIO EUSÉBIO DE SOUSA

**A DEFESA DA VIDA PELA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO: RESISTÊNCIA DO
CAMPEPINATO À EXPLORAÇÃO MINERAL CAPITALISTA NO SEMIÁRIDO
PIAUIENSE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP), como parte dos requisitos obrigatórios para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

PRESIDENTE PRUDENTE, SP

MARÇO DE 2023



S725d Sousa, Antonio Eusébio de

A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do camponato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense / Antonio Eusébio de Sousa. -- Presidente Prudente, 2023

369 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Marcelo Dorneles Carvalhal

1. 1. Conflito territorial. 2. Resistência camponesa. 3. Projeto mineral. 4. Semiárido.. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A DEFESA DA VIDA PELA APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO: RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO À EXPLORAÇÃO MINERAL CAPITALISTA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE.

AUTOR: ANTONIO EUSÉBIO DE SOUSA

ORIENTADOR: MARCELO DORNELIS CARVALHAL

COORIENTADOR: CARLOS ALBERTO FELICIANO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL (Participação Presencial)
Coordenadoria de Curso de Geografia / Unesp/FCTE - Câmpus de Ourinhos

Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. SONIA MARIA RIBEIRO SOUZA (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Universidade Federal do Piauí

Profa. Dra. MARIA TEREZA DE ALENCAR (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dr. FERNANDO MENDONÇA HECK (Participação Presencial)
Câmpus Avançado de Tupã / Instituto Federal de São Paulo - IFSP - Tupã/SP

Presidente Prudente, 27 de março de 2023

Dedico este trabalho à CPT-PI, que inspirou a realização desta pesquisa, e a todos os camponeses e todas as camponesas que, em meio aos momentos difíceis no semiárido, tiveram a coragem de lutar. Muitos já partiram desta vida, mas ainda permanecem na memória, especialmente a Júlia da comunidade Riacho.





AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos é tão difícil quanto prazeroso. É difícil por se tratar de tantas pessoas envolvidas em cada etapa da pesquisa e, às vezes, não poder citar o nome de todas. Ainda assim, é prazeroso por entender que se torna maravilhoso reconhecer como muitas pessoas foram fundamentais nessa trajetória acadêmica. No entanto, aquelas e aqueles que não forem citados, sintam-se agradecidos e agradecidas.

Inicialmente, agradeço a Deus, pelo dom da vida e por me conceder coragem para lutar em diferentes situações.

Agradeço ainda a minha família por constituir minha base existencial, especialmente minha mãe Maria Teresa, meu pai Eusébio (*in memoriam*), os irmãos biológicos João de Deus, Teresinha e Manoel Neto, as irmãs de consideração Francinete e Helenilsa, bem como minha sobrinha Joselane.

À Thayslane, além de família, pelo apoio quanto aos trabalhos técnicos e acadêmicos.

À Secretaria Municipal de Educação de Picos, PI, que entendeu a importância da formação de seu quadro de professores e concedeu licença para estudo, permitindo financeiramente a realização deste curso. Agradeço em nome dos professores Noêmia Marques, João de Deus, Rosely, Rosilene e Edivânia.

Agradecer à agência de fomento que me proporcionou a realização desse trabalho, por meio de recursos financeiros para estudo, atividades de campo e eventos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente, na pessoa do vice-diretor Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, que proporcionou abertura da faculdade aos diferentes segmentos da sociedade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo empenho e dedicação à pesquisa nos diferentes campos do conhecimento geográfico.

À professora Deuzuita Maria de Jesus, diretora da Escola Estadual Pedro Evangelista Caminha, que soube valorizar seus profissionais procurando as melhores alternativas de conciliação entre as funções laborais e a realização desta tese.



Ao orientador Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal, que acolheu esta pesquisa logo após a aprovação no processo seletivo de doutorado, buscando as melhores formas de apoio para a realização do projeto.

Ao coorientador Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (Cacá), por ter incentivado minha participação no processo seletivo e acompanhado o desenvolvimento da pesquisa.

Ao grupo de estudo Centro de Estudo em Geografia do Trabalho (CEGET), pelo apoio, companheirismo e incentivo à pesquisa.

Aos amigos de pós-graduação que me acolheram em Presidente Prudente. Cada uma e cada um com histórias próprias.

Agradeço à Ana Lúcia Teixeira Tabuti, a Rafael Flores, Bibiana Resende e a Guilherme Mansano, pelo acolhimento em suas respectivas residências, durante a seleção do doutorado,

Aos amigos Ângela Machado e Gustavo Henrique, pelos bons momentos e por me terem apoiado durante os momentos mais difíceis nesta trajetória de quatro anos, sobretudo durante o período de restrições causadas pela Pandemia da Covid-19. Estes amigos me acolheram quando estive sozinho e distante da terra natal.

Ao amigo José Carlos Dantas (Zé), pelos bons momentos e pelas orientações acadêmicas em cada etapa deste processo.

Ao amigo Carlos Eduardo (Cadu), pelas grandes experiências acadêmicas construídas e pelo convívio pessoal ao longo do curso, mesmo durante o período de pandemia.

Aos amigos cearenses que, durante as duas fases da pós-graduação em São Paulo, fizeram-me sentir em casa. Vocês foram amigos e irmãos. Meus agradecimentos à Yara Fraga (amiga do mestrado) e a Jefferson Fernandes (amigo do doutorado).

Aos demais amigos construídos em Presidente Prudente durante encontros e conversas em salas e corredores da pós-graduação, nos cafés, nos bares, no CEGET e no RU. Agradeço a todos e todas em nome de Nayara Rodrigues (NANNY) e Lidiana Pinho (LIDY).

Aos companheiros de luta nos diferentes espaços na cidade de Presidente Prudente, a Consulta Popular que organizou o Curso Realidade Brasileira (CRB), e as demais entidades que compuseram o curso, à equipe da cesta agroecológica Raízes do Pontal e aos companheiros do MST, do SINTRAPP e do Galpão da Lua.

Ao amigo Fernando (Pinóquio), pela convivência e, sobretudo, pelo acolhimento em sua residência no processo final do doutorado.

À CPT, pelo apoio no incentivo à luta e busca por conhecimentos dando apoio à realização dos trabalhos de campo. Agradeço gentilmente aos colaboradores Gregório, Teresinha, Ricardo e Mercês.



À Diocese de Picos, em nome de Dom Plínio (Bispo diocesano) e Luiza (Secretária da Cúria Diocesana), pela concessão de arquivos e materiais, permitindo conhecer e visibilizar as ações sociais da diocese.

A Sebastião Batista, coordenador da CPT, amigo que enfrentou comigo muitos quilômetros de moto durante a realização dos trabalhos de campo nas comunidades dos municípios de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões.

Ao amigo Olímpio, pela coragem de enfrentar comigo as viagens de moto durante dias de sol e chuva para a realização dos trabalhos de campo no município de Queimada Nova do Piauí.

Expresso às famílias camponesas das comunidades de realização desta pesquisa meus sinceros agradecimentos pelo acolhimento em suas residências e nos espaços de luta e celebração, pelo apoio e convívio, pela troca de experiências e pelas informações fornecidas.

Às professoras e amigas que, antes do ingresso na pós-graduação, incentivaram a busca pela pesquisa em Geografia. Agradeço à Prof.^a Graça Ferreira, primeira grande incentivadora, Elenilva Pinheiro, inseparável colega de graduação, Teresa Alencar e Liege Moura, professoras da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

À amiga Iracema Hildete, exemplo de incentivo à pesquisa e busca pelo conhecimento.

À Secretaria Municipal de Educação de Itainópolis, em nome da Prof.^a Socorro Ribeiro e Prof.^a Hildesandria, pelo apoio à realização desta pesquisa.

Aos professores Josivan Nascimento e José Keli, pelas contribuições e orientações na redação final desta tese.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que facilitaram e favoreceram a realização deste estudo.



Cuidar da terra e toda criatura, preservar a natureza para termos vida futura. Salvar a terra, salvar a água, salvar o planeta, salvar a vida.

Hino da Romaria da Terra (2011)
Gregório Borges





RESUMO

A defesa da vida pela apropriação do território tem se constituído através de diversas formas de luta e resistência das comunidades camponesas ao longo da história da humanidade. Isso ocorre, principalmente na contemporaneidade, quando os territórios são disputados por propostas de uso diferentes daquelas já desenvolvidas pelos sujeitos que cultivam e habitam nesses locais. As comunidades camponesas que possuem uma relação histórico-cultural com o território no semiárido piauiense tornam-se, na conjuntura atual, alvo do avanço de interesses privados que se embasam em princípios de interesse público que propõem a chegada de grandes projetos do capital em nome de um suposto desenvolvimento. Diante disso, esta tese tem como objeto de estudo a resistência territorial camponesa como elemento central para a defesa do modo de vida e do território, considerado componente intrínseco para a manutenção da vida e preservação dos costumes dos habitantes nativos. Entretanto, as comunidades estão enfrentando desafios em seus territórios devido à expansão mineradora na região. Para compreender esse contexto de conflito e resistência camponesa, esta pesquisa se fundamenta na análise de documentos públicos, na realização de entrevistas orais com participantes de pesquisas, no registro da realidade observada nas comunidades atingidas e em estudos bibliográficos sobre as questões aqui examinadas. Os principais órgãos que disponibilizaram documentos para este estudo são a Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI), Cáritas Regional Piauí e Diocese de Picos. Com base nisso, organizamos esta tese em quatro capítulos. O Capítulo 1 apresenta a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais. O Capítulo 2 aborda a questão da aliança entre capital e Estado e os conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense. Em seguida, o Capítulo 3 apresenta os projetos de mineração como modelo de produção territorial do espaço no semiárido piauiense em uma relação entre capital e Estado. Por fim, o Capítulo 4 retrata a resistência do campesinato como garantia de direito à vida. As discussões desenvolvidas em cada capítulo abordam as regiões do semiárido do sudeste piauiense, onde diversas comunidades enfrentam conflitos causados pelo processo de pesquisa mineral de várias empresas e sofrem as consequências do projeto de mineração Planalto Piauí. O estudo considera ainda as ações recentes de resistência camponesa e a sistematização de experiências de projetos de convivência com o semiárido, o que fortalece as bases desta tese. Os resultados da pesquisa revelam que o semiárido piauiense tem passado por um longo processo de exclusão social. Para defender a vida, os costumes e a garantia de permanência nos territórios, as comunidades camponesas têm resistido às propostas de desenvolvimento apresentadas pelo governo e executadas pela iniciativa privada, principalmente centradas em projetos de extração mineral. Assim, a luta e a resistência das comunidades apontam que as tecnologias e os projetos voltados para aprimorar a convivência do camponês com o semiárido são as melhores opções de desenvolvimento para as comunidades locais.

Palavras-chave: conflito territorial; resistência camponesa; projeto mineral; semiárido.





ABSTRACT

The defense of life by appropriating of the territory has been constituted through various forms of struggle and resistance of the peasant communities throughout human history. This occurs, mainly in contemporary times, when territories are disputed for proposals of use different from those already developed by the subjects who cultivate and inhabit these places. Peasant communities that have a historical and cultural relationship with the territory in the semiarid region of Piauí become, in the current situation, the target of the advance of private interests that are based on principles of public interest that propose the arrival of large capital projects in the name of an alleged development. Therefore, this thesis has as object of study the peasant territorial resistance as a central element for the defense of the way of life and the territory, considered an intrinsic component for the maintenance of life and preservation of the customs of the native inhabitants. However, communities are facing challenges in their territories due to mining expansion in the region. In order to understand this context of conflict and peasant resistance, this research is based on the analysis of public documents, on conducting oral interviews with research participants, on recording the reality observed in the affected communities and on bibliographical studies on the issues examined here. The main bodies that provided documents for this study are the Pastoral Land Commission (CPT-PI), Cáritas Regional Piauí and Diocese of Picos. Based on this, we have organized this thesis into four chapters. Chapter 1 presents the agrarian issue in Brazil and social and territorial conflicts. Chapter 2 explores the question of the alliance between capital and the State and social and territorial conflicts in the semiarid region of Piauí. Then, Chapter 3 presents mining projects as a model of territorial production of space in the semiarid region of Piauí in a relationship between capital and the State. Finally, Chapter 4 portrays the resistance of the peasantry as a guarantee of the right to life. The discussions developed in each chapter address the semiarid regions of southeastern Piauí, where several communities face conflicts caused by the mineral research process of several companies and suffer the consequences of the Planalto Piauí mining project. The study also considers the recent actions of peasant resistance and the systematization of experiences of coexistence projects with the semiarid region, which strengthens the foundations of this thesis. The research results reveal that the semi-arid region of Piauí has been going through a long process of social exclusion. To defend life, customs and the guarantee of permanence in the territories, peasant communities have resisted to the development proposals presented by the government and carried out by the private sector, mainly centered on mineral extraction projects. Thus, the struggle and resistance of the communities indicate that technologies and projects aimed at improving the coexistence of peasants with the semiarid region are the best development options for local communities.

Keywords: territorial conflict; peasant resistance; mineral project; semiarid.





RESUMEN

La defensa de la vida por la apropiación del territorio se ha constituido a través de diversas formas de lucha y resistencia de las comunidades campesinas a lo largo de la historia de la humanidad. Esto ocurre, principalmente en la contemporaneidad, cuando se disputan territorios por propuestas de uso diferentes a las ya desarrolladas por los sujetos que cultivan y habitan estos lugares. Las comunidades campesinas que tienen una relación histórico-cultural con el territorio en la región semiárida de Piauí se convierten, en la situación actual, en objetivo del avance de intereses privados que se basan en principios de interés público que proponen la llegada de grandes proyectos capitales en nombre de un supuesto desarrollo. Por tanto, esta tesis tiene como objeto de estudio la resistencia territorial campesina como elemento central para la defensa de la forma de vida y del territorio, considerado un componente intrínseco para el mantenimiento de la vida y preservación de las costumbres de los habitantes originarios. Sin embargo, las comunidades enfrentan desafíos en sus territorios debido a la expansión minera en la región. Para comprender este contexto de conflicto y resistencia campesina, esta investigación se basa en el análisis de documentos públicos, en la realización de entrevistas orales a los participantes de la investigación, en el registro de la realidad observada en las comunidades afectadas y en estudios bibliográficos sobre los temas aquí examinados. Los principales organismos que aportaron documentos para este estudio son la Comisión de Pastoral de la Tierra (CPT-PI), Cáritas Regional Piauí y Diócesis de Picos. En base a esto, hemos organizado esta tesis en cuatro capítulos. El Capítulo 1 presenta la cuestión agraria en Brasil y los conflictos socioterritoriales. El Capítulo 2 trata la cuestión de la alianza entre el capital y el Estado y los conflictos socioterritoriales en la región semiárida de Piauí. En seguida, el Capítulo 3 presenta los proyectos mineros como modelo de producción territorial del espacio en la región semiárida de Piauí en una relación entre el capital y el Estado. Finalmente, el Capítulo 4 retrata la resistencia del campesinado como garantía del derecho a la vida. Las discusiones desarrolladas en cada capítulo abordan las regiones semiáridas del sureste de Piauí, donde varias comunidades enfrentan conflictos provocados por el proceso de investigación minera de varias empresas y sufren las consecuencias del proyecto minero Planalto Piauí. El estudio considera también las acciones recientes de resistencia campesina y la sistematización de experiencias de proyectos de convivencia con el semiárido, lo que fortalece los cimientos de esta tesis. Los resultados de la investigación revelan que la región semiárida de Piauí viene pasando por un largo proceso de exclusión social. Para defender la vida, las costumbres y la garantía de permanencia en los territorios, las comunidades campesinas han resistido las propuestas de desarrollo presentadas por el gobierno y ejecutadas por el sector privado, centradas principalmente en proyectos de extracción de minerales. Así, la lucha y resistencia de las comunidades indican que las tecnologías y proyectos dirigidos a mejorar la convivencia de los campesinos con el semiárido son las mejores opciones de desarrollo para las comunidades locales.

Palabras clave: conflicto territorial; resistencia campesina; proyecto minero; Semi árido.





LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural [a antiga Ação Católica Rural]
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ADH	Atlas do Desenvolvimento Humano
AMB	Anuário Mineral Brasileiro
ANA	Agência Nacional de Águas
ANM	Agência Nacional de Mineração
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASA Brasil	Articulação no Semiárido Brasileiro
BEMISA	Brasil Exploração Mineral S.A.
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CECOQ	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CF	Campanha da Fraternidade
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CFN	Companhia Ferroviária do Nordeste S.A.
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMDEPI	Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRQs	Comunidades Remanescentes de Quilombo
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral



DRCUT	Departamento Rural da Central Unica dos Trabalhadores
ECSA	Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FCP	Fundação Cultural Palmares
FETAG-PI	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
Fundação CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IFPI	Instituto Federal do Piauí
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
LI	Licença de Instalação
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MEB	Movimento de Educação de Base
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MIN	Ministério da Integração Nacional
MJC	Movimento da Juventude Católica
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores



MPPI	Ministério Público do Estado do Piauí
MSC	Movimentos Sociais do Campo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Ministério dos Transportes
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAVS	Programas de Assistência às Vítimas da Seca
PFF	<i>Pellet Feed Fines</i>
PGC	Projeto Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PISF	Projeto de Integração da Transposição do Rio São Francisco
PJ	Pastoral da Juventude
PMB	Produção Mineral Brasileira
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragens
PNUD Brasil	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCSA	Programa Permanente de Convivência com o Semiárido
PPP	Projeto Planalto Piauí
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDP	Pastorais Sociais da Diocese de Picos, PI
PVSA	Programa Viva o Semiárido
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SEMAR-PI	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SIGMINE	Sistema de Informações Geográficas da Mineração
SMTM	Secretaria de Geologia, Mineralogia e Transformação Mineral
STF	Supremo Tribunal Federal
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TLSA	Transnordestina Logística S.A.
UBS	Unidade Básica de Saúde
UDR	União Democrática Ruralista



UF	Unidade da Federação ou Unidade Federativa
UNESP	Universidade Estadual Paulista





LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Paisagem natural da comunidade Manga Velha	32
Figura 2 — Cisterna destruída pelo trecho da Ferrovia Transnordestina	111
Figura 3 — Jazidas de ferro encontradas na superfície da comunidade Manga Velha	151
Figura 4 — Moradia e cisternas demolidas pela Ferrovia Transnordestina	155
Figura 5 — Açude da comunidade Serra Vermelha (Paulistana, Piauí).....	155
Figura 6 — Trecho 1 da Ferrovia Transnordestina em Caldeirãozinho (Paulistana, PI)	179
Figura 7 — Trecho 2 da Ferrovia Transnordestina em Caldeirãozinho (Paulistana, PI)	179
Figura 8 — Trecho 3 da Ferrovia Transnordestina em Juá (Curral Novo do Piauí, PI)	180
Figura 9 — Morro da Cruz na comunidade Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI)	181
Figura 10 — Ponto de sondagem na comunidade Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI).....	182
Figura 11 — Capelinha na comunidade Palestina (Curral Novo do Piauí, PI)	183
Figura 12 — Cemitério dos caboclos na comunidade Palestina (Curral Novo do Piauí, PI).....	185
Figura 13 — Cemitério tradicional na comunidade Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI)	186
Figura 14 — Placa com sinalização dos locais de extração mineral em Curral Novo do Piauí, PI.....	198
Figura 15 — Tamarindeira na Comunidade Quilombola Tapuio	229
Figura 16 — Barreiro na Comunidade Quilombola Tapuio	229
Figura 17 — Abastecimento de água na Comunidade Quilombola Tapuio	233



Figura 18 — Casa da Associação na Comunidade Quilombola Tapuio	234
Figura 19 — O umbuzeiro como espaço de reunião da comunidade.....	236
Figura 20 — Entrada da Comunidade Quilombola Sumidouro	237
Figura 21 — Extração de pedras na Comunidade Quilombola Sumidouro.....	239
Figura 22 — Extração de pedras na Comunidade Quilombola Sumidouro.....	239
Figura 23 — Potencial mineral na Comunidade Quilombola Sumidouro	240
Figura 24 — Potencial natural na Comunidade Quilombola Sumidouro	240





LISTA DE MAPAS

Mapa 1 — Localização das comunidades camponesas pesquisadas	33
Mapa 2 — Ferrovia Transnordestina com destaque para o trecho piauiense	99
Mapa 3 — Ferrovia Transnordestina: trecho no município de Paulistana, PI	101
Mapa 4 — Províncias minerais do Piauí	133
Mapa 5 — Semiárido piauiense: IDHM dos municípios mineradores	138
Mapa 6 — Potencial mineral do Piauí	143
Mapa 7 — Projeto Planalto Piauí	152
Mapa 8 — Comunidades atingidas (in)diretamente pela extração de minérios	195
Mapa 9 — Comunidades atingidas (in)diretamente pela extração de minérios em Curral Novo do Piauí, PI.....	196





LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Perfil dos participantes de pesquisa entrevistados	37
Quadro 2 — As grandes minas do semiárido em 2009 entre as 100 maiores empresas.....	106
Quadro 3 — Projetos para pesquisa mineral no Piauí entre 2016 e 2020.....	144
Quadro 4 — Principais ações desenvolvidas entre 2008 e 2018.....	170
Quadro 5 — Projetos com concessão de lavra até 2020	171
Quadro 6 — Comunidades com locais de interesse do capital pela extração de minérios	197
Quadro 7 — Comunidades localizadas próximas aos locais de extração de minérios	198
Quadro 8 — Comunidades localizadas em regiões de acesso aos locais de mineração.....	201
Quadro 9 — Comunidades distantes dos locais de mineração atingidas indiretamente	202
Quadro 10 — Estratégias e tecnologias de convivência com o semiárido piauiense.....	277



SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	22
Do percurso percorrido à operacionalização da pesquisa	28
CAPÍTULO 1: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS	41
1.1 Do território da vida ao território da morte: avanço do capital	42
1.2 Reforma agrária e propriedades de terra no Brasil	48
1.3 Os conflitos no campo brasileiro e as formas de luta e resistência	62
1.4 Luta e resistência camponesa no Nordeste	70
CAPÍTULO 2: ALIANÇA CAPITAL E ESTADO NA CONSTRUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE	84
2.1 Grandes obras no semiárido brasileiro e os conflitos socioterritoriais: transposição do Rio São Francisco, Ferrovia Transnordestina e extração de minério	85
2.2 Centralização de interesses entre capital e Estado em defesa de um suposto desenvolvimento	112
2.3 Estado, capital e conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense	117
CAPÍTULO 3: OS PROJETOS DE MINERAÇÃO COMO MODELO DE PRODUÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE.....	128
3.1 Mapeamento do potencial mineral do Piauí e os investimentos para possível exploração.....	129
3.2 O Projeto Planalto Piauí e a empresa Bemisa na exploração da maior jazida de ferro do estado.....	150
3.3 Possíveis configurações territoriais do semiárido piauiense com a implantação dos projetos de mineração.....	172
CAPÍTULO 4: RESISTÊNCIA TERRITORIAL DO CAMPESINATO COMO GARANTIA DE DIREITO À VIDA	205

4.1 Contexto histórico dos conflitos territoriais e das lutas de resistência nas comunidades camponesas do Piauí.....	206
4.2 Resistência territorial de comunidades quilombolas no semiárido do sudeste piauiense	226
4.2.1 Comunidade Quilombola Tapuio: história de luta e resistência nos anos 1990.....	227
4.2.2 Comunidade Quilombola Sumidouro: luta e resistência nos anos 1990 e 2000.....	235
4.2.3 Comunidade Quilombola Caititu: exemplo de conquista de direitos socioterritoriais através de luta e resistência ao projeto de mineração	241
4.3 Interferência do capital mineral nas comunidades camponesas de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões	245
4.4 Garantia de preservação do território e reprodução da vida a partir da resistência camponesa e da lógica de convivência com o semiárido.....	256
4.4.1 Formas de luta e resistência camponesa em defesa da vida, dos direitos e do território	256
4.4.2 Reprodução da vida nas comunidades camponesas a partir da lógica de convivência com o semiárido	271
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	284
REFERÊNCIAS	291
APÊNDICE A — ENTREVISTA 001.....	308
APÊNDICE B — ENTREVISTA 002.....	312
APÊNDICE C — ENTREVISTA 003.....	316
APÊNDICE D — ENTREVISTA 004.....	319
APÊNDICE E — ENTREVISTA 005.....	322
APÊNDICE F — ENTREVISTA 006	325
APÊNDICE G — ENTREVISTA 007	329
APÊNDICE H — ENTREVISTA 008	332
APÊNDICE I — ENTREVISTA 009	334
APÊNDICE J — ENTREVISTA 010.....	336
APÊNDICE K — ENTREVISTA 011	339

APÊNDICE L — ENTREVISTA 012.....	341
APÊNDICE M — ENTREVISTA 013.....	344
APÊNDICE N — ENTREVISTA 014.....	346
APÊNDICE O — ENTREVISTA 015	348
APÊNDICE P — ENTREVISTA 016	350
APÊNDICE Q — ENTREVISTA 017	352
APÊNDICE R — ENTREVISTA 018.....	354
APÊNDICE S — ENTREVISTA 019	356
ANEXO A — ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	359
ANEXO B — NOTA DE REPÚDIO AOS GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO.....	364



CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Esta imagem retrata a caminhada em defesa da vida, com missão realizada entre as comunidades São José e Baixio dos Belos, em Curral Novo do Piauí. A caminhada protesta contra a apropriação de terra por uma empresa mineradora. Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (2016).

Entender a luta e a resistência do campesinato atualmente a partir dos territórios que compõem as comunidades camponesas e quilombolas no semiárido do sudeste piauiense atingidas por pesquisas para instalação e desenvolvimento de projetos de mineração constitui-se como um elemento de pesquisa primordial na conjuntura contemporânea. Nesse processo, a relação entre o capital privado e o Estado se apropria dos territórios de vida. É a partir desse cenário que este estudo se desenvolve.

Thompson (1998) acentua que se torna cada vez mais evidente o enfrentamento entre economia de mercado e economia moral, baseadas nos costumes. Por um lado, a economia neoliberal baseia-se no lucro. Por outro, a defesa dos territórios de vida fundamenta-se na *cultura popular tradicional* e no complexo conjunto de costumes, hábitos, práticas, saberes e usos que constituem o modo de vida em que vivem os sujeitos.



Em meio à realidade do campo, torna-se necessário, portanto, buscar elementos no passado para entender como os espaços de lutas foram construídos ao longo do tempo. Recentemente, muitos trabalhos acadêmicos como artigos, livros, revistas e outros têm oferecido contribuições valiosas em relação à resistência camponesa ao longo da história no âmbito local e nacional. Contudo, no tocante ao semiárido piauiense, são raras as publicações encontradas, salvo os registros não publicados e a memória coletiva dos camponeses transmitida oralmente.

Assim, este trabalho tem como objeto de estudo a resistência territorial do campesinato como elemento central na defesa da vida pela apropriação do território frente aos projetos de mineração. Nesse contexto, esta pesquisa busca mostrar as contradições do Estado através do modelo de desenvolvimento proposto em uma relação com o capital privado, gerando conflitos e, por consequência, violência no campo. Ariovaldo Oliveira (1994, p. 15) pontua que “os conflitos sociais no campo brasileiro não são exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”. Considerando-se essa perspectiva de A. Oliveira, torna-se evidente que mesmo tendo uma longa história de existência, estes conflitos têm se fortalecido e aumentado nos últimos anos devido à expansão intervencionista do capital no campo. Conforme observa Kautsky (1986), as tensões no campo promovem, entre outras consequências, a concentração da riqueza.

Conflito e violência são conceitos distintos. Como destacam Bernardo Fernandes e Girardi (2009), o conflito é uma reação à tentativa de contraste do modo capitalista de produção e nasce com a criação do espaço de resistência para a transformação da realidade que não está sob o controle do capital. Já o uso da violência se manifesta de forma materializada ou simbólica, visto que os sujeitos estão questionando a propriedade privada da terra ou apenas tentando (re)existir (FELICIANO, 2015). Em meio aos conflitos, os camponeses lutam e resistem em defesa do território e da vida. O entendimento adotado neste estudo tem a resistência como elemento central para a garantia dos direitos.

O primeiro capítulo contextualiza a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais, mostrando o território como espaço de vida sendo transformado em espaço do capital e as diversas formas de luta e resistência camponesa. O segundo capítulo toma como ponto de partida a aliança entre capital e Estado na construção dos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense. O terceiro capítulo, por seu turno, expõe os projetos de mineração no semiárido piauiense a partir da relação entre capital e Estado. Por fim, o quarto e último capítulo revela a resistência territorial camponesa como garantia de direito à vida.



O século XX foi palco de muitas lutas pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil, como observa A. Oliveira (1994). Os movimentos atuam em duas linhas: a luta pela terra e a luta pela permanência na terra em defesa de seus territórios. Na tentativa de permanência na condição de camponês autônomo perante a expropriação — representada pelas empresas do capital que chegam e impõem um modelo próprio, desrespeitando o campesinato e seus modos de vida —, intensifica-se a luta dos camponeses, dos pequenos proprietários e das comunidades camponesas e quilombolas contra a expropriação completa imposta pelo capital no campo.

Falar de resistência camponesa é buscar defini-la a partir da história concreta que, ao longo do processo, foi apagada, como afirma Claudete Dias (2008): “a memória histórica dos movimentos sociais do século XIX, sobretudo os de caráter popular, foi adulterada e praticamente apagada”. Por isso, torna-se oportuno construir a memória das diversas formas de luta e resistência na região do semiárido do sudeste piauiense a partir dos registros de arquivos e relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos demais setores das Pastorais Sociais da Diocese de Picos (PSDP), no Piauí. Embora sejam documentos não publicados, estes arquivos são considerados elementos fundamentais para o entendimento das histórias que foram silenciadas.

A compreensão das diversas formas de luta e resistência camponesa no Brasil e, particularmente, no Estado do Piauí, com destaque para a região do semiárido, passa pelo reconhecimento de um conjunto de lutas realizadas ao longo da história, pelo jeito próprio de atuar que fortalece as ações de resistência do momento. No entanto, muitas lutas ocorreram pela sobrevivência à seca, ao patriarcado e às diversas formas de submissão do camponês. Atualmente, a luta permanece resistente contra o modelo de desenvolvimento proposto no campo. Tudo isso comporta diferentes visões do movimento e das contradições resultantes das forças no mesmo espaço.

Esta pesquisa retrata o esforço de desvelar a história silenciada dos camponeses brasileiros, ou seja, as lutas daqueles sujeitos que não foram mostradas ou reconhecidas pela sociedade, principalmente em regiões que sempre foram vistas como atraso para a nação ou, até mesmo, ignoradas em sua existência e que hoje são alvo do interesse do capital, sob a justificativa de implantar o desenvolvimento na região. Porém, essa proposta de desenvolvimento segue um modelo que não atende às necessidades das populações locais, fato que coincide com o desprezo pelo capital que ignora a história de luta e resistência dos sujeitos que compõem uma sociedade vista, de forma geral, como atrasada e sem nenhum conhecimento da realidade.



Desde meados do século XX, o debate sobre o discurso do desenvolvimento tem sido ampliado em várias instâncias. Porém, são preocupantes as formas como o discurso desenvolvimentista tem chegado às comunidades. A luta pelo acesso à terra existe há anos no Brasil. No entanto, com a chegada dos projetos do capital, percebe-se nas comunidades observadas por esta pesquisa a construção de uma luta pela garantia de permanência na terra. A questão do progresso é considerada hoje em dia sem levar em consideração os conhecimentos adquiridos ao longo da história e, principalmente, o direito que as pessoas têm de optar por qual tipo de progresso preferem ter dentro de seus territórios.

A partir dessa realidade, surgiram interesses e apoio de um conjunto de movimentos camponeses e de instituições em contribuir com o protagonismo dessas lutas. A Diocese de Picos no Piauí buscou dar visibilidade a elas através da denúncia da realidade vivida pelo povo, utilizando a mídia, editando documentários e produzindo documentos impressos para gerar denúncias nacionais e internacionais. Grupos de estudantes expressaram a preocupação de uma nova geração de estudiosos em contribuir para o conhecimento sobre o passado da luta pela terra, teorizando sobre concepções de injustiça em relação aos pobres do campo, que ainda eram negligenciados por muitos setores da academia. A partir daí, os pobres camponeses começaram a se tornar objetos de pesquisa.

O estudo do tema em curso nos conduz à necessidade urgente de intensificar o desenvolvimento de um trabalho voltado para a questão da organização e resistência, tendo como foco a sustentabilidade territorial. Afinal, fica evidente que estamos em meio a um campo de disputa representado por dois modelos de desenvolvimento. Por um lado, tem-se o modelo defendido pelas comunidades camponesas que lutam e resistem pela garantia do direito de permanência em seu território, não de maneira estática, mas que seja proporcionado o desenvolvimento de inclusão de todos. Por outro, tem-se o que representa o interesse do capital das grandes empresas que, ao chegarem às comunidades, buscam expropriar famílias e agredem o meio ambiente, a sociedade e a cultura local.

Diante do quadro dramático dessa realidade, a ênfase deste trabalho está na visibilidade das ações desenvolvidas pelas comunidades camponesas voltadas para a questão do fortalecimento do potencial existente, das práticas de convivência, da resistência e do enfrentamento às problemáticas que colocam em risco sua existência, nas quais a vida humana seja o centro. Ao experienciar a realidade vivida pelas famílias camponesas — tendo em vista o silenciamento dessas realidades por parte do Estado e da academia ao longo da história e, porque não dizer, em um passado recente —, reafirmamos o engajamento de diversos estudos



aqui reunidos, que afirmam que as lutas e resistências são marcadas por acordos e concessões entre o capital e o Estado.

B. Fernandes e Girardi (2009) argumentam que “o Estado e o capital utilizam-se da violência para tentar controlar o conflito”. Dentre os diferentes e vários espaços de resistência, destacamos no século XIX a Guerra de Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916), as Cidades Santas do Contestado e a Balaiada (1838-1841). Nos séculos XX e XXI, destacamos as Ligas Camponesas e um conjunto de espaços de luta e resistência que ocorreram no campo.

As ações de repressão sempre buscaram silenciar quem ousa desafiar o poder. Além disso, destacamos que a história oficial sempre tentou não registrar esses fatos e, no caso do sertão, o silêncio destas lutas é ainda maior. Sobre a Balaiada, uma das principais lutas do período da independência ocorrida no Piauí e, com maior destaque, no Maranhão, Dias (2008, p. 202) compreende que a “[...] historiografia brasileira precisa tomar conhecimento do alcance e dos significados de um movimento como a Balaiada, ainda bastante desconhecido pela história do Brasil, que, em geral, ignora ou apenas menciona o Piauí”. De acordo com Dias, observa-se que quanto mais distantes estão as regiões dos espaços civilizados, mais são esquecidas.

No que se refere ao sertão, portanto, a realidade torna-se mais invisível ainda diante das outras regiões brasileiras. Quando nos referimos ao sertão, especificamente ao semiárido, percebemos que as lutas e até mesmo suas potencialidades não foram estudadas nem registradas ao longo da história. Os poucos registros existentes nem sempre expressam a realidade. Há que se considerar os registros mais recentes, nos quais diversos pesquisadores têm objetivado tornar públicas tais realidades, especialmente as histórias de luta e resistência, as potencialidades e as ações de convivência com o semiárido.

O semiárido compreende um conjunto de unidades geoambientais que são caracterizadas por diferentes tipos de vegetação com predomínio do bioma caatinga. No decorrer dos últimos anos, o semiárido brasileiro tem sido considerado por governantes e parte dos habitantes de outras regiões como uma *região problemática*, principalmente em virtude das secas. Por essa e outras razões, essa região tem sido histórica e socialmente marcada por contradições e injustiças sociais. A região do semiárido foi vista, produzida e inventada em condições de exclusão social associada à questão das secas prolongadas e de outros problemas relacionados a fatores naturais. Acrescenta-se a isso sua construção histórica que foi desenvolvida com base na exclusão e no clientelismo, formando uma estrutura social bastante



desigual. Contudo, Malvezzi (2007) defende que o semiárido não está associado somente à seca, como se percebe a seguir:

O Semiárido não é apenas seca, pobreza e miséria, existe nesse mesmo espaço uma diversidade étnico-cultural dos povos do Semiárido, construída por uma diversidade de valores que compõem as diferentes paisagens, revelando nelas suas territorialidades conforme a própria trama diversa que marca esse território, em suas chapadas, vales e planaltos, serras, dunas e brejos. Além de sua cultura, que é marcada por seus costumes e valores. (MALVEZZI, 2007, p. 79)

Devido à forma como o semiárido tem sido visto e propagado pelo conjunto da sociedade, surge a propaganda por parte do Estado que destaca a necessidade de intervenção de empresas do capital para a exploração das riquezas da região do semiárido, o que tem gerado conflitos e disputas territoriais. A visibilidade das potencialidades da região, dos conflitos, das lutas e da resistência territorial camponesa constitui um ponto de partida desta tese que tem como objetivo analisar a resistência territorial camponesa e a convivência com o ambiente semiárido, considerado elemento central de manutenção dos direitos à vida pela apropriação do território diante da expansão do capital mineral.

As experiências de lutas e resistência camponesas aqui apresentadas e narradas contemplam o universo que constitui o campesinato brasileiro, os tipos de lutas, as mediações políticas, as práticas produtivas e culturais dos camponeses. Iniciamos com aspectos mais gerais e seguimos com aspectos específicos do semiárido que caracterizam a região sudeste piauiense.

Como já indicado, o propósito desta pesquisa é tornar visível as lutas e a resistência camponesa ao longo da história, apresentando a realidade de forma mais sistematizada a partir do ano de 2013, período em que se intensificam os conflitos entre as comunidades camponesas e a empresa mineradora. A mineradora, por sua vez, busca implantar a partir de pesquisas e concessão de lavra o Projeto Planalto Piauí (PPP), que tem a resistência camponesa como referência para a possibilidade de superar os problemas dos habitantes nativos. Os estudos aqui apresentados mostram que, sem organização, o protagonismo das famílias não teria ocorrido.

Neste trabalho está reunida uma memória organizada através de leituras de relatórios de arquivos da CPT e da Diocese de Picos, recortes de notícias e diálogo com os sujeitos que compõem essa história de luta e resistência, como os membros de pastorais sociais, do Movimento de Educação de Base (MEB) e camponeses que residem nas comunidades. Os habitantes das comunidades recuperam e atualizam leituras de fatos e histórias de resistência camponesa no Brasil e na região durante os séculos XIX e XX, como também as ações atuais



no século XXI. São apresentadas ainda algumas obras de resistência e defesa do território, que variam dos clássicos às obras mais recentes. Com este material, buscamos oferecer um panorama das lutas da atualidade, incluindo-se a criação e a diversidade não apenas das formas de lutas camponesas, mas também dos sujeitos e de suas organizações, sobretudo, no final dos anos 1970, 1980 e nos últimos dez anos.

Do percurso percorrido à operacionalização da pesquisa

O campo brasileiro, sobretudo as regiões consideradas como vulneráveis, foram alvo de disputa e intervenção externa sob alegação de serem regiões habitadas por povos sem instrução e que necessitam dessas forças para proporcionar seu desenvolvimento. Entretanto, o que sempre existiu foi o interesse em explorar as riquezas ali existentes. O processo de intervenção externa no semiárido piauiense se intensificou nos anos 1980 e se constituiu em fortes conflitos nos anos 2000. Conforme as empresas foram se instalando, os movimentos de conflitos e disputas foram sendo intensificados, sendo a extração de minérios uma das atividades mais disputadas.

Durante esse processo, identificamos três períodos distintos, que provocaram graves consequências para a população e seus territórios no semiárido piauiense. O primeiro período que temos conhecimento, por meio de um conjunto de leituras e pesquisas realizadas, data dos anos 1980, com alguns projetos minerários localizados, constituídos por grupos e ações em diferentes locais, com destaque, dentre outros, para os municípios de Capitão Gervásio Oliveira (níquel), Pio IX (mármore) e Queimada Nova (vermiculita). O segundo período se iniciou a partir do ano de 2003 e se constituiu no mapeamento de todo potencial mineral do Piauí. O terceiro período é delimitado pela pesquisa para a instalação de grandes projetos, com destaque, neste estudo, para o Projeto Planalto Piauí.

Os primeiros trabalhos de campo e o diálogo direto do pesquisador com as comunidades se deram, inicialmente, como agente da CPT, seguido do trabalho como pesquisador junto aos camponeses. Sobre a pesquisa de campo, Beaud e Weber assinalam que:

A pesquisa de campo supõe o emprego de um certo número de “qualidades pessoais”, aquelas de que se precisa em qualquer relação social um pouco imprevista como, por exemplo, a capacidade de entrar em relação com pessoas desconhecidas pertencentes a outros meios sociais que não o seu e de ganhar a confiança dos pesquisados, de negociar um lugar no campo, de ficar lá, capaz, às vezes, de incomodar as pessoas. (BEAUD; WEBER, 2007, p. 22, grifo dos autores)



A partir do registro da vivência por meio dos trabalhos de campo, percebe-se que, ao longo do tempo, além de conviverem com problemas de ordem natural, as pessoas das comunidades observadas convivem com a politicagem e o coronelismo. Nos últimos anos, estes habitantes nativos estão sendo ameaçados de serem expropriados de suas terras. Todavia, eles continuam resistindo em seus territórios e reproduzindo seus modos de vida.

Em meio a essa realidade, surgem conflitos, lutas e resistências territoriais pela reprodução da vida e de seus territórios, espaços tradicionalmente ocupados pelos camponeses, que hoje são disputados por projetos minerários. A luta de resistência, resultante da história e do modo de vida conquistado ao longo de décadas, tem ganhado nos últimos anos maior dimensão com a atenção dada pelos setores da Diocese de Picos das ações de planejamento e do apoio e acompanhamento da CPT-PI.

Na dissertação de mestrado *Conflito, luta e resistência de comunidades camponesas do semiárido piauiense frente aos Projetos Mineração e Transnordestina* (2016), desenvolvida pelo autor desta tese e orientada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), procura-se identificar a origem da resistência e como ela se materializa diante do discurso do desenvolvimento, sobretudo no contexto atual. Com base nessa realidade, identificou-se que a expansão do capital e dos conflitos na região ganharam grande dimensão. Primeiramente, com a construção do trecho da Ferrovia Transnordestina. Em seguida, com os projetos de mineração em uma relação entre capital e Estado gerando uma disputa territorial. Isso nos possibilita entender que cada comunidade possui suas características singulares quanto ao uso de terras e ao modo de convívio com o território garantindo sua forma de resistência.

A escolha do tema e da realidade investigada, relacionada à defesa do território e da vida, tendo como centro a resistência camponesa no semiárido, está relacionada, inicialmente, a quatro fatores. O primeiro refere-se à militância junto à CPT. O segundo trata da identidade pessoal do espaço de vida do pesquisador com o espaço da pesquisa. O terceiro corresponde à continuidade dos estudos realizados no mestrado. O quarto, por fim, aborda a necessidade de tornar pública a realidade do semiárido. Como revelam Beaud e Weber (2007, p. 47, grifo dos autores): “o campo e o objeto empírico são inseparáveis, isto é, não há bom objeto (de pesquisa) sem ‘bom campo’ nem bom campo sem ‘bom objeto’”.

Nosso envolvimento direto com as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), a CPT e os movimentos sociais do campo, bem como com o mundo acadêmico, aproximou-nos ainda



mais da realidade das comunidades camponesas através da teoria e da prática. Isso nos fez perceber o potencial que os sujeitos dispõem perante a realidade quando outros sujeitos tentam se apropriar dos seus espaços de vida e quando questionam o modo de organização social dominante do capital, do próprio Estado e os riscos que esse modelo representa às suas vidas.

Buscando ampliar os horizontes possíveis para análise das formas de luta e resistência, não pudemos nos limitar a uma única classe interpretativa. O trabalho, portanto, deu-se por meio de pesquisas empíricas junto aos sujeitos ou seus familiares que contribuíram para a construção dessa história. Isso favoreceu a realização de um estudo em Geografia que se preocupa com os diversos elementos que construíram o espaço pesquisado. Além disso, as buscas nos relatórios não publicados e os diversos autores que estudam a temática aqui abordada também fundamentam esta pesquisa. O estudo da área, por meio do contato direto com os camponeses, permitiu-nos construir o conhecimento desse espaço e, sobretudo, contestar fatos narrados de forma superficial. Borba (1981) destaca a validade da história dos camponeses:

Pode ser válida a interpretação da história e da sociedade feita pelos camponeses e operários, pois corrige a versão deformada contida em muitos manuais acadêmicos, de vez que surge das verdadeiras raízes da classe trabalhadora, da memória de seus antigos informantes, de sua própria tradição oral e de seus momentos e documentos familiares. (BORBA, 1981, p. 49)

Na perspectiva teórico-metodológica, buscando-se verificar a configuração dos fenômenos em investigação, utilizamos a pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2016, p. 20), esse tipo de pesquisa “responde a questões muito particulares, ela se ocupa, dentro das ciências sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das atitudes”. Conforme afirma Magno (2017, p. 10), a pesquisa-ação é assim denominada tanto por ser “[..] uma ação militante engajada, quanto pelo fato de ser também uma investigação exercida em um contexto de militância por alguém envolvido nos/com os processos pesquisados”. Utilizamos o diálogo e as narrativas por meio de conversa informal, reuniões e vivência. Guiamo-nos ainda por questões norteadoras para auxiliar na construção da interpretação da realidade e dos fatos investigados. Dentro do contexto de investigação da realidade, o trabalho realizado por meio da pesquisa-ação fortalece as concepções formadas a partir das narrativas durante os momentos de reuniões e entrevistas. Quanto a isso, Cicourel (1975, p. 89) descreve a “observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica”.

Considerando-se as contribuições teóricas de Rosimeire Almeida (2006), Iracilde Lima e Irlane Abreu (2007), Maria Marques (2008) e Thompson (1998), este estudo reflete sobre a



identidade dos participantes da pesquisa com base em observações e relatos orais coletados durante experiência direta com as comunidades. Os relatos contestam a implantação de atividades de mineração nos territórios, partindo inicialmente de uma memória das lutas nos anos 1990, envolvendo as comunidades quilombolas Sumidouro e Tapuio, no município de Queimada Nova, Piauí, situado a 559 km ao sul da capital Teresina.

Inclui-se ainda um trabalho mais sistematizado das lutas e da resistência realizado a partir do ano de 2013 nas comunidades camponesas Baixio dos Belos, Lagoa do Ovo, Manga Velha e Palestina, além da Comunidade Quilombola Caititu, no município de Curral Novo do Piauí, localizado a 484 km ao sul de Teresina. Há ainda a comunidade Riacho no município de Simões, Piauí, a 451 km ao sul de Teresina; e a comunidade Caldeirãozinho no município de Paulistana, Piauí. Também foram realizados estudos em documentos oficiais, em busca de dados estatísticos sobre a área do projeto de mineração e o número de famílias impactadas direta e indiretamente. Observamos quem são os sujeitos envolvidos, as atividades a serem desenvolvidas e as características e formas de organização das comunidades, buscando conhecer e aprofundar o conhecimento substancial da realidade investigada.

Partimos da premissa de que todas as investidas do Estado, em aliança com o capital, para a exploração de minérios estão subsidiadas por discursos de desenvolvimento para a região afetada sem levar em consideração as peculiaridades das comunidades. O centro deste estudo é a resistência territorial camponesa como elemento central em defesa da vida e do território. As comunidades camponesas Baixio dos Belos, Lagoa do Ovo, Manga Velha, Palestina e Riacho (parcialmente em Curral Novo do Piauí e em Simões) estão sendo impactadas pelas pesquisas para a implantação do projeto de mineração Planalto Piauí. A partir dos pontos de sondagem já realizados e do grande potencial mineral existente e identificado, evidencia-se a desconfiguração drástica da paisagem, incluindo-se a vegetação nativa, o relevo, o solo, os mananciais de águas existentes nas comunidades, impactando diretamente a produção e criação de animais, além da destruição de elementos culturais.

Trata-se de comunidades camponesas com costumes próprios em seus territórios. Estes costumes constituem patrimônios culturais, como os locais de devoção, a igreja construída antes do Concílio Vaticano II, o Morro da Cruz (espaço histórico onde anualmente são realizadas romarias), os cemitérios dos caboclos, os recursos naturais, as plantas medicinais e muitos outros. A Figura 1, citada a seguir, retrata o trabalho de campo realizado na comunidade Manga Velha, local de maior número de ponto de sondagem para extração de minério. A figura mostra parte dos elementos naturais e culturais mencionados anteriormente. À medida que os minerais começarem a ser extraídos, toda essa paisagem será modificada. A imagem mostra



parte do Morro da Cruz, espaço que está todo mapeado para a extração de minérios. Todos os sedimentos serão transferidos para áreas mais baixas, como se observa a seguir:

Figura 1 — Paisagem natural da comunidade Manga Velha



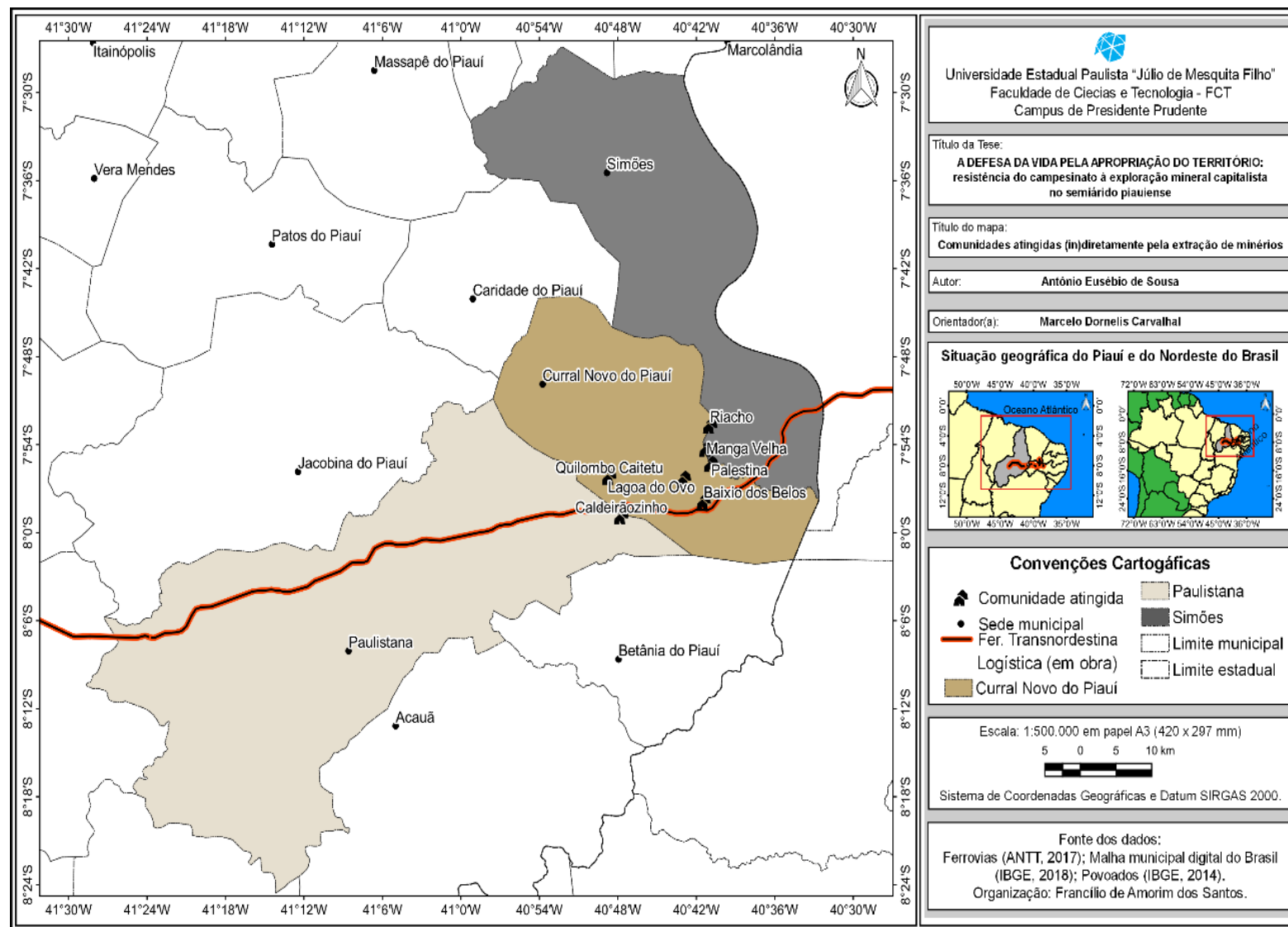
Fotografia capturada em Manga Velha durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

A comunidade Caldeirãozinho, em Paulistana, sem se distinguir das demais comunidades citadas, foi impactada pela construção de um trecho da Ferrovia Transnordestina. A ferrovia modificou a paisagem local e afetou os elementos naturais, a produção e criação de animais e as benfeitorias construídas pelas famílias ao longo da vida. O mais trágico disso é a destruição dos elementos culturais.

A Comunidade Quilombola Caititu, em Curral Novo do Piauí, após luta e organização das famílias, não foi impactada pela pesquisa mineral. No entanto, acredita-se que o local sofrerá futuramente com a extração de minérios tal como as demais comunidades. Caititu possui as mesmas características das demais comunidades observadas. É um espaço onde as famílias preservam conhecimentos tradicionais a partir do cuidado com a natureza como bem sagrado, da medicina alternativa com plantas medicinais locais, da plantação e criação de animais apropriados para a região do semiárido. A conquista de seu território se deu a partir do nível de luta e organização. O Mapa 1, a seguir, mostra as comunidades pesquisadas.



Mapa 1 — Localização das comunidades camponesas pesquisadas



Embora os casos de conflitos envolvendo os empreendimentos minerários e as comunidades camponesas no semiárido piauiense ocorram desde os anos 1980, foi somente em 2013 que as contestações envolvendo os sujeitos impactados, os movimentos sociais, a igreja e os pesquisadores se sistematizaram com maior visibilidade pela sociedade de forma geral.

Considerando-se as análises de pesquisas empíricas existentes sobre as lutas e a resistência camponesa no semiárido, bem como a articulação do pesquisador com os participantes da pesquisa, a busca por documentos e a leitura e análise do referencial teórico existente, o polo operacional foi desenvolvido no âmbito teórico e epistêmico, trabalhado com a produção de narrativas, descrição e produção de mapas e imagens. Com isso, a descrição e a compreensão da realidade servem também para fornecer meios para a construção de críticas e ações de contestação.

A partir de técnicas de mapeamento da realidade, os trabalhos realizados visam analisar os processos diferenciados de territorialização, os modos de vida, suas identidades e a diversidade sociocultural, expressando diferentes identidades coletivas, tendo a expressão dos sujeitos como o elemento principal de análise na relação com a pesquisa científica. No entendimento de Borba (1981, p. 43), “a ciência é apenas um produto cultural do intelecto humano, que responde a necessidades coletivas concretas”. Vale ressaltar que o labor científico caminha sempre em duas direções: por uma, elabora teorias, métodos, princípios e estabelece resultados; por outra, inventa, ratifica caminhos, abandona certas vias e se projeta para certas direções privilegiadas. E, ao fazer tal percurso, como observa Minayo (2016), os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, revestem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, construído e passível de mudança.

Guiada por essa compreensão sobre as limitações da pesquisa e, ao mesmo tempo, considerando-se suas possibilidades, a pesquisa de campo, junto ao mapeamento da realidade, deu-se em um ambiente que é muito significativo para o pesquisador, visto que se trata de comunidades com as mesmas características de seu espaço de vida e militância. Considerando-se o potencial empírico envolvido nesse processo, que se constitui em grande relevância, não podemos abandonar a contribuição verdadeira que a ciência tem produzido. Contudo, se uma sociedade possui objetivos revolucionários definidos de transformação de todas as relações de sua vida, como entende Brandão (1981), então é necessário que, do mesmo modo, todo o trabalho coletivo de produzir conhecimentos a seu respeito seja respeitado.

A construção metodológica que parte da perspectiva de uma articulação do pesquisador com os sujeitos pesquisados se constitui como elemento de grande relevância na pesquisa científica. Todavia, é fundamental o exercício de escuta como passo inicial que busca criar as



condições para sua realização, motivando os grupos populares para que assumam sua experiência cotidiana de vida e de trabalho como fonte de conhecimento e de ação de transformação. Brandão (1981, p. 30) argumenta que “são todas as dimensões de vida cotidiana de uma determinada comunidade — inclusive seus sonhos, aspirações e projetos — que constituem o discurso a ser decodificado”. Por isso, é fundamental considerar que os participantes da pesquisa conheçam o pesquisador. Nesse sentido, Saquet (2019, p. 100) sugere ainda que a “Investigação Ação Participativa é uma práxis de ciência popular vinculada a cada território e lugar, no tempo e no espaço, possibilitando tanto a análise crítica e contra hegemônica como a transformação territorial também contra hegemônica e reflexiva”. Com base nisso, verificamos ao longo da pesquisa que a operação prática deste estudo ajudou a aprimorar nossa vida social construindo um modo de vida cooperativo e solidário envolvendo a participação popular.

Visando alcançar os objetivos, realizamos uma pesquisa de campo que aconteceu em quatro etapas: julho de 2019, janeiro de 2020 e agosto a setembro de 2021. Estas etapas e as experiências desenvolvidas como militante da CPT ao longo de sete anos nas comunidades, simultaneamente aos dois anos de pesquisa para o mestrado, construíram as bases que fundamentam esta investigação. Conforme descreve Minayo (2016) a pesquisa de campo deve ser realizada a partir de referências teóricas e aspectos operacionais. Portanto, não se pode pensar em um trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores, que selecionam tanto os fatos a serem observados, coletados e compreendidos, como a forma como vai recolhê-los. Beaud e Weber (2007) corroboram esse entendimento ao afirmarem que, na pesquisa de campo, o pesquisador deve aprender a língua nativa dos participantes da pesquisa. Para os autores, essa língua pode se configurar de acordo com o meio onde a pesquisa é realizada. Esse momento da pesquisa exige saber escutar e compreender que o pesquisador não é dono da verdade. Ademais, é preciso aprender que os conhecimentos já construídos não se constituem em única verdade.

Durante a investigação, a relação direta do pesquisador com os sujeitos participantes da pesquisa utilizou a técnica de entrevista livre, por meio do diálogo aberto. Isso permitiu que os participantes pudessem expor suas histórias e inquietações de forma livre, apesar de dispormos de um roteiro para orientar a fala concebida e expressa por meio de uma construção coletiva. É fundamental que essas entrevistas sejam realizadas sem que haja controle de tempo, pois muitos fatos não previstos no roteiro podem surgir.

A fim de compreender a organização territorial do setor da mineração, bem como os possíveis impactos nas comunidades atingidas, durante o trabalho de campo fez-se necessária



a construção e/ou organização de diversas imagens a partir de fotografias, mapas e croquis para representar a realidade através das expressões dos sujeitos envolvidos. Essa estratégia serviu também para identificar a localização dos fenômenos existentes e os possíveis riscos à população. Sobre o uso da imagem, Souza e Olária (2014, p. 02) salientam que “a imagem é um produto que revela a visão de mundo, expressa a sensibilidade e a intencionalidade de seu autor na captura de determinado momento da realidade”. É o caso das comunidades Manga Velha e Palestina, em Curral Novo do Piauí. Elas estão localizadas no centro de um projeto de mineração que, se efetivado, levará à extinção de seu território. Por isso, propusemos mostrar a realidade de ambas as comunidades mais detalhadamente através de imagens e mapas.

A realização deste trabalho se deu em um contexto de relação íntima do pesquisador com o objeto pesquisado a partir de momentos de convivência com as famílias, com as organizações e com os movimentos de apoio. Nesse sentido, Cicourel, (1975) observa que os objetos de pensamento construídos pelo cientista social com a finalidade de dar conta dessa realidade social devem estar baseados nos objetos de pensamento construídos pelo senso comum dos homens que vivem sua vida cotidiana dentro do seu mundo social. A análises documentais também compuseram as técnicas de investigação da realidade. A sistematização dos dados se deu por meio de fotografias, relatos e a construção de mapas e tabelas. Para Douglas Santos (2002, p. 155), “existe uma profunda diferença entre cartografar caminhos e cartografar processos, entre o momento da perplexidade e do maravilhamento e o planejamento da reordenação territorial, entre a identidade do objeto e a identificação do sujeito”.

O conjunto de relatos transmitidos oralmente por 11 camponesas e 6 camponeses por meio de entrevistas abertas e os relatos em reuniões realizadas pela CPT-PI, com a presença e contribuição do pesquisador nas nove comunidades camponesas pesquisadas que compõe este trabalho, expressam as diferentes faces da diversidade de lutas e resistência do campesinato em defesa de seus territórios e da vida. Esta pesquisa, portanto, reúne a expressão de relações de parentesco, gênero e elemento religioso e cultural como defesa da vida e do território, revelando a complexidade do campesinato em meio aos desafios, seja como garantia de direitos territoriais ou de sobrevivência aos desafios apresentados.

Os camponeses entrevistados são identificados com nomes fictícios para preservar a identidade de cada participante. Utilizamos nomes que simbolizam as árvores do semiárido resistentes à seca e ao ataque de predadores. Associamos estas características das árvores simbolicamente às formas de sobrevivência do camponês no semiárido e à resistência contra os projetos de mineração. A dinâmica de sobrevivência e resistência do homem e da mulher no campo se assemelha à própria vegetação da caatinga. Na seca, as folhas secam e caem. No



período chuvoso, as plantas brotam e florescem rapidamente. Assim também se comporta o camponês que se adapta às condições naturais e sociais que configuram seu modo de vida, seja em momentos de calma ou de luta. A resistência surge como forma de combate às ameaças que tentam usurpar a estabilidade de vida do homem no campo. E isso ocorre e persiste até quando o problema é resolvido. O Quadro 1 seguinte mostra uma visão geral dos participantes desta pesquisa e como as entrevistas foram organizadas.

Quadro 1 — Perfil dos participantes de pesquisa entrevistados

Nº	Nome	Gênero	Comunidade	Entrevista	Data
01	Pau Ferro	Masculino	Sumidouro	001	10/01/2020
02	Catingueira	Feminino	Tapuio	002	10 e 11/01/2020
03	Mandacaru	Masculino	Manga Velha	003	20/01/2020
04	Juazeiro	Feminino	São José	004	20/01/2020
05	Aroeira	Feminino	Lagoa do Ovo	005	20/01/2020
06	Umbuzeiro	Masculino	Palestina	006	21/01/2020
07	Barriguda	Feminino	Caldeirãozinho	007	21/01/2020
08	Faveleira	Feminino	Lagoa do Ovo	008	13/08/2021
09	Mandacaru	Masculino	Manga Velha	009	13/08/2021
10	Jurema Preta	Feminino	Caititu	010	13/08/2021
11	Carnaúba	Feminino	Caldeirãozinho	011	13/08/2021
12	Xiquexique	Masculino	Baixio dos Belos	012	14/08/2021
13	Macambira	Feminino	Manga Velha	013	14/08/2021
14	Caroá	Feminino	Palestina	014	14/08/2021
15	Aroeira	Feminino	Lagoa do Ovo	015	14/08/2021
16	Coroa de Frade	Feminino	Alvação	016	14/08/2021
17	Imburana de Cheiro	Feminino	Caititu	017	26/09/2021
18	Angico	Masculino	Alvação	018	26/09/2021
19	João Evangelista	Masculino	ASA/PIAUÍ	019	09/01/2022

Quadro desenvolvido pelo autor deste estudo para retratar o trabalho de campo entre 2020 e 2022.

O conjunto de capítulos aqui apresentados produziu interpretações relacionadas à resistência camponesa e à defesa do território de vida, conforme sua localização no tempo e no espaço. A partir do centro da pesquisa como resistência territorial camponesa perante os projetos de mineração em defesa da vida pela apropriação do território, esta tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da questão agrária no Brasil e dos conflitos socioterritoriais e inicia o estudo a partir de uma visão do território como espaço de vida, ou seja, onde os sujeitos utilizam o território de forma coletiva, conforme suas necessidades, e depois sofrem a interferência do capital. Como elemento principal para reflexão, consideramos as concessões de terra ao longo da história e o surgimento da Lei de Terras nº 601, de 18 de



setembro de 1850 (BRASIL, 1850), seguidos pela discussão sobre a reforma agrária e a propriedade da terra no Brasil com foco no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. É nesse contexto que o estudo mostra que o capital sempre esteve presente durante a história agrária desde a chegada dos portugueses no século XV. Sempre alterando a forma como esse capital se apropria, conforme o contexto. A partir daí surgem os conflitos pela garantia dos direitos socioterritoriais. Diante disso, percebemos que as diversas formas de luta e resistência camponesa no Brasil se iniciam quando a terra deixa de ser um bem coletivo e passa a ser propriedade privada. Por conseguinte, surgem as lutas e as resistências em defesa dos territórios.

O segundo capítulo trata da aliança entre capital e Estado na construção dos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense. Ademais, apresenta as grandes obras do capital em uma estreita relação com o Estado, com ênfase nas localizadas do semiárido, como a Ferrovia Transnordestina, a transposição do Rio São Francisco e a mineração. Para observar isso, fazemos uma análise mais detalhada dos projetos de mineração, que constituem o principal objeto deste estudo. Para a realização da pesquisa acerca dos dados da mineração, fizemos uma análise dos antecedentes de pesquisas publicados. Assim, selecionamos, inicialmente, quatro municípios do semiárido no Estado da Bahia, a saber: Andorinha, Caetité, Campo Formoso e Jacobina. Estes municípios estavam em processo de mineração bastante avançado. Nessa fase, comparamos o crescimento econômico dos municípios baianos selecionados com base no crescimento nacional, a posição econômica no estado da Bahia e no Brasil. Essa estratégia foi utilizada com o objetivo de compreender se o desenvolvimento social vem sendo compatível com o econômico, bem como os impactos positivos e negativos dos projetos em pleno desenvolvimento.

Este estudo nos permite compreender a importância e a possível viabilidade da implantação dos mesmos projetos em municípios que estão em fase de pesquisa, com destaque para o semiárido piauiense. Isso permite identificar estratégias por parte das empresas para tornarem viável a extração mineral, inclusive com *lobby* nos governos, em suas várias escalas, e nas relações com as comunidades. Fica evidente que, se o desafio era a luta pela terra, com a chegada das grandes obras e/ou dos projetos, a luta principal se refere à permanência na terra e à garantia dos modos de vida e do território. A implantação dos grandes projetos econômicos do capital surge sob a justificativa do desenvolvimento. Alfredo Almeida (2008) argumenta que o capital utiliza a justificativa do desenvolvimento para menosprezar os atingidos pela implantação dos grandes projetos, visto que o semiárido é apresentado como a região do atraso.



Dessa forma, buscamos apresentar uma breve discussão sobre o semiárido, mostrando suas limitações e, sobretudo, suas potencialidades. Trazemos a centralização dos interesses do capital no semiárido piauiense e a coalizão e as estratégias da dinâmica entre capital e Estado no semiárido piauiense. Ante o exposto, apresentamos o seguinte questionamento: a relação entre capital e Estado, centrada nas comunidades camponesas, constitui-se em um pacto pelo desenvolvimento ou em tensões e conflitos?

O terceiro capítulo apresenta questões relacionadas aos projetos de mineração como modelo de produção territorial do que consideramos o semiárido piauiense, em uma relação entre capital e Estado. Iniciamos a discussão mostrando o mapeamento do potencial mineral do Piauí e os investimentos para possível exploração, destacando com ênfase o Projeto Planalto Piauí, cujo representante legal é a empresa Brasil Mineral S.A. (Bemisa). Conforme estudo apontado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em 2013, sendo atualmente a Agência Nacional de Mineração (ANM), o local possui a maior jazida de ferro do Piauí. O referido estudo mostra a possível configuração territorial do semiárido piauiense a partir de sua execução.

No quarto e último capítulo, apresentamos a resistência territorial do campesinato como garantia de direitos à vida. Nesse espaço, são apresentados os conflitos, a luta e a resistência territorial no Piauí a partir dos antecedentes históricos e dos conflitos territoriais. Buscamos compreender a participação dos camponeses nas lutas históricas, a exemplo da independência, mesmo considerando que se trata de um estado onde os povos nativos foram praticamente dizimados. Os espaços foram ocupados, em grande parte, pela pecuária extensiva. Percebemos, a partir da própria história oficial, que as lutas envolvendo a participação camponesa não deixaram registro. Contudo, Dias (2008) revela, em estudos públicos de 2008, a participação camponesa no período da Balaiada, inclusive espalhada por diversas regiões do estado, chamadas pela autora de *bibocos e veredas*, envolvendo muitos camponeses, quando afirma que *fervilhava*.

A pesquisa apresenta o contexto das lutas das comunidades camponesas no Piauí e os diversos espaços de resistência do campesinato. O estudo evidencia também que estas lutas mantêm sempre uma relação com a cultura, o modo de vida e a religiosidade da região, tendo como recorte temporal o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, além do jeito próprio de se organizarem. Nesse período, surgem as CEBs. Em seguida, aparece a CPT e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nas últimas décadas, surgem o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a organização das comunidades quilombolas.



Nesse espaço, a ênfase principal foram as lutas e resistências das comunidades camponesas a partir da interferência dos projetos de mineração no semiárido, relacionando as lutas contemporâneas com sua história e seu jeito próprio de se organizarem. Expomos a resistência camponesa nos anos 1990 a partir das comunidades quilombolas Sumidouro e Tapuio, bem como o contexto da interferência do capital mineral nas comunidades camponesas dos municípios de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões. Destacamos ainda as diferentes formas de luta na atualidade. Por último, revelamos a resistência como construção de possibilidades pela garantia dos direitos socioterritoriais mostrando resultados concretos a partir das lutas e resistências realizadas pelas famílias camponesas. Estas comunidades possuem como meio de sustentabilidade no semiárido as experiências dos projetos de convivência com o semiárido, o que se contrapõe aos grandes projetos do capital.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa oferece a toda comunidade a oportunidade de conhecer o percurso das sucessões de experiências de resistência aqui reunidas mostrando que através delas surge a garantia dos direitos socioterritoriais. Certamente, apesar de muitas derrotas e vidas perdidas, as lutas contribuem para o fortalecimento de outros espaços de resistência.



Capítulo 1

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS



Missão nas comunidades em defesa da vida. A caminhada foi realizada entre as comunidades São José e Baixio dos Belos, em Curral Novo do Piauí, em protesto contra a apropriação de terra por uma empresa mineradora. Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (2016).

O campo brasileiro tem passado por diversas transformações ao longo da história, dando origem a vários conflitos socioterritoriais relacionados às formas de uso e ocupação dos territórios camponeses por diferentes grupos externos. Este primeiro capítulo se organiza em quatro partes para retratar a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais. Inicialmente, levantamos questões a respeito do espaço como território da vida, que se transforma em território de morte com o avanço do capital. Em seguida, discutimos a reforma agrária e a posse da terra no Brasil. Por fim, apresentamos os conflitos no campo brasileiro e as formas de luta e resistência no Brasil, especialmente na região Nordeste.



1.1 Do território da vida ao território da morte: avanço do capital

A história de ocupação dos diversos espaços da terra pela humanidade tem mantido uma estreita relação com seus modos de vida e existência. A terra era considerada como lugar para se conviver, visto que na maioria dos casos o trabalho era realizado coletivamente. Não é necessário fazer pesquisa profunda para se compreender esse processo. Ao analisarmos a história dos povos nativos do Brasil, é possível evidenciar a história da terra como um bem comum que manteve essa dinâmica antes de surgir a interferência do capital.

No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, eclodiram dois modelos antagônicos em um mesmo espaço envolvendo as populações rurais e os grandes proprietários de terras. Os camponeses representam a identidade e a cultura dos povos e grupos sociais que dependem da terra para sobreviver e conviver com a natureza como bem sagrado. É nesta circunstância que surge a necessidade de defesa do território de vida. Em contrapartida, os grandes proprietários de terras possuem efetivos poderes garantidos pelo Estado. Nesta conformidade, para melhor assimilar estes processos no campo, é importante compreender inicialmente o conceito de território a partir dos diversos elementos que o compõem. A ideia de território favorece entender as relações de poder e a garantia de soberania dos povos.

A palavra *território* é um conceito da geografia muito utilizado nas ciências. Como observa Porto-Gonçalves (2020, p. 716), ao se privilegiar a formação territorial, torna-se o conceito de território em um conceito-chave que compreende a tríade “território, territorialidade e territorialização”. O conceito ganha maior dimensão na atualidade fazendo surgir outros derivados da palavra, devido a um conjunto de mudanças na geopolítica, com destaque para os termos *territorialidade*, *desterritorialidade*, *reterritorialidade* e *desterreação*¹. Andrade (1998) comenta que, no âmbito das Ciências Sociais, o conceito de território começou a ser bastante utilizado a partir do século XIX com os geógrafos Élisée Reclus (1830-1905) e Friedrich Ratzel (1844-1904). Andrade destaca ainda que:

Os especialistas em Teoria do Estado também costumam afirmar que o Estado se caracteriza por possuir três elementos essenciais: o território, o povo e o governo, enquanto a nação é caracterizada pela coexistência do território e dos povos, mesmo inexistindo governo e, consequentemente, o Estado. (ANDRADE, 1998, p. 213)

¹ O conceito de desterreação, segundo Thomaz Júnior (2017), está vinculado às mudanças que ocorrem com os movimentos do trabalho e da classe trabalhadora. Além disso, o desterramento se refere às mudanças e aos qualificativos acrescentados ou modificados, dos lugares concretos, espaços e territórios, os quais se materializam e territorializam.



No âmbito etimológico, Roberto Corrêa (1998, p. 251) revela que a palavra *território* deriva das palavras em latim *terra* e *toriou*, que significam “terra pertencente a alguém”. Para R. Corrêa (1998, p. 215), esse ato de pertencimento “[...] não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação tem um duplo significado”. Partindo de R. Corrêa, é fundamental distinguir *território* de *propriedade*. Na maioria dos casos, porém, o capital se apropria desse entendimento e utiliza o termo *pertencente a alguém*, como sinônimo de propriedade privada. Podemos dizer que território é espaço de vida. Trata-se, enfim, de uma organização espacial e não de uma propriedade. Ainda nesta perspectiva, Porto-Gonçalves (2012) evidencia que os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam. Assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam. Por isso, mais que a idealização de qualquer territorialidade, é preciso verificar as relações que se conformam.

O território é constituído por pessoas ou grupo de pessoas que vivem em um mesmo espaço e que se identificam sem, com isso, delimitá-lo como propriedade privada. Podemos citar como exemplos as comunidades camponesas que têm suas histórias e raízes construídas em um local. Há assentamentos de reforma agrária que se identificam como sem-terra e lutam por terra. Logo, são espaços de identidades próprias com caráter político, social e cultural. Conforme pontua Raffestin (1993), falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. B. Fernandes (2013b, p. 204) destaca que os territórios não são apenas físicos, são também espaços sociais e culturais onde se manifestam as relações e as ideias.

Ao afirmarem, categoricamente, que o território é um espaço de identidade, as afirmações de Haesbaert (1997), Medeiros (2009), Porto-Gonçalves (2015) e Saquet (2013, 2019) reforçam a visão de território como modo de vida que se distingue do que o capital evidencia tão somente como uma área. Conforme postula Saquet:

O território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização, ele tem duas funções principais: a) servir de abrigo como forma de segurança e, b) servir como um trampolim para oportunidades. [...] O território é compreendido como lugar de relações sociais de conexão e redes de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir. (SAQUET, 2013, p. 118)

B. Fernandes(2008b) corrobora essa mesma perspectiva de território ao destacar que:



O primeiro território é o espaço de governança da nação, é o ponto de partida da existência das pessoas [...] as propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas formam o segundo território. Territórios capitalistas e não capitalistas produzem permanentes conflitualidades pela disputa territorial. Territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de moradia, com suas várias identidades são constituídos na multiterritorialidade rural e urbana. [...] os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos. (FERNANDES, B., 2008b, p. 209)

Considerando-se o que destacam B. Fernandes (2008b) e Saquet (2013), entendemos que o território é uma construção coletiva com múltiplas territorialidades de ordem cultural, política, religiosa ou social. Elas possuem relações de poder e identidade que marcam determinadas parcelas da sociedade no espaço específico. Estas afirmações são fundamentais na atualidade, sobretudo, em espaços de eventuais conflitos territoriais. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2015, p. 245, grifo do autor) comenta que o território surge “[...] como categoria que reúne natureza e cultura através das relações de poder sobre as condições de vida. Com isso, desnaturalizam o conceito de território, até então ‘base natural do Estado’.

Para além do âmbito epistemológico, existem diversas perspectivas teóricas que explicam o conceito de território. Considerando-se o que postula B. Fernandes (2008b, p. 280), “quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança, e se ignoram os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território”. Para o mesmo autor, “os povos tradicionais resistem há séculos e não renunciam a seu modo de vida e nem a seus territórios” (FERNANDES, B., 2014, p. 76).

Em vista disso, entendemos que a ideia de território não poderia ser reduzida apenas à delimitação de poder, como ocorre na maioria dos casos interpretados pelo Estado. Contudo, acreditamos que o território deveria sim ser considerado como produto dos sujeitos sociais, dado que, desde sua formação, provoca sentimentos de pertencimento, formando uma consciência crítica nos sujeitos que habitam tais territórios. Trazemos como exemplo para a discussão o território camponês. Considerando-se as observações de B. Fernandes (2013c), o território corresponde ao espaço de vida do homem camponês. Para o autor, o território refere-se ao “[...] lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família” (FERNANDES, B., 2013c, p. 744).

Estes territórios camponeses abrigam por um longo período as relações de convivência e uso comum, até que surgem as relações capitalistas, que podemos chamar de *território do*



capital. O capital se apropria da riqueza pré-existente naquele espaço ou até mesmo da que é produzida pelo território camponês, pelo trabalho pré-capitalista, provocando consequências danosas ao meio ambiente e aos camponeses. Ao revelar que tudo acontece de maneira inversa na produção de mercadorias sob organização capitalista, Kautsky (1986) nos ajuda a compreender como se inicia esse processo:

O proprietário dos meios de produção e o trabalhador se tornaram duas pessoas distintas. Se capitalista quer que se produza, tem de comprar não apenas a matéria-prima e os instrumentos como fez o nosso tecelão no último exemplo, mas ainda a força de trabalho do próprio trabalhador. (KAUTSKY, 1986, p. 81)

Considerando-se as perspectivas que garantem a existência do território, seja camponês ou de outros povos que têm na identidade a construção de seus territórios, buscamos dedicar atenção a essa problemática. Tentamos mostrar diferentes vieses ressaltando os valores culturais, sociais e, até mesmo, econômicos, em defesa das identidades, diante do modelo capitalista que tende a destruí-las. Diante disso, M. Santos (2002) entende o território como uma forma de identidade:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, M., 2002, p. 96 apud MEDEIROS, 2008, p. 220)

Em meio ao crescimento das relações capitalistas nos territórios de vida, é perceptível por parte dos camponeses atingidos pelos projetos de pesquisa mineral no semiárido do Piauí a permanência das práticas socioculturais. A terra é ainda vista como território de vida e da própria existência e não como mercadoria. São práticas que se encontram ameaçadas de serem extintas, a exemplo do que ocorreu durante o processo de colonização do Piauí, como acentua Paulo Henrique Couto Machado:

As nações indígenas que habitavam os vales dos rios formadores da bacia hidrográfica pamaibana piauiense foram exterminadas pelos fazendeiros exploradores, que promoveram a destruição das aldeias para viabilizar a instalação das fazendas-criatórios de bois e cavalos. Este fato ocasionou os deslocamentos constantes das tribos formadoras das nações, o que pode levar a falsa dedução de nomadismo, e o início do processo de degradação das



expressões culturais dos povos indígenas, sob a orientação do Estado português. A Companhia de Jesus, por sua vez, possibilitou a consolidação desse processo, com a instalação e administração dos Aldeamentos, em que se davam a prática da doutrina e da exploração da força de trabalho dos indígenas, o que aprofundou a degradação das referidas expressões culturais nativas. (MACHADO, P. H., 2002, p. 15)

Diante do entendimento de território relacionado com as comunidades e seus modos de vida, vale afirmar que, na comunidade primitiva, não existia propriedade privada nem a presença do Estado. Assim, deve-se questionar a respeito dessa forma de organização sem a existência de um poder constituído. Conforme afirmam Lessa e Tonet (2011), a autoridade nestes locais se baseava na idade, na sabedoria, na experiência de vida, nos dotes físicos e correlatos. Portanto, esse modelo de organização ou gestão do território, como queremos denominar, não enfrenta dificuldades, visto que não está a serviço da exploração do homem pelo homem. A esse respeito, Stédile (2005) observa que estes povos garantiam a sobrevivência a partir de uma forma de produção que se baseava no comunismo primitivo, como destacamos a seguir:

Esses povos viviam no modo de produção do comunismo primitivo. Organizavam-se em agrupamentos sociais de 100 a 500 famílias, unidos por algum laço de parentesco, de unidade idiomática, étnica ou cultural. Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo. (STÉDILE, 2005, p. 18).

Entretanto, com o surgimento da lógica do desenvolvimento por meio de diferentes modos como a construção do direito à propriedade da terra, a criação do Estado, o capitalismo no campo e o processo do escravismo colonial começam a surgir os diversos conflitos sociais. Diante disso, propomos a discussão dessa realidade e da concepção da questão agrária, ressaltando que B. Fernandes (2013b) considera que compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das ciências humanas. Conforme postula Stédile (2013, p. 639), o termo *questão agrária* é utilizado para “[...] designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra”. Para B. Fernandes (2013b, p. 204), por seu turno, “a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é, antes de tudo, uma questão territorial”. Com base nisso, entendemos que o campo, na sua história, enfrenta dois processos: primeiramente, como espaço



de produção e reprodução da vida, caracterizada pela posse e pelo uso da terra por parte dos camponeses; em segundo lugar, como meio de exploração e subordinação das classes que historicamente tiveram posse da terra, mas que passa a ser objeto do capital. Com isso, o conflito está configurado. Como assevera B. Fernandes (2013b), a questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz, simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria.

Em meio à realidade apresentada, as famílias resistem e reproduzem seu trabalho, questionam o direito de propriedade e desenvolvem alternativas de resistência, mantendo a propriedade coletiva e o trabalho familiar e defendendo a terra como bem sagrado. Esse modo de organização dialoga com a ideia de Chayanov (1974) por defender que se quisermos ter um conceito organizacional simples da unidade de exploração camponesa, temos que basear nossa compreensão de sua essência organizacional no trabalho familiar.

Considerando-se o conjunto de experiências dos povos nativos do Brasil ao longo da história, assim como das comunidades tradicionais do semiárido piauiense, objeto de estudo deste trabalho, com o suporte de teórico como Chayanov (1974), as especificidades camponesas decorrem da combinação de um conjunto de variáveis em diferentes contextos. Entre estas variáveis, podemos destacar o trabalho familiar através da unidade básica de produção e organização social; o cultivo da terra e a organização da produção, mesmo considerando-se a ausência de mecanismo modernos; o uso da natureza, tanto na retirada da vegetação nativa quanto na caça a animais; e os cuidados de preservação, utilizando-se o termo *mãe terra*.

Quanto à unidade familiar, é possível ocorrer alterações na organização camponesa de acordo com suas necessidades. Conforme destaca Chayanov,

As fazendas podem crescer e declinar sem alterar a composição da família, devido a causas puramente econômicas. Além disso, situações de mercado favoráveis ou desfavoráveis podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento da atividade da família de acordo com seu próprio crescimento. (CHAYANOV, 1974, p. 295)

O objetivo da organização da unidade econômica é a satisfação das necessidades da família. Isso é feito conforme suas necessidades de consumo em uma relação com a força de trabalho familiar, mantendo relação com outras formas econômicas, como observa Kautsky (1986, p. 80): “como todas as grandes épocas da evolução econômica, a produção simples de mercadorias não reinou em toda a sua pureza. Ela sempre se combinou com outras formas econômicas, como o regime natural (regime de produção para o próprio consumo do produtor)”. O fato de existir uma relação entre a unidade econômica de produção e outras relações



econômicas não se conjuga com o modelo capitalista de produção, iniciando-se pela forma de organização do trabalho que ainda é reproduzida em diversas comunidades atualmente. Kautsky (1986, p. 128) salienta que “a loucura do trabalho não é, contudo, um mal hereditário dos camponeses. O número de dias de festas que, a partir da Idade Média, tem-se mantido até hoje em muitos países católicos basta para prová-lo”. Esse tipo de realidade é bastante visível nas comunidades camponesas do semiárido piauiense.

A organização da produção e do trabalho das comunidades camponesas desde o período em que a terra era considerada como bem comum passou por diversos processos. Sofreu e ainda sofre inúmeras intervenções de diferentes grupos. Porém, aquelas que mantêm suas origens no modelo da organização familiar, com seus costumes tradicionais, resistem a estas interferências e se tornam ponto comum no pensamento de diversos críticos que a elas dedicam seus estudos. São pesquisas voltadas às relações de trabalho, produção, cuidado com a natureza ou outras formas de organizações. É bem verdade que, com a inserção do capital europeu, os espaços considerados como bem comum sofreram a concentração fundiária.

Também é importante lembrar as considerações feitas por Prado Júnior (1979). O autor destaca que, historicamente, a estrutura agrária no Brasil, forjada sob as bases do capital mercantil-monopolista, guardou, desde seus primórdios e durante a sua expansão geográfica e econômica, a característica fundamental da concentração da propriedade da terra. Desse modo, percebe-se que a transformação da terra em propriedade privada individual e intocável constitui uma imposição de fora para dentro, embora em consenso com o governo local. É um modelo imposto pela civilização europeia capitalista, que vê a terra e os recursos naturais apenas como objeto de exploração, ainda que, até certo momento, ela fosse sinônimo de vida. A partir desse processo, surge a propriedade privada da terra no Brasil, deixando de ser direito de todos e passando a pertencer aos detentores do poder econômico, sobretudo aqueles que mantêm estreita relação com o Estado. Nesse contexto, a terra assume grande poder político, uma vez que os mesmos detentores da concentração fundiária também concentram o poder político local, emergindo a necessidade da realização da reforma agrária, como garantia de permanência dos camponeses na terra ou acesso ao território.

1.2 Reforma agrária e propriedades de terra no Brasil

A história do campo brasileiro caracteriza-se pela luta por terra, cujos protagonistas, os camponeses, enfrentam as forças do momento mostrando grande resistência. Por isso, quando se discute a questão da propriedade privada de terra no Brasil, sempre se constrói uma relação



com os conflitos sociais. Historicamente, são notificados fatos de resistência de camponeses em defesa da terra, mesmo se considerada a entrada de capital monopolista e a propriedade privada da terra. Tudo isso nos mostra que os camponeses nunca desistiram de exigir seus direitos de acesso e permanência na terra. Assim, surge um debate que busca explicar a realidade agrária a partir da posse, da propriedade, da organização e do uso das terras pela sociedade brasileira.

A rigor, essa história nem sempre foi mostrada incluindo-se todos os sujeitos, especialmente se considerarmos a maneira como os camponeses foram retratados. Conforme destaca Stédile (2005, p. 16), “o primeiro grande debate de ideias e teses que interpretavam de maneira diferente as origens e as características da posse e propriedade e do uso da terra no Brasil somente aconteceu na década de 1960”. Isso revela que, durante séculos, a história brasileira, sobretudo a camponesa, foi mostrada a partir de um único ponto de vista, neste caso, a partir da perspectiva dos sujeitos dominantes.

Com a chegada dos portugueses que buscavam impor um modelo imperialista, alterou-se a dinâmica do regime de propriedade comum da terra. Como bem enfatiza B. Fernandes (2004, p. 23), “os paradoxos do Brasil agrário começaram em 1500, com o invasor português estimulando o escambo pelos indígenas da região de extração e a troca do pau-brasil”. B. Fernandes acrescenta ainda que:

A Coroa portuguesa, obviamente, não aceitava tais incursões e, a partir de 1530, procurou consolidar a sua hegemonia, realizando o processo de colonização. [...] dividida em quinze partes relativamente iguais, ao longo de sua costa, a região foi delimitada por linhas retas, paralelas à linha do Equador, e abrangia um espaço desconhecido, limitando-se à linha de Tordesilhas. (FERNANDES, B., 2014, p. 25)

Com a chegada dos colonizadores, Portugal buscou garantir o direito de domínio de todas as propriedades por meio da concessão de títulos a quem achasse oportuno. Nesse aspecto, Marés (2003 p. 55) comenta que “para não perder o controle da ocupação e favorecer o mercantilismo europeu, reconheceu como direito individual de propriedade de terra somente os que apresentassem como título de origem atos de concessão da própria Coroa”. Além da posse das terras, os portugueses também impuseram sua forma de trabalho, obrigando os povos originários a se transformarem em trabalhadores numa modalidade de trabalho escravizador. Vale ressaltar que, pelo fato de os indígenas não estarem acostumados ao modelo imposto pelos invasores, desde o início, os portugueses importaram negros para serem escravizados no Brasil.



Muitos negros, não aceitando as condições de escravos, começaram a se rebelar e fugiram em busca de liberdade e terra livre, intensificando-se a articulação das formas de resistência.

Junto à questão da terra, foi também se constituindo a população brasileira com os negros trazidos da África como escravos. Quando fugiam das fazendas, os negros formavam quilombos como comunidades onde não existia propriedade privada da terra, construindo um regime de terra de uso comum. Lá montavam suas estruturas de proteção contra o ataque dos brancos e, aos poucos, foram transformando estas comunidades em grandes núcleos de povoamento.

Durante o período colonial, além dos povos nativos que perderam suas terras e dos negros trazidos como escravos e sem direito à terra, ainda existiam conflitos familiares entre os próprios brancos. Embora ocorressem em proporção totalmente diferente dos casos de nativos e negros, também geravam questões relativas à propriedade da terra. Naquele período, somente o filho primogênito do fazendeiro recebia a herança da terra. Os outros filhos ficavam como agregados. Em 1835, a primogenitura foi extinta e os brancos deserdados podiam abrir suas posses em terras não ocupadas. Tornavam-se, assim, sesmeiros, enquanto o mestiço, mesmo adquirindo sua posse, continuava sendo posseiro. Nesse mesmo período, ainda surgiram os agregados e os sitiantes.

Portanto, o processo de ocupação das terras pelos portugueses sempre teve por base o desenvolvimento de atividades econômicas, influenciando diretamente a vida, o direito à terra e o trabalho das pessoas. São introduzidos dois princípios básicos de produção: a manutenção da produção direta como meio de vida ou alguém chega e impõe a produção de mercadoria. Fragmon Borges (2005, p. 259) observa que a instituição das capitanias hereditárias favoreceram a Coroa portuguesa a alcançar um objetivo duplo: “[...] garantir a posse e colonização da terra recém-descoberta e livrar-se das despesas dessa mesma colonização, ao mesmo tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda”. Mesmo cumprindo ambos os objetivos anos depois, a Coroa optou por dividir as terras em lotes menores instituindo o sistema de sesmaria:

A carta de sesmaria mais antiga de que temos conhecimento data de 1540. A sesmaria com a obrigação dos sesmeiros nela cultivarem a cana-de-açúcar, o algodão, estabelecerem engenhos ou fundarem vilas, dentro de determinado prazo, em geral de 3 a 6 anos, além do pagamento do dízimo a Deus. (BORGES, F., 2005, p. 269)

O sistema de sesmaria apenas dividiu as terras em lotes menores. Entretanto, a forma de concessão permaneceu praticamente a mesma das capitanias, sofrendo algumas alterações



apenas, porém, mantendo a concentração da terra. Para B. Fernandes (2014), o sistema de sesmarias iniciado na colônia precisa muito ser reexaminado, uma vez que continua a influenciar as relações de propriedade no século XXI. Marés (2013, p. 56) salienta ainda que “para poder utilizar o instituto das sesmarias, Portugal teve que, implicitamente, desconsiderar qualquer ocupação indígena, e entender as terras brasileiras como desocupadas”.

Mesmo com a divisão das terras por meio da doação de grandes lotes — primeiro pelo sistema de capitanias e depois através das sesmarias —, grande parte das terras permaneceu sem a concessão de títulos. Isso culminou com a prática criminosa da grilagem de terras, tipo de ação apoiada pelo poder público. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 2014, p. 35) reforça isso ao afirmar que “a concentração fundiária no Brasil conta de longa data, com o instituto da grilagem criminosa de terras públicas e devolutas, favorecida pelo permanente descontrole do poder público na execução legítima da política fundiária”.

O incentivo à grilagem de terra no Brasil tem origem em dois fatores. O primeiro refere-se ao favorecimento concedido por parte do Estado. O segundo trata do longo período em que não havia lei de distribuição de terras, desde o fim da concessão por meio de sesmarias até o surgimento da Lei de Terras em 1850 (BRASIL, 1850). Marés comenta sobre essa questão:

Com o fim das sesmarias, em 1822, deixou de haver lei que regulamentasse a aquisição originária de terras, de tal forma que o sistema jurídico então vigente não previa a transferência de terras públicas desocupadas para particulares. Essa situação perdurou até 1850 com a Lei Imperial de Terras, Lei 601, de 1850. (MARÉS, 2003, p. 66)

Com a Proclamação da Independência do Brasil no dia 07 de setembro de 1822, não havendo lei para regulamentar o regime de propriedade da terra, aconteceram dois fatos relacionados com a questão agrária: a extinção do tráfico negreiro e a aprovação da Lei de Terras (BRASIL, 1850). Essa lei passou a regulamentar a aquisição de terras por meio da compra, que constitui até os dias atuais uma das formas mais cruéis de aquisição de terras, sobretudo no período de sua aprovação. Conforme destaca Stédile (2005, p. 284): “A Lei de Terras de 1850 entregou as terras como propriedade privada apenas para os fazendeiros, para os capitalistas. Nascia, assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente”. O Art. 1º da Lei de Terras revela que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente” (BRASIL, 1850).

Assinada no período imperial, essa lei rege até os dias atuais a aquisição de terras através da compra, embora tenham existido, ao longo da história, diversas formas de concessão de



terras no Brasil. Todavia, estas formas sempre foram modelos excludentes tanto para os povos nativos, seus verdadeiros donos, quanto para os negros escravizados. Marés descreve a situação das terras no Brasil antes da Lei de Terras:

1 – Sesmarias concedidas antes de 1822 e integralmente confirmadas [...]. 2 – Sesmarias, embora concedidas antes de 1822, não confirmadas por falta de ocupação, demarcação ou produção. [...] 3 – Gleba ocupada por simples posse [...]. 4 – Terras ocupadas para uso da Coroa ou governo local. [...] 5 – Terras sem ocupação. Todas aquelas que não se enquadrassem nas categorias anteriores eram consideradas sem ocupação, mesmo que alguém ali estivesse e dela tirasse seu sustento e vida. Entre estas terras se encontravam as ocupadas por povos indígenas, por escravos fugitivos, formando ou não quilombos, por libertos e homens livres que passaram a sobreviver da natureza, como populações ribeirinhas, pescadores, caboclos, caçadores, caícaras, posseiros, bugres e outros ocupantes. Estas terras foram consideradas devolutas pela Lei imperial e disponíveis para serem transferidas ao patrimônio privado. (MARÉS, 2003, p. 68)

No período simultâneo à aprovação da Lei de Terras de 1850, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. No entanto, os ex-escravos não possuíam naquela época nenhuma condição para viver a tão sonhada liberdade, visto que a terra só podia ser adquirida legalmente através da compra. Foi extinto o sistema de sesmarias e as terras devolutas, que antes eram patrimônio da União, passaram a ser patrimônio dos estados, dominados pelas oligarquias latifundiárias. Para Stédile (2005), a Lei de Terras foi a gênese do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade da terra. B. Fernandes (2014, p. 32) sublinha que “a aprovação e a regulamentação da Lei de Terras de 1850 criaram uma série de datas limites nos estados para evitar a necessidade de se adquirir um imóvel, demonstrando que o atual proprietário herdara de um benefício de sesmaria”.

Com a Proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, as práticas relacionadas às estruturas agrárias brasileiras mantiveram os benefícios das oligarquias do período imperial. A primeira Constituição republicana confirmou a transferência das terras devolutas às Unidades Federativas, sob a dominação das respectivas oligarquias regionais. Com isso, consolidou-se o início da concentração das terras nas mãos dos grandes fazendeiros e de grandes empresas. Como bem enfatiza Prado Júnior (1979, p. 96), “o direito privado de propriedade transborda aí para o terreno das relações públicas e assume feições de um direito público exercido por um particular”. Nesse sentido, conforme pontua Marés (2003, p. 76), pode-se afirmar que “[...] além da Constituição de 1891 regulamentar a concessão de terras devolutas,



que passaram ao domínio estadual, todas as constituições federais que lhe seguiram mantiveram essa natureza estadual das terras devolutas”.

Em cada período ou regime de governo são realizadas alterações nas formas ou leis agrárias brasileiras, sempre com prevalência para as relações capitalistas de produção. A terra continua sendo vista como mercadoria e permanece o modelo conservador de apropriação e uso, baseado nas relações escravistas que perduraram por séculos.

Para Abramovay (1992), é do interior da mercadoria que emerge a forma particular de socialização cujo resultado é a necessária divisão da sociedade em classes sociais. Em contrapartida, A. Oliveira (2007, p. 66) afirma que “a propriedade capitalista da terra tem que ser entendida como uma contradição do desenvolvimento do modo capitalista de produção, como produto de uma relação social que ela é”. Diante dessas considerações, não há dúvidas de que somente a distribuição justa da terra — com condições de igualdade para todos e superando a concentração da terra e da renda — torna possível um campo sem a divisão de classes sociais.

No período republicano, diversas leis aprovadas trazem trechos relacionados à reforma agrária. Entretanto, nenhuma apresenta muitas novidades no tocante a sua realização. Nesse período, podemos citar como exemplos a Constituição de 18 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946), a Constituição de 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988) e a criação do Estatuto da Terra em 1964 (Emenda Constitucional com a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) (BRASIL, 1964). Foram criados ainda os órgãos de Estado responsáveis pela reforma agrária e, por último, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Nesse contexto, A. Oliveira destaca:

As primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária surgiram após a Constituição de 1946. Essas propostas estavam baseadas principalmente em princípios presentes nos artigos 141 e 147, que tratavam da desapropriação por interesse social e da justa distribuição da propriedade. Art. 141 §16 – É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. [...] Art. 147 – O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com a observância no art. 141 §16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 104)

Considerando-se o Art. 141º e Art. 147º da Lei nº 4. 504, de 30 de novembro de 1964, que dispõem sobre a reforma agrária e, de certa forma, contribuem para sua efetivação, Ivanauro Silva (2013) percebe que a Constituição Federal de 1946 não permitia a realização de uma reforma agrária no Brasil, já que existia pagamento prévio em dinheiro com preço justo das



desapropriações por interesse social. Marés (2003) corrobora isso ao afirmar que a reforma agrária capitalista objetivava apenas a mudança de propriedade da terra com dupla mobilização do capital: transformar a terra improdutiva e liberar dinheiro aos latifúndios para investir em outros negócios.

Desde a adoção do Estatuto da Terra, em 1964, ampliou-se o consenso em torno da noção de que fazer reforma agrária significa, antes de tudo, redistribuir a propriedade da terra. Todavia, nesse mesmo período, quando o Estado estava sendo governado por João Goulart (1919-1976), havia o interesse pela realização da reforma agrária. Em contrapartida, ocorria grande articulação e resistência da bancada latifundiária do conservador Congresso Nacional. A. Oliveira (2007, p. 114) ressalta que “diante da limitação legal, o governo João Goulart passou a utilizar-se do expediente das Leis Delegadas e começou a montar a estrutura executiva para viabilizar a reforma agrária naquela época”. A. Oliveira acrescenta ainda que, naquele período, as leis propostas pelo governo eram sempre derrotadas pelo Congresso. Com a derrota no Congresso, como acentua A. Oliveira, João Goulart utilizou o instrumento legal do Decreto para aprovar e iniciar a implantação da reforma agrária.

Alguns passos que sinalizam a realização da reforma agrária são frutos da mobilização social que aparece com muita força no final de 1950 e início de 1960. Alberto Moreira (2006) pontua que a aprovação do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), promulgado pelo governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), foi, antes de tudo, fruto da intensa mobilização política no campo durante os anos que antecederam ao golpe militar. Com o golpe militar de 1964, surgiu todo um retrocesso nas propostas de reforma agrária. O projeto do governo João Goulart foi liquidado e os movimentos sociais do campo foram perseguidos e colocados na defensiva, tal como as Ligas Camponesas, um dos movimentos de maior representação da época que sofreu forte repressão até ser extinto.

A região Nordeste, com grande concentração fundiária e fortes problemas sociais, teve seus problemas ainda mais acentuados com o golpe militar. A repressão aos movimentos sociais e as crises crescentes aumentaram as migrações. Dessa vez, com o incentivo do próprio Estado. Como apresenta A. Oliveira, o nordeste era foco de tensão social:

A região nordestina, com uma estrutura fundiária concentrada, era foco permanente de tensão social, mas os interesses em jogo e o poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então “fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia” ou, como preferia dizer o General Médici, “vamos levar os homens sem-terra do Nordeste para as terras sem homem da Amazônia”. PIN e INCRA foram as peças deste jogo. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 122, grifo do autor)



A reforma agrária, historicamente, envolveu três sujeitos na conjuntura social do campo: os camponeses, o capital e o Estado. Os entraves estão sempre relacionados ao processo de regularização, já que os camponeses sempre ocuparam uma porção destes espaços. O Estado, porém, busca regularizá-los em benefício de grandes fazendeiros e as próprias leis contribuem para isso. De acordo com Feliciano (2015, p. 88), “o controle da propriedade privada da terra garante concentração de renda e poder aos grandes proprietários/empresários, que obtiveram seu acesso através da grilagem, expropriação e violência”.

Historicamente, no cerne desse debate encontram-se o latifúndio improdutivo e os meios à disposição dos poderes públicos para eliminá-lo. A preocupação com a monopolização estéril da terra e as injustiças sociais que acarreta estão presentes nos documentos oficiais e são uma constante nas análises dedicadas ao estudo da legislação agrária dos diversos períodos da história brasileira, desde a época colonial até os nossos dias. Apesar de a alta concentração da propriedade da terra no Brasil ser um dado histórico persistente desde os tempos coloniais e de a forma de apropriação não ter variado muito, o corpo de normas que regulamentam a apropriação foi alterado ao longo do tempo, sendo que diferentes estratégias têm sido propostas para tentar corrigir os rumos do processo em diversos momentos. O fracasso dessas estratégias não deve obscurecer o esforço despendido na sua elaboração, mas sim lançar luz sobre as dificuldades com as quais terão de se defrontar todos os interessados nas mudanças em curso.

Como o Estado nunca teve a reforma agrária como um projeto de desenvolvimento, os movimentos camponeses sempre lutaram antes, durante e após o golpe de 1964 em diferentes modalidades de organização. Mesmo antes do golpe de 1964, Garcia (2013) considera que os acampamentos já eram utilizados como forma de pressão pela reforma agrária. A sua recuperação ocorreu a partir da retomada das mobilizações no campo no início da fase terminal da ditadura militar de 1964.

Com a repressão imposta pela ditadura militar de 1964, os movimentos sociais não desapareceram. Para Stédile (2013), o estudo e o debate da questão agrária no Brasil se desenvolveram com muitas efervescências durante as décadas de 1980 até nossos dias. Em uma conjuntura política favorável, pelo menos em termos legais, que garante o direito de liberdade do cidadão, os movimentos buscam se organizar com maior força para a conquista dos direitos dos trabalhadores rurais de acesso à terra e das condições de apropriação dos recursos básicos de acesso e permanência na terra.

É oportuno apresentar alguns pontos de destaque da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), como a garantia efetiva das lutas por reforma agrária conforme a lei, embora os



camponeses e os movimentos sociais sejam questionados ou até reprimidos. Conforme menciona I. Silva:

A nova Constituição Federal apresentou, em relação à questão agrária, umas poucas vantagens, que listamos abaixo. a) deu, pela primeira vez na história constitucional, um tratamento diferenciado à reforma agrária, dedicando-lhe capítulo especial; b) trouxe para o texto a explicitação da função social; c) criou o instituto da Perda Sumária para glebas que cultivarem plantas psicotrópicas; d) determinou a reavaliação de todos os incentivos fiscais; e) dispôs sobre a demarcação das terras públicas dentro de cinco anos; f) obrigou à revisão, dentro de três anos, de todas as concessões de terras públicas com área superior a 3 mil ha a serem realizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1987. (SILVA, I., 2013, p. 209)

Partindo das observações de I. Silva (2013), depreende-se que, embora apresentando destaques que respondem parte dos anseios de uma reforma agrária justa, os dispositivos legais não atendem a todas as demandas dos camponeses e dos movimentos sociais, em virtude da existência da articulação ruralista no Congresso, que buscou mais uma vez garantir seus direitos, que foram sendo ampliados ao longo da história. A Constituição apresenta princípios e concepções sociais importantes. Entretanto, há interpretações judiciais e decisões mal fundamentadas que subvertem a própria lei, como garantia de manutenção de propriedades que não cumprem a função social.

A desapropriação como meio de operar a transferência de propriedade e combater o latifúndio improdutivo foi introduzida na Constituição, num determinado momento da nossa história, para possibilitar a intervenção do poder público no processo de apropriação. Trata-se, portanto, de um instrumento de correção dos efeitos danosos do padrão de apropriação, cujas origens encontram-se nos primórdios da nossa história e cuja prática está ainda profundamente arraigada na realidade do campo brasileiro.

Se, por um lado, a discussão sobre as ocupações de terras efetuadas pelo MST vem reanimando o debate sobre a reforma agrária, no qual a polêmica sobre as desapropriações ocupa um papel central, justificando o interesse crescente em torno dos antecedentes históricos desta questão, por outro, é ainda pouco claro para muitos o processo específico pelo qual a apropriação territorial foi estabelecendo o monopólio da terra e moldando de forma perversa a nossa estrutura agrária

Infelizmente, tais conquistas não representam muitos avanços, posto que, em diversos momentos, os camponeses necessitam recorrer a ações jurídicas. A frequência destas ações, de certa maneira, evidencia que existe ao longo da história uma relação íntima entre o grande



latifundiário e o judiciário. Considerando-se o princípio da função social da propriedade no seu cumprimento legal, excetuando-se as interpretações equivocadas de setores do judiciário, teríamos grandes conquistas na questão agrária. Isso poderia ter desencadeado a formação de diversos tipos de assentamentos. B. Fernandes busca aprofundar o estudo sobre esses tipos de assentamentos:

Em um estudo sobre as experiências de reforma agrária desde a Constituição de 1988, que define a desapropriação de terras que não “cumprem sua função social”, pela improdutividade, violações do direito do trabalho ou a destruição ilegal dos recursos naturais, o geógrafo Estevan Leopoldino de Freitas Coca identificou vinte diferentes tipos de assentamentos de reforma agrária implantados pelos governos federal, estaduais e municipais. Entre eles, estão designados assentamentos para populações tradicionais, como quilombolas (assentamentos quilombolas), que enfatizam atividades socioeconômicas com a preservação ambiental, assim como seringueiros (assentamentos agroextrativista, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável) e assentamentos estabelecidos para reassentar camponeses deslocados por projetos de barragens hidrelétricas (reassentamentos de atingidos por barragens). Há muitas variáveis a considerar na avaliação das características e da multidimensionalidade desses assentamentos. (FERNANDES, B., 2014, p. 72, grifo do autor)

O direito à propriedade esteve presente em diversas legislações brasileiras, em especial, a lei que rege a propriedade de terra. Para melhor situar o debate sobre a desapropriação, é necessário retomar, embora brevemente, as características básicas do processo de apropriação territorial, paralelamente ao exame dos mecanismos postos à disposição dos poderes públicos, através de uma legislação específica, para combater o latifúndio improdutivo. Ao longo da história da apropriação territorial, distinguem-se três formas de propriedade da terra: a sesmaria ou forma concessionária; a propriedade plena introduzida pela Lei de 1850; e o conceito de função social da terra introduzido na Constituição de 46 e aperfeiçoado, posteriormente, através da viabilização da desapropriação para uso social

Na maioria dos casos, estas leis favorecem quem mantém uma relação direta com os poderes constituídos, neste caso, o Estado e o judiciário. Porém, com a instituição do princípio da função social da propriedade, cria-se a possibilidade de luta e exigência por parte dos movimentos camponeses para a efetivação desse direito. As ocupações são um dos instrumentos mais eficazes para tanto. Contrapondo-se a estes avanços, com o apoio de setores do judiciário, o Estado utilizou também o termo *direito de propriedade*, interpretando-o de maneira equivocada para encontrar formas de criminalizar as ocupações de terra. Feliciano discute sobre essa questão:



Porém, sob o ponto de vista das regras estabelecidas e construídas historicamente pelo poder judiciário, as ocupações de terra, entendidas como esbulho possessório, são práticas criminosas. É justamente nessa seara que os ditos “donos da terra” se apegam e reivindicam a reintegração das áreas. (FELICIANO, 2015, p. 90, grifo do autor)

Houve muitos avanços e retrocessos na conquista do direito de propriedade da terra, sobretudo, nos anos 1990. Com o entendimento de que a garantia do cumprimento da função social da propriedade seria efetivada, ocorreram muitas ocupações. As ocupações feitas por trabalhadores sem-terra organizadas pelo MST tiveram esse direito garantido com a desapropriação de diversas áreas. Contudo, em resposta a estes avanços, o governo deixou de atuar. Tendo como base a Constituição Federal de 1988, o governo criou medidas provisórias em uma articulação com a bancada ruralista no Congresso Nacional. Para este entendimento, é importante observar o que destaca B. Fernandes:

O governo FHC decidiu criminalizar as ocupações através de medidas provisórias. Com essas medidas, as terras ocupadas não seriam desapropriadas e as famílias ocupantes não seriam assentadas. Essa ação diminuiu o número de ocupações e também o número de assentamentos, porque sem pressão das ocupações de terra, o governo diminuiu a criação de novos assentamentos. (FERNANDES, B., 2014, p. 70)

Na conjuntura atual, assim como em diversos momentos da história agrária brasileira, a luta pela terra sempre manteve uma relação com o direito de propriedade da terra, sobretudo, para quem dela necessita para viver, trabalhar e garantir seus direitos. Cabe salientar que, devido às lutas e às organizações camponesas, ocorreram avanços nas garantias de parte dos direitos constitucionais. Todavia, ainda são insignificantes para a dimensão histórica do problema. Percebe-se ainda que, ao passo que as conquistas avançam, sempre existe uma articulação forte construída entre Estado (legislativo, executivo e judiciário) e latifúndio, o que dificulta tais conquistas. B. Fernandes (2014, p. 76) ressalta que a conquista dos assentamentos se deve, em sua maioria, às “[...] ocupações de terras empreendidas pelos movimentos socioterritoriais que desterritorializaram o latifúndio improdutivo e impediram a territorialização do agronegócio em terras públicas ou privadas”. Por outro lado, mesmo com as conquistas das lutas camponesas, em pleno século XXI a concentração de terra se acentua ainda mais, como revela A. Moreira:

A dimensão da concentração da propriedade agrária no Brasil salta aos olhos: em 1980, os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 ha perfaziam 50,4% do total de estabelecimentos, mas ocupavam apenas a minúscula área de 2,4%



de toda a terra cultivável. Em contrapartida, os latifúndios com mais de 1.000 ha eram apenas 1,2% do total de estabelecimentos, mas detinham 45,8% da superfície cultivável. Ou seja: mais da metade das propriedades agrícolas ocupavam menos de 2,5% do solo, ao passo que 1,2% das grandes fazendas possuíam quase a metade da terra. [...] Os resultados do Censo Agropecuário de 1996 comprovam que a concentração da terra aumentou ainda mais nesses últimos vinte anos. (MOREIRA, A., 2006, p. 58-59)

Desde o fim da ditadura militar de 1964, foram aprovados dois planos de reforma agrária chamados Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Porém, nenhum conseguiu cumprir sequer metade das metas propostas. O primeiro PNRA foi aprovado no governo de José Sarney, em 1985, para o período de 1985 a 1989. E o segundo ocorreu no primeiro governo de Lula, em 2003, para o período de 2003 a 2007.

O I PNRA previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias. No entanto, até o fim de sua vigência, conforme revelam os dados do boletim Dataluta (2016), foram assentadas apenas 87.359 famílias no período de 1986 a 1989, adicionando-se as 700 famílias assentadas em 1985, ano de aprovação do plano. Mesmo com isso, somam-se apenas 88.059 famílias. Com o fim da vigência do I PNRA, não tendo sido aprovado um novo plano, havia uma forte articulação dos Movimentos Sociais do Campo (MSC), dentre eles, o MST, que forçou a realização de desapropriação de muitas áreas que culminaram em diversos assentamentos, principalmente, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Como acentua A. Oliveira:

Com as lutas, surgem as desapropriações de terra. Após a ditadura, em 1985, foi elaborado o I PNRA e, com ele, o assentamento de 55.978 famílias no governo Sarney. 26. 940 famílias nos governos Collor e Itamar Franco; 155.583 no primeiro governo FHC e 335.301 famílias no segundo governo FHC. Do ano 1965 a 1981, foram assentadas, em média, 8 famílias por ano, mesmo sendo contabilizados, em média, 70 conflitos por terra anualmente. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 159)

Com a vitória e posse do governo Lula em 2003, cresceram as expectativas pela realização de reformas agrárias. A elaboração do II PNRA gerou muitas expectativas que, segundo destaca A. Oliveira (2007), foram frustradas logo na sua elaboração. O plano tinha como meta para o quadriênio de 2003 a 2006 a implantação de 400 mil novos assentamentos. Isso devia ocorrer através de desapropriações com finalidade social, compra de terras e retomada de terras públicas ocupadas ilegalmente (griladas) por latifúndios. Além disso, o plano previa também a regularização fundiária de 500 mil posses para o primeiro ano. Contudo, conforme postula A. Oliveira (2008), a derrota do plano veio logo em sua elaboração. As metas



foram cumpridas apenas parcialmente. Ao término do quadriênio, em 2006, não foi elaborado o III PNRA.

Durante os três primeiros anos do primeiro governo de Lula, a reforma agrária incluiu também outras modalidades de regularização fundiária. A. Oliveira (2007, p. 171) cita estes números: “Reforma agrária – 85.966 famílias assentadas, regularização fundiária – 44.016 famílias, reassentamento fundiário de famílias atingidas por barragens – 1.606 famílias e reordenação fundiária – 113.478 famílias”. Diante disso, deve-se questionar o fato de o governo ter priorizado a regularização fundiária, o reassentamento e a reordenação fundiária sem ter também priorizado os acampamentos e as áreas de conflitos. Por que o governo sanou os problemas de parte das famílias, mas não os mesmos problemas das famílias quando havia a necessidade de mexer com o latifúndio? A resposta está presente nas decisões do Estado. O governo Lula, naquele período, foi de composição, o que se assemelha ao atual, em 2023, com a denominação de uma frente ampla. Ambos não mexem com o latifúndio por esse motivo. A reforma agrária proposta pelo governo Lula, portanto, não alterou a estrutura do latifúndio.

Considerando-se o processo histórico, o Brasil tem uma longa história de políticas e de permanência da estrutura fundiária, que teve início com os povos originários e o uso comum da terra. No século XVI, surgiu a propriedade privada da terra com a expansão do capital mercantil europeu como primeiro processo dessa transformação. A partir da concessão das capitânias hereditárias e das sesmarias, todo esse processo se intensificou logo no século XIX, em 1850, com a Lei de Terras (BRASIL, 1850). Stédile (2005) considera que a Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras. Ocorreu a transformação das terras em mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas.

É notório perceber que as várias formas de regularização fundiária sempre favoreceram a parcela da sociedade brasileira detentora do poder seja político ou econômico. Isso ocorreu dessa maneira desde a primeira divisão de terras por meio das capitânias hereditárias, passando pelas sesmarias e depois pela Lei de Terras. No século XX, o elitismo começa a ser perceptível a partir das constituições de 1946 e 1988, do Estatuto da Terra de 1964, das medidas provisórias e dos PNRA, bem como por meio até da realização da reforma agrária de mercado. B. Fernandes (2014, p. 65) ressalta que as “diversas formas de governo criaram normas de intervenção para tratar dos problemas da concentração fundiária e de formas de uso da terra, sem nunca os solucionar”.

A questão agrária, atualmente, vai para além do latifúndio e da distribuição de terras. Segundo A. Oliveira (1991), as questões que envolvem o campo brasileiro são frutos do



desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista. Já um estudo da CNBB em 2014 aponta que:

Aos governantes cabe cumprir seu dever legal de combater a grilagem, reintegrando a posse das terras ainda devolutas e destinando-as para a Reforma Agrária. A eles, compete impedir que empreendimentos instalados em terras ocupadas, ilegal ou irregularmente, sejam financiados com recursos públicos. (CNBB, 2014, p. 78)

Portanto, o papel do Estado dentro desse processo seria mediar os conflitos entre as classes sociais e garantir o efetivo direito de propriedade das terras para quem delas necessita. Entretanto, não é o que se percebe por parte do Estado. De maneira similar a outros estados brasileiros, o Estado do Piauí adotou uma política de benefícios aos grandes latifúndios. Assim, Carlos Porto assevera que:

A concessão de sesmarias acompanhava passo a passo a marcha da conquista. Mal divulgava o descobrimento de uma faixa de terra, acudiam pressurosos requerentes, armados de recomendações. Evidentemente, nenhum desses magnatas pensaria em participar do árduo trabalho de povoamento, todo ele entregue ao posseiro anônimo, de passo vacilante, que penetrava os sertões e enfrentava os perigos. De fato, na história da colonização do Piauí é insignificante o número de doações feitas aos vaqueiros povoadores, o que atesta o poder e a força dos sesmeiros. (PORTO, 2019, p. 88)

Como o Estado não tem garantido esse direito, torna-se necessário reforçar a resistência e a luta camponesa pela conquista definitiva da terra, sobretudo no momento de expansão do capitalismo no campo brasileiro que, nos últimos anos, tem provocado conflitos socioterritoriais. No Piauí, por exemplo, a concentração fundiária configura-se com o mesmo modelo desenvolvido nas demais regiões do país. Como revela Miranda (2018, p. 256), “a colonização do Piauí não data de 1500, mas somente do terceiro quartel do século XVII”. Isso mantém uma construção concentradora entre Estado, capital e oligarquia latifundiária, subsidiada pelo discurso desenvolvimentista especialmente na região do semiárido.

É no semiárido onde, na última década, estão sendo subsidiadas as ações para a implantação de grandes projetos do capital. Estes projetos possuem fortes ações e investimentos para a implantação de projetos minerários, o que causa impacto direto sobre as comunidades. Isso, de certo modo, provoca alterações na dinâmica territorial da região e na estrutura fundiária atual, causando conflitos e resistências.



1.3 Os conflitos no campo brasileiro e as formas de luta e resistência

Este tópico aborda as questões dos conflitos, das lutas e da resistência camponesa. Assim, apresentamos como as lutas surgem e se desenvolvem nos diferentes contextos da historiografia brasileira, abrangendo o período colonial, imperialista e republicano. Neste último, apresentamos diferentes contextos, tais como os primeiros anos de República, em meados de 1950, a ditadura militar de 1964 e a redemocratização do país. Abordamos ainda a luta de homens e mulheres de condições de vida simples e como os setores da sociedade são silenciados pelos detentores do poder e, praticamente, apagados da história oficial.

Conforme postula Dias (2008), a historiografia brasileira há bastante tempo tem se omitido sobre a exploração das massas, ocultando conflitos no curso da história e enfatizando as lutas de grupos da sociedade que eram vistos como heróis associados às potências coloniais. No que concerne aos movimentos sociais do século XIX, a memória histórica destes eventos, especialmente a popular, foi adulterada e quase apagada. Quando apareciam, esses movimentos eram mostrados como obra de bandidos ou assassinos para não deixar traços, conotação social ou força política, a exemplo do que ocorreu com a Balaiada.

Ao contrário dos diversos registros históricos, muitos pesquisadores mostram a presença dos camponeses nos movimentos de luta e resistência que se estendem na história brasileira desde o período dos povos nativos. Conforme destaca Mitidiero Júnior:

A realidade do campo brasileiro compreende um significativo número de experiências de luta pela terra que vão desde as organizações indígenas que lutam pela “retomada” dos seus territórios, aos quilombolas que reivindicam suas áreas de remanescentes; desde ações de resistência de posseiros às ações de pastorais católicas na defesa de “terra de trabalho” do campesinato. (MITIDIERO JÚNIOR, 2015, p. 254, grifo do autor)

A observação de Mitidiero Júnior (2015) nos enseja a pensar que, como várias partes do território brasileiro, o Piauí é caracterizado por conflitos pela segurança dos legítimos direitos fundiários. Os estudos de P. Machado (2002) apontam que estes conflitos são caracterizados pelos processos de extermínio e espoliação. Isso começou antes mesmo da concessão das sesmarias implantadas pelo governo português em benefício de sucessores dos construtores dos primeiros currais de pedra, que foram edificadas nos vales dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense.

No período colonial, o campo brasileiro foi marcado pelo discurso capitalista. Isso revela, como pontua Porto-Gonçalves (2012, p. 46), a maneira como “[...] a constituição do



sistema colonial, desde 1492, implicou a conformação territorial de diferentes escalas de poder”. As forças do mercantilismo europeu são tomadas como poderes regularizadores. Logo, o campo foi marcado pelas lutas dos povos que passaram da condição de legítimos proprietários para a de excluídos do acesso à terra. Incluem-se nesse processo os povos nativos e os negros escravizados. Andrade (2004, p. 80) aponta que “desde a conquista, os indígenas lutaram denodadamente contra os colonizadores que os expropriavam e lhes tiravam a liberdade”.

A repressão das lutas camponesas por parte da classe com direito a registro ou à divulgação abrange diferentes classes de camponesas. Similarmente ao que acontece com os negros, muitas lutas não conseguem entrar nos anais da história. Neste contexto, a luta se intensificou em diferentes períodos da história brasileira. Em meio às condições impostas aos negros pelos colonizadores, as lutas foram assumindo grandes dimensões. Feliciano (2015) afirma que: a luta contra a escravidão cresceu tanto que, dessa contradição do capitalismo, surgiram os quilombos como terra de liberdade e trabalho coletivo, o que se distingue das propostas do capitalismo colonial.

Conforme pontuam diversos historiadores, o quilombo dos Palmares se constitui na maior luta camponesa do período colonial. Contudo, como no campo começam a surgir diversas parcelas de camponeses sem terra, começa a despertar a necessidade de outras grandes lutas, que avançam além do período colonial. A. Oliveira (1994) cita como exemplo destas lutas o caso de Canudos e outras circunstâncias que representam os conflitos organizados por trabalhadores rebeldes. O campo brasileiro se transformou em um amplo espaço de camponeses em luta pela terra, como os arrendatários, os indígenas, os meeiros, os negros, os pescadores, os posseiros e os ribeirinhos. São estas classes que têm lutado historicamente pela garantia da posse de terra, pela liberdade do campo brasileiro e contra a expropriação. Isso culminou em diversos movimentos sociais espalhados por diferentes regiões, tais como Canudos no sertão da Bahia, o Contestado envolvendo os estados de Santa Catarina e Paraná, Trombas e Formoso em Goiás, além de diversas lutas localizadas em outros estados.

Diante disso, podemos inferir que o campo brasileiro foi sendo constituído por grandes lutas, como menciona A. Oliveira (1994, p. 21): “a maior guerra popular da história contemporânea no Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916”. Porém, ocorreram também inúmeras outras lutas localizadas, como apresenta Grzybowski (2013, p. 345): “o que chama atenção é a constância das lutas localizadas. Concretas, e dos problemas que lhes dão origem, apesar da mudança da forma dos movimentos”. Embora as lutas ocorressem de forma isolada e em lugares distantes entre si, Marés (2003, p. 78) pontua que os movimentos se assemelhavam por terem



como “[...] fundamento a ocupação da terra e seu uso para prover todas as necessidades da população”. Embora as lutas tenham a posse da terra como causa em comum, Tarcísio Carvalho (2008) destaca que é surpreendente que a Guerra Sertaneja do Contestado, um dos maiores conflitos armados ocorridos no Brasil, tenha sido praticamente desconhecida durante o século XX. T. Carvalho revela que, apesar das pesquisas realizadas a partir de 1950, a Guerra do Contestado passou a ser equiparada meramente à de Canudos.

Considerando-se a sequência da historiografia das lutas do campo brasileiro, o século XX é marcado por diversos conflitos sociais, tendo a violência como marca constante nesse processo. São marcas no campo brasileiro que resultam do constante desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Destaca-se o fim do Estado Novo ou Terceira República Brasileira (1937-1945), quando se iniciam as primeiras organizações de trabalhadores rurais, sobretudo, no final de 1940, na década de 1950 e no início de 1960, com o aumento do processo de organização e reivindicação. O retrocesso das lutas surge logo em 1964, com a ditadura militar e a repressão aos movimentos, em especial às Ligas Camponesas, movimento forte de luta e reivindicação que surgiu no Nordeste e se espalhou por diversas partes do país, cujos líderes foram presos, torturados, mortos e exilados. Somente depois de dez anos de muitas lutas vencidas pelas forças do próprio Estado, com a redemocratização, ocorreu o fortalecimento desses movimentos, com destaque para o MST, que se tornou mais visível a partir de 1984, quando, nesse mesmo período, surgiram novos movimentos sociais. Quanto a estas lutas, A. Oliveira destaca que:

O século XX tem sido rico em exemplos de luta pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil. De um lado na tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro lado, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transforma em trabalhadores assalariados. (OLIVEIRA, A., 1994, p. 22)

Com o passar do século XX, aumentou a ligação entre os camponeses e a cidade, mesmo enfrentando derrotas nas lutas. Marés (2003) pontua que isso favoreceu o crescimento da conscientização do homem do campo e tornou os movimentos mais politizados, o que resultou em maior criminalização dos conflitos por parte do governo. Nos anos da ditadura, em meio à repressão imposta pelo Estado e à perseguição às organizações que representavam as trabalhadoras e os trabalhadores rurais, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando a ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura, tendo como princípios a Teologia da



Libertação, fortaleceu os movimentos, com destaque no Nordeste. De um lado, a perseguição e a dizimação das Ligas Camponesas. De outro, o aumento da organização através das CEBs, criadas em 1968 na II Conferência dos Bispos da América Latina (CNBB, 1968), reunida em Medellín, na Colômbia, ganhando grande dimensão no Brasil no final de 1970 e início de 1980. Foi também nesse contexto que em 1975 surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A Igreja também contribuiu com a luta camponesa pela terra a partir de documentos e orientações cristãs para que todos os camponeses fizessem parte da luta.

Diversos segmentos da sociedade incluíram em seus debates o tema da questão agrária. Setores da Igreja Católica unidos à mobilização dos camponeses criaram a CPT no ano de 1975, período em que surgiu também o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em defesa da causa indígena. Os registros da CNBB (2014) informam que, em 1980, o documento “Igreja e Problema da Terra” apoiava a causa dos camponeses pela reforma agrária e a necessidade de aplicação e/ou reformas das leis na época. Além da Igreja, diversas categorias de camponeses deram início a sua articulação no período da ditadura militar de 1964.

Portanto, o papel do Estado foi fundamental para combater as lutas camponesas e fortalecer o poder do latifúndio. Por sua vez, os camponeses buscaram diferentes alternativas de luta e superação devido à necessidade da conquista e da garantia da permanência na terra. A. Oliveira sustenta que:

É em decorrência desse conjunto de razões que, teimosamente, os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhe têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 135)

A partir de 1980, como foi afirmado, os movimentos existentes se fortaleceram, especialmente o MST, em 1981, e as CEBs. Isso, de certo modo, proporcionou o surgimento de novos movimentos, como o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), em 1991, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Embora não possamos considerar como luta ou movimento, também foram de imensa importância as manifestações de posicionamento a favor da luta pela terra por parte de setores da Igreja Católica ao longo do período da ditadura, sobretudo no Nordeste. As manifestações foram seguidas por diferentes grupos ao longo dos anos, seja através de ações pontuais ou de documentos que orientavam as ações da Igreja, mesmo se considerarmos que os setores conservadores da própria Igreja não seguiam as orientações desses documentos.



No ano de 1980, por ocasião de sua XVIII Assembleia Geral, a CNBB aprovou o documento “Igreja e Problemas da Terra”, em resposta aos muitos clamores dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, vítimas de um processo de modernização da agricultura que os governos militares puseram em curso, sem levar em consideração os compromissos de reforma social que formalmente assumiram no Estatuto da Terra (BRASIL, 1964). No ano de 1984, a CNBB lançou a Campanha da Fraternidade (CF), com o tema “Para que todos tenham vida”. Foram momentos de fortes tensões e miséria no campo, sobretudo, no Nordeste. No ano de 1986, o tema da CF foi voltado exclusivamente para a questão agrária: “Fraternidade e Terra”, com o lema “Terra de Deus, Terra de irmãos”, e, no ano de 2006, foi publicado o documento “Os pobres possuíram a terra”, assinado por 112 bispos das igrejas católica, anglicana e metodista e por pastores sinodais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB).

Entre vários documentos e várias ações desenvolvidas em diferentes regiões do país, conforme suas necessidades e organizações específicas, destacamos um trecho do documento 101 da CNBB 2014:

A terra não pode ser transformada em simples mercadoria para produzir lucros, através da especulação ou da exploração do trabalho. “As terras não se venderam a título definitivo, porque a terra é minha e vós sois estrangeiros e meus agregados” (Lv. 25,23). Quando a propriedade e o uso da terra forem causa de pobreza e opressão para as pessoas, tem-se a certeza de que a aliança com Deus foi rompida, que sua vontade foi desobedecida e que o pecado domina as relações entre as pessoas. (CNBB, 2014, p. 46, grifo do autor)

Com a redemocratização do Estado e a conquista de alguns direitos pela classe camponesa, sobretudo com a garantia de direitos constitucionais, estes movimentos sofreram perseguições e derrotas, em virtude da articulação entre os latifúndios e o Congresso Nacional, que se fortaleceram através da criação da União Democrática Ruralista (UDR). Todavia, com a derrota da reforma agrária na Constituinte de 1988 e com o fracasso do I PNRA, os movimentos se fortaleceram e aumentaram as ocupações de terra por todo o país. A. Oliveira (2007) destaca que foi na década de 1990 que as lutas por reforma agrária se intensificaram. Nesse caso, o Estado teve que atender aos movimentos com políticas públicas formando assentamentos fundiários. Desse entendimento, evidencia que, somente através das lutas que avança o processo de reforma agrária no Brasil. A. Oliveira acrescenta ainda que os camponeses começaram a criticar a estrutura fundiária vigente:



Os camponeses, expulsos do campo e impedidos do acesso à terra, passaram a contestar estruturas fundiárias vigentes. Organizados a partir das comunidades eclesiais de base das pastorais sociais, passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas. Dessa forma, nasceram as ocupações de terra pelos movimentos dos sem-terra, que depois, em 1984/5, unificaram-se formando o MST. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 159)

A reforma agrária, a partir de meados dos anos 1980, tem assumido mudanças significativas na forma como vem sendo realizada pelos movimentos do campo, em especial o MST, que tem se transformado em um movimento social de grande importância com forte apoio da população e das instituições. As lutas do MST se estendem para além da conquista da terra, pois busca mudanças na estrutura social, incluindo-se a educação e outras frentes. Portanto, a resistência camponesa passa a ocorrer articuladamente com diversos setores de nível local, regional, nacional e internacional. Contudo, os movimentos de resistência ainda acontecem fora dos grandes esquemas da globalização.

O MST desempenhou um importante papel na conquista da terra, sobretudo durante o governo de FHC, período em que o movimento já havia crescido e se articulado. E, por meio das ocupações, o governo foi forçado a realizar a desapropriação de áreas. Foram fortes também nesse período os massacres, resultando em violência e assassinatos no campo. Como sinaliza A. Moreira:

A distribuição de terras havida nos anos FHC não foi, portanto, nenhum “presente”, mas árdua conquista por parte do MST e de outros movimentos camponeses, aliada a uma certa racionalidade social e econômica por parte do governo federal e do governo de estados, como de São Paulo. De qualquer maneira, foi durante esses oito anos do governo FHC que também aconteceram grandes tragédias no campo, como os massacres de Corumbiara (09/09/1995) e Eldorado do Carajás (17/4/1996). (MOREIRA, A., 2006, p. 91, grifo do autor)

Embora o processo de reforma agrária seja praticamente inexistente no Brasil, as áreas já desapropriadas e assentadas pelos camponeses representam dados importantes para a economia brasileira, como descreve A. Oliveira:

Portanto, pode-se concluir que a análise do número de pessoas ocupadas no campo indica que as pequenas unidades de produção geraram mais de 13,6 milhões de empregos em termos totais, enquanto isso, as grandes propriedades são responsáveis por apenas 751 mil postos de trabalho. (OLIVEIRA, A., 2007, p. 152)



Em meio à contradição capitalista, o campo brasileiro vai sendo forjado pela unidade da luta. Infelizmente, são muitos os graves problemas que ocorrem para que algumas conquistas sejam realizadas. E isso acontece em meio à redemocratização do país, onde se estabeleceu o dito *Estado democrático de direito*. A. Oliveira (2007, p. 157) disserta que “as elites vão procurando impor seu desmando e desrespeito à Constituição Federal, que manda desapropriar as terras improdutivas”. Ou seja, a elite agrária brasileira sempre encontrou na lei as formas de criminalizar as ocupações, sob a justificativa de se constituir em ato individual e inconstitucional. Como afirma Chauí (2014, p. 263), “no Brasil, luta de classes se reduz a ações reais ou possíveis dos explorados e dominados”. Por isso, existe a necessidade de uma luta ampla envolvendo o conjunto da sociedade e não apenas pessoas que, no momento, se encontram em extrema necessidade de um pedaço de terra, dado que a reforma agrária vai para além da distribuição disso.

É relevante destacar que a luta e a resistência camponesa representam mais do que movimentos sociais no campo, como bem menciona Chauí (2014, p. 264): “luta de classe não é acontecimento esporádico e explosivo na sociedade, em geral, atribuído às classes populares, mas está tranquilamente cristalizada em todas as instituições sociais”. Nesse contexto, faz-se necessário um movimento mais amplo envolvendo os diversos espaços da sociedade. Como descreve Feliciano:

No Brasil, há dois processos principais de resistência territorial aos quais está vinculada a violência no campo: entrar/retornar na terra/território (com direito à propriedade privada, familiar, coletiva ou comunitária da terra ou reconhecimento de um modo específico de sua relação com a terra); e permanecer na terra/território (seja, como sujeitos sociais, camponeses produtores de matéria-prima para indústria e cidade, assim como camponeses produtores de alimentos ou da própria família e/ou comunidade). Ambos teriam, como ponto central, a luta por uma autonomia plena ou relativa em relação ao capital. (FELICIANO, 2015, p. 85)

No entanto, evidencia-se que não existe outro meio da conquista de direito à terra senão por meio da resistência potencializada pelos movimentos sociais. Logo, é de fundamental importância corroborar o que afirma Fabrini (2008, p. 239) ao pontuar que “os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses”. A questão da reforma agrária é complexa e perpassa séculos de história. As forças capitalistas formadas por latifúndios, fazendeiros e empresários, com forte apoio do Estado brasileiro e sob influência até mesmo do judiciário, têm dificultado sua concretização. Assim, a reforma agrária permanece sendo uma necessidade



estrutural da sociedade brasileira. É persistente a ação dos movimentos sociais do campo pela distribuição da terra e, principalmente, pelo cumprimento da função social, servindo como instrumento que busca corrigir as desigualdades no campo. O campesinato tem buscado, das mais diversas formas, a ocupação dos diversos espaços de poder por meio de ações de resistência como forma de transformação da realidade no campo.

Ao se analisar as diversas formas de luta e resistência camponesas no contexto brasileiro, podemos afirmar que, historicamente, o campo brasileiro vem sendo marcado por atos de violência em uma relação direta com as forças do discurso capitalista em que o latifúndio, junto aos poderes do Estado constituído, reproduz as forças de dominação e acumulação do capital e do poder. Independentemente do período, a força do capital se apresenta no campo de diferentes formas, porém, mantendo seu objetivo principal: a reprodução do lucro. Para tanto, a marca da violência se constitui como elemento central e, em todas as fases, tem o Estado como o mediador principal dos conflitos a favor do capital.

Nesse contexto, a partir de meados do século XX, especialmente a partir de 1970, com a ditadura, o capital tem utilizado as tecnologias como forma de impor um padrão moderno. Trata-se de uma nova fase de desenvolvimento econômico com argumento para o convencimento dos próprios camponeses que são vistos como atrasados. Desse modo, os projetos capitalistas apresentam-se como uma suposta solução para modernizar os camponeses. Porém, o que tem ocorrido na prática é uma profunda injustiça social acompanhada de violência e expropriação de terras do homem no campo. Por isso, recolocar em cena a dimensão de classe e a luta de classes no campo nos diversos ambientes se tornou algo urgente e necessário nos diversos âmbitos da sociedade, seja no aspecto político, sindical ou acadêmico, como forma de elucidar e potencializar o protagonismo de luta e resistência camponesa ao longo da história.

Diante do que temos mostrado até aqui, podemos inferir que as formas de luta e resistência camponesa no território brasileiro se traduzem nas diversas especificidades conforme o tempo e o espaço. Contudo, elas estão presentes em todo o território. No caso específico do Nordeste, estão presentes desde o período colonial, em virtude de ser a região que sofreu a maior interferência do capital naquele período. Ao longo da história, o Nordeste continuou se mantendo nestas lutas com maior destaque e repercussão nacional: com a Guerra de Canudos, durante o período republicano em meados do século XX, e com as Ligas Camponesas, que foram dizimadas com a ditadura militar.



1.4 Luta e resistência camponesa no Nordeste

É oportuno iniciar a discussão sobre a resistência camponesa no Nordeste mantendo sempre uma relação com o processo de formação do território que hoje compõe essa porção do Brasil. A costa litorânea nordestina foi a primeira região a ser explorada pelo colonizador europeu que, através da centralização do poder e da desconsideração dos potenciais e povos nativos, dificultou o desenvolvimento da região. Conforme apresenta Andrade, a colonização no nordeste está relacionada com uma economia primária:

O povoamento do Nordeste fundamentou uma economia primária — exportadora nos condicionantes mesológicos. Ele aconteceu em uma sucessão de formas muito diferenciadas em natureza, intensidade, extensão e repercussões. De sorte que o efetivo domínio do território regional significou uma especialização de atividades em distintas áreas. Assim, praticou-se o extrativismo no litoral, [...] a agropecuária canavieira, na zona da mata, [...] a pecuária no interior, [...] o algodão e o arroz foram desenvolvidos no Meio Norte e o cacau no Sudeste baiano. (ANDRADE, 1979, p. 13)

Historicamente, a economia nordestina foi marcada pela concentração fundiária, pela exploração das terras agricultáveis e pelo regime de escravidão, algo que perpassou séculos, tendo a cana-de-açúcar e o algodão como economia principal. Andrade (1986, p. 116) afirma que “a grande concentração fundiária tornou-se um dos mais graves problemas do Nordeste, sobretudo nas áreas de elevadas densidades demográficas como a Mata e o Agreste”. Para Andrade, essa questão favoreceu para que a região açucareira da Mata se tornasse numa área marcada por tensões sociais e conflitos entre proprietários e assalariados.

Andrade (1970) considera que o problema agrário nordestino leva em conta três fatores básicos: a grande lavoura de exportação, a pequena lavoura associada à pecuária e a pecuária extensiva. Esta última é a que mais predomina e traz grandes consequências para a população local. Por outro lado, segundo postula Andrade, ela garante um bom desenvolvimento aos médios e grandes proprietários, graças ao monopólio da terra e ao evitamento do salário do trabalhador rural.

Como visto, o Nordeste passou por um longo processo de escravidão. Após os negros serem escravizados, surgiram os foreiros, agregados, moradores, boias-frias e camponeses em geral. Enfim, o povoamento do agreste está associado à cana-de-açúcar e, principalmente, à criação de gado, com a qual foram constituídas diversas sesmarias. Nesse período, o agreste se tornou a região de maior influência econômica para o Nordeste e o restante do país. Após a pecuária, surgiu o trabalho assalariado com o algodão e, no final do século XIX, o café. Andrade



reforça o entendimento sobre a colonização do Nordeste, baseada na economia de exportação, ao considerar que:

O Nordeste apresenta características próprias; colonizado a partir do século XVI, foi durante dezenas de anos a região motriz, economicamente mais dinâmica do país, e organizou a sua economia voltada para o mercado externo, dedicada à exportação para o mercado europeu, a princípio, e, posteriormente para o norte-americano, de produtos agrícolas tropicais como a cana-de-açúcar, o algodão, o cacau, o fumo e o sisal. (ANDRADE, 1970, p. 87)

Com a criação de gado, o sertão entrou no circuito da ocupação e exploração. Dessa forma, o desenvolvimento da agricultura no sertão ocorreu de forma associada à criação de gado, fazendo surgir as figuras do fazendeiro e do vaqueiro. Foram criados ainda os pequenos engenhos, que produziam mel e rapadura. Além dos vários serviços, os engenhos também favorecerem o início da escravidão.

Nos diversos estudos que versam sobre o semiárido, sempre aparece a palavra *sertão*. Partindo das reflexões de Andrade (1970), pode-se considerar que a palavra *sertão* é associada ao conceito de *deserto*, palavra que deu origem ao termo *desertão* para significar deserto grande. Por conseguinte, surgiu a palavra *sertão*. Entretanto, *sertão* não significa *deserto* no sentido demográfico. Refere-se, na verdade, a uma região despovoada ou habitada por uma pequena quantidade de pessoas. Nos excertos a seguir, Andrade (1986) faz a relação da colonização do sertão ao movimento populacional que parte dos centros urbanos já consolidados:

O Sertão nordestino foi integrado na colonização portuguesa graças a movimentos populacionais partidos de dois focos: Salvador e Olinda. Foram essas duas cidades que se desenvolveram como centro de áreas de terras férteis de “massapê” e, conseqüentemente, como centros açucareiros que comandaram a arremetida para os sertões à cata de terra onde se fizesse a criação de gado, indispensável ao fornecimento de animais de trabalho — bois e cavalos — aos engenhos, e ao abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento.[...] O processo de ocupação do território, em diversas partes do país, ocorreu de forma desigual [...] os posseiros que, como autênticos heróis, dominaram os índios e estabeleceram fazendas na hinterlândia sertaneja, lutando em condições desiguais com os poderosos senhores que recebiam doações de terras como mercê por favores prestados ou pela amizade e influência junto a Governadores Gerais, não tiveram ainda o historiador que descrevesse a época por eles realizada, como o tiveram os latifúndios da Casa da Torre. (ANDRADE, 1986, p. 179, 181, grifo do autor)

O espaço nordestino foi sendo constituído a partir de disputas e imposições de forma autoritária, abrangendo do litoral, ao agreste e ao sertão. Porém, diante desse modelo, a



população em geral, com destaque aos camponeses, passou a buscar alternativas de superação daquela realidade, visto que as mudanças no cenário nacional, a exemplo da abolição da escravidão, modificaram em quase nada a vida dessa camada da sociedade.

No Nordeste, historicamente, as terras não tinham valor. A riqueza era representada pelo gado. Todavia, com a passagem das terras devolutas para os estados, começou a especulação imobiliária e os fazendeiros cuidaram de *regularizar* os limites de suas fazendas. Começaram a incorporar ou expulsar os antigos moradores e agregados. Por fim, o espaço agrário do Nordeste foi composto, basicamente, pelas grandes propriedades de terra, que podem ter sido adquiridas por concessão de sesmarias, legalização de terras devolutas para os latifúndios ou por grilagem de terras.

Diante do exposto, temos um campo nordestino composto por arrendatários, camponeses sem terra, comodatários, herdeiros, meeiros, minifundiários e posseiros. Mesmo considerando estas condições, B. Fernandes (2014, p. 40) considera que “é nessa região que a agricultura camponesa é mais representativa”. A base principal dos camponeses era a agricultura. Todavia, em virtude da localização de vivência desses sujeitos no campo, foram sendo desenvolvidas outras atividades, a saber: o extrativismo da carnaúba às margens dos rios, a expansão do babaçu, principalmente na região meio-norte, no Maranhão e no Piauí. A busca por diversas alternativas favoreceu o desenvolvimento da economia do sertão de maneira semelhante ao agreste.

Dentre um conjunto de alternativas para o desenvolvimento da agricultura, destacam-se as vazantes nas regiões que são cortadas por rios considerados perenes pelo menos em período chuvoso. Na região em que esse estudo foi desenvolvido, destacam-se os rios Canindé, Itaim e Itaizinho. Andrade (1970) ressalta que a agricultura de vazante é aquela feita no leito maior do rio, no começo da estação seca, à proporção que as águas baixam. São plantados apenas produtos agrícolas de ciclo vegetativo curto, visto que a colheita tem que ser feita no início da estação chuvosa, quando o nível das águas do rio se eleva e as vazantes são inundadas.

Como mencionado neste estudo, e reforçado por B. Fernandes (2014), a agricultura se constitui como a base principal da economia camponesa. Porém, para que essa prática seja desenvolvida, é necessária, além das condições técnicas, a posse da terra. Mas, como ela está concentrada no latifúndio, o desenvolvimento pelos camponeses é impedido. Diante dessa realidade, parte dos camponeses despertaram o interesse em lutar por seus direitos criando resistência ao coronelismo e ao latifúndio, já que existem camponeses que vivem no território sem a posse da terra, pois desconhecem esse mecanismo. Sempre viveram ali, e isso representa uma vulnerabilidade imensa diante dos grandes projetos do capital.



Antes de adentrarmos no conjunto de luta e resistência desenvolvido pelos camponeses no Nordeste perante a conjuntura agrária e de exploração ao longo da história, vale mencionar que, para além dos fatores agrários e econômicos, existe um conjunto de elementos que constitui o Nordeste desde sua formação. Albuquerque Júnior (2011) ressalta que o espaço nordestino tem sido dotado de visibilidade e dizibilidade. O nordeste tem sido desenhado por um agrupamento de imagens rurais e urbanas, do litoral ao sertão, domadas em sua diversidade pelo trabalho integrativo de poetas e escritores. Seguindo esse raciocínio, Albuquerque Júnior sublinha que deve ser aproveitado o potencial de sua cultura popular e do que o autor chama de *brasilidade* de suas manifestações culturais.

No tocante às formas de organizações, as revoltas e resistências foram frequentes desde o período colonial. No período da escravatura, os conflitos deram origem à formação dos quilombos, que se constituíram numa das maiores lutas concretas, espalhando-se por diversas partes do país. Porém, é no Nordeste que se tem o registro do maior movimento que marcou essa história de sofrimento e grandes perseguições: o Quilombo dos Palmares. Todavia, as lutas não se restringiram a Palmares. Andrade (2004) revela que ocorreram alianças entre várias categorias de camponeses que culminaram em grandes movimentos. Andrade comenta que na tentativa de garantir o controle da terra, os negros se aliaram a indígenas, brancos pobres e mestiços, posseiros e pequenos proprietários para fortalecer a luta contra os representantes do poder e das forças governamentais. Isso ocorreu em movimentos como a Cabanagem no Pará, Balaiada no Maranhão e Piauí e a Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas (ANDRADE, 2004, p. 81).

A. Oliveira (1994) observa que o fim da escravidão no século passado não foi suficiente para remover as injustiças sociais. E o Nordeste latifundiário viu nascer no sertão a luta sangrenta de Canudos, onde os camponeses e o Exército lutaram violentamente por mais de um ano. Foi no período de passagem do Império para a República que aconteceram grandes lutas camponesas, como a citada guerra de Canudos. B. Fernandes revela que as lutas se justificavam pela defesa do território:

Durante a Primeira República, os camponeses se organizaram para proteger suas comunidades da constante ameaça da invasão das relações capitalistas que procuravam subordiná-las. Esse período também dá testemunho aos conflitos paradigmáticos. Um ocorreu na região Nordeste, no estado da Bahia, na comunidade de Canudos na década de 1890, e outro na região sul, na fronteira entre os estados de Paraná e Santa Catarina, que ficou conhecido como Contestado. (FERNANDES, B., 2014, p. 51-52)



Dentre as diversas lutas ocorridas no Nordeste, o movimento de maior repressão do período do início da República foi a Guerra de Canudos, que teve como líder Antônio Conselheiro (1830-1897). Para maior entendimento desse conflito que marcou a história de luta e resistência no Nordeste, inicialmente, buscamos mostrar quem foi Antônio Conselheiro, as características da comunidade Canudos e, de forma geral, como ocorreu esse movimento.

As características principais da Guerra de Canudos, bem como as particularidades de seu líder Antônio Conselheiro, são narradas com certa minúcia na obra regionalista *Os sertões*, publicada originalmente em 1902, por Euclides da Cunha (1866-1909), escritor pré-modernista brasileiro. A obra intersecciona fatos históricos com narrativa literária, resultando num marco para a história do Brasil e início de uma nova perspectiva estética para a prosa na literatura brasileira no século XX. Ao ser convidado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides da Cunha deveria fazer a cobertura do evento de Canudos. Suas observações particulares do movimento contribuíram para a elaboração da obra *Os sertões*. Euclides da Cunha (2018) retrata em sua narrativa que a fama de Antônio Conselheiro era conhecida desde 1874 em todo o interior do Norte e nas cidades litorâneas aonde chegava:

Antônio Conselheiro, há vinte e dois anos, desde 1874, era famoso em todo o interior do Norte e mesmo nas cidades do litoral até onde chegaram, entretecidos de exageros e quase lendários, os episódios mais interessantes de sua vida romanesca; dia a dia ampliara o domínio sobre as gentes sertanejas; vinha de uma peregrinação incompatível, de um quarto de século, por todos os recantos do sertão, onde deixara como enormes marcos, demarcando-lhes a passagem, as torres de dezenas de igrejas que construía; fundara o arraial de Bom Jesus, quase uma cidade; de Chorrochó à Vila do Conde, de Itapicuru a Jeremoabo, não havia uma só vila, ou lugarejo obscuro, em que não contasse adeptos fervorosos, e não lhe devesse a reconstrução de um cemitério, a posse de um templo ou a dádiva providencial de um açude, insurgira-se desde muito, atrevidamente, contra a nova ordem política. (CUNHA, 2018, p. 172)

Canudos era uma fazenda de gado no interior da Bahia, onde vivia uma população em condições precárias. A precariedade se manifestava visivelmente nos tipos de moradias, nas formas de trabalho e na desordem, que era associada às repressões e ao crime. Em suas metáforas elaboradas ao longo da narrativa de *Os sertões*, Euclides da Cunha (2018) descreve como era esse lugarejo antes da chegada de Antônio Conselheiro:

Assim, antes da vinda do Conselheiro, já o lugarejo obscuro — e o seu nome claramente se explica — tinha, como a maioria dos que jazem desconhecidos pelos nossos sertões, muitos germens da desordem e do crime. Estava, porém, em plena decadência quando lá chegou aquele em 1893: tijupares em abandono; vazios os pousos; e, no alto de um esporão da Favela, destelhada,



reduzida às paredes exteriores, a antiga vivenda senhoril, em ruínas. (CUNHA, 2018, p. 139)

A Guerra de Canudos insere-se no contexto das transformações que vinham ocorrendo no campo quanto ao regime clientelista, já que os camponeses, mesmo vivendo de forma precária, contavam com a liberdade de viver no seu território sem aceitar as imposições do latifúndio e do modelo coronelista. Tornaram-se, então, uma ameaça à base de sustentação do regime, passando a sofrer grandes ameaças, desde suas condições reais de sobrevivência até sofrerem torturas físicas e psicológicas.

Canudos faz parte das lutas sociais no campo marcadas pela religiosidade. Martins (1993) afirma que, em sua quase totalidade, os movimentos sociais no campo são marcados pela religiosidade. Esse fato é visível principalmente no Nordeste. A luta se fortalece no sentimento de sofrimento do ser humano e de desrespeito a uma cultura que busca na religião uma forma de alívio. Foi com esse sentimento humano que Antônio Conselheiro conquistou a adesão dos camponeses sofridos de Canudos. Chauí reafirma a mesma tese ao ressaltar que:

Os movimentos religiosos populares de Canudos, Juazeiro e Contestado não são resultado de isolamento sociopolítico que redunde em fanatismo, mas uma resposta concreta, de caráter religioso, articulada a transformações políticas na sociedade brasileira e percebidas como adversas para os fracos e desprotegidos. (CHAUÍ, 2014, p. 67)

A partir desta certeza, a luta crescia e ganhava força entre os camponeses. Canudos já deixava de ser um simples vilarejo e passava a se constituir como um grande núcleo populacional. Diante disso, a partir de 1895, começou a perseguição com o apoio do Estado e de setores da Igreja Católica.

No Brasil, historicamente, o Estado sempre usou suas forças para combater a organização popular. E em Canudos não foi diferente: “o povo, com seus rituais, fortalecia o enfrentamento, tendo símbolos de resistência, e seguia a luta” (CUNHA, 2018). Os grandes fazendeiros da região, com apoio do Estado e unindo-se à Igreja, iniciaram um forte grupo de pressão junto a Antônio Conselheiro e seus seguidores. No entanto, com a força e organização camponesa, três expedições militares contra Canudos saíram derrotadas. Somente a quarta expedição, em outubro de 1897, acabou destruindo o sonho e a luta de todo aquele povo, culminando com a destruição total do povoado.

A resistência de Canudos, porém, não foi eliminada com sua derrota. Pelo contrário, a luta representou as diversas formas de resistência que ocorreram em nossa história. Napoleão



Lima (2008) argumenta que a resistência dos sertanejos em Canudos seria precursora e exemplo dos conflitos que reivindicaram a reforma agrária no país. Para o autor, estes movimentos abrangem uma “[...] perspectiva progressista surgida entre as décadas de 1950 e 1970, quando a questão da terra e a urgência da reforma agrária tornaram-se as bandeiras de luta da esquerda no Brasil” (LIMA, N., 2008, p. 243).

Em meio à realidade injusta imposta pelo Estado em todo Nordeste, sobretudo nas regiões do sertão semiárido, a exemplo de Canudos, em diversas outras comunidades camponesas aconteceram, e ainda acontecem, diversas lutas. Estes movimentos se fundamentam na cultura, na tradição e na religiosidade como elementos que fortalecem a fé. E isso, de certa maneira, passa a ser associado à resistência. Marés (2003) pontua a existência de características messiânicas nos conflitos sociais que, de certa maneira, possuem algumas relações de semelhança entre si: Os movimentos sociais no semiárido se caracterizam por semelhanças com os chamados movimentos messiânicos. Marés aponta que, apesar dessas semelhanças, eles têm raízes diferentes, embora os líderes expressem ideologias religiosas. No semiárido piauiense, movimentos ou organizações camponesas como CPT, MST, MPA e Organização das Comunidades Quilombolas surgiram a partir das CEBs, que institucionalmente faziam parte da Igreja Católica.

Malvezzi (2007) apresenta dois movimentos que ocorreram no Nordeste de forma semelhante à Guerra de Canudos. Trata-se de Caldeirão, na cidade de Crato no Ceará e Pau de Colher, em Casa Nova, Bahia. No caso de Caldeirão, o movimento se iniciou com o Frei Ibiapina seguido de Padre Cícero (1844-1934), que depois formou beatos que se espalharam em diversas comunidades para pregar o catolicismo de cunho social. Essa comunidade foi liderada pelo Beato José Lourenço e lá chegaram a habitar cinco mil pessoas, que organizaram suas vidas vivendo do trabalho em um formato comunitário. Estas pessoas tinham como referências as primeiras comunidades cristãs. Todos possuíam raízes fincadas em Ibiapina. O movimento Pau de Colher, no município de Casa Nova, Bahia, iniciou-se com poucas famílias, que cresceram e foram espalhando a missão em outras regiões. Assim como Canudos e Caldeirão, Pau de Colher também foi destruído pelas forças do Estado.

Muito depois de eliminados pelas forças do Estado, os movimentos baseados em princípios religiosos sempre reacenderam no povo nordestino o espírito de luta. Assim, diversos movimentos foram ressurgindo. Entre os mais conhecidos e com visibilidade nacional podemos mencionar as Ligas Camponesas, surgidas em meados do século XX. Como destaca Maria Alencar (2010b) as Ligas Camponesas se tornaram um dos movimentos de maior expressão nos anos de 1950. O surgimento de movimentos radicais como Sociedade Agrícola e Pecuária dos



Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que ficou conhecida posteriormente por Liga Camponesa da Galileia, pode ter favorecido a própria realização das propostas das Ligas Camponesas, o que pode ser observado no capítulo “Que são as Ligas Camponesas” (1962), de Francisco Julião.

Partindo de Andrade (2009), consideramos que as Ligas Camponesas surgem em meio ao desafio vivido pelos foreiros do engenho Galileia. Eles recorriam à justiça. Porém, tudo se tornava difícil. Raramente conseguiam pagar um advogado durante muito tempo. Enquanto permaneciam no *sítio*, os foreiros eram constantemente ameaçados pelos vigias e agregados do proprietário (ANDRADE, 2009). Todavia, o movimento assumiu grandes dimensões devido à difícil situação em que se encontravam os trabalhadores sem-terra nas diversas regiões do Nordeste. A partir das iniciativas das Ligas Camponesas, o movimento serviu de exemplo em todo o Nordeste e, posteriormente, para outras regiões do país, como observa Andrade no excerto a seguir:

O exemplo de Galileia foi um estopim e, em 1960, as Ligas já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e Agreste, alastrando-se rapidamente pela Paraíba, onde surgiram grandes núcleos em Santa Rita, Sapé, Mamanguape, Guarabira, Pirpirituba, Espírito Santo e outros centros de menor importância. O núcleo de Sapé é o mais importante por contar com perto de 7 mil associados. Atualmente, as Ligas têm influência em todo o Nordeste, uma vez que seus núcleos são numerosos no Piauí, no Ceará, onde as várias associações municipais se congregam formando uma federação sob a liderança de José Leandro, e na área baiana do São Francisco. Em Alagoas, seus primeiros núcleos estão sendo fundados em Viçosa e Atalaia. Em alguns estados, como o Piauí e a Paraíba, têm as Ligas contado com a compreensão dos governadores – Chagas Rodrigues Pedro Gondim –, mas têm encontrado séria reação por parte dos grandes proprietários de terras. (ANDRADE, 2009, p. 77)

Setores progressistas da Igreja Católica muito contribuíram para a organização das Ligas Camponesas. Andrade (2009) destaca que entre os sacerdotes empenhados na organização dos camponeses, o mais famoso é o jovem padre Antônio Melo, da Cidade do Cabo, em Pernambuco. Sua fama, como a de Julião, se estende por todo o território nacional. Além de Pernambuco, destaca-se ainda o envolvimento de padres em outros estados brasileiros, como o monsenhor Emerson Negreiro, no Rio Grande do Norte, e outros com ações localizadas nos seus respectivos estados.

A partir das lutas, começa a perseguição às lideranças e aos setores progressistas da Igreja, tornando a situação cada vez mais tensa. Sob pressão conservadora, o Congresso



instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as atividades das Ligas Camponesas. Nesse caso, Camargo pontua que:

Na Paraíba, os conflitos sociais se agravam, especialmente na região de Sapé, maior núcleo das Ligas Camponesas do Nordeste. [...] os trabalhadores rurais clamam por reforma agrária imediata, com assistência técnica efetiva, sementes, tratores, trabalho, comida e proteção contra capangas dos proprietários que espancam camponeses. (CAMARGO, 1991, p. 201)

Ao longo da história, desde o processo de colonização, o Nordeste tem enfrentado problemas de ordem natural e social. As repressões e a falta de políticas públicas criaram, por um lado, o sentimento de conformismo. Por outro, o sentimento de luta e resistência. Foi ouvindo os clamores do povo que setores da Igreja ganharam força e passaram a buscar os ideais de luta pela libertação dos povos. Tendo como base alguns documentos da Igreja, entre eles a Doutrina Social da Igreja e a Teologia da Libertação, esses movimentos foram ganhando forças no Nordeste. Surge a partir daí a esperança de libertação do povo e de conquista da terra prometida.

Com o fim da ditadura militar de 1964 e devido aos problemas agrários do Nordeste permanecerem inalterados, ressurgem diversos movimentos camponeses, uma vez que a causa da miséria e da fome do povo nordestino era o latifúndio improdutivo, que impedia a ocupação das terras para quem delas necessitava. No Nordeste, especificamente no sertão semiárido, as lutas e a resistência assumiram grande dimensão por causa dos graves problemas agrários e do problema da seca e da estiagem prolongada. Não se tratava de fenômeno natural, mas de um mecanismo de ascensão dos poderes públicos, dos fazendeiros e do empresariado rural. Eram estes que utilizavam para benefício próprio os recursos destinados às populações afetadas. Isso acaba sendo mais um campo de luta dos movimentos sociais camponeses.

Conforme informa a CPT (2014, p. 71), “a seca e o acesso à água sempre foram questões presentes nos conflitos nordestinos”. Esse, talvez, seja o fator que mais diferencia os conflitos entre si, comparado com as demais regiões do país. Andrade (1970, p. 47) salienta que “estas secas são periódicas e algumas delas, pelos prejuízos causados, marcaram épocas, como as de 1877, 1924, 1932, 1958, etc.” A seca se transformou em um instrumento dos mais importantes para a manutenção do latifúndio no Nordeste por meio dos Programas de Assistência às Vítimas da Seca (PAVS). As vítimas, na verdade, são os camponeses que não têm reserva de água nem recursos financeiros para se manterem em período de estiagem prolongada. Por isso, eles são obrigados a venderem o pouco que resta para comer. O passo seguinte é vender a terra que ainda possuem.



A cada período de seca, o governo investe milhões em recursos em nome dos flagelados. Porém, o que ocorre no final de cada período, na verdade, é o aumento da extensão territorial do valor das propriedades. A fome, a miséria e a própria estrutura de convivência com os períodos de seca seguintes permanecem inalteradas. Isso resulta no que podemos chamar de *indústria da seca*. Por que os recursos do governo enviados aos flagelados se transformam na indústria, em benefício de políticos, latifundiários e usineiros? As explicações para esse fato são bastante evidentes: parte dos sujeitos que se responsabilizam pela manutenção dos organismos do Estado — Superintendência de Desenvolvimento do nordeste (SUDENE), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), POLONORDESTE, FINOR e outros órgãos — são os mesmos sujeitos proprietários das indústrias ou mantêm uma relação direta com os políticos locais, empresários e latifundiários das regiões beneficiadas.

Com base no que expomos até aqui, consideramos que as comunidades camponesas têm resistido a essa realidade, o que tem resultado em grandes conflitos por terra e água na luta de convivência com a seca. Procuramos sistematizar essa realidade a partir de dados da CPT do ano de 1993, período em que ocorreu uma das estiagens mais prolongadas dos últimos 30 anos:

Os registros são precários e não abrangem a totalidade dos fatos. Mesmo assim, contabilizamos 31.070 pessoas que participaram de saques, em praticamente todo o Nordeste. Além destas, 8.700 se envolveram em tentativas frustradas de saque e 3.940 ameaçaram saquear o comércio, sendo contidas pela polícia. (CPT, 1993, p. 16)

Com o passar dos anos, vários recursos são enviados em benefício das pessoas afetadas pela seca. Todavia, os problemas permanecem em todas as regiões do semiárido brasileiro. No Piauí, esta realidade é visível. Por isso, a resistência e as lutas contra a politicagem praticada em nome da seca continuam.

Os dados apresentados nos cadernos de conflitos da CPT, no que concerne às reivindicações por água, registram inúmeros movimentos relacionados à seca no Piauí. Desde a década de 1980 até os dias atuais, os atos de manifestação, reivindicações e protestos nos órgãos públicos são ações que acontecem em todas as décadas. Contudo, os registros de maiores impactos que marcaram as décadas de 1980 e 1990 foram os saques aos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a outros espaços de armazenamento de alimentos públicos.

No discurso capitalista, as forças do mercado empresarial são tomadas com investimento público que propõem o desenvolvimento da região com o velho discurso do *combate à seca*. A contradição do Estado e do capital inicia-se a partir do momento em que se



prega o combate ao fenômeno natural em vez de se buscar políticas de convivência. Por meio desse discurso controverso, mantém-se a situação de subordinação aos recursos financeiros relacionados aos efeitos da seca, à concentração fundiária, à miséria e à fome.

Mesmo diante das constantes transferências de recursos públicos destinados à superação da *pobreza* e dos *efeitos da seca*, sobretudo na região do semiárido, a situação de miséria continua inalterada. É bem verdade que o resultado das diversas lutas mostra mudanças significativas nesse quadro. Por isso, consideramos relevante a permanência da luta e da resistência a partir do território de vida e dos espaços de atuação.

As soluções já encontradas para os graves problemas do Nordeste, no decorrer da história, ocorreram por meio dos grandes movimentos já mencionados neste estudo. São movimentos que perpassam o período colonial e imperial, destacando-se o Quilombo dos Palmares, a Cabanagem e a Balaiada. O fim da escravidão em 1888 permitiu a contribuição dos africanos, que tinham sido escravizados, no comando de diversas lutas. A resistência pela conquista de direitos também pode ser observada na perseverança de Canudos, no início da República, e nas Ligas Camponesas, em meados do século XX. Estes conflitos foram seguidos de estratégias de mobilização, durante a repressão da ditadura militar de 1964, por setores progressistas da Igreja Católica através das CEBs, da CPT, do Movimento da Juventude Católica (MJC) e da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). Conforme mostram o registro de arquivos da CPT da microrregião de Picos em relatório do ano de 2002, as experiências citadas ocorrem com muita intensidade no estado do Piauí, com maior destaque para a região do semiárido no sudeste do estado, espaço desta pesquisa, com forte presença das CEBs, da CPT e do Departamento Rural da CUT.

Com a redemocratização do Estado, a partir de meados de 1980, ocorreu o fortalecimento de muitos movimentos de diversas categorias de camponeses, baseados em ideais comunistas e na Teologia da Libertação. Estes movimentos muito contribuíram para o fortalecimento do campesinato nordestino tanto com as organizações existentes quanto com o fortalecimento de novas formas de organização política, como o Departamento Rural da CUT, o MAB, o MPA, o MST, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e diversas outras articulações relacionadas ao trabalhador do campo.

A realidade composta por luta e conformismo por certa parcela da sociedade nordestina, especialmente no semiárido, mantém relação direta com os fatores que foram constituindo essa porção do território brasileiro. Quanto a isso, Albuquerque Júnior constata que:



O que podemos concluir é que o Nordeste será gestado em práticas que já cartografavam lentamente o espaço regional como: 1) o combate à seca; 2) o combate violento ao messianismo e ao cangaço; 3) os conchavos políticos das elites políticas para a manutenção de privilégios etc. Mas o Nordeste também surge de uma série de práticas discursivas que vão afirmando uma sensibilidade e produzindo um conjunto de saberes de marcado caráter regional. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011 p. 88)

Portanto, o papel dos movimentos camponeses fundados sobre ideais socialistas tornava-se mais envolvente, devido à exclusão social vivida no campo e aos desafios que tal exclusão gerava em cada período da história e na conjuntura atual, sobretudo no semiárido, considerado como a região que enfrenta os mais sérios problemas de miséria e, ao mesmo tempo, dispõe de grande potencial natural. É esse potencial que o Estado ambiciona explorar através de projetos capitalistas. Dessa forma, os interesses do Estado se direcionam principalmente para as cidades de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões. Existem projetos de pesquisa para a extração mineral voltados para estes municípios. Por conseguinte, essa aliança entre o Estado e o capital tem contribuído para a formação de diversos conflitos socioterritoriais.

As lutas e resistências abrangem diferentes sujeitos e/ou categorias de camponeses do semiárido piauiense, uma vez que parte do território dessa área é composto por diferentes comunidades de povos remanescentes de pessoas escravizadas, essas lutas sempre fizeram presente nesses territórios, marcadas por conflitos de diferente natureza, inclusive o fato que constitui a história desses povos, a da liberdade e, logo em seguida, a exploração das riquezas existentes nesses territórios. Conforme relatos transmitidos pelos camponeses de comunidades quilombolas do município de Queimada Nova e Curral Novo do Piauí, no Estado do Piauí, a luta dos negros descendentes de pessoas escravizadas data de muitas décadas e se intensifica na medida que os direitos destes povos são ameaçados. Diante deste contexto, nossa transcrição verbal do comentário do participante de pesquisa Pau Ferro, em entrevista oral concedida em 2020 durante trabalho de campo, revela essa realidade de configuração de conflitos:

Aqui era tudo mais ou meno tranquilo, mais considero que os primeiro conflito aqui no Sumidouro começa com a descoberta do grande valor que essas pedra representa. Aí vem os interesses de gente de fora e empresas mineradora quereno explorar, até contra a vontade de nós da comunidade. Aquilo que foi concedido a nós negros, por ser área que não prestava e ficava abandonada por os branco naquele tempo, vira motivo de disputa. Por outro lado, surge a resistência por parte das famílias. (informação verbal)²

² A entrevista integral realizada com Pau Ferro em 2020 está disponível no Apêndice A. Os comentários dos participantes de pesquisa, identificados por nomes fictícios, são transcritos a partir daqui verbalmente das



Na Comunidade Quilombola Caititu, localizada no município de Curral Novo do Piauí, a luta e a resistência se intensificam a partir das ameaças praticadas por representantes de empresas mineradoras para a realização de pesquisas de identificação de minérios. Quanto a isso, o comentário da moradora identificada aqui ficcionalmente como Imburana de Cheiro, em entrevista oral concedida durante trabalho de campo em 2021, revela como a comunidade reagiu a essa ameaça ao território:

De vez enquanto a gente via a entrada de carro disocoincido entrando aqui. Naquele mermo tempo que tava a história dessa empresa de mineração nessa região de Curral Novo. Eu até tinha pensado de fazer alguma coisa. Aí um dia eu perguntei à Maria Rosalina da coordenação estadual das comunidades quilombolas. Ele disse: “Boa ideia da comunidade. Num dêxa eles entrar mermo porque depois num tem mais jeito”. Foi quando nós tivemos a ideia de seguir os carros. Na hora que eles entrava, nós ia atrás. E onde eles parava, nós chegava pra tirar foto da placa do carro. Até deles mesmo. Aí eles ficava com medo e ia logo embora sem fazer o trabalho. Nisso, eles não conseguia fazer as pesquisas. Mais acho que eles está conversando com o povo aí. Mais nós estamo aqui. No dia que eles voltarem, nós vamos fazer do mesmo jeito. (informação verbal, grifo nosso)³

A investida do Estado para a implantação de projetos do capital causa fortes impactos nos territórios das comunidades objetivadas para a realização das ações propostas. Os efeitos são mais visíveis na comunidade Caldeirãozinho, localizada em Paulistana, Piauí, com a construção de trecho da Ferrovia Transnordestina. A implantação de projetos de mineração nas comunidades Baixio dos Belos, Caititu, Lagoa do Ovo, Manga Velha e Palestina, que ficam localizadas no município de Curral Novo do Piauí, bem como a comunidade Riacho, localizada parcialmente em Curral Novo do Piauí e Simões, tem provocado conflitos territoriais. Por um lado, as comunidades camponesas resistem com movimentos sociais apoiados por setores da Igreja Católica. De outro, existe a aliança entre o Estado e os projetos do capital.

A partir dos impactos negativos provocados pelos projetos do capital, numa aliança com o Estado, percebe-se a construção de diversos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense. Isso tem sido causado pela centralização dos interesses do capital a partir do discurso que propõe o desenvolvimento econômico. No próximo capítulo abordamos como a relação de

entrevistas orais sem a correção de erros de linguagem para preservar a identidade linguística de cada participante. Para evitar repetição, informaremos em rodapé a partir de então somente o apêndice ao qual pertence cada entrevista.

³ A entrevista integral realizada com Imburana de Cheiro em 2021 está disponível no Apêndice Q.



aliança firmada entre o Estado e os interesses do capital contribuem para o surgimento de movimentos sociais de resistência no semiárido piauiense.

Em suma, o campo brasileiro passou por diversos processos de transformação relacionados às formas de uso e ocupação da terra, o que deu origem a vários conflitos e se transformou em espaços de luta e resistência das comunidades camponesas e quilombolas. Na região Nordeste, por ser o espaço de ocupação portuguesa mais antigo, os territórios camponeses convivem com múltiplos conflitos que se intensificam com a interferência do capital.



Capítulo 2

ALIANÇA CAPITAL E ESTADO NA CONSTRUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE



Visita ao trecho da Ferrovia Transnordestina que divide ao meio a comunidade Caldeirãozinho, em Paulistana, PI. Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (2016).

Apresentamos no capítulo anterior a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais, incluindo-se as diversas formas de luta e resistência. Esses conflitos desencadeados pela intervenção do capital no território dos camponeses surgiram e variaram em diferentes contextos históricos. No período de 2000 a 2020, percebemos que os conflitos no semiárido piauiense se intensificaram por causa da aliança entre capital e Estado. Essa aliança visa à implantação de grandes projetos econômicos em territórios camponeses. Para entender sobre essa questão, este capítulo discorre sobre a aliança entre capital e Estado como circunstância causadora dos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense. Inicialmente,



tratamos dos conflitos socioterritoriais destacando as grandes obras desenvolvidas no semiárido brasileiro, como a Ferrovia Transnordestina, a transposição do Rio São Francisco e os projetos para a extração de minério. Destacamos ainda a centralização dos interesses do capital no semiárido piauiense a partir do discurso do desenvolvimento. Por fim, abordamos a questão do Estado, do capital e dos conflitos socioterritoriais no semiárido.

2.1 Grandes obras no semiárido brasileiro e os conflitos socioterritoriais: transposição do Rio São Francisco, Ferrovia Transnordestina e extração de minério

A finalidade desta parte do estudo é levantar dados e relatos descritivos relacionados aos grandes projetos do capital no semiárido. Inicialmente, fazemos uma caracterização da região do semiárido brasileiro, apontando sua localização e suas características específicas. Em seguida, apresentamos os grandes projetos do capital enfatizando os de mineração. Destacamos ainda o potencial que a região dispõe e pode contribuir com o desenvolvimento local e da vida dos sujeitos que habitam esses territórios, observando ainda o progresso dos municípios e dos estados onde já existe o desenvolvimento da extração de minério. Além disso, comparamos o crescimento econômico com o desenvolvimento social, observando os impactos desse processo.

O semiárido brasileiro, situado na porção central do Nordeste, conforme apontam os estudos de M. Alencar (2010a, p. 15), teve, ao longo de sua história, outras denominações, tais como *sertão* e *Nordeste das secas*. Oficialmente, a primeira delimitação da região foi estabelecida em 1936, como *Polígono das Secas*. Dessa forma, a precipitação pluviométrica foi, ao longo do processo de constituição do semiárido, o principal critério para delimitar a região. Contudo, consideramos que esta perspectiva está equivocada da realidade, visto que a escassez de chuva não representa o único fator que define a realidade ou caracteriza a região. O semiárido brasileiro apresenta outras características próprias do lugar. Segundo Luzineide Carvalho (2014, p. 61, grifo do autor), “a noção de região semiárida brasileira foi criada oficialmente pela Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em substituição à noção de ‘polígono das secas’”.

Para Malvezzi (2007, p. 9), a expressão *sertão* implica uma identidade cultural para além do clima e do bioma. O autor destaca que o semiárido abrange não somente a água, o clima, o sol, o solo ou a vegetação, mas também a cultura, o povo e o processo social. Outra razão para que o *semiárido* seja confundido com *sertão* se deve ao fato de sua área de abrangência situar-se dentro do sertão nordestino. Assim, quando usamos neste estudo o termo *sertão nordestino*, estamos nos referindo à mesma região semiárida. Vale ressaltar que, não por



causa apenas das secas, diversos teóricos destacam essa região como *homogênea*. Como acentua Ab'Sáber (2003, p. 83), “temos a grande região seca — a mais homogênea do ponto de vista fisiográfico, ecológico e social dentre todas elas — constituída pelos sertões do Nordeste brasileiro”. Diante disso, buscamos entender os termos *sertão* e *semiárido* com o objetivo de evitar equívocos.

Moraes (2003) utiliza o termo *sertão* como um dos que, entre muitos, caracterizam o semiárido. O autor qualifica o sertão do ponto de vista geográfico e a partir da visão dos diferentes sujeitos. No primeiro caso, Moraes conceitua o termo sertão não apenas através das características naturais como clima, topografia ou vegetação, mas também pela dinâmica de fatores humanos. No segundo caso, o sertão é visto como um símbolo imposto construído a partir de diferentes horizontes externos.

A área que denominamos de semiárido no Brasil, segundo Ab'Sáber (1993), corresponde à mais homogênea em relação a outras áreas da América do Sul, do ponto de vista fisiográfico. No entanto, essa realidade se torna complexa tanto nos aspectos geofísicos quanto no processo de ocupação humana, como observa M. Alencar (2010a). Para saber mais sobre as características e a localização de nosso espaço de estudo, nossa discussão é baseada nos trabalhos de L. Carvalho (2014), M. Alencar (2010a), Malvezzi (2007) e Vasconcelos e Monteiro (2009).

Quanto aos aspectos naturais, existe uma relação de semelhança entre as características do semiárido e o bioma caatinga, como alta evapotranspiração de 3.000 mm/ano, índice pluviométrico com precipitação média anual de 200 a 1.000 mm/ano, geralmente inferior a 800 mm/ano, e temperaturas médias elevadas. Quanto à delimitação atual, o semiárido brasileiro abrange 1.133 municípios com uma área de 969.589,4 km², correspondendo a quase 90% de todo o Nordeste, principalmente em estados como Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além da região norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O semiárido nordestino tem sido apontado como uma área problemática desde o início do século XX. Uma série de políticas e programas são destinados em nome do desenvolvimento da região. Todavia, apesar desse vasto universo de políticas públicas e programas implementados no semiárido sem modificar o quadro de estagnação, percebemos que há certa perpetuação do problema.

Diferentemente da visão estereotipada do semiárido construída por habitantes de outras regiões e por grupos de empresas do capital e do Estado Brasileiro visando a benefícios próprios, M. Alencar (2010a) e Malvezzi (2007) apontam que o Nordeste é uma região marcada pela vegetação de caatinga, que dispõe de grande biodiversidade. É o semiárido mais chuvoso



do planeta, mesmo quando a chuva ocorre de forma irregular no espaço e no tempo. A quantidade de água que cai das chuvas, somada aos lençóis freáticos e aos rios Parnaíba e São Francisco, permite que a região do semiárido seja perfeitamente viável para a vida humana.

Assim como em todo o semiárido brasileiro, no Piauí não é diferente. A imagem de pobreza vem sendo propagada pelo estado e pela mídia com a promessa de aprimorar o índice de desenvolvimento, geração de emprego e renda. Nesse sentido, as riquezas naturais da região estão sendo transformadas em atrativos econômicos para as empresas. A propaganda do governo sobre a construção de infraestrutura para atender às demandas das empresas, somada à política de isenção fiscal, tem atraído empresas de grande porte. No entanto, os projetos do governo não abrangem em suas propostas a riqueza humana e as características físicas próprias do semiárido.

O Decreto Estadual nº 11.292, de 19 de janeiro de 2004, definiu, para fins de políticas públicas, os 150 municípios que atualmente constituem o semiárido piauiense. Estes municípios ocupam uma área atualmente de 150.842 km², correspondendo a mais da metade do território piauiense (PIAUI, 2004). Quanto às características fisiográficas, os estudos realizados por Vasconcelos, Monteiro e Martins (2009) demonstram que:

O semiárido piauiense, formado por 156 municípios, divide-se em duas sub-regiões. A sub-região semiárida, possui clima seco. Índice de precipitação inferior a 900 mm, com dois a três meses favoráveis à ocorrência de chuvas e vegetação predominantemente de caatinga, constituindo de 116 municípios. A sub-região de transição semiárida, apresenta clima de transição, índice de precipitação inferior a 900 mm, com quatro meses ou mais favoráveis à ocorrência de chuvas e vegetação composta de caatinga e cerrado ou mata de palmáceas e é composta de 40 municípios. (VASCONCELOS; MONTEIRO; MARTINS, 2009, p. 22)

O semiárido piauiense é uma região entendida e divulgada no cenário nacional de forma associada às condições de exclusão social, às questões de secas prolongadas e a outros problemas de ordem natural e social. Homens e mulheres que habitam essa região sempre foram vítimas de um tipo perverso de representação, que afirma estigmas de conformismo, inferioridade, messianismo, miséria, penúria e revolta. Isso implica existir somente um *sertão triste*, marcado pelo estereótipo de sertanejo miserável que sobrevive à problemática da seca. Constrói-se, desta maneira, uma imagem simbólica de sertão como um cenário de animais mortos, chão rachado, mulheres com latas d'água sobre a cabeça, crianças descalças e vegetação seca. Enfim, estas imagens construídas são utilizadas por políticas egocêntricas e negligentes que se beneficiam da indústria da seca. Os grandes potenciais existentes na região, como as



diversas alternativas de sobrevivência no semiárido, são escondidos. São maquiadas, assim, as reais necessidades de se investir em educação, saúde, cultura e pequenos negócios, o que impede o desenvolvimento da região. Por conseguinte, isso afeta a liberdade do povo que, historicamente, é marcada pelo domínio do coronelismo. E para surgir a diversidade, como observa L. Carvalho, é preciso desconstruir as questões ideológicas associadas ao território:

A desconstrução ideológica de um território tido como inimigo abre espaço para a diversidade personalíssima do mesmo, por ser possuidor de um povo que não se resume ao cangaço de Lampião e Maria Bonita, de homem e mulher valente, mas de um território que revela, outros tantos, formadores do pertencimento simbólico de uma terra onde a vida acontece na interação e ressignificação de suas peculiaridades sob o olhar da alteridade na convivência diária. (CARVALHO, L., 2014, p. 85)

No que se refere a essa política, Elmo Lima (2011) comenta que o semiárido, mesmo sendo conhecido particularmente por questões sociais relacionadas à pobreza, possui grandes potencialidades no âmbito do turismo e da produção alimentícia. Destacam-se, neste aspecto, a agricultura com a produção de caju, a caprinocultura e outras atividades que, de certo modo, se beneficiam dos aspectos geográficos da região semiárida.

A cobertura vegetal do semiárido piauiense é a caatinga. Conforme pontua Andrade (1979), a caatinga é rica em cactáceas de variedades diferentes, formada predominantemente por árvores e arbustos que perdem as folhas durante a estação seca. A estiagem dura de oito a nove meses e o período chuvoso até três meses. Nessa época, a vegetação caracteriza-se pela presença de folhas verdes. A caatinga apresenta três estratos: arbóreo (com espécies de 8 a 12 metros de altura), arbustos (com espécies de 2 e 5 metros de altura) e herbáceo (espécies com menos de 2 metros de altura). É importante mostrar essa variedade como forma de modificar o olhar estereotipado do semiárido. Entre as variedades da vegetação, destacam-se a aroeira, a favela, a macambira, a palma, o caroá, o ipê, o juazeiro, o mandacaru, o marmeleiro, o umbuzeiro, o xiquexique, os cactos e outros tipos de plantas.

A vegetação da caatinga contribui com diferentes modos para a sobrevivência dos habitantes da região. Existem muitas plantas com capacidade de reter água no caule e nas folhas, o que acaba servindo para saciar a sede de pessoas e animais quando a seca se prolonga por muito tempo. Os espinhos, por exemplo, podem ser utilizados como estratégia para se proteger contra o ataque de animais. Estas estratégias permitem que a sociedade construa diversos projetos de convivência com o semiárido. Por um lado, podem ser utilizadas as alternativas de



proteção da natureza e uso sustentável em período de seca. Por outro, a natureza pode servir como mecanismo de estratégia de luta e resistência.

A dinâmica da natureza no semiárido revela suas estratégias de sobrevivência. No período chuvoso, ela fica verde e florida. Abriga uma das maiores biodiversidades brasileiras de insetos, inclusive a abelha, o que a torna muito favorável para a produção de mel. Entretanto, no período normal de estiagem, a vegetação hiberna e fica seca, adquirindo uma aparência parda sem estar morta. Quando a chuva retorna, acontece uma espécie de ressurreição: o que parecia morto ressuscita e volta a ser verde o que estava seco. Outros fatores que contribuem para a diversidade da caatinga são os solos férteis e as terras baixas, que formam os brejos, riachos e rios. São terras que, ao longo das margens de rios e riachos, favorecem a formação de carnaubais, matas ciliares e vegetações ribeirinhas.

Diante dessa diversidade de paisagens, podemos destacar que o semiárido piauiense constitui duas realidades distintas. Por um lado, tem-se o baixo índice de precipitação com alto teor de evaporação e outros problemas de ordem natural. Por outro, esse mesmo espaço possui um universo rico em biodiversidade e oferece diversas alternativas de convivência e formas de aproveitamento do potencial existente. Entretanto, ainda é preponderante a imagem do semiárido como região de grande complexidade de problemas, cujos municípios apresentam os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Por conseguinte, as riquezas naturais da região são utilizadas como fatores essenciais para atrair empresas de grande porte, especialmente com uma política de isenção fiscal para uso intensivo de recursos como minérios e vegetação. Entre os projetos propostos, podemos destacar o Projeto de Integração da Transposição do Rio São Francisco (PISF), a Ferrovia Transnordestina e os projetos de mineração.

Para a efetivação dos projetos, o Estado brasileiro criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no início de 2007. O programa foi desenvolvido como incentivo às grandes obras do capital com ações e metas para um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura. Tais ações buscam oferecer infraestrutura aos grandes empreendimentos privados. Nesse caso, estas ações ocasionam graves consequências às comunidades locais. José Alves (2014) aponta que o PAC se organiza com base nos seguintes eixos estruturantes:

Investimento em infraestrutura em transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, por meio dos eixos em logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias), energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, além de combustíveis renováveis), infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos). (ALVES, J., 2014, p. 157)



O discurso de desenvolvimento associado ao crescimento econômico difundido por meio da modernização, com a divulgação de dados positivos de crescimento, proporcionou ao governo mais confiança ainda para acreditar na proposta e manter os investimentos. Porém, os critérios de avaliação do programa se baseiam mais em dados econômicos do que sociais. Embora o PAC incluía programas sociais, cumpre ressaltar que o investimento principal tem foco em aspectos econômicos. Com base em pesquisas, J. Alves apresenta os seguintes dados:

Considerando o investimento público e privado, a participação total no PIB aumentou de 16,4%, em 2006, para 18,7%, em 2008, mantendo-se em 18,4% em 2010 (BRASIL–MP/PAC, 2010). [...] Esses e outros elementos permitiram ao Governo Federal apresentar avaliação positiva do PAC 1, e sua continuidade via PAC 2. No balanço de 4 anos do PAC 1, o Comitê Gestor considerou que os resultados alcançados “mostram acerto da decisão de lançar o Programa”, devido à expansão da economia brasileira. (ALVES, J., 2014, p. 162, grifo do autor)

Do ponto de vista do crescimento econômico, consideramos positivas as ações do Estado brasileiro em relação às ações do PAC. Os resultados foram mais eficientes no âmbito de investimentos do capital privado, com benefício direto para as empresas do capital, principalmente no início da instalação do programa. Os benefícios direcionados para uma parcela da população local existem apenas na fase inicial, destacando-se a geração de empregos e a movimentação da economia local a partir do comércio, da hotelaria, da prestação de serviços e de restaurantes. Estes fatores dividem a opinião pública local que passa a acreditar, inclusive, na permanência contínua desses benefícios. Entretanto, tendo por base os três projetos citados neste estudo, ressalta-se que os benefícios divulgados pelas empresas e, até mesmo, pelo Estado, em grande maioria, mantêm-se apenas nos primeiros anos de implantação. Isso ocorre especialmente no âmbito dos postos de trabalho, principal argumento das empresas do capital para sua realização. O que marcam as fases posteriores desses empreendimentos são os problemas para a população local e o meio ambiente, como demonstraremos mais adiante.

A investigação dos empreendimentos tem como escopo a análise dos impactos que os projetos causam, sobretudo, nas comunidades camponesas e quilombolas que são ameaçadas de serem expropriadas. É dessa realidade que surge a defesa do território e da vida. No início da construção das grandes obras e dos projetos do capital, os impactos ambientais, culturais e sociais que as propostas podem causar não são reconhecidos. Afinal, os empreendedores não tratam destes aspectos com os nativos das áreas afetadas. O tratamento dado é limitado apenas à indenização fundiária, que nem sempre considera todas as perdas no processo de avaliação.



Nos projetos de mineração, para efeito de indenização, é considerada como parte atingida apenas a propriedade, excluindo-se todos os bens existentes. Logo, a indenização ocorre através do que se chama de *terra nua*. Conforme comentário do participante de pesquisa Umbuzeiro (nome fictício) {no Apêndice F), em entrevista oral concedida em 2020, revela como ocorria o processo de *negociação*:

O que o representante da Bemisa prometia pra gente era só o valor da terra, nossa casa, cisterna, roça, açudes. As coisinhas que a gente tem num valia nada. Era pra nós receber o dieiro da terra que eles mermo era que dizia quanto valia. E podia receber e logo ir embora, viver em outro lugar com aquele dinheiro. A gente escoía onde ia comprar outra terra pra morar e, no dia combinado, tinha que sair sem saber nem pra onde. E as máquinas chegava para destruir tudo. Era o que eles falava. (informação verbal)⁴

No caso do projeto da Transnordestina, que vivenciamos junto à comunidade Caldeirãozinho, em Paulistana, PI, durante o processo de construção da obra eram incluídos nas indenizações os benefícios e as terras. No entanto, os cálculos apresentados pela empresa, conforme relato de moradores locais, nem sempre representavam os valores reais.

De modo geral, observamos que em todas as comunidades atingidas pelos grandes projetos do capital, as empresas não consideram os impactos culturais. Nenhuma das ações apresentadas indicam soluções para essa causa. Embora existam medidas destinadas a investimentos em patrimônios culturais locais, como capelas, salões ou outros espaços, as propostas não incluem a individualidade de cada morador, as famílias expropriadas e, tampouco, os sentimentos de pertencimento.

No que tange à questão específica do PISF, embora o Piauí não esteja incluído no projeto, interessa-nos examinar inicialmente os debates que sustentam as bases desse programa de transposição, posto que no período de sua construção apresentava os mesmos argumentos dos projetos em debate no Piauí. Em seguida, tratamos do conjunto de fatos históricos e polêmicos ligados ao PISF, desde a idealização do projeto no final do século XIX, até o início e desenvolvimento das obras em 2005. Ressaltamos que a transposição do Rio São Francisco sempre foi polêmica, envolvendo sérios problemas de ordem ambiental e social. Estas discussões assumiram o centro do debate de intelectuais e de Organizações Não Governamentais (ONGs), contrapondo-se aos interesses empresariais e eleitoreiros que são o escopo central de sua realização. Adicionam-se a estes problemas os impactos culturais nas diversas comunidades atingidas pela expropriação de famílias de seus territórios. Mesmo não

⁴ A entrevista integral realizada com Umbuzeiro em 2020 está disponível no Apêndice F.



sendo removidas, as famílias terão seus modos de vida e seus territórios profundamente alterados. No caso dos efeitos da transposição no mundo, Nobre considera que isso se constituiu em projetos malsucedidos:

O caso do Mar de Aral, localizado na Ásia Central, é emblemático, o desvio das águas dos rios Amu Daria e Sir Daria para projetos de irrigação, na década de 1960, deflagrou em uma das maiores agressões ambientais do século. [...] Outros exemplos de insucesso se deram no Peru, Austrália e Europa. (NOBRE, 2017, p. 61)

Buscando expor as razões que fazem surgir os diversos conflitos em torno do PISF, primeiramente torna-se necessário apresentar a caracterização geral do Rio São Francisco. De acordo com estudos realizados por Malvezzi, esse rio é indispensável para o semiárido:

Não é possível falar do semiárido sem falar do Rio São Francisco. Com aproximadamente 2.700 quilômetros de comprimento, ele nasce na serra da Canastra (MG) para desaguar no mar entre Alagoas e Sergipe. É o único grande rio exclusivamente brasileiro. Tem ainda a característica simbólica de nascer no Sul e correr para o Norte. É a artéria do semiárido brasileiro. Ao longo de sua calha habitam aproximadamente 10 milhões de pessoas. (MALVEZZI, 2007, p. 46)

De forma geral, não é possível discorrer acerca dos grandes projetos na região do semiárido sem entender o contexto histórico, político e social marcado pelo coronelismo e pela concentração da terra e das águas. Diante disso, é importante lembrar os principais órgãos que foram criados para desenvolver políticas relacionadas à seca e ao desenvolvimento do Nordeste, como o DNOCS e a SUDENE. As frentes de emergência e as grandes obras de *combate à seca* geraram, historicamente, a chamada *indústria da seca*. Isso continua ocorrendo até os dias atuais mudando apenas a forma de atuação. Quanto ao PISF, este projeto pode ser apenas mais uma obra que faz parte do processo de indústria da seca.

Malvezzi (2007) pontua que a proposta do PISF não é recente. O projeto possui suas bases ainda no Império. Foi nessa época que, para combater a fome e a sede no nordeste, Dom Pedro propôs vender as joias da Coroa. Sendo várias vezes adiadas, as pautas de combate à seca retornaram com o governo Lula. E, nesta trajetória, seguem os diversos projetos destinados a resolver os problemas do semiárido, principalmente relacionados à seca. Contudo, sempre distantes de um diálogo com a sociedade, estes projetos não eliminam completamente os problemas que, na pior das hipóteses, acabam sendo intensificados ainda mais. De acordo com Nobre (2017), a ideia da transposição foi retomada no período republicano, que data a partir de



1889. A cada seca os dramas da sociedade se repetiam. No entanto, as limitações técnicas da época impediram que os problemas fossem resolvidos. Assim, a obra continuou não sendo realizada.

Ao longo da história, a proposta do PISF foi alvo de polêmicas e discussões relacionadas a fatores técnicos e jurídicos. Esse projeto tem a intenção de integrar o Rio São Francisco a rios temporários do semiárido nordestino, atendendo a uma população de 390 municípios envolvendo regiões do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. O PISF organiza-se em dois eixos: ao Norte, saindo de Cabrobó, com 260 km de canais; e a Leste, com captação em Floresta, com 217 km de canais. Ao analisar o comentário do professor João Abner Costa, Malvezzi afirma que se somam a essa discussão dois projetos:

Existe um “projeto de fantasia” e outro “projeto real”. No projeto de fantasia, 12 milhões de pessoas serão beneficiadas, 300 mil hectares serão irrigados, um milhão de empregos serão gerados e o “problema da seca estará resolvido”. O projeto prevê o abastecimento de quatro estados — Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte —, e agora se fala também na inclusão do Piauí. Essa fantasia, amplamente difundida, criou uma expectativa que quase impede o debate sobre as verdadeiras soluções. [...] Examinando-se o “projeto real”, verifica-se que ele atinge apenas 6% do semiárido brasileiro; 94% estão fora de seu alcance. Entre os 12 milhões de beneficiários anunciados, inclui-se a população de municípios cujas redes de captação não estarão ligadas aos canais. Apenas 4% da água do projeto se destina à chamada população difusa. (MALVEZZI. 2007, p. 46, grifo do autor)

Apesar das discrepâncias, Nobre (2017) considera que o limiar do século XXI, que marca certa estabilidade econômica no Brasil, aproximou a concretização das propostas do PISF, mesmo o projeto tendo fracassado até então. Ao apresentar um projeto tecnicamente exequível, a engenharia possibilitou que a proposta do PISF entrasse na pauta do governo. Por conseguinte, em 2005, foi emitida uma licença prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em 2007, o Ministério da Integração Nacional (MIN) oficializou o processo de licitação e, em seguida, deu início à construção da obra. Nesse mesmo período, a sociedade se posicionou publicamente contra a obra:

Em abril de 2005, a Licença Prévia foi emitida pelo Ibama nº 200/2005. Mobilizações ocorreram em todo o país, intelectuais e artistas apareceram publicamente se posicionando contrariamente à obra. Apesar das manifestações de vários setores da sociedade civil e do impedimento do Tribunal de Contas da União, em 2006, todas as liminares proibitivas foram suspensas pelo Supremo Tribunal Federal. (VIANNA, 2015, p. 414 apud NOBRE, 2017, p. 64)



Com a decisão para o início da obra, mesmo após a suspensão dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de todas as liminares que contestavam o PISF, a academia, os ambientalistas, os artistas, os setores da CNBB e sociedade como um todo buscaram por meio de movimentos sociais as diversas formas de se manifestarem contra a obra. Rubens Siqueira, agente da CPT da Bahia, articulador e colaborador da revista EcoDebate, em entrevista concedida a esta revista no dia 2 de outubro de 2009, expôs três razões gerais que levavam à contestação da execução do PISF:

Primeiro, porque a obra da transposição vai no sentido contrário ao da convivência com o semiárido. Ela parte da antiga ideia de que não há água suficiente nessa região para que ela se desenvolva e é preciso trazer de fora. Não se questiona que desenvolvimento é esse, a quem interessa, qual o seu custo e quem vai pagar a conta. E sabemos que, num absurdo contrassenso, a água se destina a grandes usos econômicos intensivos em água: irrigação de frutas para exportação, criação de camarão, siderurgia... Terá um custo altíssimo: pode chegar a 0,40 centavos de real o metro cúbico, quando em Juazeiro e Petrolina hoje custa 0,030 centavos. Quem vai pagar é o povo, na conta de água, pelo sistema de “subsídio cruzado”. Segundo, porque se busca justificar a transposição de águas do São Francisco com o argumento de que é para matar a sede de 12 milhões de pessoas e isso não é verdade. O próprio projeto admite que 70% da água serão para irrigação, 26% para usos urbanos e industriais e 4% apenas para a população das caatingas. Essa população de 12 milhões é dita como quem vai se beneficiar porque é ela quem vai pagar o custo da água bruta e da operação do sistema de água do Nordeste. A transposição vai privatizar e transformar a água no melhor negócio do Nordeste. Terceiro, porque o projeto despreza a situação crítica do rio São Francisco. Os estudos de impacto ambiental, obrigatórios por lei, não foram feitos na bacia toda do São Francisco, apenas nos locais de captação. O programa de revitalização, que o governo se viu obrigado a elaborar, funciona na prática como moeda de troca para que a transposição seja aceita na bacia doadora e, ao contrário do que diz, está se pautando na mesma lógica de mais degradação ao invés de verdadeira revitalização. O novo Ministro da Integração, o baiano Geddel Lima, tem atuado nesse sentido, comprando apoios na bacia, barganhando com água para comunidades ribeirinhas e conclusão de projeto empresariais parados. (SIQUEIRA, 2009, p. 2, grifo do autor)

Para além dos pontos citados na entrevista, dados mais recentes mostram os impactos negativos nos custos financeiros no período de conclusão da obra, adicionados ao conjunto de denúncias no tocante a serviços não executados como previsto e a indícios de corrupção. Quanto aos valores, Nobre (2017) observa que o orçamento inicial passou dos R\$ 4,8 bilhões para R\$ 8,2 bilhões em 2015, mesmo sem ter havido inauguração. A primeira data prevista para inauguração mudou de 2012 para 2015. Ainda assim, a obra não foi concluída. Nobre comenta que a inauguração está prevista para 2025. Ao iniciar sua operação, a obra deve atender “quatro



estados, 12 milhões de habitantes e 390 municípios” (NOBRE, 2017, p. 65). Contudo, acreditamos que até lá devem ocorrer diversos conflitos e debates.

Além de problemas econômicos, as questões levantadas neste estudo sobre o PISF evidenciam denúncias de corrupção, atraso na conclusão da obra, danos ambientais, inviabilidade econômica e problemas socioculturais. Somam-se a isso as contradições: enquanto eram feitas as reivindicações para revitalização devido às ameaças de ordem ambiental que o Rio São Francisco já enfrentava, o governo respondia com outro projeto que intensificaria ainda mais os danos existentes. Nesse aspecto, Malvezzi aponta que:

A transposição segue a lógica da “indústria da seca”, que sempre fortaleceu o poder político e aumentou o patrimônio particular da elite nordestina com grandes obras destinadas a “resolver” o “problema da seca”. Para essa lógica, é necessário manter o mito da seca e repetir obras que mobilizam grandes investimentos. Mas, dada a disponibilidade de água nos estados e a pluviosidade da região semiárida, dadas as propostas da Articulação do Semiárido (ASA) e da Agência Nacional de Águas (ANA), não há mais como sustentar o mito da seca. Como dizemos por aqui, a transposição “é uma falsa solução para um falso problema”. Sua razão última é abastecer um projeto econômico complexo, que compreende água para irrigação, criação de camarão em cativeiro, uso industrial e, residualmente, abastecimento humano. Por isso, costumamos repetir que a transposição “é a última grande obra da indústria da seca e a primeira grande obra do hidronegócio” (MALVEZZI, 2007, p. 47, grifo do autor)

Nesse contexto de conflitos e contradições, o governo busca garantir o avanço do projeto de transposição respondendo às demandas sociais com medidas compensatórias meramente com projetos de revitalização que apenas simulam o que realmente é esperado. Fica evidente a contradição de ambos os projetos em um mesmo espaço: enquanto o projeto de revitalização busca minimizar os impactos do PISF, o governo segue desenvolvendo-o com todos os danos que ele significa. Atualmente, os dois projetos estão subordinados entre si, pois ambos são coordenados pelo Ministério da Integração, embora, na proposta inicial, o projeto de revitalização devesse ser coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Como destacam Siqueira e Zellhuber:

O governo federal responde à cobrança social de revitalização da Bacia do São Francisco e aos protestos contra a transposição com um Programa de Revitalização de “faz-de-conta”, atrelado ao prioritário projeto de transposição. Está clara a estratégia política de instrumentalizar a proposta de revitalização para viabilizar política e socialmente a polêmica transposição. A priorização da obra da transposição e a estratégia de maquiagem para manter o modelo vigente de produção responsável pela degradação evidencia-se na



análise dos orçamentos. (SIQUEIRA; ZELLHUBER, 2007, p. 17, grifo do autor)

Quanto ao projeto de revitalização, Malvezzi (2007, p. 47) afirma que a proposta surgiu “da sociedade civil, a partir do trabalho de Frei Luís Cappio. De outubro de 1992 a outubro de 1993, ele e mais três companheiros (Ir. Conceição, Adriano Martins e Orlando Rosa Araújo) fizeram uma peregrinação, que durou um ano, das nascentes até a foz do Velho Chico”. As observações em campo de análise evidenciam as contradições do governo brasileiro na escolha do projeto, tendo como parâmetro os investimentos econômicos, os impactos socioambientais e o universo populacional beneficiado por cada projeto. Assim, surgem diversos questionamentos em torno da escolha. Nesta perspectiva, Brito (2013 apud NOBRE, 2017) destaca que já é conhecida entre todos a escolha entre os projetos. O que se deve questionar, na verdade, é a razão que determinou a escolha. Sobre o projeto escolhido, Brito pontua que:

O escolhido foi um projeto com vultosos investimentos com previsão de atender 12 milhões de pessoas que deixa em dúvida a sustentabilidade de um rio essencial para a região. O projeto rejeitado do Atlas do Nordeste, elaborado pela ANA, beneficiaria 44 milhões de pessoas com custo médio de metade do que está sendo gasto na transposição e reduzido impacto ambiental. (BRITO, 2013 apud NOBRE, 2017, p. 70)

Quando retomamos a questão dos dois projetos, em uma visão mais abrangente, percebemos que o programa de revitalização, além de apresentar medidas visando à redução dos impactos ambientais, propõe medidas socioeducativas com o propósito de garantir o uso sustentável, como o consumo racional da água e os cuidados com o meio ambiente em geral. Tais propostas são construídas em um diálogo com a população, através de diversos eventos. Em contrapartida, o PISF visa ao uso da água para o desenvolvimento econômico, necessitando de altos investimentos financeiros pelo governo. Contudo, não apresenta planos concretos de sustentabilidade ambiental, mesmo existindo órgãos como o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), que apresentam medidas nesse sentido, uma vez que são exigidas legalmente. Porém, devido à complexidade do projeto, tais medidas tornariam o PISF até irrealizável.

A sociedade tem discutido diversas alternativas de convivência com o semiárido de maneira mais sustentável, inclusive com investimentos bem menores se comparados com os projetos do governo. Rubens Siqueira (2009), em entrevista à revista EcoDebate no dia 2 de outubro de 2009, expõe alternativas viáveis de convivência:



[...] Para um desenvolvimento sustentável, voltado para o bem de todos, da pessoa humana e da natureza, existem propostas suficientes. A ANA - Agência Nacional de Águas lançou o “Atlas Nordeste” que propõe 530 obras descentralizadas para resolver o problema do abastecimento humano de 34 milhões de pessoas em 1.112 municípios com mais de 5 mil habitantes, em nove estados, a um custo de 3,3 bilhões de reais, metade do que custaria a transposição até 2010. Para as áreas rurais, as 800 entidades sociais que fazem parte da ASA - Articulação do semiárido trabalham com mais de 40 tecnologias simples de captação e manejo de água para consumo humano e uso agropecuário. A partir da experiência do Programa Um Milhão de Cisternas, agora se avança para o Programa Uma Terra e Duas Águas, voltado para dotar as famílias de infraestrutura hídrica para a produção sustentável. Fica a pergunta gritante: por que e a serviço de quem está se impondo a megaobra da transposição? A resposta devia acarretar o impedimento dessa insensatez — o que está nas mãos da sociedade organizada e do STF - Supremo Tribunal Federal, que precisam agir, antes que seja tarde. (SIQUEIRA, 2009, p. 3, grifo do autor)

No que concerne ao PISF, percebe-se que 13 anos após início das obras, os problemas previstos pelos órgãos e pelas instituições que denunciaram sua inviabilidade vêm se confirmando. Entre os problemas, podemos destacar a denúncia de corrupção, as obras inacabadas, o aumento do custo financeiro, os conflitos com as comunidades locais e os diversos trechos com obras inacabadas. Ante o exposto, os projetos do PAC com o objetivo de desenvolvimento e suposta melhoria da vida no semiárido nordestino têm, na verdade, configurado espaços de conflitos entre forças desiguais. Na mesma linha de contradições estabelecida no PISF, encontra-se o projeto da Ferrovia Transnordestina, que objetiva atender à infraestrutura para a viabilização de grandes projetos do capital no semiárido e, logo no início da construção da obra, trouxe graves problemas para as comunidades locais, entre estes: divisão de propriedades, destruição de recursos naturais como mananciais de água e solo e danificação de construções e obras públicas.

A construção das ferrovias no Brasil tem uma longa história, iniciada no período imperial. A primeira ferrovia começa na Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, e se estende até a cidade de Petrópolis, RJ. Logo após sua inauguração, houve a construção de ferrovias em diversas regiões do país, sempre com a intenção de atender a projetos econômicos. Entre estes projetos se destaca a construção da Ferrovia Transnordestina. A construção desta ferrovia data ainda do período imperial, como revela João Santos:

Paradoxalmente, a Ferrovia Transnordestina teve o seu projeto datado na época do Império, pensado por D. Pedro II em 1847. A primeira tentativa surgiu em 1852, através da ideia dos irmãos Mornay, que pretendiam construir uma estrada de ferro ligando o Recife ao vale do São Francisco, margeando o rio até a Vila de Santa Maria, hoje município de Santa Maria (PE), porém,



esse projeto não foi concluído devido a uma epidemia de cólera que chegou a vitimar cerca de trinta e oito mil pessoas, inclusive alguns engenheiros ferroviários ingleses, fato este que fez os irmãos Momay desistirem do projeto (RFFSA, 1995). Essa foi a primeira paralisação dessa ferrovia que, desde o seu início, caracteriza-se como um projeto de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste. (SANTOS, J., 2015, p. 48)

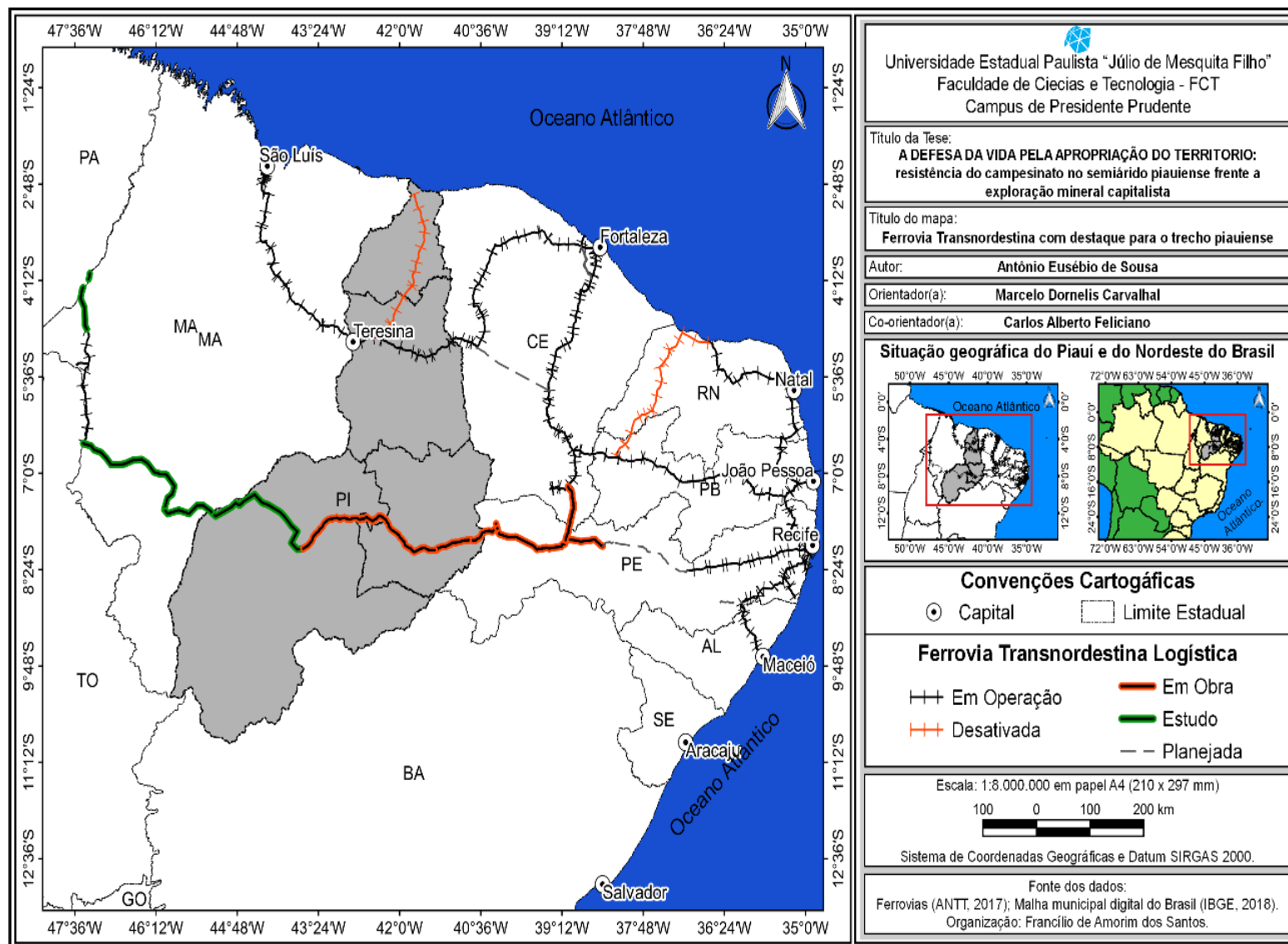
Com o objetivo de retomar as discussões acerca da construção da Transnordestina, em janeiro de 1998, foi criada a Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. (CFN). A partir de 2008, esta companhia passou a se chamar Transnordestina Logística S.A. Trata-se de uma empresa privada da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que tem a missão de explorar e desenvolver o transporte de cargas na região. O projeto objetiva elevar a competitividade da produção agrícola e mineral da região com uma logística que une uma ferrovia de alto desempenho e portos que podem receber navios de grande porte. Nesse caso, J. Santos comenta que:

Dentro dos 1.753 km de extensão da nova Ferrovia Transnordestina, por questões estratégicas de construção, a ferrovia foi seccionada em vários trechos de acordo com as prioridades, conforme descrito: Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE) 96 km, Missão Velha (CE) – Pecém (CE) – 527 km, Salgueiro (PE) – Suape (PE) 544 km, Salgueiro (PE) – Trindade (PE) 163 km, Eliseu Martins (PI) – Trindade (PE) 423 km. (SANTOS, J., 2015, p. 51)

No complexo logístico que integra 1.728 km de estrada de ferro, objetivando-se diferentes interesses do capital, a proposta de construção nos diversos terminais é atender a produção de grãos, minérios e outros. Por isso, seu traçado, composto por cinco trechos, inclui diferentes regiões. Os trechos atravessam o sertão seco, onde existe o minério, e se estendem ao cerrado, onde são cultivados grãos como a soja. O início da sua implantação ocorreu no ano de 2006, com o trecho dos municípios de Missão Velha a Salgueiro, no sertão pernambucano. Em 2007, houve a realização de estudos básicos e a contratação de projetos executivos para os demais trechos. Durante sua construção, surgiram sucessivos problemas relacionados à questão fundiária, incluindo-se as indenizações. Além disso, destaca-se ainda o surgimento das questões ambientais e culturais que causaram a paralisação das obras em alguns trechos e até mesmo a mudança de trechos a partir da luta e resistência de famílias atingidas. Outros problemas resultantes das obras são as denúncias de corrupção, o que culminou na substituição das empresas construtoras.



Mapa 2 — Ferrovia Transnordestina com destaque para o trecho piauiense



No que tange às questões de construção do projeto, tais como aspectos relacionados com estrutura, financiamento e objetivo, Aguiar destaca o seguinte:

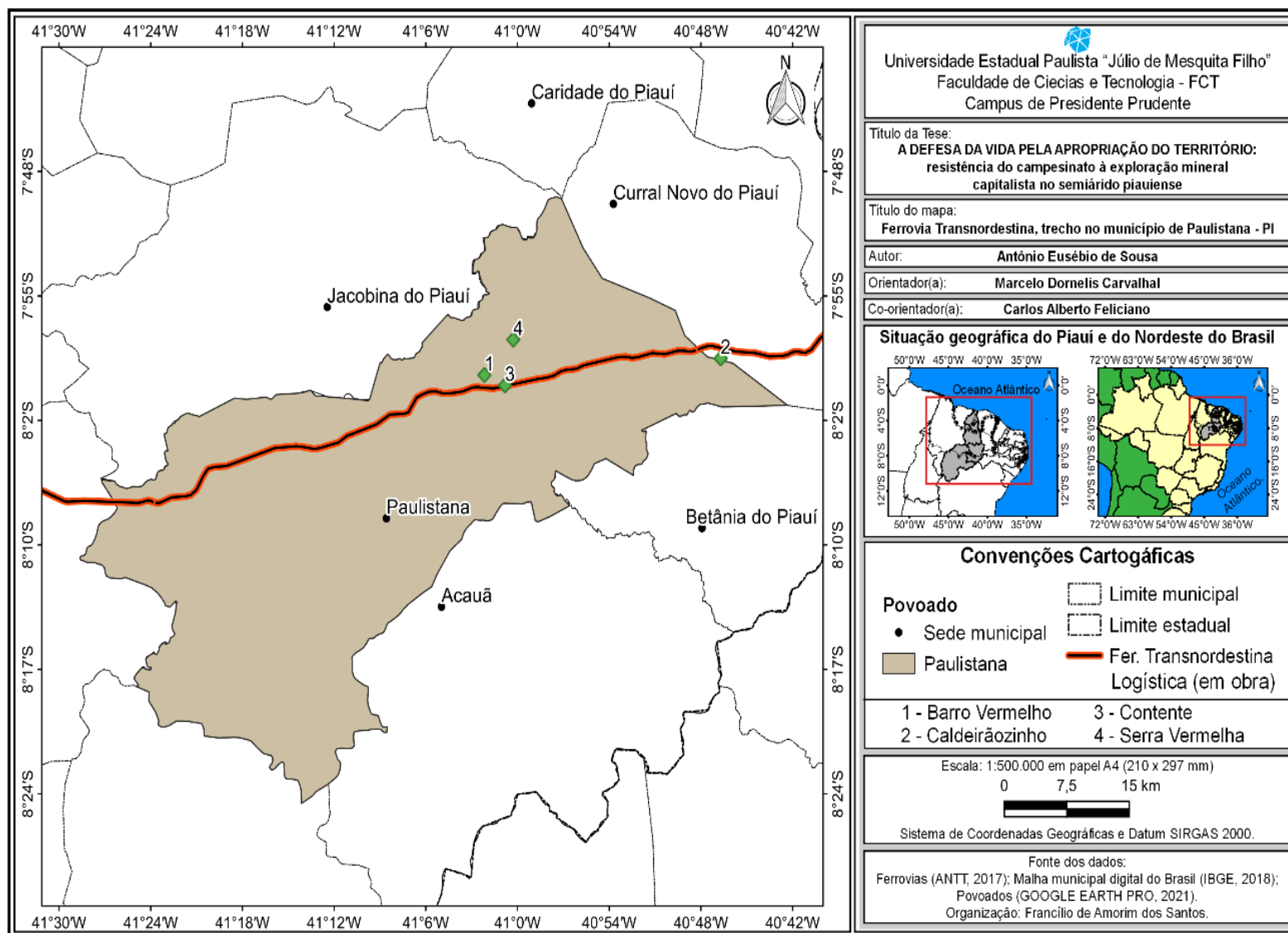
A ferrovia Nova Transnordestina é uma obra de infraestrutura que compõe parte da política do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto da ferrovia data do século XIX, com atualização datada de 2006, e foi retomada e atualizada em momento em que o investimento público no Brasil se voltava para a infraestrutura, centralizado pelo PAC. [...] Dentro do Programa, o investimento em ferrovias se destaca. Machado (2016) explica que isso se deve ao fato do modal ferroviário ser essencial para o país exportador de *commodities*, abaixando os custos de produção e gerando maior competitividade para os produtores. Nesse sentido, também, o traçado da ferrovia tem o objetivo de ligar o interior do Nordeste aos modernos portos da região, sendo eles, Pecém em Fortaleza - CE e Suape em Recife-PE. O trecho piauiense da ferrovia somente veio a ser incluído na proposta da obra em 2003, por conta do interesse específico no aumento da produção de grãos no cerrado piauiense, baiano e maranhense. [...] A obra tem como órgão responsável o Ministério dos Transportes (MT) e como concessionária executora a Transnordestina Logística S/A (TLSA), através de contrato de concessão. O licenciamento ambiental da obra é feito por trechos, sendo 5 (cinco) trechos ao todo, dentre eles o trecho Trindade – PE a Eliseu Martins – PI que se situa quase inteiramente no território piauiense, passando por várias cidades e, nelas, por comunidades camponesas, quilombolas e tradicionais do cerrado e caatinga. (AGUIAR, 2018, p. 40-41, grifo do autor)

As comunidades locais por onde passa o trecho da Ferrovia Transnordestina vivenciaram seus impactos antes mesmo de iniciarem as obras. Os primeiros efeitos afetaram as questões culturais e fundiárias. Quanto aos impactos que podem ser causados pelas obras, no caso específico do estado de Pernambuco, Camargo (2013, p. 6) pontua que o número de imóveis a serem afetados pode atingir até três mil, representando 88% deles os imóveis de particulares em diversas situações de posse e propriedade, majoritariamente pequenas propriedades rurais. Os 12% restantes são imóveis da luta pela reforma agrária, como assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dos institutos estaduais, como o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (ITERPE), além de imóveis em núcleos urbanizados.

Além dos exemplos citados por Camargo (2013), há também as diversas comunidades camponesas, quilombolas e tradicionais do cerrado e da caatinga. No trecho já construído no Piauí, destacam-se os conflitos junto às comunidades quilombolas Barro Vermelho, Contente e várias outras. As comunidades camponesas e quilombolas localizadas no semiárido também enfrentam os impactos das obras, tais como Caldeirãozinho e Serra Vermelha, que estão localizadas no município de Paulistana, PI. O Mapa 3 a seguir retrata o trecho da Transnordestina na região de Paulistana, PI.



Mapa 3 — Ferrovia Transnordestina: trecho no município de Paulistana, PI



A execução da obra foi marcada por conflitos e tensões nas comunidades do semiárido piauiense. Entre outros fatores, destacam-se as diferentes informações que chegavam até as comunidades e o assédio sobre as famílias por parte da empresa responsável pelas negociações. Além das ameaças de expropriação, as empresas também pressionaram as famílias para assinarem contratos de desapropriação de parte de suas propriedades a valores irrisórios. Muitas destas famílias ainda sequer receberam tais valores. Na comunidade Caldeirãozinho, em Paulistana, PI, as pessoas relatam que as práticas de assédio eram constantes. Isso causou problemas de saúde mental e até óbitos entre os moradores. Com isso, aumentaram mais ainda as diversas formas de luta e resistência. Quanto a esse aspecto, o comentário da participante de pesquisa Barriguda (nome fictício), em entrevista oral concedida em 2020, revela como tudo aconteceu:

A empresa chegou aqui no Caldeirãozinho querendo ser dona de tudo. Se nós fosse mole, ele tinha ficado mermo. As primeiras vez, quando eles chegava com tom de ameaça de dono de tudo, achava que nós não sabia de nada. No começo, a gente ficava pensando o que fazer. A pressão era tão grandes que muitos não sabia nem o que fazer. Mais eles diziam que tinha que fazer essa ferrovia, para carregar os minério da região. Foi tanta pressão que meu esposo já não aquetava mais. E um dia ele ficou doente. E nós levamos ele para o hospital em Paulistana. Só que nesse dia eles não tinha passado por aqui. Fazia até uns dia, as coisa tava quieta. Eles não passava aqui. Alguns dias até cheguei a imaginar que não foi eles que provocou esse doença nele. Mas eu só acho que foi, porque, quando ele tava no hospital, toda ligação que essa Camaúba [nome fictício], minha fia, recebia ligação, ele queria saber de quem era. E ela dizia. E nós não sabia. E ele perguntava: “É o povo da ferrovia?”. E ela dizia que não. Só que teve uma hora que Camaúba estava agoniada. Aí ele escutou e descobriu que era eles. E, a partir dessa hora, ele piorou de um tanto que não teve mais jeito e morreu. [...] As lutas sempre teve por aqui, nos tempo de seca, mas o pior foi essa mineração e, com as pressão pra nós vender a terra e, esse sofrimento que passei com a doença e a morte de meu esposo só cresceu. E um dia, Sabiá [nome fictício], que mora no Juá, bem aqui do lado, onde eles quer tirar o minério, encontrou Dom Plínio na missa e disse que não tinha mais o que fazer. Ele disse que ia resolver. Nós já tava na luta, mais sem saber como fazer. Aí esse Dom Plínio deu muita força pra nós e depois chegou o pessoal da CPT. Eusébio estava com nós em todos os momentos. A luta foi grande, mais vencemos. Não foi como nós queria. Mais se não fosse a luta, ou nós já tinha morrido ou tinha ido embora daqui, porque era essa o que eles dizia. Comprar a terra, derrubar a casa e a gente ir morar nôto lugar, sem nem saber se dinheiro dava para comprar. E o que não tem dinheiro que pague meu lugar, O que eu posso dizer é que se a Transnordestina trouxe todos esses problemas, imagine a mineração que é bem maior. E ela não tá longe daqui não. Daqui para entrada do Juá é bem pertinho. E que se nós aceitar, só vamo sofrer. Por isso, vamo continuar lutando como a Transnordestina. Eles fizeram, mais não ficou como eles queriam: que era tirar nós daqui. Do mesmo jeito é com a mineração. Nós não vamos deixar ela vir. (informação verbal, grifo nosso)⁵

⁵ A entrevista integral realizada com Barriguda em 2020 está disponível no Apêndice G.



Ao longo do traçado da Ferrovia Transnordestina, a introdução dos trilhos torna-se um obstáculo, pois corta o território das comunidades. Isso limita a locomoção e separa as casas das roças e os estoques de água dos animais. Além disso, há casos em que ocorre a própria destruição de reservatórios de água, como o açude da comunidade Serra Vermelha, em Paulistana, PI. O açude contribuía diretamente para o abastecimento de, no mínimo, quatro comunidades. Ainda durante as construções, ocorreram muitas perdas de animais nos dias de uso de bombas para explosão, pois as famílias não eram comunicadas com antecedência. Somente após a luta e pressão, as comunidades passaram a ser comunicadas com, no mínimo, 48 horas de antecedência para recolherem seus animais.

Diante disso, percebe-se que estes grandes empreendimentos não levam em consideração a dinâmica organizacional das comunidades, especialmente no que tange à forma de trabalho e criação de animais, ao sistema de produção e ao uso dos recursos naturais. Pelo contrário, as comunidades passaram a se organizar para garantir seus direitos. As famílias começaram a lutar por indenizações financeiras não apenas pela terra, mas por bens como cacimbas, casas, cisternas, passagens para as propriedades e roças. Ademais, a garantia de permanência na comunidade para manutenção da cultura no próprio local também fazia parte da resistência. Os resultados parciais conquistados foram alcançados através de lutas nas comunidades que resistiram. Podemos citar como exemplos as comunidades Caldeirãozinho e Juá, bem como algumas outras do município de Paulistana, PI, como relata a participante de pesquisa Carnaúba, em entrevista oral concedida em 2021

Aqui o sofrimento foi grande, mais considero que vencemos. Eles ameaçavam de todas as formas. Disse que se a gente não saísse, eles iam tirar à força. Era melhor a gente vender por um preço que eles estava dando, que se não a polícia chegava a qualquer hora e a gente ia sair e perder era tudo. Eu não tinha medo não. Acreditava muito em Deus e a terra era nossa e tinha o documento. Acho que eles não podia fazer isso. Tudo começou dizendo que a gente precisava sair. Que a ferrovia ia passar mesmo no meio da sala. E eu dizia: “Aqui vocês não passa não”. Mas aí veio a doença de meu pai. E depois faleceu. Minha vizinha ficou doente também. E mãinha triste também. [...] Aí nós fomos buscar ajuda. Nisso, além de nós, já tinha muita gente resistindo também. Nossa dificuldade era saber como unir todo esse povo para lutar, nossa companheira Sabiá da localidade Juá e outras. Logo, fui ver que o povo lutando e resistindo contra essa ferrovia era muitos. E logo chega a mineração, que era outro problema maior. Como toda vida a gente é da comunidade, da Igreja, um dia nossa companheira Sabiá procurou logo foi o bispo. Aí a coisa melhorou. Apareceu gente para nos ajudar. Veio Dom Plínio, a CPT toda. Aí os sofrimento continuou, mais apareceu gente para ajudar nós. Mais tem outros que acreditavam na empresa. E era contra nós. Mais muita gente preocupada com o que podia acontecer. Os problemas era as roças, as passagens para as roça, os barreiros, as casas. [...] Eu sei que perdemos muitas



coisa, mais, com a luta, ganhamos muito. A passagem das roças eles não ia fazer. Aí um dia a companheira Sabiá chegou e disse: “Não vamos deixar eles trabalhar até que eles façam nossa passagem”. Juntamos nós todos na frente dessa ferrovia, tomamos café, almoçamos e só saímos quando garantimos a nossa passagem das casas para as roças e para outro lugar dos animais beber. Outra foi nossa casa que eles disseram que ia desmanchar. Eles só entraram quando fizeram nossa casa nova dentro da mesma propriedade, só afastada da ferrovia, outra cisterna. Enfim, não foi do jeito que gente queria, mais fizeram a casa, a cisterna. Nunca desmancharam a outra. Só não pode morar porque é do lado da ferrovia, mais podemos ir lá guardar as coisas, abrir as portas. Graças a Deus, nossa luta e o apoio da CPT de Dom Plínio e de muita gente estamos viva. Não perdemos tudo e estamos morando na mesma localidade. Mais foi muito difícil. Tinha medo de algum morrer qualquer hora. Estamos bem, mas foi difícil. A casa não saiu igual o que a gente queria, mas, sem luta, nós não tinha ganhado era nada e ainda tinha perdido o que tinha. Teve os advogados que ajudou muito também. Agora é lutar para a mineração não acontecer, porque ela é pior que a Transnordestina. (informação verbal, grifo nosso)⁶

A Transnordestina foi projetada, segundo as empresas do capital e o Estado, devido à importância do transporte ferroviário para o desenvolvimento ambiental, econômico e social da região de maneira sustentável. Isso permite dinamizar o agronegócio e outros projetos em fase de estudo e/ou implantação a partir da integração da região beneficiada aos grandes portos de escoamento de produtos. De certo modo, isso contribui para tornar o transporte de cargas mais eficiente com a dinamização da atividade econômica nas áreas próximas. Porém, o projeto não levou em consideração a dinâmica populacional existente nas comunidades afetadas. Não consultou as famílias locais para esclarecer os possíveis impactos negativos que as obras causariam. As empresas priorizaram somente os aspectos positivos.

Por fim, o projeto Nova Transnordestina, em seus diferentes trechos, renovou a ocorrência de conflitos. Isso se deve ao mesmo modelo desenvolvimentista adotado numa articulação entre capital e Estado em um espaço geográfico marcado historicamente pelo coronelismo, latifúndio e patriarcado, que constituem marcas profundas no sertão nordestino. O projeto busca viabilizar, além do agronegócio, o desenvolvimento da mineração. Esta proposta em seu projeto inicial tem gerado graves conflitos nas comunidades da região.

Atualmente, a mineração é uma atividade em alta nas cotações internacionais. No Brasil, a extração de minérios tem crescido bastante. No final da década de 1970, a principal empresa mineradora do Brasil era a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Entre os anos 2000 e 2010, a mineração foi o setor que apresentou o maior crescimento econômico do país. Contudo, a atividade de mineração no Brasil possui uma história marcada por um conjunto de contradições.

⁶ A entrevista integral realizada com Carnaúba em 2021 está disponível no Apêndice K.



Isso se deve, principalmente, aos grandes impactos ambientais e sociais que esse tipo de atividade causa. O semiárido brasileiro tem se destacado como uma região promissora para a prática da mineração. Dessa forma, o governo federal e os governos dos estados do Nordeste aumentaram as propagandas com o objetivo de atrair empresas para a exploração mineral na região. É relevante destacar que, junto ao potencial mineral e à propaganda do Estado, os planos do governo favoreceram o surgimento de conflitos com as comunidades locais onde se planejam extrair minérios ou onde a extração está em atividade.

Para entender esse contexto, nossas análises do potencial mineral no Brasil fundamentam-se nos estudos de F. Fernandes, M. Lima e N. Teixeira (2012), desenvolvidos pelo Centro de Tecnologia Mineral. Ministério de Ciências, Tecnologias e Inovação (CETEM). Nestes estudos, os autores comentam que o Brasil possui um grande potencial mineral. A maioria desse potencial ainda não foi explorada. Apenas 30% do território nacional foi mapeado geologicamente para a descoberta de recursos minerais. Os autores revelam ainda que a Produção Mineral Brasileira (PMB) dos municípios do semiárido, classificada por Unidades da Federação (UFs), mostra uma produção muito concentrada. Segundo os dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (2008) e das revistas Brasil Mineral (2008) e Minérios & Minerales (2007), a agregação da produção mineral no semiárido brasileiro em 2005 era de R\$ 1.656.070.990,00. Apenas o Estado da Bahia acumulava um valor total de R\$ 787.107.225,00. Esse valor representa 47% da produção mineral, seguido do Rio Grande do Norte, com um valor de R\$ 562.057.241,00, o que equivale a 34 % da produção de minério. Os demais estados apresentaram percentuais bem inferiores, por exemplo, com 6% na Paraíba, 4% no Ceará, 3% em Minas Gerais, 2% no Piauí, 3% em Pernambuco e Sergipe e 0% em Alagoas.

A produção consolidada de minerais no semiárido brasileiro, conforme pontuam F. Fernandes, M. Lima e N. Teixeira (2012), registrou em 2005, sem considerar o petróleo e o gás natural, cerca de R\$ 1,7 bilhão, ou seja, 5,4% do total da produção mineral brasileira daquele ano, que foi de R\$ 31,5 bilhões. No ano de 2007, a produção mineral da região caiu para R\$ 1,2 milhão, segundo estudo sobre o semiárido realizado pelo DNPM em 2009. O semiárido concentra toda a produção de gipsita (1,3 Mt), magnesita (428 t) e urânio (129 t), conforme revelam os dados primários do Anuário Mineral Brasileiro (AMB) (2006), da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) (2008), do DNPM (2008) e das revistas Brasil Mineral (2008) e Minérios & Minerales (2007). Outras substâncias minerais que se destacam na região são a produção de bentonita (531 t), diatomita (10.8 t), lítio (450 t), sal marinho (5,4 Mt) e talco (57 t). Isso demonstra a grande importância do semiárido para a mineração. O Quadro 2 a seguir mostra as grandes minas do semiárido, selecionadas entre as 100 maiores



empresas no Brasil em 2009. Ressaltamos que a extração mineral pode estar localizada em mais de um município e a extensão da mina pode incluir municípios vizinhos.

Quadro 2 — As grandes minas do semiárido em 2009 entre as 100 maiores empresas

Posição	Nome da mina	UF	Município	Empresa	Produto(s)	ROM-t/ Ano 2009
38 ^a	Caraíba	BA	Jaguarari	Min. Caraíba	Cobre	4.017.405
59 ^a	Jacobina	BA	Jacobina	Jacobina	Ouro	2.004.937
85 ^a	Fazenda Brasileiro	BA	Barrocas	Min. Fazenda Brasileiro (MFB)	Ouro	1.179.596
109 ^a	Ipueira	BA	Andorinha	FERBASA	Cromo	611.400

Quadro elaborado com base nas informações de F. Fernandes, M. Lima, N. Teixeira (2012, p. 103) a partir de dados da revista *Minério & Minerales* (2010).

Considerando-se a riqueza mineral já explorada na região do semiárido, a mineração se constitui em grande potencial econômico. Como apresenta o Quadro 2, a Bahia se destaca no ranking da produção mineral. Quanto a isso, F. Fernandes, M. Lima e N. Teixeira destacam que:

A Bahia é a unidade da federação com o maior número de municípios inseridos na região do semiárido e a unidade da federação com mais municípios envolvidos na atividade de mineração. O semiárido da Bahia destaca-se como principal produtora de cromo, sendo responsável por mais de 90% da produção nacional. O distrito cromífero de Campo Formoso está situado na região centro-norte da Bahia (DNPM, 2009). No semiárido nordestino, em Caetité (BA) também se desenvolve hoje o projeto de lavra e beneficiamento de urânio que abastecem os dois reatores nucleares do Brasil (Angra I e II). (FERNANDES, F.; LIMA, F.; TEIXEIRA, N., 2012, p. 7)

Como observado, a atividade mineradora representa um processo em pleno desenvolvimento em parte do semiárido. Com base nestas informações, buscamos relacionar o crescimento econômico a partir do Produto Interno Bruto (PIB) e o desenvolvimento social a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Para melhor análise dos dados nos quatro municípios-sede das grandes minas no semiárido, fizemos um recorte de vinte anos considerando a primeira década entre 1991 e 2000 e a segunda década entre 2000 e 2010. Examinamos estas informações com base nos indicadores sistematizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) em 2013.

Como referenciais comparativos, buscamos os dados de quatro diferentes espaços político-administrativos: Andorinha, Caetité, Campo Formoso e Jacobina. Estas cidades são municípios-sede correspondentes a cada grande mina no estado da Bahia. A análise considera



uma relação comparativa entre a realidade dos referidos municípios com os demais municípios do estado da Bahia e do Brasil. Esta estratégia favorece compreender se a grande contribuição do setor mineral tem acompanhado também o crescimento destes municípios.

Os dados revelam que a extração de ouro em Jacobina e urânio em Caetité torna estes municípios com IDHM médio, assumindo as posições 42º e 74º no ranking dos estados baianos, respectivamente. No entanto, comparando estas duas cidades com os 5.565 municípios brasileiros, elas estão em posição inferior: em 3.136º e 3.587º, respectivamente. Já os municípios de Andorinha e Campo Formoso apresentam IDHM baixo, estando nas posições 213º e 222º, respectivamente, no estado da Bahia. Entre os demais municípios no Brasil, Andorinha e Campo Formoso ficam em 4.444º e 4.495º, respectivamente. Como se percebe, o município de Campo Formoso está entre os 60 municípios que apresentam o IDHM mais baixo em todo o Brasil.

Comparando o ranking dos municípios no período de 1991, 2000 e 2010, percebemos o crescimento gradativo do IDHM em todos eles. Por exemplo, Caetité aparece com IDHM médio e apresenta certo crescimento passando de 0,331 em 1991 para 0,454 em 2000 e 0,625 em 2010. Campo Formoso, com IDHM baixo, também apresenta crescimento ao passar de 0,261 em 1991 para 0,421 em 2000 e 0,586 em 2010. É relevante destacar que, além das receitas geradas pela mineração, o que altera os dados dos municípios do semiárido são outras políticas implantadas no país nos últimos anos. Algumas destas políticas referem-se aos programas sociais, projetos de transferência de renda nacional, investimentos na saúde, educação e incentivos à agricultura familiar.

Os resultados obtidos mostram que os municípios do semiárido onde a mineração foi desenvolvida tiveram crescimento no IDHM durante o período das duas décadas examinadas. Contudo, ao compará-los com os demais municípios brasileiros, o crescimento se torna inferior. Embora estes municípios tenham apresentado crescimento do PIB com a mineração, o crescimento no IDHM não evidencia uma relação direta com a mineração, uma vez que os municípios que não possuem extração de minérios apresentaram crescimento superior. Logo, percebemos que existem certas contradições no discurso que propõe o desenvolvimento a partir da extração mineral, visto que o aumento do crescimento econômico não se relaciona diretamente com o desenvolvimento social.

O crescimento econômico dos municípios examinados tem apresentado dados expressivos a partir da CFEM. Observando os municípios de Caetité e Campo Formoso, a participação da CFEM na receita foi de R\$ 51.831.422,19 em Caetité e de R\$ 77.821.467,15 em Campo Formoso. A evolução das condições de vida das pessoas ou o desenvolvimento



social destes municípios não deve ter como dimensão tão somente a economia, mas, sobretudo, a dimensão social.

A mineração exige altos investimentos e grande lucratividade. Portanto, a extração mineral gera grande crescimento econômico para o país, como mostram F. Fernandes, M. Lima e N. Teixeira:

Na última década, entre 2000 e 2008, a demanda internacional por minerais tem valorizado a pauta de exportação e a produção mineral do Brasil, com um aumento de 250%, em dólares americanos. No ano de 2008, a mineração representou cerca de 2% do PIB do país, num valor de R\$ 51,11 bilhões. O setor mineral empregava 161 mil pessoas em 2008, sendo que estudos da CPRM mostram que somente nesse ano foram criados mais dois milhões de empregos diretos e indiretos (ENGINEERING & MINING JOURNAL, 2011). O crescimento do setor tem atraído novos investimentos e participantes no mercado interno de produção, incluindo pequenas empresas de mineração. (FERNANDES, F.; LIMA, M.; TEIXEIRA, N., 2012, p. 98)

Estudos do DNPM publicados em 2011 evidenciam que a mineração tem representado um setor em crescimento para o país, inclusive nas exportações. Entretanto, por que não acontece o mesmo com os municípios mineradores do semiárido, inclusive municípios com o IDHM mais baixo? Se existe grande crescimento econômico, por que não altera a posição do Brasil, dos estados e dos municípios mineradores? Por exemplo, como avaliar o Estado da Bahia, que ocupa a 22ª posição entre as 27 unidades da Federação, ou o município de Campo Formoso, que é o 4.495º dos 5.565 municípios brasileiros? As respostas estão exatamente na observação da forma como ocorre o processo de instalação das empresas mineradoras. Inicialmente, existe uma relação muito próxima entre capital e Estado e um distanciamento da população em geral, que, em tese, deveria ser a principal beneficiada, visto que a riqueza está sendo extraída de seu território. Pensa-se no lucro e na produtividade sem se considerar as possíveis consequências ambientais e sociais para a região. Neste caso, o crescimento de alguns ou até da economia do país depende do sacrifício e da miséria de muitos.

Nos municípios do semiárido onde estão as grandes minas existe forte concentração da riqueza e aumento significativo da pobreza. Dados do ADB em 2010, período em que a mineração já vinha sendo desenvolvida há vários anos, mostram um alto índice de pobreza nos municípios mineradores, ironicamente nos mesmos espaços onde tem aumentado a produção de riqueza. O município de Jacobina, por exemplo, teve um crescimento da economia com a extração de minério de ouro, mesmo com um percentual de 57,9% da população pobre e sendo o 57º município mais pobre da Bahia. Já o município de Campo Formoso tem 70% da população



considerada pobre, sendo o 228º município da Bahia e o 4.293º do Brasil em concentração de pobres. O percentual de pobres, na região, em relação à população total, é mais alto do que a média brasileira: 33% do total da população aparece em estado de pobreza no ano de 2000. Já nos municípios-sede das grandes minas, a situação piora. Como exemplo, existem municípios na Bahia onde a pobreza atinge cerca de 70% do total da população.

Salientamos que os municípios do semiárido brasileiro que possuem a mineração como principal atividade produzem riqueza que muito contribui para o aumento dos índices econômicos do país. Todavia, estes mesmos municípios apresentam também os piores índices de desenvolvimento humano, substancialmente maiores que a média da região Nordeste, uma das mais pobres do Brasil. Isso mostra que a região constrói riqueza para o país e até mesmo para o exterior. Em contrapartida, a mineração também revela a pobreza que resulta da riqueza construída.

Diante da realidade apresentada, com os diversos projetos de mineração em processo de exploração há várias décadas e com os índices de desenvolvimento inalterados, ou até mesmo alterados de forma negativa, mostra-se que o discurso do desenvolvimento do semiárido por meio destes projetos apresenta várias contradições. Entre o discurso e a prática, estão os problemas sociais e os efeitos nefastos em termos ambientais. Após a extração, restam somente os efeitos ambientais danosos para as gerações atuais e futuras das comunidades atingidas.

Empresas mineradoras exploram reservas minerais em diferentes países, principalmente nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. E quando atingem seus objetivos ou falta mercado para a circulação de capital, reduzem ou cessam suas atividades e o propagado desenvolvimento não é concretizado. O Brasil é rico em exemplos dessa natureza. Em 1956, como pontua Andrade (1979), os Estados Unidos encerram as compras de minérios do Brasil após atingirem seus objetivos estratégicos. Desse modo, algumas empresas mineradoras encerram suas atividades no Brasil, tais como a extração de bismuto no Rio Grande do Norte, lítio na Paraíba e no Rio Grande do Norte, berilo e ouro na Paraíba e alguns outros.

Em meio às contradições, o Estado brasileiro, nos últimos anos, tem intensificado os processos de pesquisa mineral nas diversas regiões do semiárido. Os projetos que foram por muitos anos majoritariamente concentrados na Bahia começaram a se propagar pelo restante do país, ganhando força nos diversos estados do semiárido nordestino. J. Santos (2015) argumenta que o Piauí aparece em segundo lugar entre os dez maiores estados do país com a existência de minérios. O autor observa ainda que, entre as substâncias minerais, destacam-se a argila, a opala, o calcário, o diamante, o ferro, o fósforo, o níquel, o mármore e outros.



Nesta perspectiva, o Piauí vive uma contradição entre dois modelos de *desenvolvimento*. O primeiro apresenta e discute a mobilização da sociedade, com o apoio de ONGs, a partir de estudos realizados e de experiências desenvolvidas em outras regiões do semiárido brasileiro. O segundo se refere às propostas das empresas do capital. Diante disso, com o intuito de desenvolver ações educativas de convivência com o semiárido, o Governo do Estado do Piauí criou no ano de 2003 uma subcomissão multidisciplinar integrada chamada Programa Permanente de Convivência com o Semiárido (PPCSA), formada por representantes da defesa civil, do Estado e da sociedade civil.

Dentre as ações do PPCSA, destacam-se o aproveitamento da água da chuva através de cisternas de placas, criação de animais, construção e desenvolvimento de projetos produtivos, assistência técnica e Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido (ECSA). Estas ações que compõem o PPCSA partem de experiências concretas de outras regiões do semiárido brasileiro e surgem a partir da pressão das organizações sociais. Denota-se que o Estado inclui algumas pautas em seus planos. No entanto, em sua execução, não ocorre a realização conforme a proposta das organizações e, tampouco, como ações permanentes por parte do Estado.

No contexto do semiárido em que as organizações, em parceria com as comunidades, apresentam e desenvolvem iniciativas de convivência com o semiárido piauiense, é possível identificar muitos resultados positivos, embora ainda sejam as primeiras iniciativas. Contudo, as ações do PPCSA e do Projeto de Lei nº 28, de 09 de junho de 2003, atuam como iniciativas do próprio Estado.

Em meio ao cenário em que as ações de convivência se constituem em iniciativas concretas e com resultados positivos, surge a contradição por parte do próprio Estado que, inicialmente, criou o PPCSA em 2003 conjuntamente com as organizações e a sociedade. Por outro lado, em anos posteriores, o governo vendeu a imagem do Piauí como uma região marginalizada dentro do circuito econômico nacional, embora o estado seja rico em recursos naturais inexplorados. A existência destes recursos no semiárido impulsiona a realização de projetos por parte do Estado para favorecer a mineração atraindo a chegada de grandes projetos do capital. Diante dessa ambiguidade, surgem divergências de pensamento por parte da própria população local. Se, por um lado, uma pequena parte da população representada pelo poder público municipal, pelos comerciantes e empresários se sente contemplada com o possível crescimento e a melhoria da sua qualidade de vida como ideia alimentada pelo crescimento temporário de determinados setores e o surgimento de empregos, por outro, as comunidades camponesas se sentem ameaçadas de perder o pouco que lhes resta, como os benefícios já



conquistados pelos projetos de convivência com o semiárido, além do abandono de um projeto de desenvolvimento que os integrava mais plenamente ao desenvolvimento econômico-social da região. Esses sujeitos se sentem ameaçados de serem expropriados de suas terras.

Esta preocupação se fundamenta em fatos, pois nos espaços por onde passam trechos da Ferrovia Transnordestina existe a destruição de obras construídas com recursos do próprio Estado, por meio do PPCSA, como mostra a Figura 2 a seguir. Com os grandes projetos do capital, além dos prejuízos à natureza e das perdas materiais das comunidades locais, são incorporadas outras culturas, que são impostas de fora para dentro.

Figura 2 — Cisterna destruída pelo trecho da Ferrovia Transnordestina



Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (2016).

Para a realização dos projetos do capital no semiárido piauiense, como a mineração e a construção da Ferrovia Transnordestina, existe uma coalização de estratégias formada através de uma dinâmica entre capital e Estado. Todavia, isso ocorre sem haver um diálogo direto com as comunidades atingidas, o que gera conflitos e contradições entre as propostas do governo e a resistência criada pelas comunidades locais. Com base em estudos relacionados ao mapeamento do potencial mineral existente no Piauí, o governo do Estado passa a propagar a grande riqueza que deve ser explorada, buscando atrair investidores das diversas regiões. Por



consequente, o governo criou o Projeto Planalto Piauí para firmar uma relação centralizada entre os interesses do capital e do Estado como forma de protagonizar a exploração mineral na região, em nome de um suposto desenvolvimento. O tópico a seguir apresenta a operação dinâmica dos interesses centralizados entre capital e Estado como proposta de desenvolvimento do semiárido piauiense.

2.2 Centralização de interesses entre capital e Estado em defesa de um suposto desenvolvimento

Como já indicado neste estudo, o Estado se constituiu como agente principal para a realização dos projetos do capital. Dessa forma, consideramos a questão do Estado como algo muito complexo. O Estado surge, segundo Lenin (2016), quando os interesses entre as classes são inconciliáveis. Assim, é necessário evidenciar que a ideia de Estado nem sempre existiu como um órgão permanente ao longo da história. Existiram sociedades que se organizavam politicamente sem a existência de um Estado ou de um poder governamental centralizador.

É importante ressaltar que o conceito de Estado é construído em diferentes perspectivas. No entanto, consideramos que ele surge da necessidade de organização da sociedade, como forma de mediar os conflitos. Por isso, precisamos entender primeiramente como se constitui a presença do Estado a partir de vieses que se entrelaçam no âmbito filosófico, jurídico, político e sociológico. Isso nos ajuda a entender como o Estado atua ou deveria atuar em meio aos conflitos gerados pelo capital.

No âmbito jurídico, Bonavides (2000) concebe o Estado como um grupo humano que se fixa em algum território específico. Nesse sentido, o autor entende que o Estado se constitui quando o poder pertence a uma instituição, e não ao homem. Bonavides considera que o Estado não está fora da sociedade, mas dentro, posto que se distingue da mesma. Desse modo, Marx e Engels (1890), a partir de um olhar genérico, afirmam que o Estado é produto da sociedade e instrumento das contradições sociais. A ideia de Estado só se explica como fase histórica, à luz do desenvolvimento da sociedade e dos antagonismos de classe.

Com efeito, evidencia-se que o Estado surge junto ao desenvolvimento do capital nos modos de produção anteriores, uma vez que, sem a intervenção do capital junto aos diversos grupos existentes, não haveria necessidade de conciliação de classe. Nesse aspecto, Harvey (2005, p. 84) postula que “o Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, e não de conciliação pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho”. É nesta condição que Kropotkin (2000, p. 09) afirma que “o Estado não é,



senão, uma das formas revestidas pela sociedade no decorrer da história”. Diante disso, relevamos a necessidade de se apontar qual é o papel do Estado, visto que ele surge quando se intensificam as ações do capital. Como mediador de conflitos, o Estado deve ou deveria ter um papel fundamental no processo de conciliação, especialmente junto aos grupos ou povos mais vulneráveis, que contribuem para a existência do próprio Estado.

Lenin (2016) corrobora esta perspectiva quando afirma que o Estado é a organização espacial de uma força. Trata-se de uma força destinada a subjugar determinada classe. Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores. Marés (2003) destaca que o Estado moderno foi teoricamente construído para garantir a igualdade, a liberdade e a propriedade. Dito de outra forma, a função do Estado, no momento de sua constituição, é garantir a propriedade, que necessita da liberdade e da igualdade para existir.

Pensando no papel do Estado, sobretudo no tocante à função de suprir as necessidades básicas da sociedade, Harvey afirma que:

O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infraestruturas sociais e físicas: pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucros. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. (HARVEY, 2005, p. 85, grifo do autor)

O surgimento do Estado como alternativa para conciliar os conflitos de classe, tensões que resultam da expansão das ações do capital, evidencia que, ao longo da história, o Estado tem se tornado aliado das classes economicamente mais poderosas e dominantes, algo visível até os dias atuais. Como destaca A. Oliveira (1994) o Estado tem se posicionado de maneira que tenta desarticular os movimentos. Lessa e Tonet (2011) argumentam que a ilusão de que capitalistas e trabalhadores compartilham um destino em comum, sempre fundamentado em Karl Marx (1818-1883), tem forte influência nas lutas políticas. Trata-se de um fundamento que projeta ilusoriamente o Estado e o Direito como instituições sociais que representam os interesses de toda a sociedade.

Referindo-se ao Estado brasileiro, que tem uma história marcada pela exploração do capital desde o processo de colonização, A. Almeida (2010) ressalta que a gênese do capitalismo no Brasil opera sobre o que o autor chama de *plataforma territorial-econômica*, o que resulta num processo maquinário produtor de desigualdades. O Estado brasileiro, ao longo da história, tem construído coalizões com diferentes grupos do capital, montando estratégias e utilizando o aparelho do Estado para formalizar projetos. Envolve diferentes setores para



facilitar a instalação dos projetos, sobretudo, quando há resistência por parte dos grupos atingidos. Casos assim têm sido frequentes na implantação de projetos minerários. As empresas se fundamentam no fato de que os minerais são bens da União, como dispõe o Art. 20, inciso IX, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Diante desses dispositivos legais, o Estado, junto com o capital, considera que, por serem da União, os bens estão à disposição do capital para exploração. No entanto, esse tipo de embasamento se contrapõe ao que dispõe o Art. 1, incisos I-V, da mesma Constituição, quando o Estado Democrático de Direito se fundamenta na soberania, na cidadania, na dignidade do ser humano e em outros fatores (BRASIL, 1988).

Tendo em vista as particularidades inerentes às populações tradicionais, o governo criou normas que protegem e garantem a reprodução dos conhecimentos e do modo de vida destes povos. Todavia, os dispositivos constitucionais e legislativos que regulam o processo de desapropriação são desconsiderados em nome dos interesses dos proponentes dos projetos e dos alegados direitos da *maioria*. Dessa forma, como aponta M. Sousa (2015), é perceptível a colisão de princípios entre dois grupos: por um lado, existem os povos tradicionais que reivindicam a garantia da terra e dos costumes; por outro, há o Estado e o grupo empresarial interessados na implantação do empreendimento.

No Estado do Piauí, esse fato foi evidenciado em uma audiência pública realizada na cidade de Curral Novo do Piauí, PI, em 14 de abril de 2014. Durante a reunião, uma autoridade do judiciário afirmou que nem mesmo a união de todo o povo brasileiro contra a instalação dos projetos de extração mineral impediria a realização dos projetos se considerada a própria Constituição Federal de 1988. A afirmação criou forte tensão entre as famílias atingidas pelo projeto de mineração. A assertiva da autoridade começou a ser utilizada inclusive por representantes da empresa de mineração como recurso intimidatório contra as famílias que resistiam em vender suas propriedades. Em reunião realizada pela CPT-PI na comunidade Manga Velha, no dia 11 de fevereiro de 2016, os moradores das comunidades começaram a expor a situação intimidatória causada pelos representantes da empresa mineradora.

O Estado também utiliza seu aparelho em benefício das grandes empresas do capital nas audiências públicas, quando sequer são totalmente *públicas*. Estas reuniões acontecem em locais distantes das áreas de residência dos atingidos, com pouca divulgação e dificuldade de acesso. Além das audiências, outro fator grave se refere à realização de pesquisas por empresas particulares para o Estudo de Impactos Ambientais (EIA). Estas empresas fazem um Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) e o Estado, na maioria dos casos, apenas assina os documentos autorizando a realização dos projetos. Além disso, o Estado tem construído estratégias para atrair recursos estrangeiros e, muitas vezes, promove competição entre as unidades da



Federação. Isso beneficia as empresas do capital que, em meio a competição, optam pelas melhores propostas envolvendo incentivos fiscais, infraestrutura e lucros. Tudo isso ocorre de modo que reduz a qualidade de vida, desconsidera normas trabalhistas quanto à indenização aos danos causados às comunidades e incentiva a competitividade local.

Por meio do discurso capitalista, o Estado sempre utiliza do termo *desenvolvimento* como justificativa para a implantação dos projetos, mesmo compreendendo que esse *desenvolvimento* mantém uma relação íntima com a economia dominante, orientada pela competição, exploração do trabalho e degradação ambiental. Embora os efeitos dos projetos ameacem a biodiversidade, os defensores dos projetos apenas se preocupam com a demanda do mercado em cada período da história. Para Ribeiro (1992), o termo *desenvolvimento* significa mais do que uma multiplicidade de fenômenos econômicos e políticos. Envolve algo que se situa no campo das ideias e atinge o funcionamento do direito como instrumento de pacificação social. Considerando-se essa perspectiva e os fatos narrados, o desenvolvimento pode ser entendido como um crescimento econômico que, na maioria dos casos, não se constitui como fenômeno de crescimento social. No entanto, as empresas e os governos se utilizam desse discurso para ludibriar os que serão atingidos.

O papel do Estado tem sido proporcionar financiamento público dos investimentos em infraestrutura no Brasil. Nos últimos anos, os recursos do PAC têm sido utilizados para atender a estes projetos. Para os projetos de mineração, objeto de estudo deste trabalho, os maiores investimentos são em ferrovias e minerodutos. Entretanto, mais do que a proposta econômica e política, os projetos de *desenvolvimento* consideram que não é suficiente apenas produzir. É também necessário escoar a produção de modo eficiente. Por isso, o Estado entra nesse processo proporcionando projetos de infraestrutura. No caso do Piauí, houve a extensão de um trecho da Ferrovia Transnordestina que, no seu projeto inicial, não incluía o Estado.

Conforme aponta M. Santos (1988), vivemos em um mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes. Por conseguinte, o capital busca explorar os diversos espaços do país com a penetração das grandes empresas capitalistas. No caso do semiárido, com o objetivo de levar o *progresso* para a região que convive com sérios problemas de pobreza e que necessita se desenvolver, as propostas causam, na prática, conflitos e violência que culminam na expropriação de povos e comunidades camponesas. Observamos que, na maioria das vezes, os conflitos são efeitos que estão associados ao desrespeito às formas de vida e à organização local. Como menciona Benko (1998, p. 63), “o território regional é também um quadro de vida partilhado e uma vivência



coletiva das vantagens da amenidade específica oferecida pela região, sobretudo, combinando harmoniosa e eficazmente as diversas amenidades locais”.

As alterações em curso e as que podem acontecer implicam também a contaminação dos poucos locais de armazenamento de água, como açudes e barreiros, a retirada da vegetação e o revolvimento de solos para extração de minérios. Conforme alerta Ribeiro (1992), com base em estudos já realizados, deve-se atentar, portanto, para os impactos que os empreendimentos causarão no âmbito socioambiental. As consequências são comprovadamente prejudiciais tanto para o meio ambiente quanto para as populações locais. Os projetos beneficiam mais diretamente apenas os grandes conglomerados econômicos e políticos.

Nesse contexto, o projeto de mineração Planalto Piauí está localizado na região nordeste do Brasil e tem mais de 1 bilhão de toneladas de minério de ferro certificadas pela consultoria internacional independente SRK Consulting. O minério de ferro do Projeto Planalto Piauí será destinado para exportação devido à excelente qualidade do produto gerado e à proximidade da Ferrovia Transnordestina. A ferrovia passará a uma distância de 6 km do projeto e o conectará a dois importantes portos brasileiros: Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará. Ambos os portos são capazes de operar os navios cargueiros de maior porte na atualidade, chamados de *capsize*. O projeto obteve outorga definitiva para captação anual de 15 milhões de metros cúbicos de água, o que representa cerca de 5% da capacidade total da Barragem Poço de Marruá, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Com relação ao suprimento energético, uma linha de transmissão de 500 kV passa a apenas 10 km da área do projeto. Para esta linha, o Ministério de Minas e Energia (MME) já concedeu a portaria que autoriza o empreendimento a acessar a rede básica e se conectar com o sistema nacional de energia elétrica. Sob responsabilidade da Bemisa, empresa do capital que concentra o escopo desta pesquisa a ser abordado no próximo capítulo, constitui um grande projeto para extração do potencial mineral que inclui o território de quatro municípios piauienses: Betânia, Curral Novo do Piauí (onde se concentram as maiores ações da empresa), Paulistana e Simões.

As análises feitas até o momento nos levam a perceber a precariedade da garantia dos direitos concedidos às comunidades camponesas. Quanto ao Estado, incumbido de proteger os direitos destes povos, a realidade investigada demonstra uma inversão de papéis. São constantes as denúncias de que o Estado age a serviço de interesse privados do capital, deixando em situação de vulnerabilidade e desamparo as comunidades afetadas pelas iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento.

Nos últimos 25 anos, são vários os empreendimentos que chegaram ao Piauí prometendo um desenvolvimento bastante questionável. Para além dos projetos de mineração, objeto desse



estudo, o suposto *projeto de desenvolvimento* inclui obras de carvoarias, grandes barragens, monocultivo de soja e eucalipto, a Ferrovia Transnordestina e outros projetos localizados. Esses são apenas alguns dos exemplos de obras que transformam não só o meio ambiente e as paisagens naturais, mas também o modo de vida de diversas populações. A paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais. A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, que fixa relações sociais do passado.

Sabemos que a chegada dos investimentos mencionados anteriormente é apenas parte do que ainda deve ocorrer. Em nome de um pacto pelo desenvolvimento, estudos estão sendo constantemente financiados por empresas a fim de mapear as riquezas a serem exploradas no Estado. Incluem-se, neste processo, o capital, o Estado e as comunidades camponesas. O tópico seguinte apresenta os conflitos socioterritoriais no semiárido causados pelos projetos de iniciativa do Estado e de empresas do capital.

2.3 Estado, capital e conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense

Numa relação em que o capital se apropria dos espaços até então ocupados pelos povos das comunidades camponesas no semiárido, seria papel do Estado defender os menos favorecidos economicamente, principalmente na busca da garantia dos direitos destas pessoas. Contudo, o que se evidencia é a atuação do Estado como instituição pública de conciliação legitimando os empreendimentos, causando conflitos de diversos tipos. Como menciona Kropotkin:

Nós vemos no Estado uma instrução desenvolvida através da história das sociedades humanas para impedir a união direta entre os homens, para entravar o desenvolvimento da iniciativa local e individual, para aniquilar as liberdades que existiam, para ampliar a sua nova eclosão e para submeter as massas aos interesses egoísmos e ambições das minorias ociosas e autoritárias. (KROPOTKIN, 2000, p. 47)

Considerando-se o que postula Kropotkin (2000), o conflito entre Estado e homem pode ser observado no semiárido piauiense nas duas últimas décadas. O poder público age por meio de secretarias — que seriam responsáveis para mediar os conflitos — a fim de legitimar a atração de empresas do capital através de investimentos. O Estado oferece uma série de benefícios por meio de recursos físicos, fiscais, licença ambiental e legalidade de terras do Estado. Muitas destas as terras são ocupadas por posseiros, o que estimula as tensões entre autoridades, moradores e os próprios camponeses.



A historiografia oficial tem mostrado que o território piauiense convive com vários problemas agrários, especialmente no cerrado, que possui grandes áreas pertencentes ao Estado, e no semiárido com diversas áreas ocupadas por camponeses. As tensões ocorrem até mesmo com as famílias que vivem em propriedades herdadas de seus antepassados. Contudo, estas famílias não possuem o título legal da propriedade, o que se torna alvo de ameaças quando outras pessoas chegam e disputam o mesmo espaço. O Estado sempre foi omissor para resolver estas questões, o que tem ocasionado sérios conflitos com a chegada dos grandes projetos econômicos. Feliciano (2015) observa que as famílias do campo sempre viveram sob ameaças. Quando surgem ou são encontrados documentos que legitimam os verdadeiros donos da propriedade diante do Estado, as famílias são ameaçadas de expulsão das terras. Em contrapartida, quando não existem os documentos legais, os moradores são ameaçados de morte para desocuparem a área.

Convém lembrar que, para além dos títulos de proprietário, existe o direito de propriedade adquirido pelo uso da terra durante toda sua história. Esse direito é garantido por lei junto aos elementos territoriais que garantem os modos de vida. No entanto, o Estado — que se autodenomina de liberal — está a serviço de seus próprios interesses e aos das empresas. Como observa Albuquerque Júnior (2011) o Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais. Em meio à realidade posta no campo, Andrade (1998) chama a atenção para a necessidade de se encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade como categoria. Afinal, no espaço e no tempo nada é permanente quando tudo está em um constante processo de transformação. Corrêa (1998, p. 251), pontua que a territorialidade, de certa maneira, abrange as expressões materiais e simbólicas de um conjunto de práticas que conseguem garantir a apropriação e permanência de um território por um determinado agente social, como as empresas, os grupos sociais e o próprio Estado.

Partindo da perspectiva de Andrade (1998) e Corrêa (1998), pode-se afirmar que a garantia dos direitos dos grupos ocupantes como verdadeiros donos das propriedades — como as comunidades camponesas e quilombolas observadas neste estudo — efetiva-se por meio da luta. São lutas que têm como objetivo central a conquista de território, visto que o Estado ou se omite ou, na maioria dos casos, age em defesa dos grupos empresariais em nome de um suposto desenvolvimento.

Em meio à realidade conflituosa, o Estado deve assumir sua responsabilidade como mediador das tensões por meio do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), órgão responsável



pela regularização fundiária. Isso se deve à necessidade da implantação dos grandes projetos econômicos por parte do Estado, o que tem causado conflitos nos territórios camponeses. Embora não pudesse evitar totalmente, a regularização fundiária dos ocupantes que habitam a região antes da chegada dos projetos seria uma das maneiras que poderia ter reduzido as tensões com as famílias locais.

Para além da questão da propriedade, o Estado tem utilizado em colaboração com as empresas o discurso da geração de emprego e renda, posto que os projetos abrangem povos que convivem com sérios problemas de ordem econômica e social. Desse modo, a população tenderia a se submeter à chantagem. O discurso da submissão do trabalhador ao capital, bem como o discurso da implantação de projetos em nome do desenvolvimento e da superação da miséria do povo, tem origem de longa data. Na atualidade, o capital apenas utiliza uma linguagem menos abrasiva. Nesta perspectiva, Camargo destaca que:

Iniciativas anteriores de cunho regional induzem a implementação da chamada operação Nordeste, e reforçam moderadas disposições reformistas. Entre elas, o Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em Recife, em agosto de 1955, que embora limitado em suas repercussões, procura definir uma ampla política regional cobrindo setores como energia elétrica, a agricultura e a posse da terra, o combate às secas, saúde, minérios, educação, cultura e transporte. (CAMARGO, 1991, p. 161)

Na região do semiárido piauiense, onde a população na maioria dos casos é submetida à politicagem, ao coronelismo e ao clientelismo, a narrativa do desenvolvimento e da geração de emprego se valoriza em oposição ao trabalho autônomo realizado pelos camponeses em suas terras. Dessa forma, a geração de empregos tem sido colocada como argumento principal para a execução dos projetos.

As estratégias discursivas adotadas pelos representantes das empresas e dos órgãos do Estado iniciam-se com o convencimento das autoridades locais objetivando legitimar a importância do empreendimento, mesmo reconhecendo a existência de diversos impactos socioambientais sempre em nome da geração de emprego e do crescimento econômico do município. O passo seguinte ocorre a partir do convencimento das instituições e lideranças comunitárias locais. Tais estratégias têm ocasionado certa divisão e defesa entre as organizações locais e os povos nas comunidades, como ocorre no município de Curral Novo do Piauí, PI, local de maior incidência do projeto de mineração Planalto Piauí, que será destacado no próximo capítulo. De um lado, existem os camponeses e as instituições representadas pela CPT, Igreja Católica, organização das comunidades quilombolas e pelo Sindicato dos Trabalhadores



e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Curral Novo do Piauí em defesa da vida e de seus territórios. De outro, surgem algumas lideranças e parte do poder público municipal representadas por pessoas contratadas pela empresa em defesa da instalação do empreendimento, independentemente das consequências. Neste caso, os idealizadores dos projetos centraram-se apenas em suas próprias ambições e agora ignoram as consequências que as operações causam. O pior disso tudo se refere ao fato de a empresa criar toda a situação conflituosa e responsabilizar os trabalhadores sobre os conflitos gerados.

Neste contexto de tensões e conflitos, dois grupos com pensamentos opostos têm se posicionado no sentido de garantir ou barrar o projeto. Por um lado, existem as tensões econômicas, relacionadas aos efeitos sobre as possibilidades de crescimento econômico do município e à geração de empregos imediatos. De outro, ocorrem as tensões culturais, socioambientais e a insegurança de um futuro comprometido.

O semiárido, especificamente o piauiense, carece de investimentos, políticas públicas e programas voltados exclusivamente ao atendimento das necessidades dos habitantes locais. É preciso que haja empreendimento para a realização dos programas. Entretanto, as políticas devem ser desenvolvidas de maneira que utilize instrumentos adequados às especificidades das comunidades beneficiadas.

Considerando-se a realidade das comunidades camponesas do semiárido piauiense que carecem de políticas e investimentos para proporcionar melhores condições de vida de seus habitantes, surge a necessidade da utilização de alternativas que possibilitem o desenvolvimento das comunidades. Os moradores que vivem nestas comunidades não negam a necessidade de desenvolvimento. Contudo, os projetos devem respeitar os costumes locais e satisfazer as necessidades da população beneficiada para aprimorar as condições de vida. Deve-se pensar em alternativas apropriadas ao meio de convivência com as características específicas de cada território contemplado.

As comunidades camponesas do semiárido piauiense vivem num contexto de divisão de opiniões devido à chegada dos grandes projetos de desenvolvimento econômico que propõe melhorar a qualidade de vida. A resistência à implantação dos empreendimentos do capital criada por grande parte das comunidades locais está associada ao processo como se deu o uso de recursos destinados ao desenvolvimento da região ao longo de décadas. Apesar das políticas públicas e dos programas implementados no semiárido piauiense, a região continua em situação de pobreza e subdesenvolvimento.

Enfim, ser contra a instalação de empreendimentos como os projetos de mineração não significa opor-se à extração de matéria prima utilizada para vários fins tecnológicos úteis à



própria vida humana. No entanto, a exploração exige o debate livre sobre as diversas formas de desenvolvimento que podem ser menos nocivas à vida humana, ao meio ambiente e aos próprios operários da mineradora. E não é isso o que percebemos nas propostas travadas entre o Estado e as empresas mineradoras. A ideia de progresso proposto baseia-se na exploração de recursos naturais em modelo único de desenvolvimento do capital, independentemente das consequências socioambientais.

As tensões sofridas pelas comunidades e a resistência contra a implantação dos empreendimentos estão relacionadas também aos acontecimentos recentes em diversas regiões do país. O discurso em defesa do desenvolvimento se transformou em tragédia para muitas populações locais. Em seu estudo sobre o rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais, Acselrad ressalta que:

Algumas vozes se fizeram ouvir, sustentando que não se tratou de um acidente, mas do resultado de decisões tomadas sob a égide de uma lógica econômica de curto prazo, com pouca consideração por suas implicações sociais e ecológicas; que tais decisões teriam levado a implicações de modelos de barragens pouco custosas e menos seguros, - do tipo responsável por 40% de todas as ocorrências desastrosas com barragens conhecidas no mundo; que planos de emergência não existiam e que a fiscalização foi insuficiente; que o processo de licenciamento foi precário e duvidoso; que houve redução da intensidade das atividades de manutenção, em paralelo à queda dos preços dos minérios (a pesquisa empírica confirma que a taxa de desastres em período de queda do preço das commodities é, no mundo, significativamente maior que a média. (ACSELRAD, 2018, p. 156)

Analisando-se a realidade descrita por Acselrad (2018), podemos afirmar que as tensões por parte das famílias se intensificam, especialmente, devido ao contexto de queda dos preços dos minérios. Se em Minas Gerais, estado construído historicamente por projeto de mineração e localizado em regiões de destaque no país, aconteceu um desastre desta dimensão, imagine os tipos de impactos que isso causaria, por exemplo, numa região como o semiárido piauiense. De certa maneira, isso assusta os membros das comunidades que residem em locais de interesse para mineração.

As comunidades camponesas do semiárido se encontram diante de três situações. Primeiro, existe a propaganda do projeto de desenvolvimento alimentada pelo discurso do emprego, do desenvolvimento e do progresso da região. Segundo, as famílias são pressionadas para venderem suas terras sem que haja nenhuma proposta de reassentamento coletivo, apenas indenização do valor da terra. Por fim, o terceiro ponto refere-se às tensões que se criam em torno dos diversos desastres ocorridos em regiões com projetos de mineração, a exemplo de



Minas Gerais. Diante disso, o conflito se instala entre camponeses e governantes. Por um lado, há os grupos que defendem o território, os recursos naturais e as diversas formas de vida. De outro, existem os que defendem o crescimento econômico das comunidades independentemente das consequências que possam ocorrer.

Os povos que habitam as regiões de interesse dos projetos de mineração estão interessados no desenvolvimento. Nunca se posicionam contra as condições de vida melhores. Entretanto, estes povos exigem um modelo de desenvolvimento que conserve os bens naturais e respeite a dinâmica das comunidades camponesas preservando suas tradições culturais. O projeto deve ser construído de forma que garanta o diálogo entre as comunidades e as empresas. Nesse aspecto, Dupas comenta que:

Um novo ciclo de desenvolvimento auto-sustentado [sic] e politicamente suportado exigirá, pois, uma profunda reflexão sobre a natureza das novas relações entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado, bem como a disposição dessas sociedades em eleger prioridades que poderão, por vezes, entrar em conflito com o primado absoluto do mercado. (DUPAS, 2006, p. 212)

O pacto entre capital e Estado dentro das comunidades camponesas, sustentado pelo discurso do desenvolvimento por meio da implantação de grandes projetos, tem se fortalecido consideravelmente nos últimos 20 anos. Na medida em que esse processo avança, aumentam também os conflitos nas comunidades camponesas. Estas comunidades do semiárido piauiense têm convivido com sérios conflitos durante as últimas décadas. São tensões que se estabelecem no âmbito social e psicológico, uma vez que o discurso da geração de emprego e melhoria de vida influencia na tomada de decisões. Ademais, o convívio com a natureza e o território a partir de modos de vida particulares também desempenham certa influência sobre a decisão de aceite ou recusa das propostas dos projetos por parte das comunidades.

Os conflitos causados pelas famílias na tomada de decisão sobre a instalação dos grandes projetos do capital também se associam a outras razões, como a construção de experiências prévias acerca de projetos similares em outras regiões. As comunidades reconhecem que são as partes mais afetadas pelas consequências danosas que os projetos podem causar. E isso causa tensão entre os moradores de comunidades camponesas e quilombolas. Além disso, estas comunidades se sentem excluídas quanto ao processo de tomada de decisões em relação ao destino de seus territórios. São circunstâncias que, de certo modo, causam insegurança aos moradores, mesmo havendo promessas de melhoria de vida. Quando são recusadas, as propostas de melhoria se tornam em ameaças.



Neste cenário de conflitos, o Estado deve intervir como mediador das tensões entre capital e comunidade através de órgãos como a INTERPI, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR-PI) e, quando for o caso, até mesmo por meio do próprio judiciário. Entretanto, em vez de mediar, o Estado exerce a função de apoiador das propostas de desenvolvimento pregadas pelas empresas. As propostas funcionam como propagandas equivocadas que propõem sustentabilidade e desenvolvimento.

O Estado utiliza um discurso que inibe o potencial de organização e resistência dos afetados durante as fases de pesquisa ou operação dos projetos de desenvolvimento. Isso dificulta, na maioria das vezes, o controle social, pois não se discute o conteúdo como um todo e o discurso enseja a sensação de que os projetos terão resultados positivos. Assim, os projetos incluem apenas partes das pessoas e não apresenta os impactos negativos. Quando se questiona sobre estes efeitos, o Estado até concorda que os projetos podem causar consequências danosas. Todavia, o Estado alimenta o discurso de que o desenvolvimento também causa certas formas de prejuízos e alguém deve pagar por isso.

As fragilidades e ambiguidades das leis também favorecem uma interpretação em favor dos interesses das empresas. Os dispositivos são utilizados como armas para preservar privilégios e reprimir as formas de resistência. Desse modo, ao determinar que toda a riqueza mineral do subsolo pertence à União, a Constituição Federal de 1988 enseja sobre os defensores da mineração a ideia de que a União deve atuar como empresa do capital. E, como o discurso do Estado é a defesa do projeto utilizando a máquina e o poder político, isso acaba se tornando um fato.

Além da violência praticada pelo setor privado, também existe a violência praticada pelo Estado. A obra pública da Ferrovia Transnordestina, ainda em desenvolvimento no semiárido do sudeste piauiense, e as obras privadas de exploração mineral permitem entender o papel do Estado nesse processo. Neste caso, o Estado atua como legislador quando surgem os conflitos.

As tensões aparecem e se intensificam devido à relação construída entre capital e Estado. Na maioria dos casos, os projetos apresentam e destacam apenas os elementos positivos. As comunidades e grande parte da sociedade local ficam inseguras quanto às decisões futuras em relação à permanência em seus territórios. As mais tradicionais mantêm uma relação muito particular com seus territórios e suas especificidades. Para entender essas questões, devemos considerar algumas das características ambientais e sociais apontadas por Diegues (2020). Dentre as diversas características, o autor enfatiza a relação existente entre os moradores das comunidades e suas relações com os ciclos naturais, construindo os modos de vida a partir do conhecimento da natureza passado entre as gerações por meio da oralidade. Diegues destaca



ainda as relações de parentesco e compadrio, bem como a questão do uso da natureza para atividades econômicas de maneira sustentável por meio da caça e do extrativismo numa relação de mitos, rituais e simbologias.

As observações de Diegues (2000) permitem-nos pensar que existem dois territórios que se configuram em um mesmo espaço geográfico: o território do camponês, constituído por comunidades camponesas e quilombolas com características semelhantes às apresentadas por Diegues, e o território do capital, que se caracteriza pela presença de poucas pessoas, espaços abertos com poucos elementos naturais e com o predomínio do pensamento individualizado. Consagrado no princípio intocável da propriedade privada, não só se aplica à terra propriamente dita, mas a todas as relações sociais e à própria natureza. Nesse aspecto, o caráter alienável da propriedade tende a ser considerado em substituição ao seu caráter de pertencimento de sujeitos e grupos. Para A. Almeida (2008, p. 308) o campesinato constitui-se como uma classe social de dupla face em seu processo social: o camponês possui a terra e exerce a força de trabalho. Em meio ao surgimento do território do capital no espaço do território camponês, B. Fernandes argumenta que:

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro para sua existência, precisa desenvolver todas as dimensões da vida. (FERNANDES, B., 2008, p. 285)

O contexto em que envolve tensões entre território de empresas e território de comunidades locais atravessa vários momentos históricos causando diversas formas de resistência. Neste processo, o Estado deve atuar de forma mais ativa instituindo normas de uso como forma de garantir a permanência do território, em meio ao conjunto de comunidades locais atingidas. O termo *atingido* deve sempre compor o debate político nas audiências públicas e demais espaços de discussão dos grandes projetos econômicos. O debate atua como instrumento de luta social pela garantia de direitos de populações afetadas que residem onde os grandes projetos podem alterar o modo de vida na região.

As comunidades do semiárido piauiense atingidas por obras de barragens, carvoaria, mineração e da Ferrovia Transnordestina enfrentam uma realidade conflituosa. São comunidades camponesas que possuem um modo de vida tradicional e desenvolvem atividades econômicas próprias de seu território baseado em costumes históricos. Dessa forma, a apropriação acelerada de bens culturais, imateriais, materiais e naturais, tais como áreas



cultivadas, espaços religiosos, reservatórios de água, residências e roças, causam perdas irreparáveis às comunidades atingidas. A perda da biodiversidade e expropriação dos povos das comunidades são os efeitos negativos que os projetos do capital podem causar sem um planejamento sistemático para lidar com as consequências danosas. Os impactos destroem modos de vida e tradições culturais herdadas de várias gerações. Isso, de certo modo, afeta o modo de vida social como um todo, o que é ocultado nas audiências públicas e nos demais espaços de discussão no ato da implementação dos projetos.

Os projetos defendidos pelo discurso do desenvolvimento têm gerado contradições e questionamentos. O país dispõe de importantes dispositivos legais quanto à proteção do meio ambiente e das comunidades tradicionais, sobretudo indígenas e quilombolas. Entretanto, como enfrentar um Estado que ratifica estas leis e apresenta uma proposta de desenvolvimento que ignora os direitos de proteção a estes povos e ao meio ambiente? Como o Estado pretende lidar com os possíveis danos e riscos que ele mesmo pode causar sobre as famílias e as pessoas atingidas pelos projetos? São as contradições das propostas que intensificam a resistência das comunidades. Como destaca A. Oliveira (2007) as contradições geram os movimentos socioterritoriais de luta pela terra. Por conseguinte, as tensões causam confrontos e violência. O camponês reage quando seus bens são tomados e transformados em capital para outros fins. A resistência pela posse da terra e dos bens se alinha também à defesa da biodiversidade e dos costumes, o que não se desprende da natureza, como comenta M. Sousa:

Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, ou seja, aqueles que emergem da relação entre cultura e natureza experienciada e vivenciada ao longo de várias gerações, transmitidos e mantidos pela oralidade sem a mediação da cultura escolar são ressignificados politicamente por atores e atrizes da resistência aos projetos de macro desenvolvimento. (SOUSA, M., 2015, p. 28)

A fundamentação legal de reivindicação das comunidades impactadas dialoga com os processos políticos de resistência associados aos conhecimentos tradicionais e modos de vida. Estes mecanismos legais ratificados pelo próprio Estado são utilizados como meio para a garantia de direitos que ora se sobrepõem em nome do desenvolvimento. O discurso do desenvolvimento e da geração de emprego sem apresentar os impactos negativos tem dividido as comunidades quanto à decisão de apoio ou recusa da implantação dos projetos. Aqueles que possuem títulos de terras preferem ceder ao empreendimento com a promessa de receber certa renda, seja por meio da indenização ou geração de trabalho. E os outros?



Ao cederem suas terras, os trabalhadores ou proprietários começam a sentir os efeitos de suas decisões quando o processo avança e exige uma qualificação profissional que a comunidade não dispõe. Logo, os moradores ficam sem nenhuma oportunidade para se sustentarem. As despesas básicas para sobrevivência demandam um investimento econômico que a falta de qualificação profissional não consegue arcar. Ademais, não há mais a terra onde se possa exercer o trabalho do campo. Como entender essa dinâmica da grande necessidade de dinheiro por parte do camponês após a instalação dos empreendimentos do capital?

Antes da chegada dos projetos, as famílias que possuíam alguma propriedade mesmo tendo ou não o título das terras — realizavam suas atividades de forma coletiva. Elas podiam dispor até de equipamentos modernos para desenvolver as atividades. De certo modo, isso gera renda para o sustento das famílias e permite ainda investir em diferentes atividades, o que gera fontes de riqueza. As famílias conduzem, desta maneira, um modo de vida mais livre e agradável. Entretanto, com a chegada da empresa do capital, toda essa tradição é modificada. Os costumes e a particularidade da vida camponesa se modificam. Aqueles que não dispõem de todas as condições exigidas pela empresa não encontram nenhuma alternativa de permanecer em seus espaços de vida.

Com base no que temos mostrado até aqui, a instalação dos projetos do capital em espaços constituídos por famílias camponesas modificará o meio ambiente e degradará os recursos naturais. Isso afetará diretamente as formas de organização de vida das famílias nas comunidades a partir da utilização dos recursos naturais disponíveis, intensificado o processo de desterritorialização desses territórios. Diante dessa realidade, Ribeiro (1992) chama a atenção para a necessidade de se pensar a sociedade não sob as perspectivas do desenvolvimento, mas a partir de *sociedades sustentáveis*. A sustentabilidade valoriza as particularidades de cada comunidade respeitando os costumes, as crenças, as identidades étnicas, as tradições e entre outros. É nesta perspectiva que as comunidades camponesas resistem e defendem seus direitos buscando manter os padrões de consumo, a produção, o cuidado com a natureza e o patrimônio cultural em defesa de uma vida com dignidade.

A defesa e preservação das identidades exigem esforço das famílias atingidas e da sociedade como um todo para construir propostas e estratégias mais adequadas para enfrentar o que o Estado, a mídia e os diversos segmentos privados defendem como desenvolvimento a qualquer custo. Em razão da realidade descrita, propomos compreender estes processos de ação difusa que se sustentam nos sentimentos de pertencimento e nas ações de sujeitos motivados por um sentimento de justiça. Mesmo considerando o desenvolvimento como algo importante e necessário, exige-se dos órgãos responsáveis a defesa do meio ambiente e da vida do povo. O



Estado deve elaborar ações concretas urgentemente. Salientamos ainda que, embora importante, o desenvolvimento não pode se sobrepor às necessidades dos povos atingidos. Cabe ao Estado e ao judiciário aplicar as normas existentes e fiscalizar o cumprimento legal delas em diálogo com a sociedade.

Como mostramos, os grandes projetos chegam ao semiárido piauiense sob alegação da realidade de pobreza e subdesenvolvimento da região. Analisando criticamente as causas reais da pobreza da região do semiárido do sudeste piauiense e os potenciais existentes, constatamos que esses efeitos resultam exatamente do tipo de desenvolvimento praticado ao longo da história, gerando pobreza e exclusão social. Os projetos atuais que prometem desenvolvimento econômico repetem os mesmos discursos do passado com uma linguagem adaptada à realidade atual.

As novas territorialidades incentivadas pelos projetos de mineração buscam estruturar relações sobre o espaço principalmente por meio dos poderes instituídos e das organizações da sociedade. Como o Estado atende aos interesses do capital, os vínculos são favoráveis. Todavia, nem sempre isso ocorre dessa maneira com as famílias atingidas e com parte das organizações devido ao conjunto de contradições que o projeto de mineração representa.

Neste capítulo, apresentamos como a relação entre capital e Estado provoca conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense. Essa relação se inicia a partir dos incentivos aos grandes projetos do capital e das obras de infraestrutura, como o projeto de transposição do Rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina. Enfatizamos ainda como ocorre a centralização entre capital e Estado. Diante disso, observamos que, ao invés de incentivar os projetos que provocam tensões, o Estado deveria assumir o papel de mediador dos conflitos. Sem dialogar com os sujeitos afetados, o Estado oferece alternativas e estratégias para a implementação de projetos mesmo quando não apresentam viabilidade concreta. No capítulo seguinte examinamos as propostas dos projetos de mineração como modelo de produção territorial do espaço no semiárido piauiense.



Capítulo 3

OS PROJETOS DE MINERAÇÃO COMO MODELO DE PRODUÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE



Mineração em Caetitê, Bahia. Fotografia de Lucas Andrade (2013) gentilmente cedida para este estudo.

No capítulo anterior, discutimos algumas questões relacionadas aos conflitos socioterritoriais no semiárido piauiense evidenciados pela aliança entre capital e Estado. Isso mostra que o estado oferece atratividade para viabilizar a implantação de grandes projetos do capital a partir da construção de obras de infraestrutura e construção estratégica em diálogo com as autoridades locais. Neste capítulo, discutimos os projetos de mineração e como eles afetam os modelos de produção espaço-territorial no semiárido piauiense. O debate se inicia a partir do mapeamento do potencial mineral do Piauí desenvolvido pelo Estado e da projeção dos investimentos para possível exploração. Em seguida, enfatizamos os possíveis impactos que a proposta do projeto de mineração Planalto Piauí pode acarretar para as comunidades



atingidas. Por fim, mostramos as possíveis configurações territoriais do semiárido piauiense com a implantação dos projetos de mineração.

3.1 Mapeamento do potencial mineral do Piauí e os investimentos para possível exploração

Por questões histórico-institucionais, o termo mineração tem sido associado metafórica e simbolicamente à ideia de riqueza e à palavra *ouro*, que acaba representando a mineração como um todo. Essa ideia justifica, por exemplo, a origem de expressões que nomeiam os municípios surgidos a partir do imaginário da mineração, tal como Ouro Preto, cidade de Minas Gerais, que representa o potencial mineral da região naquele período. No caso do Nordeste, a expressão *ouro branco* foi utilizada no período do ápice do algodão na região, associado à riqueza gerada por essa cultura. Tudo isso ganhou destaque fabuloso na sociedade brasileira e entre os governantes. Por isso, desconstruir esse imaginário, atualmente, constitui-se em um grande desafio.

A riqueza do Brasil associada ao potencial mineral remete a um longo período da história, em virtude da contribuição dessa atividade para o crescimento econômico do país por meio da exportação de minérios. Esse processo contribuiu para legitimar o discurso do *desenvolvimento* associado à criação de empregos, ao crescimento econômico e progresso. No entanto, os projetos não mencionam os grandes impactos culturais e socioambientais que podem ser causados nas comunidades. Além disso, alguns dos próprios moradores não se atêm às consequências negativas dos projetos por causa do imaginário de riqueza construído em torno da ideia de mineração.

Não pretendemos retomar a história do ciclo da mineração no Brasil, mas vale enfatizar que, em meados do século XX, a exploração mineral no Brasil tornou-se a principal fonte de economia e causadora de graves problemas socioambientais. No final da década de 1970, as ações de maior destaque, que contavam com investimento do Estado, eram as desenvolvidas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Isso contribuiu para que a mineração no Brasil passasse a ser associada tanto ao potencial econômico quanto aos graves problemas socioambientais. Conforme comenta Péret (2015, p. 105), “a história da mineração, no Brasil, é uma história de apropriação de terras, exploração do trabalho e deslocamento de pessoas pertencentes aos setores mais pobres da sociedade”. Tais problemas surgem devido à mineração incluir diferentes formas de extração. Estas atividades são desenvolvidas de modo que abrangem tanto os garimpos mais simples, como também as grandes explorações. Na região



amazônica, por exemplo, existe o garimpo mais simples na Serra Pelada e há também projetos maiores como o Projeto Grande Carajás (PGC). Essa variação das maneiras de extração mineral caracteriza as diferentes práticas que podem ser desenvolvidas numa mesma região.

Em meio aos graves problemas socioambientais provocados pela mineração, o discurso do desenvolvimento do país conduz o Estado brasileiro a omitir os riscos que a mineração provoca. Um exemplo concreto disso se refere às exposições apresentadas no curso “Introdução à Mineração”, promovido pelo Ministério de Minas e Energias (MME), realizado pela Secretaria de Geologia, Mineralogia e Transformação Mineral (SMTM), em julho de 2018. Na aula 5, que trata das etapas para a instalação de uma mineração, os riscos naturais e conjunturais são apresentados somente no âmbito econômico. Nessa fase, os riscos mencionados são incompletos e enfatizam somente o processo de montagem da mina, a tecnologia utilizada e a questão de mercado e valor, seja de ordem nacional ou internacional. Enfim, nenhuma questão ambiental e social é apresentada na análise de viabilidade ou não do projeto.

Em meio ao cenário de progresso e desenvolvimento associado aos graves problemas de diferentes tipos, o Estado brasileiro, ao longo das diferentes formas de governo, tem incentivado a utilização de práticas que podem provocar sérios problemas socioambientais. Conforme apontam os estudos de Padilla e Bossi (2014), Malerba (2015) e Tádzio Coelho (2014), a mineração no Brasil tem crescido muito nos últimos anos e apresentado números expressivos de investimento nesse setor. Consequentemente, apesar dos impactos causados à população, a extração mineral tem influenciado na economia do país. Segundo os autores supracitados, esse investimento do governo brasileiro esteve significativamente associado às taxas de crescimento econômico, com foco no período entre 2000 e 2010. A prática que concentrou as maiores ações no estado do Pará tem se expandido para as diversas regiões do país. Basta observar o número de licenças de pesquisa mineral concedidas (Quadro 3) e os incentivos à instalação de projetos com outorgas e concessão de lavras.

O discurso que defende a mineração como o setor principal para alavancar o desenvolvimento e o progresso por meio das exportações tem sido adotado no Brasil e em diferentes países da América Latina. Este tipo de discurso do desenvolvimento baseia-se no argumento de que o Estado tem propriedade sobre os recursos do subsolo. Essa perspectiva se fundamenta em interpretações equivocadas da legislação com destaque apenas para o Art. 20º da Constituição Federal de 1988, que concede permissão para investimentos sem levar em consideração os interesses locais (BRASIL, 1988). Nessa investidura por parte do Estado, o território brasileiro como um todo continua garantindo os investimentos de infraestrutura e incentivando as empresas mineradoras. Dessa maneira, além dos primeiros estados



mineradores, as concessões têm favorecido os investimentos na região amazônica e, atualmente, no Nordeste, com ênfase para o semiárido.

No caso do Piauí, além do governo federal, o governo do estado tem investido maciçamente nessa política. Para identificar o potencial mineral do Piauí para eventuais investimentos, o governo realizou, por meio da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), um diagnóstico incluindo todas as regiões do estado. O estudo da geologia e do potencial mineral foi realizado a partir das províncias que compõem o Estado do Piauí. A Fundação CEPRO identifica a primeira província do seguinte modo:

Embora os estudos geológicos desenvolvidos nesta faixa de terrenos sejam ainda pouco desenvolvidos, a sua potencialidade mineral fica patente, uma vez que aí já foram comprovadas diversas jazidas minerais, algumas das quais estão em exploração, destacando-se as seguintes: (I) O mármore, de Pio IX; (II) Os calcários, de Fronteiras e Pio IX, que fornecem a matéria-prima para a fábrica de cimento do Grupo João Santos, inaugurada em 2002; (III) Os calcários, de São Julião, explorados para fabricação da cal; (IV) As argilas refratárias, de Jaicós; (V) A gipsita, de Simões e Betânia do Piauí; (VI) A vermiculita, de Queimada Nova; (VII) A jazida de fosfato, em Caracol; (VIII) As jazidas de talco, em Dirceu Arcoverde; (IX) A jazida de níquel, em Capitão Gervásio Oliveira; (X) As jazidas de calcário cristalino, em São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São Lourenço, Dom Inocêncio, Caracol e Curimatá; (XI) A jazida de manganês, em São Raimundo Nonato, e muitas outras que permanecem com o status de ocorrência mineral, como: ouro, rutilo, platina, chumbo, cobre, gemas, granitos e quartzitos, à espera de que trabalhos de pesquisa sejam realizados. (CEPRO, 2004, p. 84)

A segunda província é representada, quase totalmente, pela Bacia Sedimentar do Piauí-Maranhão, também conhecida como Bacia Sedimentar do Meio-Norte ou do Parnaíba. A região pesquisada também se caracteriza pela pequena parte da borda ocidental da Chapada do Araripe e da faixa marginal atlântica de rochas Tércio-Quaternárias. O estudo do potencial mineral desta província revela que existem muitos jazimentos minerais. Alguns já estão em fase de exploração, o que comprova suas potencialidades, como as seguintes:

(I) Jazidas de calcário dolomítico, encontradas em José de Freitas, Barro Duro, Antônio Almeida, Porto Alegre do Piauí e Santa Filomena; (II) Jazidas de argilas especiais, exploradas nos municípios de Jaicós, Campo Grande do Piauí, São José do Piauí, Oeiras e Colônia do Piauí; (III) Jazidas de siltito e folhelhos (comercialmente conhecidos, respectivamente, como quartzito e ardósia), para pisos e revestimento ornamental nos municípios de Juazeiro do Piauí, Castelo do Piauí, Campo Maior, Piripiri, Pedro II e Piracuruca; (IV) Jazidas de opalas para adorno e artesanato, em Pedro II e Buriti dos Montes; jazidas de diamantes, encontradas nos garimpos de Gilbués e Monte Alegre do Piauí; (V) Jazidas de calcário, em Parnaíba e Buriti dos Lopes; (VI) Jazida expressiva de minerais pesados, em Luís Correia; (VII) Jazidas de argilas para

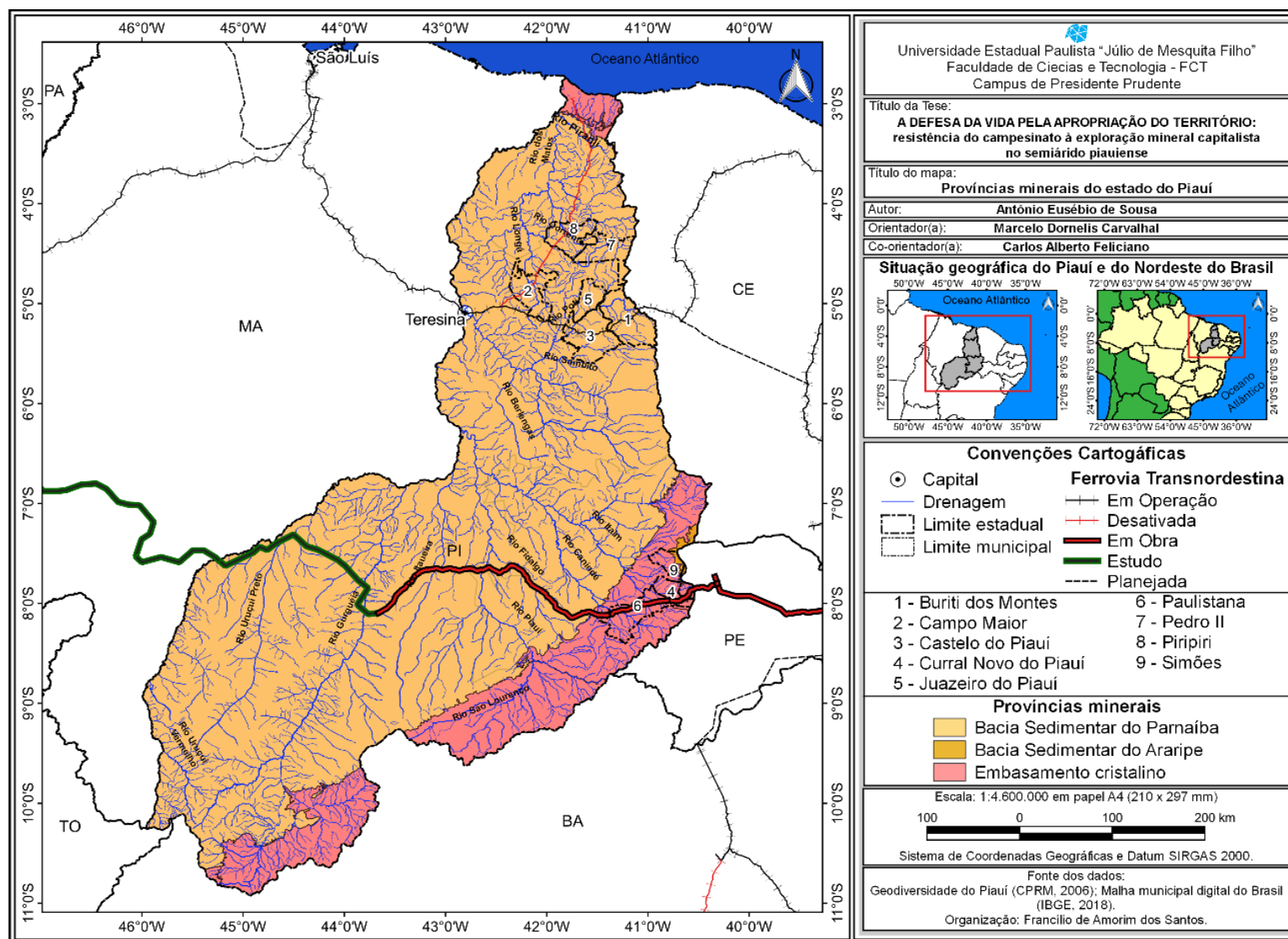


cerâmica vermelha, que fornecem as matérias-primas para as diversas cerâmicas em Teresina, Parnaíba, Altos, Valença do Piauí, Picos, Jaicós, Oeiras, Floriano, Canto do Buriti, Bom Jesus, Corrente, Campo Maior e muitos outros municípios piauienses; (VIII) Materiais de construção como areias, seixos, pedra para fundação, brita, etc., encontrados e explorados principalmente no entorno das grandes cidades como Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano e outras; jazidas de caulim, nos municípios de Luzilândia e Palmeirais. (CEPRO, 2004, p. 84)

O Mapa 4 a seguir identifica geograficamente a localização das três grandes províncias minerárias identificadas no estudo realizado pela Fundação CEPRO. O mapa mostra ainda a localização dos municípios mineradores que se concentram em diferentes partes do estado onde há região de semiárido. Isso mostra que, em meio ao mito de *região mais pobre*, a região apresenta potencial que representa interesse do capital e preocupação aos moradores, visto que estes não têm acesso ao uso desse potencial.



Mapa 4 — Províncias minerais do Piauí



Em relação ao potencial mineral em operação naquele período, o estudo da Fundação CEPRO (2004) destaca o Polo de Mineração de Rochas Ornamentais (mármore) na região de Fronteiras e Pio IX. O polo se juntou à fábrica de cimento do Grupo João Santos e se tornou, por muitos anos, no mais forte dos polos de mineração do Piauí. Entretanto, a empresa cessou suas atividades na região no final da década de 2010. Recentemente, outro importante polo de mineração de rochas ornamentais (arenitos e siltitos) foi implantado nos municípios de Castelo do Piauí e Juazeiro do Piauí. Além destas cidades, há possibilidades de o projeto se expandir para os municípios de Buriti dos Montes, Campo Maior, Pedro II e Piripiri.

Verificamos, ao longo deste estudo, que o potencial mineral do Piauí tem contribuído para a realização de pesquisas e/ou extração em espaços centralizados em diferentes municípios sem ter ainda existido um projeto de grandes proporções. Todavia, o próprio estudo da Fundação CEPRO (2004) aponta para a diversificação desse potencial a um nível macro. A empresa afirma que o maior e mais importante polo de mineração do Piauí deverá se consolidar, nos próximos anos, na região sudeste do estado, mais precisamente em Capitão Gervásio Oliveira, onde se encontra uma grande jazida de níquel identificada pela empresa Piauí Níquel. Além disso, existem ainda na atualidade, em estado avançado, os projetos SRN – Mineração e Projeto Planalto Piauí, ambos para a extração de minério de ferro.

A exploração dessa jazida, para posterior concessão de lavra, estava em processo de pesquisa bastante avançado em julho de 2019. Considerando-se o benefício metalúrgico que o projeto pode ter, podemos afirmar, certamente, que se trata de um grande empreendimento para a região sul e sudeste do Piauí neste século. São também promissores os estudos que apontam para a mineração nas regiões dos municípios de Curral Novo do Piauí e São Raimundo Nonato.

Os dados de pesquisa da Fundação CEPRO realizada através do convênio com o Ministério do Meio Ambiente no ano de 2004, que resultou no documento “Diagnóstico e Diretrizes do Setor Mineral no Estado do Piauí” (2004), revelam que existem muitas pesquisas geológicas para conhecimento do potencial de riquezas minerais no estado. Todavia, esses estudos não fornecem ainda uma verdadeira dimensão acerca do potencial da mão de obra utilizada no setor. O diagnóstico apresenta ainda o potencial mineral já desenvolvido e em desenvolvimento. Em síntese, a pesquisa apresenta os dados do setor mineral no Piauí ao longo de vários anos. As propostas para a realização dos projetos são para as próximas décadas.

Em função desse diagnóstico ser essencialmente uma análise de dados secundários, consideramos, para efeito deste trabalho, apenas os estudos realizados no setor mineral a partir da década de 1970. As pesquisas abrangem as instituições públicas das áreas federal e estadual. Observamos a quantidade e qualidade dos recursos humanos empregados, bem como os efeitos



positivos e negativos na vida da população e na economia do estado. Para ampliar os conhecimentos e associar o diagnóstico realizado com a realidade atual, examinamos os dados disponíveis no site da Agência Nacional de Mineração (ANM), na plataforma digital das revistas Brasil Mineral e Minérios & Minerales e do portal de notícias do Governo do Piauí.

No ato da pesquisa e/ou implantação do projeto, a principal justificativa utilizada para o poder público municipal, as comunidades atingidas e as organizações e instituições locais fundamenta-se nas propostas de geração de emprego. Porém, os dados do diagnóstico da Fundação CEPRO (2004) mostram resultados contrários ao discurso, pois o número de empregos gerados não é proporcional aos altos investimentos. Os milhões de empregos propagados entre 1996 e 2000 resultaram nos respectivos números: 261 em 1996; 812 em 1997; 301 em 1998; 243 em 1999 e 450 em 2000. As principais ocupações contempladas no ano 2000 incluem engenheiros de minas, geólogos e outras de nível superior com 31 pessoas. Outras funções abrangem 51 na área administrativa, 30 de nível médio e técnico e 343 operários, totalizando 450 pessoas nessas atividades.

Os dados mostram ainda que a evolução não é fixa. Isso indica que quem está trabalhando em um ano pode não estar mais no seguinte. Em algumas situações, esses números podem ser maiores. Em muitos casos, são contabilizados trabalhadores da construção civil como se fossem da mineração, embora utilizem minério como calcário, mão de obra não qualificada e possuam baixa renda.

O discurso da geração de emprego tem distanciado a própria população atingida de preocupações relacionadas aos riscos que assumem e aos problemas ambientais. Ao longo de muitos anos, as conferências internacionais relacionadas com o meio ambiente têm apresentado preocupações quanto às condições ambientais no Brasil e no mundo. Com efeito, em 1972, a reunião do Clube de Roma⁷, encontro do qual o Brasil fez parte, tornou público um relatório de tom catastrófico. O documento recomendava a urgente limitação do crescimento mundial, particularmente nos países do Terceiro Mundo.

Considerando-se as reações em elevada escala de países de todos os continentes, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou uma conferência mundial que se realizou em 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia, com a finalidade de analisar as conclusões do Clube

⁷ A reunião aconteceu com as personalidades da época em uma pequena vila em Roma, o que dá origem ao nome Clube de Roma. O grupo foi fundado em 1968 para debater questões relacionadas com desenvolvimento sustentável, economia, meio ambiente e política. O Clube de Roma se tornou mais visível a partir da conferência de Roma, em 1972, através do relatório que limita o crescimento dos países.



de Roma e dar sugestões para uma nova política de desenvolvimento. O relatório de pesquisa da Fundação CEPRO destaca o posicionamento do Brasil numa perspectiva positiva:

Daquela conferência, o Brasil participou com destaque ao brilhar na defesa de seus pontos de vista, liderando um grupo de países de mesmo pensamento. Não obstante, esse brilhantismo terminou obscurecido pela defesa que fez da necessidade em manter suas, então, elevadas taxas de crescimento, pois “a pior poluição é a da pobreza”, conforme defendia um dos representantes brasileiros. (CEPRO, 2004, p. 64, grifo do autor)

Considerando-se a defesa do Brasil em manter a poluição em nome da redução da pobreza, após quase 50 anos, a pobreza foi reduzida com base nos parâmetros adotados? É relevante questionar isso porque o Piauí, especialmente nas regiões do semiárido, continua sendo alimentado pelo discurso do desenvolvimento através de projetos de mineração. Neste caso, será que os projetos anteriores sustentados pelo mesmo discurso conseguiram melhorar a vida das pessoas? O que pode ser observado é que o Estado continua defendendo os projetos em nome do desenvolvimento, mesmo em detrimento das vidas humanas. Diante disso, surgem questionamentos de parte da sociedade, principalmente os que habitam os locais onde serão desenvolvidos os projetos. Neste sentido, o Estado planeja implantar o desenvolvimento para quem?

A Fundação CEPRO (2004) reforça os interesses do Estado quando defende que o meio ambiente é *rico e explorável*. A instituição defende a exploração dos recursos naturais do Piauí em nome de um desenvolvimento econômico que desconsidera as consequências ao meio ambiente e à população local. Ao destacar que não há como fugir de tal pressuposto, a Fundação CEPRO não leva em conta os costumes e as práticas desenvolvidas pelos camponeses, bem como as diversas ações bem-sucedidas dos projetos de convivência com o semiárido.

Entre os fenômenos estudados, o processo de desertificação em evolução no município de Gilbués pode ser considerado o mais emblemático, tendo em vista que os motivos que o condicionam estão, segundo as pesquisas, associados às ações antrópicas, como o desmatamento para introdução de atividades agropecuárias e a intensa atividade mineradora de extração de diamantes que ocorrem na região. Apesar de toda a problemática ambiental no município de Gilbués, a região continua sendo pesquisada para fins de mineração. Os registros da ANM, acessados em 20 de novembro de 2020, informam que de 2016 a 2020 foram concedidas 23 licenças para pesquisas e 2 concessões de lavra para exploração de diamante.

Segundo estudos realizados por I. Silva (2011), ao longo dos anos, as consequências ambientais no município de Gilbués e região serão bastante graves. Essas mudanças podem



promover assoreamento de brejos, nascentes e rios que abastecem a cidade, diminuição da produção agropecuária, mudanças no macro e microclima, redução da precipitação atmosférica e riscos à extinção de espécies. As práticas de extração de minérios de diamante na cidade de Gilbués e região, desenvolvidas ao longo de vários anos, bem como a autorização de pesquisas e concessão de lavra nos dois últimos, estão associadas aos estudos que o Estado do Piauí vem desenvolvendo ao longo dos anos.

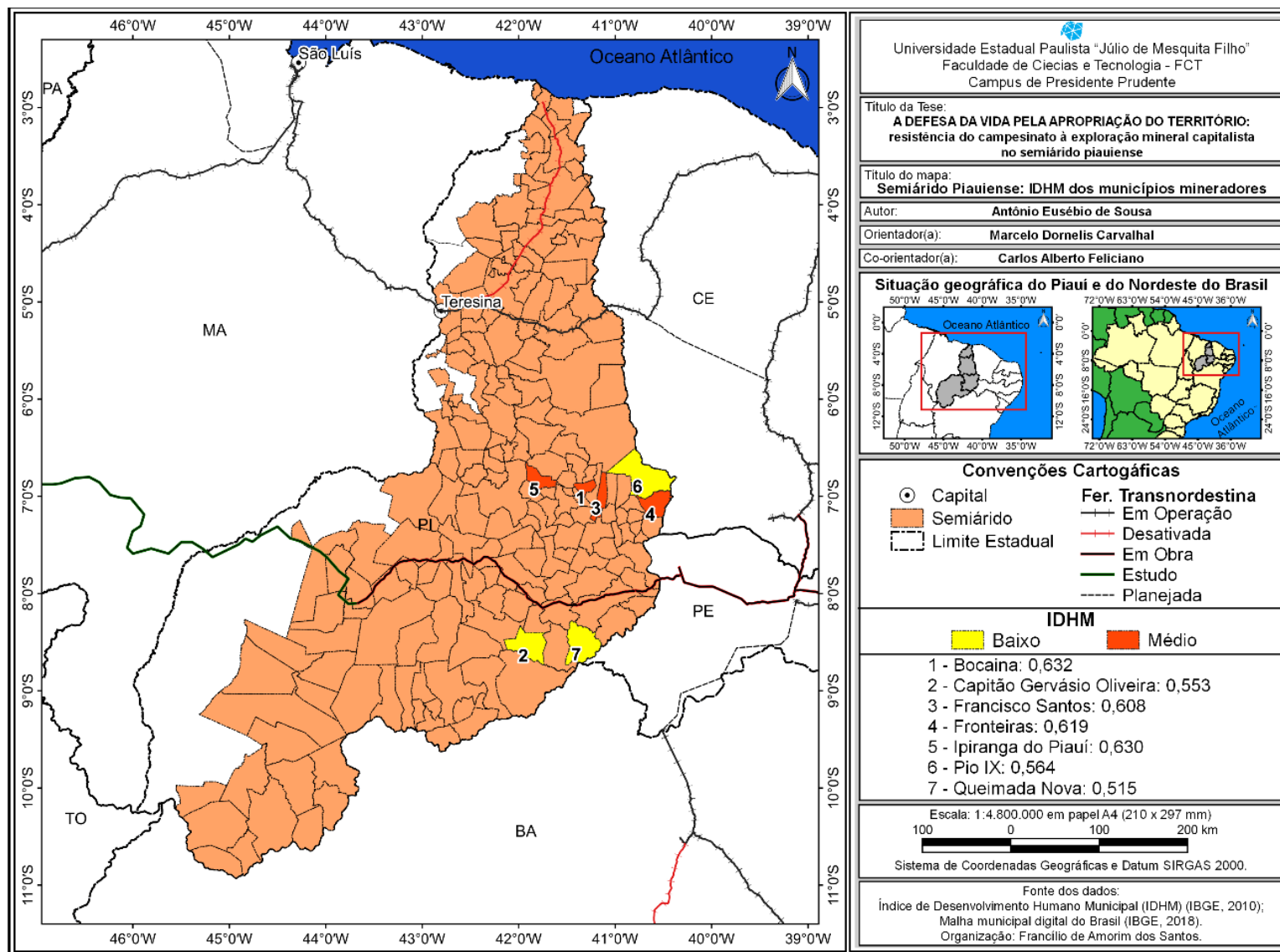
A participação do Piauí nos estudos voltados para o conhecimento da sua geologia e das potencialidades minerais teve início em 1968, com a criação da Divisão de Geologia da Companhia de Desenvolvimento do Estado (CODESE), hoje Secretaria de Planejamento.

Conforme o diagnóstico da Fundação CEPRO, o depoimento do morador Sebastião (conhecido popularmente como Cecé), da Comunidade Quilombola Sumidouro, município de Queimada Nova, PI, onde foi realizada pesquisa mineral nos anos 1990, e o comentário de Miguel, morador da comunidade Manga Velha, município de Curral Novo do Piauí, onde ocorrem pesquisas sobre minérios desde o início dos anos 2000, com maior incidência de pesquisa a partir de 2009, percebemos que o Estado tem desenvolvido, ao longo dos anos, estudos para a identificação do potencial mineral de seu território. As pesquisas são desenvolvidas por meio de órgãos públicos e privados. Esses primeiros contatos resultam das grandes pesquisas realizadas pelas empresas mineradoras, na medida em que avançam os conhecimentos sobre a geologia e os recursos minerais do estado. Isso, de certo modo, amplia e diversifica o conjunto do polo mineral em toda a região. Com a expansão das chamadas fronteiras agrícolas no cerrado, surge a necessidade de calcário agrícola, principalmente para suprir os cerrados da Bahia, de Goiás, do Piauí e do Tocantins. Os estudos da Fundação CEPRO (2004) apontam que, em breve, deverão entrar em operação outras jazidas de calcário agrícola.

O governo do Piauí tem incentivado a pesquisa e exploração do potencial mineral sob a justificativa da geração de emprego para a população local, bem como para o crescimento econômico do Estado e dos municípios mineradores. Assim, como este estudo trata do semiárido brasileiro considerando os municípios mineradores do estado da Bahia, o levantamento de dados abrange também os registros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-Brasil) (2010) referentes ao Piauí. A análise baseia-se nos dados sobre os municípios de Capitão Gervásio Oliveira, Fronteiras, Gilbués, Pio IX e Queimada Nova. Estas cidades desenvolvem a prática de extração mineral há anos. Objetivamos, com isso, comparar os dados destes municípios com os de outros do mesmo território que não desenvolvem a mineração, possuem as mesmas características fisiográficas dos municípios mineradores e tenham o IDHM maior que o dos municípios com extração de minérios.



Mapa 5 — Semiárido piauiense: IDHM dos municípios mineradores



O estudo indica que a fábrica de cimento em Fronteiras, com mais de 600 empregos diretos e mais de 2.500 indiretos, elevou o município à categoria de mais alto PIB *per capita* do Estado do Piauí. No entanto, a fábrica não colocou o município entre os de IDHM mais alto. Fronteiras aparece com IDHM médio e ocupa a 24ª posição entre os 224 municípios piauienses. O município ficou com IDHM inferior até mesmo ao de Bocaina, cidade localizada na mesma região de Fronteiras. Bocaina possui as mesmas características fisiográficas de Fronteiras e não desenvolve nenhuma prática de mineração. O município ocupa a 15ª posição e está no mesmo grupo dos municípios de Ipiranga (17ª posição) e Francisco Santos (34ª posição).

Outro fator que deve ser investigado é o que ocorre na prática na maioria dos municípios que são responsáveis pela mineração no Brasil. A extração do minério de um município acaba beneficiando regiões que não estão relacionadas diretamente com a mineração. Logo, os municípios mineradores ficam com os piores empregos, além de sofrer degradação ambiental e impactos de diversos tipos. Basta comparar os municípios de Fronteiras e Pio IX, que extraem o mesmo tipo de minério. Pio IX, com grande extração de minério, ocupa a 117ª posição e está entre os municípios de IDHM baixo. E a cidade de Fronteiras, por ter a fábrica de cimento, mesmo não melhorando a vida da população, está entre os municípios de IDHM médio.

Outra questão que merece destaque refere-se aos dados dos municípios mineradores Gilbués e Queimada Nova. Desde o início dos anos 1970, Queimada Nova dispõe de um projeto de minério de vermiculita e está entre os 20 municípios de IDHM mais baixo, ocupando a 207ª posição entre os 224 municípios piauienses. Gilbués, por seu turno, possui a extração de diamante e ocupa a 166ª posição entre os municípios do Piauí. A cidade, juntamente com o município de Cabrobó, em Pernambuco, possui sérios problemas ambientais e está localizada numa região que apresenta os maiores índices de desertificação do país. Os dados da Fundação CEPRO mencionam que existem em Gilbués os famosos garimpos de diamante, que tiveram seu apogeu entre 1950 e 1960. Estima-se que, nesta época, a região deveria ter cerca de 10 mil garimpeiros, que deram origem a verdadeiras vilas. Algumas delas ainda existem atualmente e se sustentam de atividades que não se limitam apenas ao garimpo.

Os dados mostram a importância de se pensar qual tipo de desenvolvimento é melhor para a sociedade. Por que investir em extração de minérios se, até então, as práticas não elevam o nível de vida da população nem os indicadores econômicos locais dos municípios que há décadas as desenvolvem? Como continuar ignorando os graves problemas socioambientais que a mineração tem gerado? Por que os municípios de Bocaina, Francisco Santos e Ipiranga apresentam IDHM médio com indicadores melhores que os municípios mineradores como Capitão Gervásio Oliveira, Gilbués, Queimada Nova e Pio IX? Por que estes municípios



mineradores possuem IDHM baixo, mesmo apresentando as mesmas características fisiográficas e estando localizados na mesma região dos municípios mineradores? Qual o verdadeiro interesse do Estado em investir em uma prática que não tem melhorado os índices dos municípios-sede das minas? Estes questionamentos nos permitem entender que os efeitos mais visíveis da mineração são os impactos causados no âmbito ambiental, cultural e social.

A defesa do crescimento econômico local tem se fundamentado no sistema de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Fizemos uma análise da nota de repúdio aos grandes projetos de mineração no território Serra da Capivara, em uma denúncia feita pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), pela Associação Territorial do Quilombo Lagoas (ASTQL) e pela Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato (CDSR), em março de 2021 (Anexo B) na qual foram apresentados os seguintes dados:

Ao consultarmos o sistema de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), no site da Agência Nacional de Mineração (ANM), observamos que, desde o ano de 2004, quando os dados são disponibilizados, do total de 18 municípios que integram o território de desenvolvimento da Serra da Capivara apenas 09 deles receberam algum valor referente à compensação financeira. Em 16 anos, esses 09 municípios arrecadaram juntos um total de R\$ 213.974,16. Outro exemplo, o município de Capitão Gervásio Oliveira, onde, desde a década de 1970, tiveram início as pesquisas para a extração de níquel, recebeu em 2017 a quantia de R\$ 3.322,10 (três mil trezentos e vinte e dois reais e dez centavos) referente à compensação por extração de níquel, não constando nenhum outro repasse de 2004 a 2020. (MAN; ASTQL; CDSR, 2021, p. 2).

Os dados apresentados, seja em relação ao crescimento do IDHM ou à arrecadação por meio do CFEM, possuem contradições entre o discurso do crescimento econômico e o do desenvolvimento dos municípios-sede das minas. Isso ocorre principalmente nos municípios que não possuem indústrias de beneficiamento, que são quase todos. No entanto, apesar dos números apresentados, o projeto de extração de níquel da empresa mineradora Piauí Níquel destaca-se, ao lado dos projetos Planalto Piauí, da Bemisa, e SRN Mineração, como um dos projetos que o governo do Estado tem apresentado como vetor de desenvolvimento para a região do semiárido no Piauí.

O estudo aponta ainda que existem práticas de mineração que, em menor escala, apresentam impactos socioambientais em menor proporção e podem até gerar renda para as famílias locais. Um exemplo disso é a florescente indústria de joalheria instalada em pequenas oficinas em Pedro II. Essa indústria tem favorecido o uso intensivo da mão de obra local, que



se sustenta a partir da ourivesaria, do artesanato mineral, do garimpo, de pequenas mineradoras e oficinas de lapidação de opala, em que as famílias contribuem na construção do produto final: as joias. Isso destaca a verticalização do processo produtivo, gerando emprego, renda e, ao mesmo tempo, agregando valor ao produto (CEPRO, 2004).

Em meio à realidade apresentada, faz-se necessário pensar no desenvolvimento do estado e da população através de práticas sustentáveis que, de fato, possam proporcionar o desenvolvimento integral. Por isso, sugerimos três aspectos que devem ser examinados: as práticas desenvolvidas até o momento, quais delas melhoraram os índices econômicos do estado e a vida das pessoas e quais tiveram os menores impactos socioambientais e culturais. É preciso pensar na sustentabilidade. Neste sentido, faz-se necessário dialogar com a população e os segmentos da sociedade civil para investir em pesquisas e experiências sustentáveis que produzam resultados positivos, como destaca Perez:

O abastecimento de matérias-primas exige conhecimento dos recursos naturais, estratégias para sua investigação e exploração, mecanismos para que o valor agregado desta exploração aumente a qualidade de vida e os níveis de emprego e que seja, simultaneamente, de forma que prejudique o menos possível o meio ambiente. (PEREZ, 2001 apud CEPRO, 2004, p. 127)

O estudo da Fundação CEPRO faz um diagnóstico da mineração desde meados do século XX e apresenta as perspectivas para os anos seguintes, defendendo o desenvolvimento econômico a qualquer custo, sem considerar os impactos ambientais e culturais. Após 15 anos da realização do diagnóstico, buscamos investigar como se encontra o processo atualmente, como tem acontecido o diálogo com a população local e qual a participação do Estado nesse processo. Para a análise da realidade do setor mineral no Piauí, buscamos como referência o período de 2016 a 2020. A busca baseia-se nos projetos para a implantação da indústria mineral, por entender que o discurso utilizado pelo Estado é o do desenvolvimento — incluindo-se a geração de emprego e o crescimento econômico — impulsionado pela indústria mineral, mesmo sabendo que, junto a essas práticas, surgem os impactos ambientais e sociais. Dependendo do projeto, observamos ainda a configuração do território com expropriação completa de comunidades camponesas. Os demais tipos de projeto mineral também constituem impactos, que podem afetar a economia, o meio ambiente ou o território. Todavia, esses efeitos ocorrem, de forma geral, em menor proporção.

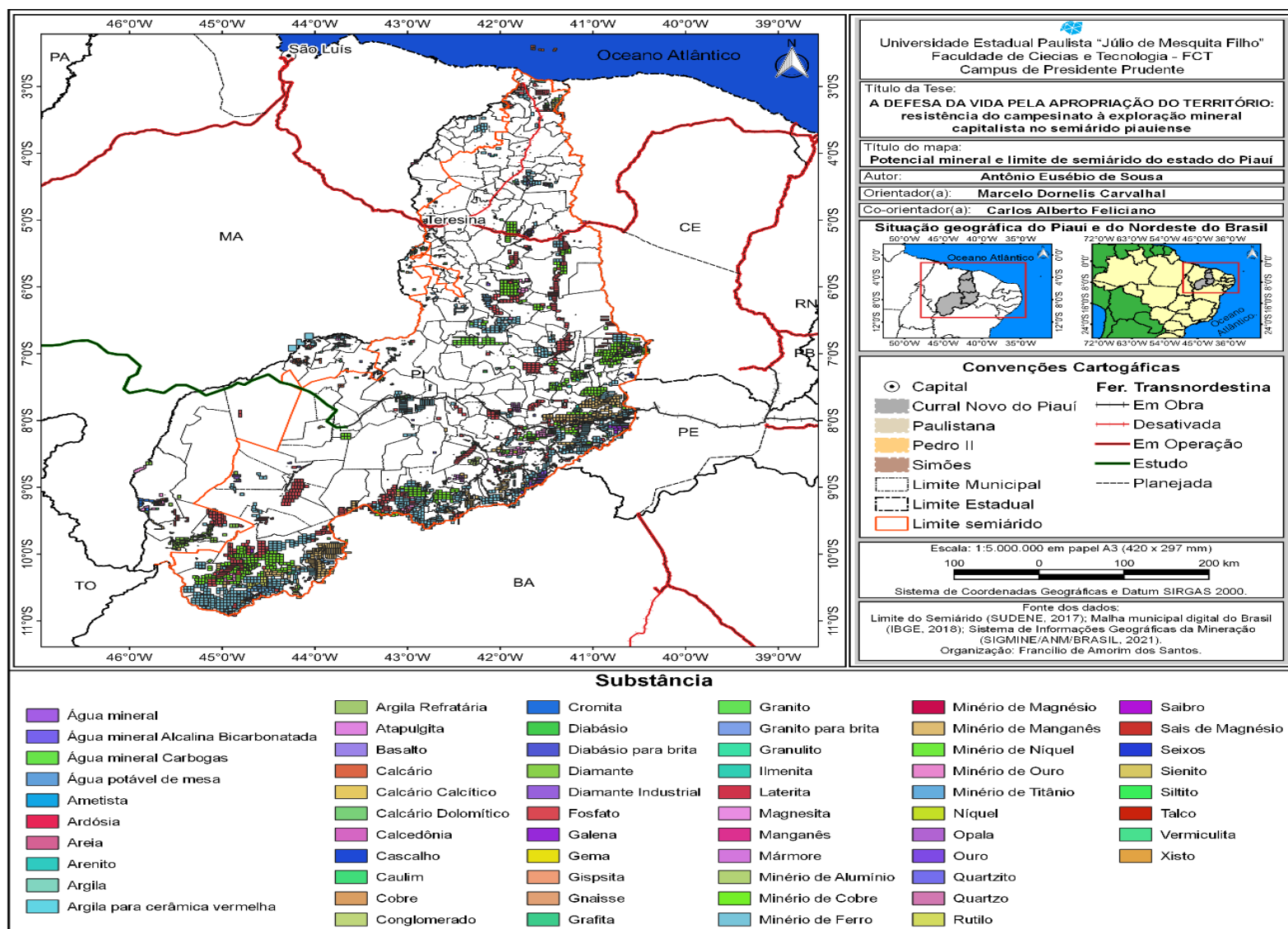
Como já previsto no diagnóstico, a proposta do Estado objetiva realizar pesquisa para identificação do potencial mineral a ser explorado na região. Dessa forma, os registros da ANM revelam que no período de 2016 a 2020 existem entradas de 866 processos, incluindo-se



minérios destinados à indústria e aos demais setores minerais. Todos foram aceitos imediatamente pelo setor responsável. Muitos desses pedidos, embora em requerimentos separados, foram solicitados pela mesma empresa. Os processos eram destinados para a mesma região ou o mesmo município, mas faziam parte do mesmo projeto. Outros pedidos tratavam de projetos anteriores, cujas licenças — em sua maioria, concedidas por um período de três anos — estavam se vencendo sem que os projetos tivessem sido realizados ou concluídos. O Mapa 6 a seguir apresenta o potencial mineral do Estado do Piauí, tendo por base os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE/AMN/BRASIL, 2021).



Mapa 6 — Potencial mineral do Piauí



A rapidez com que os processos foram autorizados chama a atenção. Afinal, sob alegação de demandas no setor, os órgãos estaduais costumam atrasar bastante a liberação de licença ou fiscalização. No entanto, os pedidos de autorização de pesquisa mineral são concedidos surpreendentemente de maneira muito rápida. Apenas em 2018 foram concedidas 220 autorizações para a realização de novas pesquisas ou a continuidade das existentes.

Os dados estão organizados por ano de requerimento do pedido e por tipo de minério, com ênfase aos destinados à indústria mineral, buscando-se ainda aproximar os municípios por região do estado. Existem projetos que ultrapassam os limites do Estado do Piauí, incluindo-se, nos mesmos projetos, os municípios de estados vizinhos, como Ceará, Maranhão e Pernambuco. Entre 2016 e 2020 houve pedidos de pesquisa mineral de diferentes tipos. Os pedidos de grande valor econômico abrangem a mineração de diamante e ouro. Os de pequeno valor incluem a argila, por exemplo, objetivando atender demandas internas. O Quadro 3 a seguir apresenta com base em dados da ANM (2020) os tipos de pesquisa mineral solicitados entre 2016 e 2020.

Quadro 3 — Projetos para pesquisa mineral no Piauí entre 2016 e 2020

Tipo de minério	Quantidade de projetos por ano				
	2016	2017	2018	2019	2020
Alumínio	-	2	-	-	-
Argila	15	5	-	-	2
Atapulgita	-	-	-	-	1
Caulim	-	-	-	-	5
Cobre	-	8	27	-	34
Cobre e água mineral	1	-	-	-	-
Cobre e zinco	-	-	24	-	-
Diamante	3	15	3	1	1
Ferro	-	-	3	7	3
Gipsita	1	-	-	-	-
Grafite	-	4	-	-	1
Ilmenita	1	4	1	-	-
Magnesita	-	2	-	-	-
Manganês	1	-	-	1	2
Níquel	-	3	-	-	-
Opala	1	-	-	-	-
Ouro	4	-	1	-	4
Quartzo	-	-	4	2	-
Rutilo	-	-	-	5	-
Sienito	-	11	-	1	-
Titânio	-	-	-	-	1

Quadro elaborado com base em dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) (2020).



O Quadro 3 mostra que, no ano de 2016, houve o registro de três projetos que solicitaram a extração de diamante: um para o município de Monte Alegre, um para os municípios de Santa Filomena e Alto Parnaíba, no Maranhão, e outro para o município de Gilbués. Além desses municípios localizados no Maranhão, os demais fazem limite com este estado no extremo sul do Piauí. Para exploração do minério de opala, que também tem grande destaque pelo valor econômico, após anos de extração apenas no município de Pedro II, em 2016, foi requerida pesquisa no município de Buriti dos Montes.

No ano de 2017, um dos maiores destaques foi o minério de diamante, com o maior número de processos para os municípios da região do extremo sul do Piauí. Nos últimos anos, os municípios de Gilbués e Monte Alegre convivem com o intenso processo de desertificação do solo. Entretanto, mesmo com esse fenômeno e com graves prejuízos ao meio ambiente e à população local, o Estado continua autorizando pesquisa mineral nesses municípios.

O minério de sienito destaca-se como o segundo maior número de requerimentos no ano de 2017, ultrapassando as fronteiras geográficas do Estado do Piauí, com um total de 11 processos. Entre os quais, há um projeto que abrange os municípios piauienses de Cocal e Luís Correia, além de Granja, no Ceará. O restante dos projetos organiza-se em sete apenas para o município de Luís Correia e três para os municípios de Luís Correia e Granja. Todos os municípios citados localizam-se na região norte do Piauí, no litoral ou em região próxima.

Ainda em 2017, para a exploração de níquel, foram feitos três requerimentos. Todos são voltados para o município de Capitão Gervásio Oliveira, situado no semiárido piauiense, conforme mostra o relatório da Fundação CEPRO. Neste município citado já foram desenvolvidos projetos de mineração por muitos anos, sempre divulgados como forma de proporcionar o desenvolvimento do local. Todavia, a cidade de Capitão Gervásio Oliveira continua incluída entre os municípios de IDHM baixo, ocupando a 155ª posição entre os 224 municípios piauienses. Considerando-se esse contexto, buscamos conhecer mais detalhadamente a realidade dos municípios piauienses impactados por projetos de mineração. Assim, participamos de um encontro juntamente com a equipe da Caravana Romaria da Terra⁸. O encontro aconteceu no dia 09 de julho de 2019, na comunidade Cacimba de Areia, município

⁸ Trata-se de um Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes de órgãos como Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas, gabinete da vice-governadoria do Piauí, Igreja Católica, organizações e movimentos sociais do campo, pastorais sociais, Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). A romaria da terra e das águas realizada em Paulistana, PI, favoreceu a denúncia dos problemas relacionados aos impactos negativos causados pelos projetos de mineração do Piauí, especialmente na região do semiárido. Além disso, o grupo também assume o objetivo de visitar as áreas de operação dos grandes projetos. As visitas possibilitam conhecer a realidade do local e registrar as características observadas.



de Capitão Gervásio Oliveira. A região, onde existiu extração mineral durante anos, abrange diversas comunidades vizinhas. A mineração começou com a empresa Vale do Rio do Doce, que depois se transformou em Vale. As ações da Vale na região citada atualmente pertencem à empresa Piauí Níquel. Conforme relatos de uma autoridade local, esta empresa é pertencente a um ex-funcionário da Vale.

Em relação aos projetos anteriores, os participantes do encontro comentaram que a empregabilidade naquela época foi bastante favorável, mesmo tendo sido poucas as pessoas contempladas com emprego. Foi uma época que possibilitou ganhar muito dinheiro. Apesar dos benefícios, os moradores reconhecem os riscos que os projetos causaram ao meio ambiente e à saúde das pessoas na região. Estas informações fazem parte dos registros da CPT-PI em relação ao ano de 2019.

Quando chegam à região, as empresas mineradoras primeiramente entram em contato com as autoridades prometendo empregos, postura que se repete ao dialogarem com os moradores. No âmbito das autoridades, o diálogo abrange questões além da empregabilidade, conforme relata uma autoridade do município de Capitão Gervásio Oliveira. A autoridade comenta que as propostas de emprego do município alegram a todos, mas não se sabe como acontece todo o processo e o que pode acontecer com o povo do município. Ainda restam muitas dúvidas. Finaliza pedindo apoio a igreja e demais organizações presentes no encontro para conhecer melhor o projeto (CPT-PI, 2019).

Os dados do desenvolvimento social apresentados por meio do IDHM e os relatos da população no encontro evidenciam a inviabilidade do projeto. Isso se deve aos resultados ineficientes de uma atividade econômica do mesmo tipo, em situação anterior, não ter melhorado a qualidade de vida da população local durante vários anos de operação. Em 2018, foi autorizada a realização de pesquisas de sete processos para exploração de minérios de grande valor econômico na indústria, a saber: diamante, ferro e ouro. Outros 56 processos foram autorizados para exploração dos outros minerais, destacando-se o cobre e o zinco, que somam o total de 51 processos.

Em 2019, conforme mostra o Quadro 3, o mineral com maior número de requerimentos foi o ferro, totalizando sete processos distribuídos em municípios de diferentes regiões de norte a sul do Piauí. Na região norte do estado, em uma transição com o semiárido, destacamos um requerimento no município de Pedro II que inclui, além do minério de ferro, a argila e a opala. Nesse mesmo município, a extração da opala tem se tornado, até onde sabemos, o único projeto que extrai este tipo de minério no estado. Esse cenário mostra a expansão da exploração de um mesmo tipo de minério em diversas regiões que possuem diferentes características. Isso pode



provocar consequências variadas, pois os projetos não consideram as particularidades de cada região quanto à disponibilidade hídrica do lugar, às características do solo e da vegetação e aos aspectos culturais dos povos afetados, por exemplo. O potencial mineral encontrado suplanta a sensibilidade inerente aos efeitos drásticos que a mineração pode causar.

Em relação ao ano de 2020, observamos que estavam em andamento as pesquisas de minérios de grande valor econômico para a indústria mineral, como diamante, ferro e ouro. Para a exploração de minério de diamante, houve um requerimento para o município de Gilbués. Historicamente, desde 2016, os requerimentos têm apresentado propostas direcionadas tanto para Gilbués quanto para Monte Alegre.

Outro destaque é a retomada dos requerimentos para pesquisa do minério de ferro no município de Curral Novo do Piauí, incluindo-se outros municípios da região, que mostraram certo crescimento nos anos de 2007, 2008 e 2011. Esse crescimento ocorreu através das empresas Bemisa e Pi4 Empreendimentos, bem como do Projeto Planalto Piauí. Em 2020, foram apresentados três requerimentos no município de Curral Novo do Piauí, um incluindo os municípios de Curral Novo do Piauí e Paulistana e outro em Jacobina do Piauí e Paulistana.

Os dados observados permitem afirmar que o Estado possui o interesse em facilitar a exploração do potencial mineral. Neste sentido, é relevante examinar o andamento das etapas de desenvolvimento dos referidos projetos, visto que, para instalação da atividade de mineração, é imprescindível adquirir o licenciamento ambiental. O processo se inicia com a pesquisa, pois não é obrigatória a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), seguida da concessão de lavra. Depois, ocorre o licenciamento, quando é necessário apresentar as licenças ambientais emitidas pelos órgãos estaduais. O licenciamento ambiental para o setor mineral é constituído por três etapas: licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

O levantamento que realizamos revela que os projetos não estão em fase de operação, embora alguns já possuam a concessão de lavra. Novamente, a investigação se concentrou nos projetos destinados à indústria mineral, pelas razões já mencionadas. Entre os diversos projetos aos quais foi concedida a autorização de lavra, 54 eram destinados à indústria mineral, incluindo-se 16 tipos de minérios distribuídos em 25 municípios do estado.

Dos projetos pesquisados, foi concedida lavra para a exploração de seis tipos de minérios em municípios diferentes. Por exemplo, são sete projetos para água mineral, sendo quatro em Teresina, um em Demerval Lobão, um em Dom Expedito Lopes e outro em Picos. Para a exploração de minério de ferro, são dois projetos: um somente no município de Curral Novo do Piauí e outro incluindo os municípios de Curral Novo do Piauí e Paulistana. Para a exploração de ferro e manganês, ao mesmo tempo, são cinco projetos, assim distribuídos: um



em Curral Novo do Piauí, um em Paulistana e três no município de Simões. A exploração da argila é apresentada em diversos projetos com concessão de lavra. Todavia, foram identificados somente quatro destinados à indústria: um em Campo Grande do Piauí, outro em Vila Nova do Piauí e Campo Grande do Piauí e dois em Oeiras. O calcário foi o minério que teve o maior número de concessão de lavra, totalizando 11 projetos com a seguinte distribuição: um em Antônio Almeida, um em Fronteiras, um em Pio IX, dois em Barro Duro, dois em José de Freitas, dois em Porto Alegre do Piauí, dois em Fronteiras e Pio IX. Os minérios de calcário e mármore estão juntamente organizados em três projetos: um em Fronteiras, um em Fronteiras e Pio IX e outro apenas em Pio IX.

Existe potencial mineral com concessão de lavra, ou até em fase de exploração, com mais de um projeto. Contudo, o potencial está concentrado em apenas um único município, contabilizando um número de 11 tipos de minérios distribuídos em 11 municípios diferentes. Em Castelo do Piauí, há oito projetos para minério de quartzito e um para extração de quartzito e caulim juntos. De forma geral, são dois projetos de ardósia em Piracuruca, dois de basalto em Lagoa do Piauí, dois de diamante em Gilbués, dois de gipsita em Simões, dois de mármore em Pio IX, dois de opala em Pedro II, dois de vermiculita em Queimada Nova, um de diabásio e brita em Nazária e outro de níquel em Capitão Gervásio Oliveira.

A história da extração mineral no Piauí existe há várias décadas, especialmente se considerados os projetos de gipsita em Simões, que tiveram seu primeiro pedido em 1978, e os de vermiculita em Queimada Nova, que tiveram seus primeiros pedidos em 1971 e 1975. Dessa forma, percebemos que, em meio aos projetos examinados, todos estão ativos e em diferentes fases. Entre as diferentes fases ou etapas, destacamos os projetos que apenas possuem a concessão de lavra; os que estão em início de fase de exploração; os que estão em fase de operação há vários anos; os que retornam suas atividades após as operações terem sido suspensas. Além desses, existem ainda os projetos que não estão mais ativos e outros que passaram apenas pela fase de pesquisa. Não foi possível identificar as razões que motivaram a descontinuidade das operações de alguns projetos. É possível que as atividades tenham sido encerradas ou por falta de viabilidade ou porque podem ser continuadas posteriormente.

Após consulta ao site oficial da ANM em 2020, comparamos os dados encontrados com os dados divulgados pelas revistas Mineração Brasil (2013) e Minérios & Minerales (2013), que disponibilizam informações acerca do desenvolvimento da mineração no Brasil. A revista Mineração Brasil, em 14 de janeiro de 2019, destaca que 40% dos requerimentos de pesquisa no Piauí, de 2002 a 2007, foram de minérios de ferro. Nesse período, o destaque maior foi dado ao Projeto Planalto Piauí, a ser implantado nas regiões de Curral Novo do Piauí, Paulistana e



Simões. As últimas informações relacionadas à mineração no Piauí põem em destaque dois projetos de mineração com ações em andamento: os de níquel, da empresa Piauí Níquel, com licença de implantação no município de Capitão Gervásio Oliveira, e da empresa SRN Minério de Ferro com operação em São Raimundo Nonato, onde já foram realizadas pesquisas e identificado o potencial mineral. Porém, os portais consultados não informam as fases de andamento dos projetos citados.

O Governo do Piauí continua incentivando a extração de minério no estado. Conforme apontam as notícias do portal Piauí – Governo do Estado, de 19 de novembro de 2020, o Piauí é apontado pelos sites nacionais especializados em mineração como a nova fronteira do minério. Essa afirmação é confirmada pelos números do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME), que mostram o estado como o segundo do Nordeste e entre os dez maiores do país com incidência de minérios. Na região de Paulistana, a 474 km de Teresina, há uma reserva de ferro estimada em 400 milhões de toneladas. Já no município de Capitão Gervásio Oliveira, a 545 km de Teresina, o principal atrativo é o níquel, com reservas estimadas em 88 milhões de toneladas. Em Pedro II, a 195 km ao norte de Teresina, está a única reserva de opala nobre do Brasil. No extremo sul do estado, na cidade de Gilbués, a 830 km da capital, está sendo explorada uma mina de diamantes, com uma jazida estimada em 2 milhões de quilates.

Para além dos noticiários informados nos sites oficiais do governo do estado, as ações conjuntas com as empresas privadas comprovam esses incentivos. Conforme projetos estruturantes e desenvolvimentistas para a exploração de minérios e gás no Piauí, apresentados por representantes da empresa B&BIZ ao governador Wellington Dias (PT), na época os investimentos a serem atraídos eram da ordem de R\$ 17 bilhões. Os projetos incluíam a conclusão da Ferrovia Transnordestina, que é essencial para o andamento das ações. Com a conclusão da ferrovia, o custo com o transporte dos minérios será reduzido. Isso, de certa maneira, aumenta a competitividade do estado e a abrangência do mercado.

Os incentivos do Governo do Piauí para atrair empresas mineradoras incluem agilidade e flexibilização de licenciamentos, incentivos fiscais e infraestrutura. O Brasil tem experienciado nos últimos anos a flexibilização das leis que regem a mineração. No estado do Piauí, isso não é diferente.

No dia 19 de janeiro de 2020, a ANM publicou a minuta com os novos procedimentos que entram em vigor para o direito de requerimento das áreas em disponibilidade para pesquisa ou lavra, regendo o Decreto nº 9.406/2018 e a Lei nº 13.575/2017. Diferentemente dos antigos procedimentos adotados pelo extinto DNPM, que costumavam ser bastante demorados por



necessitar de análise minuciosa para a seleção do melhor projeto de pesquisa ou lavra, a ANM propõe uma estratégia mais rápida e objetiva, utilizando quatro etapas básicas, a saber:

- 1) publicação de disponibilidade de áreas da ANM por meio de editais;
- 2) oferta pública;
- 3) leilão eletrônico; e
- 4) homologação do resultado (BRASIL, 2020).

A flexibilização das leis e os procedimentos para a extração mineral apresentam grandes preocupações não somente para as populações atingidas diretamente, mas para a sociedade em geral. Como exemplo, temos os casos de rompimento de barragens em Minas Gerais, nos quais, no ato de licenciamento, havia leis mais rigorosas que permitiam, pelo menos, prevenir os desastres. No entanto, com a flexibilização proporcionada durante o governo Bolsonaro, mantendo em vigência atualmente, os desastres tendem a aumentar.

Para os casos específicos do Piauí, a preocupação com a flexibilização das leis está basicamente associada a três aspectos: primeiro, aos interesses do próprio Estado, que desconsideram os riscos para as famílias; segundo, à pouca visibilidade nacional dos locais onde estão sendo implantados os projetos; e, por último, à queda nos preços do minério de ferro.

Em síntese, o que fica evidente é que a mineração no Piauí existe há décadas e não tem apresentado resultados positivos para os municípios mineradores. Antes da mineração, os projetos eram implantados em locais centralizados, não se constituindo em macroprojetos. Mesmo assim, as ações provocaram fortes impactos socioambientais. Nos últimos 20 anos, o Estado tem incentivado a expansão desses projetos, incluindo-se atividades de grande porte, como o Projeto Planalto Piauí, que têm culminado em insegurança para a maioria da população local.

3.2 O Projeto Planalto Piauí e a empresa Bemisa na exploração da maior jazida de ferro do estado

A história da mineração em Curral Novo do Piauí e municípios vizinhos, conforme relatam os moradores das comunidades, existe há várias décadas. No início, os moradores não sabiam ao certo que a chegada de novas pessoas nas comunidades estava realizando estudos para uma futura extração de minérios. Além do município de Curral Novo do Piauí, local de maior incidência de pesquisa mineral, também havia pesquisas nos municípios de Betânia, Paulistana e Simões. Partindo desse contexto, o participante de pesquisa Mandacaru (nome fictício), morador da comunidade Manga Velha, em entrevista oral concedida em 2020, comenta que as atividades começaram em 2007:



Tudo começou em 2007, quando começou a chegar pessoas dizendo que estavam fazendo pesquisa do governo. Meu pai sempre relata que já tinha vindo outras pessoas alguns anos atrás, mas ele não lembra direito o tempo. Olhava essas pedras que parece ser ferro mesmo [Cf. Figura 2]. Meu pai disse que eles olhava as pedras e admiravam. Mais pronto. Ninguém ouviu falar mais nada. Quando foi em 2007, eles voltam dizendo que era fazendo pesquisa para o governo. Quando é em 2009, eles voltam para fazer a pesquisa mineral mesmo. Nesses períodos, eles entravam sem permissão. Não dizia nada a ninguém, nem falava nada. Mas como toda vida nós tivemos essa organização, esse jeito de buscar saber o que é certo e o que é errado, a gente ia até eles buscar informações. E, em muitos casos, eles saía e iam embora. É no ano de 2013 que as pesquisa aumenta e os conflitos começam. (informação verbal)⁹

A Figura 3 mostra o potencial mineral a ser extraído da comunidade Manga Velha, em Curral Novo do Piauí. É possível perceber na imagem as pedras com perfil de ferro.

Figura 3 — Jazidas de ferro encontradas na superfície da comunidade Manga Velha



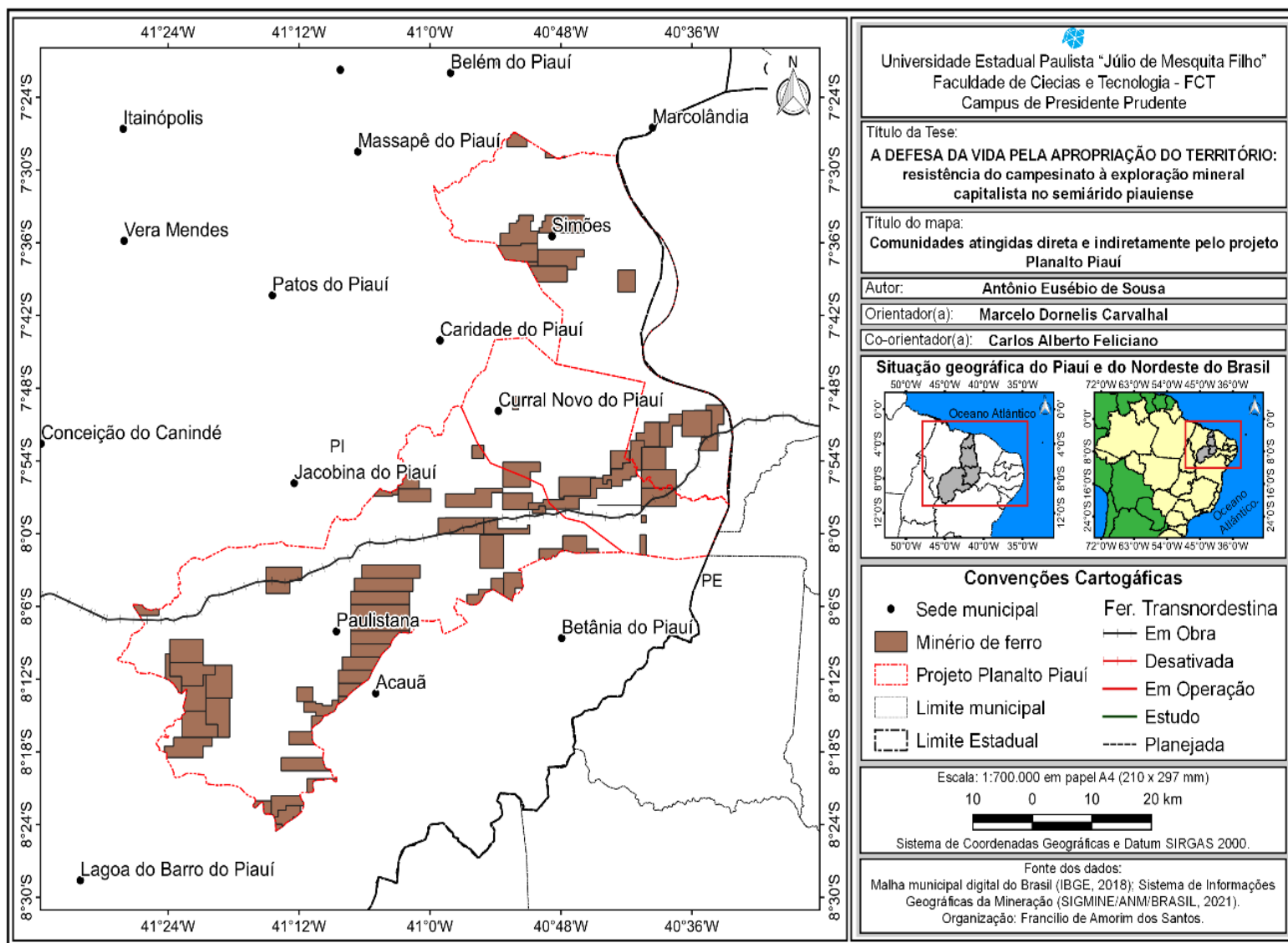
Fotografia capturada em Manga Velha durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

A seguir, o Mapa 7 apresenta a área geográfica de abrangência do projeto de mineração Planalto Piauí incluindo-se os municípios de Betânia, Curral Novo, Paulistana e Simões. Esses locais concentram o maior potencial de minério.

⁹ A entrevista integral realizada com Mandacaru em 2020 está disponível no Apêndice C. Os estudos de Sena (2011) mostram que o mandacaru é uma cactácea bastante comum em regiões semiáridas. A planta armazena água em seu interior, ajudando saciar a sede dos animais na época de grandes secas. O mandacaru simboliza a caatinga e a luta de resistência.



Mapa 7 — Projeto Planalto Piauí



O Estado do Piauí tem sido considerado nos últimos anos uma nova fronteira para a mineração, devido à considerável variedade de minérios encontrados, tais como argila, calcário, diamante, ferro, fósforo, mármore e níquel. Conforme aponta a revista *Minérios & Minerales* (2013), a região de Curral Novo do Piauí concentra as maiores reservas de minério de ferro do Nordeste e a maior do estado.

Os registros disponíveis no site da ANM mostram que diversas empresas estão realizando pesquisa mineral na região de Curral Novo do Piauí. Entretanto, o maior número de pedidos de pesquisa, incluindo-se a realização de lavra e o macroprojeto Planalto Piauí, está sob responsabilidade da Bemisa, que integra o Grupo MT4 Participações e Empreendimentos S.A. O empreendimento, com custos de cerca de R\$ 3,4 bilhões, prevê a instalação de uma indústria de mineração de ferro, com sede no município de Paulistana. As ações podem impactar cidades vizinhas como Curral Novo do Piauí e Simões.

A Bemisa apresenta-se em sua plataforma digital como uma empresa de exploração, desenvolvimento e operação de ativos minerais no Brasil, com sede no Rio de Janeiro. A empresa entrou em operação em 2007 e, atualmente, possui projetos em sete estados brasileiros. A Bemisa possui um portfólio de nove projetos que englobam uma ampla gama de minerais, incluindo-se quatro de minério de ferro em Minas Gerais; dois de ouro, sendo um no Mato Grosso e outro no Pará; um de níquel em Goiás; um de fosfato em Mato Grosso; e um de calcário na Bahia. Existem projetos que estão em diferentes etapas, como alguns em fase de pesquisa e outros em fase de exploração.

Coincidentemente, a empresa do Grupo MT4 Participações e Empreendimentos S.A. foi criada também em 2007, período em que se expandia a pesquisa mineral na região do município de Curral Novo do Piauí. Com sede também no Rio de Janeiro, esta empresa é uma sociedade de direito privado. No ano de 2008, conforme mostra o Diário Oficial do Estado do Piauí, do dia 26 de fevereiro de 2008, foi assinado contrato por um período de 24 meses entre o Governo do Piauí e o Grupo mt4 Participações e Empreendimentos S.A. para prestação de serviço ao projeto da Ferrovia Transnordestina. Uma reportagem publicada no portal de notícias Piauí - Governo do Estado, datada de 15 de junho de 2014, apresenta as dimensões do projeto:

O projeto tem cerca de 43 metros quadrados, onde situam-se cavas, instalações e beneficiamento do minério extraído, barragem de rejeitos, estrutura de apoio, escritórios, laboratórios, dentre outros. Como já mencionado, esta área abrange os limites administrativos dos três municípios e concentra uma reserva de mais de 800 milhões de toneladas de minério de ferro. Quando em operação, prevista para se iniciar em 2017, o projeto terá produção anual de



15 milhões de toneladas de *Pellet Feed Fine* (minério de ferro de granulometria especial), qualidade Premium. (PIAUÍ, 2014, grifo do autor)

Para viabilidade do projeto na região, o projeto está vinculado a dois grandes empreendimentos. Um deles já foi encerrado há alguns anos. A realização deste projeto contribui para o abastecimento hídrico da população de alguns municípios da região através da barragem Poço do Marruá, em Patos do Piauí, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O outro empreendimento corresponde à construção da Ferrovia Transnordestina, obra ainda em andamento. Durante a “Missão nas comunidades em defesa da vida”, evento realizado pela Diocese de Picos, em parceria com a CPT-PI e as comunidades de Curral Novo do Piauí, os moradores da região relataram que a implantação dos projetos tem gerado problemas para as famílias locais. Estas famílias enfrentam as mazelas oriundas dos projetos de mineração e dos trechos de obra da Transnordestina.

Os impactos mais emblemáticos são a destruição de moradias e cisternas (Figura 4), a divisão de propriedades, a destruição de reservatórios hídricos (Figura 5) e os agravos à população local. O relato da participante de pesquisa Juazeiro (nome fictício), moradora da comunidade São José, em entrevista oral concedida em 2020, revela os problemas enfrentados pela comunidade:

Aqui essa ferrovia só trouxe problema. As passagens das roças que não pode mais passar nem os animais, nem nós mesmo porque é alto os trilhos. As águas que a gente tinha para lavar roupa e para usar em casa não serve mais pra nada. Misturou água com os barro da ferrovias e está tudo barrenta¹⁰, como vocês pode ver no açude de Serra Vermelha. E, outra coisa, até as paredes das casas rachou com as explosões. (informação verbal)¹¹

As Figuras 4 e 5 ilustram, a seguir, o depoimento de Juazeiro. Trata-se de obras construídas por três tipos de recursos ou formas distintas: pelo setor público (cisternas), pela família (a residência), pela comunidade e com financiamento público (açude).

¹⁰ Água com coloração similar à mistura de argila e água, podendo ser alaranjada com tonalidade clara ou escura.

¹¹ A entrevista integral realizada com Juazeiro em 2020 está disponível no Apêndice D. Conforme aponta Sena (2011), o juazeiro é um tipo de árvore que compõe a vegetação do semiárido, atingindo a altura de 5 a 10 metros. A planta é dotada de copa globosa espinescente e baixa com troncos curtos. O juazeiro pode ser encontrada no Nordeste do país (do Piauí ao norte de Minas Gerais), nas caatingas e nos campos abertos do polígono da seca. A madeira é utilizada localmente para carvão, construções rurais, lenha, marcenaria e mourões. Além das qualidades ornamentais, o juazeiro possui frutos comestíveis ricos em vitamina C.



Figura 4 — Moradia e cisternas demolidas pela Ferrovia Transnordestina



Fotografia reproduzida dos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (2015).

Figura 5 — Açude da comunidade Serra Vermelha (Paulistana, Piauí)



Fotografia reproduzida dos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (2015).



A construção da barragem Poço do Marruá, como também a própria Transnordestina, teve o objetivo de atender às demandas do futuro projeto de mineração, embora o Estado não apresente isso explicitamente. Em reportagem ao portal Cidade Verde, no dia 26 de setembro de 2013, o diretor de implantação e logística da Bemisa, Márcio Gontijo, destacou a abundância de água da barragem Poço do Marruá como uma das vantagens que permitiu à empresa optar pelo Piauí. Segundo Gontijo (2013), o projeto devia ser instalado numa região a 10 km de uma linha de transmissão que liga São João do Piauí a Milagres, em Pernambuco.

A revista Minérios e Minerales (2013) destaca em nota que a Bemisa obteve do Ministério de Minas e Energia a permissão para acessar a citada rede básica de energia, bem como outorga da Agência Nacional de Águas, garantindo à empresa o direito de captar 15 milhões de metros cúbicos por ano de um reservatório existente na região, quantidade mais que suficiente para atender à demanda hídrica do projeto. A nota esclarece ainda que a empresa assinou um memorando de entendimento com a Transnordestina, ferrovia em processo de implantação, que ligaria o empreendimento aos portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, devendo entrar em operação no final de 2014. Paralelamente, a Bemisa obteve da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o cadastro como usuário dependente da ferrovia.

A história da mineração em Curral Novo do Piauí se estende há décadas, conforme relataram os camponeses em reunião realizada pela CPT-PI no dia 02 de fevereiro de 2016. Todavia, foi a partir do ano de 2007 que o processo de mineração se intensificou, sobretudo com o Projeto Planalto Piauí, como mostram os registros da CPT-PI (2016). Durante o período de 2007 a 2020, houve 57 pedidos de licença para pesquisas destinadas à indústria mineral, todos incluindo o município de Curral Novo do Piauí. Os pedidos podiam fazer parte de um mesmo projeto apenas desmembrado em áreas menores. Além disso, podiam também ser novos pedidos relacionados a um mesmo projeto, cuja validade das licenças (de 3 anos) estaria vencida antes da realização e/ou conclusão do projeto. Entre os 57 pedidos de licença para pesquisa mineral, 13 eram para minérios de ferro, 4 para ferro e manganês no mesmo pedido, 30 para manganês, 8 para gipsita e 2 para cobre e níquel.

A pesquisa mostra o Projeto Planalto Piauí como o principal no tocante ao minério de ferro, totalizando 13 pedidos. Existem ainda dois pedidos em 2007, sob responsabilidade de João Cavalcante de Oliveira, um em 2008 e seis em 2011. No ano de 2020, surgem duas empresas diferentes: PG Mineração, responsável por dois pedidos, e Gamary Empreendimentos Ltda., também com dois pedidos.



Em 2008, as empresas Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. e Pi4 Participações e Empreendimentos S.A. deram entrada em 4 pedidos de licença de pesquisa de ferro e manganês, juntos no mesmo pedido, e 30 para manganês. Já os oito pedidos de licença para pesquisa de minério de gipsita foram feitos por diferentes empresas: um pela Maurício de Amorim Aquino e outro pela Vicente Vando Resende; três pela GEOMIL – Geologia Mineração Lapidiação Ltda e três pela Gipsita Piauí Mineração Ltda.

Para além dos pedidos de licença para a indústria mineral, que constitui a maior propaganda do Estado, foram feitos oito pedidos para outros setores da mineração. Foram dois pedidos para minérios de granito, usados em revestimento, sendo um requerimento de 2011 e outro de 2016; um para fósforo, usado para fabricação de fertilizante, requerido em 2016; um para laterita, para a construção civil, em 2009, ocupando uma área de 4 hectares; e quatro de minério de saibro, usado na construção civil, sendo dois pedidos em 2016 e dois em 2020.

Após a realização do levantamento de requerimentos, que incluiu pesquisa no município de Curral Novo do Piauí, a etapa posterior refere-se ao levantamento dos municípios vizinhos, considerando-se que existem projetos que ultrapassam os limites municipais. É válido ressaltar que as tensões e a mobilização da população estavam voltadas aos espaços de maior incidência de pesquisa. Por isso, as empresas e o próprio Estado podem construir a estratégia de investir em municípios vizinhos. Os dados a seguir mostram essa realidade.

No ano de 2007, período em que se intensificaram os trabalhos em Curral Novo do Piauí, foram feitos três pedidos de licença para pesquisa de minério de ferro, sendo dois em Paulistana, requeridos pela mesma empresa que compõe o Projeto Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A., empresa Pi4 Participações e Empreendimentos S.A., responsável Bemisa, e outro no município de Simões, pela Empresa Milhas Serviços Mineração.

Em 2008, houve o aumento significativo no número de pedidos de licença para pesquisa mineral nos municípios da região, totalizando 61 pedidos, sendo 13 de cobre, 13 de ferro e 35 de zinco. Como já mencionado, esses projetos podem fazer parte de um projeto maior, apenas desmembrado em áreas menores. Desse total, todos os projetos de minério de cobre e zinco, somando-se a 4 de ferro, totalizam 52 pedidos. Estes requerimentos pertencem ao Projeto Planalto Piauí. Foram 10 pedidos para pesquisa de zinco em Simões: 1 incluindo os municípios de Simões e Araripina, em Pernambuco; 1 incluindo Curral Novo do Piauí; 24 incluindo Jacobina do Piauí, sendo 14 incluindo Caridade do Piauí e outros municípios próximos; e 1 em Paulistana. Os 13 pedidos para pesquisa de minério de cobre foram todos no município de Paulistana. Os 4 de ferro, da mesma empresa, foram em Simões. Entre os 2 que incluem os municípios de Paulistana e Queimada Nova, 1 abrange o município de Paulistana e São



Francisco de Assis. Os 6 pedidos que incluem o município de Betânia são de diferentes empresas.

No ano de 2009, as empresas responsáveis pelo Projeto Planalto Piauí continuavam investindo em pedidos de realização de pesquisa em municípios vizinhos. Só de minério de manganês foram 37 pedidos concentrados, nos municípios de Caridade do Piauí e Paulistana. Em menor quantidade, os pedidos incluíam outros municípios, como Jacobina do Piauí e Patos do Piauí. Para o minério de ferro, foram 21 pedidos, como grande parte concentrada em Paulistana. Em menor proporção, havia pedidos que incluíam Acauã, Jacobina do Piauí e Queimada Nova. Houve ainda, em 2009, 3 pedidos para minério de cobre e 1 para níquel.

No período de 2010 a 2014, ocorreu uma redução no número de pedidos para pesquisa mineral na região: as empresas Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A., Pi4 Participações e Empreendimentos S.A., sob responsabilidade da Bemisa, não realizaram nenhum pedido. Entretanto, outras empresas entraram com 83 pedidos. Como já mencionado, grande parte é da mesma empresa, para o mesmo tipo de minério, a divisão do projeto em partes menores como estratégia de desmobilizar os atingidos por estarem em projetos diferentes. Contudo, os pedidos abrangem áreas menores ou mais de um município. Apenas para o minério de ferro foram 25 pedidos, incluindo-se os municípios de Betânia, Padre Marcos, Paulistana, Queimada Nova e Simões. No município de Padre Marcos foram feitos mais 31 pedidos, incluindo-se, além de ferro, outros minérios importantes nos mesmos pedidos, tais como cassiterita, galena, gipsita, manganês, quartzito e rutilo. Minério de cobre, foram 10 pedidos nos municípios de Acauã, Jacobina do Piauí, Paulistana e Queimada Nova. Para o minério de manganês, foram 8 pedidos nos municípios de Caridade do Piauí, Paulistana, Queimada Nova e Simões. Minério de ouro, foram 7 pedidos, todos no município de Paulistana. Por último, houve somente 1 pedido para o minério de níquel, que incluiu os municípios de Betânia, Jacobina do Piauí e Paulistana.

Em 2015, as empresas Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A. e Pi4 Participações e Empreendimentos S.A. voltam a realizar pedidos de autorização de pesquisa mineral na região para explorar o minério de ferro em Paulistana.

Nos últimos cinco anos, de 2016 a 2020, ocorreu uma redução no número de pedidos de pesquisa mineral. Foram 17 pedidos, sendo 3 para minério de ferro em Betânia, Jacobina do Piauí e Paulistana; 2 para gipsita em Betânia e Paulistana; 3 para aluminita em Jacobina do Piauí; 3 para manganês em Caridade do Piauí, Jacobina e Patos do Piauí; e 8 para cobre em Caridade do Piauí, Massapê e Simões.



A trajetória histórica da mineração nessa região do Piauí mostra que tudo se iniciou com algumas visitas identificadas como realização de estudos, sem se mencionar ao certo a real finalidade. Em seguida, foi realizada uma série de pesquisas na região como parte do processo de sondagem para identificar o potencial mineral, sempre ocorrendo através de um acordo entre as empresas e o Estado. No entanto, as comunidades não foram consideradas como sujeitos de decisão. Nem população nem proprietários foram consultados previamente antes do acesso aos locais de pesquisa ou antes de sua realização. Ademais, essas pessoas sequer receberam informações precisas sobre os impactos e a forma que se daria o processo.

Conforme depoimentos de moradores das comunidades Manga Velha e Palestina, em reunião realizada pela CPT-PI na comunidade Manga Velha em 11 de fevereiro de 2015, foram identificados muitos casos em que algumas pessoas se identificavam como pesquisadores sem se apresentarem previamente aos proprietários. Elas eram encontradas já realizando o trabalho nas propriedades. Conforme dados da CPT-PI (2015), quando eram questionadas pelos moradores ou proprietários, essas pessoas passavam apenas as informações que achavam necessárias. Essa atitude se contrapõe ao Art. 5º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988, quando dispõe sobre o direito de propriedade (BRASIL 1988).

Com o avanço nos processos de pesquisas e, até mesmo, nas etapas posteriores, o Estado e as revistas de maior destaque sobre a pesquisa mineral no Brasil passam a divulgar e propagar o potencial mineral da região, destacando as etapas para a implantação dos projetos. Isso tem gerado conflitos e tensões por parte da população local, que tem se articulado com o apoio da CPT-PI, Diocese de Picos, pastorais sociais e movimentos sociais do campo. Procuramos registrar os noticiários e os principais acontecimentos do período, com destaque para duas notícias. A primeira foi publicada pela revista *Minérios & Minerales* no dia 13 de março de 2013, com o título “Planalto Piauí começará a ser implantado esse ano”. A segunda foi publicada pelo Portal da Mineração, no dia 1 de outubro de 2013, com o título “Bemisa inicia construção do projeto de minério de ferro Planalto Piauí”. Reproduzimos a seguir as duas notícias que destacamos.

Planalto Piauí começará a ser implantado esse ano

Investimentos de R\$ 3,4 bilhões colocarão o Piauí no mapa de produção de minério de ferro. O projeto Planalto Piauí, localizado no município de Paulistana, no estado do Piauí, tem início da implantação previsto para 2013, com investimentos da ordem de R\$ 3,4 bilhões. A Brasil Exploração Mineral (Bemisa) obteve aprovação de uma carta-consulta pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para financiar até 55% do investimento total e a expectativa é iniciar a produção em 2016. O projeto



produzirá 15 milhões t anuais de *pellet feed* de qualidade premium. Com teor médio de 70% de ferro e baixos níveis de contaminante. “No segundo semestre já iniciaremos as obras. Devendo empregar nesse período de instalação cerca de 4,8 mil pessoas direta e indiretamente. O projeto poderá ampliar o PIB do Piauí em cerca de 10% se comparado com o valor de 2010”, informa Augusto Lopes, diretor-presidente da Bemisa. Além de Paulistana, o projeto também beneficiará os municípios de Curral Novo e Simões. Os trabalhos vêm sendo realizados desde 2007 e englobaram extenso programa de exploração, com Relatório Final de pesquisa aprovado no início de 2012. Foram executados mais de 62 mil m de sondagem, que permitiram a certificação de recursos da ordem de 1 bilhão t, em maior parte construído por recursos medidos e indicados, que somados totalizam cerca de 830 milhões t. A etapa de engenharia conceitual, já concluída, demonstrou a viabilidade dessa capacidade de produção. A engenharia básica se encontra em andamento e deve ser concluída até abril de 2013. (MINÉRIOS & MINERALES, 2013. grifo do autor)

Bemisa inicia construção do projeto de minério de ferro Planalto Piauí

[...] A Brasil Exploração Mineral (Bemisa) vai iniciar em março do ano que vem a construção do projeto de minério de ferro Planalto Piauí. A capacidade de produção, segundo a mineradora, é de 15 milhões de toneladas por ano de *pellet feed* com 70% de ferro. O projeto vai custar cerca de R\$ 3,4 bilhões e demandar 7.600 quilowatts de energia elétrica, que serão fornecidos pela Eletrobras. A área do projeto tem recursos certificados de um bilhão de toneladas de magnetita. As reservas medidas, indicadas e inferidas de minério são aproximadamente de um bilhão, com 15% de teor de corte e 27,1% de teor médio de ferro. O projeto deve começar a produzir em 2016. Quando estiver operando, os principais destinos de exportação do produto serão China e países europeus. Os 7.600kw vão ser necessários em função de um sistema para captação de água da Adutora de Marruá e um alojamento na cidade de Paulistana (PI). Nesta semana, executivos da Bemisa se reuniram com representantes da Eletrobras Piauí, em Teresina para negociar a estrutura energética que precisa ser fornecida pela concessionária de energia do estado. O assistente da presidência da Eletrobras, José Salan, afirmou que a concessionária de energia elétrica tem consciência de que garantir o fornecimento energético necessário para a Bemisa é importante para o desenvolvimento do Piauí. “O fornecimento está garantido, só falta a gente verificar o cronograma da empresa. Normalmente, quando há antecedência no pedido não tem problemas. Até porque os custos serão divididos com a empresa, como determina a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)”, garantiu. Em maio deste ano, a Bemisa assinou protocolo de intenções com o governo do estado do Piauí referente ao projeto de minério de ferro Planalto Piauí. A Bemisa pertence à mineradora GM4, do grupo Opportunity, e tem sede no Rio de Janeiro. (PORTAL DA MINERAÇÃO, 2013. grifo do autor)

Essas duas notícias têm o mesmo teor das informações divulgadas no dia 2 de outubro de 2013 na coluna “Mineração” do jornal O Dia, um dos jornais de maior circulação no Piauí. Os estudos de engenharia conceitual e básica foram concluídos com excelentes resultados, demonstrando viabilidade para a produção de 15 milhões de toneladas de *Pellet Feed Fines* (PFF) de qualidade *Premium*, com teor de ferro acima de 70% e níveis de contaminantes abaixo



dos padrões de mercado ($\text{SiO}_2 + \text{Al}_2\text{O}_3 < 2,5\%$ e $\text{P} < 0,015\%$). O minério de ferro do Projeto Planalto Piauí será destinado à exportação.

O crescente interesse pela mineração por parte de empresas como a Bemisa e as informações sobre a extração de minérios divulgadas pela imprensa, bem como pelo portal do governo e pelas revistas, gerou um clima de tensões por parte das comunidades locais. Afinal, as pessoas que apareciam e entravam nas comunidades afirmavam estar realizando estudos, mas sem explicar a realidade daquele contexto. Nesse mesmo período, as famílias camponesas de diversas comunidades de Curral Novo do Piauí, como Ariti, Baixio dos Belos, Curitiba, Juá, Lagoa do Ovo, Manga Velha, Palestina, Paredão e Riacho, foram as mais atingidas por pesquisas, além das comunidades quilombolas Caititu e Garapa. Os moradores denunciaram a abordagem agressiva por parte dos funcionários das empresas mineradoras. Os representantes afirmavam que a única alternativa que restava aos moradores era vender as propriedades através de negociação direta entre proprietário e empresa ou por ações judiciais. Conforme argumento do representante da empresa, o Estado faria por meio do judiciário o processo de retirada das famílias com base na lei, independentemente da vontade do proprietário. O pior dessa realidade, conforme relatos da época, refere-se ao fato de as indenizações não incluírem benfeitorias como açudes, cacimbas, plantações, residências, roças e plantações. As indenizações incluíam somente o valor do que se chama popularmente de *terra nua*.

Nesse contexto, muitas famílias estavam prestes a perderem os meios de sobrevivência, o que impulsionou o surgimento dos conflitos de resistência. Os movimentos foram intensificados a partir de diálogos e reuniões entre as famílias atingidas com o apoio da Área Pastoral de Curral Novo do Piauí, CPT-PI e Diocese de Picos. Depois, as comunidades começaram a ter o apoio do STTR de Curral Novo do Piauí, que contribuiu com a organização das ações de enfrentamento aos projetos de mineração. O apoio se fortaleceu devido aos impactos negativos sobre a realidade de outros territórios atingidos pela extração de minérios. Os efeitos causam contaminação dos mananciais, desmatamento, expropriação de famílias, modificação do uso dos territórios, problemas ambientais de diversos tipos que afetam a saúde. Além disso, a mineração influencia no aumento da violência e se torna um perigo para catástrofes às vezes previsíveis, como o rompimento de barragens de rejeitos.

Para a concretização dos projetos, o apoio do Estado se tornou fundamental. Esse apoio é disponibilizado através da flexibilização ambiental, incentivos fiscais e infraestrutura. No entanto, a exploração das riquezas naturais, como defendem os projetos, causa impactos ambientais, culturais e sociais. A extração é prevista como forma de superar os baixos índices



econômicos do município e proporcionar o desenvolvimento. Pamplona chama a atenção para os riscos de se usar os recursos naturais em nome do desenvolvimento:

A abundância de recursos naturais pode se manifestar como uma “faca de duplo fio”, podendo ou não levar ao desenvolvimento. Os países devem se preparar para fugir das armadilhas que afetaram países produtores de *commodities* no passado. Um ponto central da questão do desenvolvimento baseado em recursos naturais diz respeito ao desafio colocado para as instituições e, principalmente, para o Estado. É necessário garantir adequada apropriação e aplicação públicas das rendas provenientes de recursos naturais. (PAMPLONA, 2017, p. 13, grifo do autor)

Apesar dos riscos que os estudos apontam, as organizações públicas mantêm — com o apoio do capital privado — a decisão de implantar os projetos por considerá-los fundamentais para o desenvolvimento econômico. É fato que os estudos apresentam dados numéricos que mostram elevado crescimento econômico para o país. Todavia, no tocante aos municípios mineradores, esses números não são identificados.

Percebemos, assim, que há uma armadilha construída pelo capital, juntamente com o Estado, sempre buscando afirmar seus interesses nos diferentes espaços em que provocam profundas alterações na vida e no território das pessoas. Como sugere Porto-Gonçalves (2010, p. 116), o capitalismo se constitui “[...] ao desorganizar os diversos sistemas de produção fundados no valor de uso, e a primeira condição para isso é separar os indivíduos da sua ambiência socio-natural”. O discurso do emprego associado à qualidade de vida da população local tem gerado conflito e divisão de opinião entre as próprias famílias. Basta imaginarmos, em meio à falta de renda fixa, o surgimento da propaganda que promete 4,8 mil empregos. Muitas vezes, não fica explícito o que são os empregos indiretos, o nível de formação exigido para assumir os empregos fixos e quais as condições de trabalho e salários oferecidas. As regiões mineradoras têm evidenciado há décadas que a realidade dos moradores locais não foi alterada de forma positiva.

Além de não esclarecer os tipos de emprego que podem surgir, há também contradições nos números informados pelo Estado e até mesmo entre os membros da própria empresa. O pronunciamento da empresa Bemisa, em audiência pública realizada no dia 18 de abril de 2012, publicado na imprensa estadual e nacional, mostrou números diferentes quanto à geração de empregos. O representante da Bemisa, Washington Rydz Rebouças, durante a audiência (cópia da ata no Anexo A), reforçou os pronunciamentos dos prefeitos e das demais autoridades, enfatizando os aspectos econômicos, com diversos exemplos dos projetos que a empresa já executava. Para o Projeto Planalto Piauí, seriam gerados 900 empregos diretos e, decorrentes



de cada um desses, poderiam ser gerados em média três a quatro empregos indiretos, podendo atingir até 3 mil empregos. Rebouças mencionou também a importância de priorizar os trabalhos para a população local, afirmando que iria buscar parceria com o Estado para a capacitação daquela população, mas não mencionou quais tipos de empregos seriam criados.

Já o assistente da presidência da Bemisa, José Salan, informou ao portal de notícias Meio Norte, em 2013, que o empreendimento era importante para o desenvolvimento de toda região sul do Piauí. O projeto da Bemisa contribuiria para o estado gerando direta e indiretamente 5 mil empregos nos três municípios. Um pouco mais de um ano depois da realização da audiência, em 13 de março de 2013, o diretor-presidente da Bemisa, Augusto Lopes, informou à revista Minérios & Minerales que no segundo semestre daquele ano as obras seriam iniciadas. A instalação do projeto deveria criar direta e indiretamente cerca de 4,8 mil empregos. Lopes afirmou ainda que o projeto poderia ampliar o PIB do estado em torno de 10% em relação a 2010. As obras deveriam beneficiar Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões. Os equívocos relacionados à geração de empregos apresentados pela Bemisa são reforçados pelo Estado. Matérias divulgadas no site da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR-PI) apontam que:

O Planalto Piauí se apresenta como o principal empreendimento no setor de minério do estado do Piauí, com produção estimada em 10 milhões de toneladas anuais de concentrados de minério de ferro, gerando 3.000 mil empregos diretos e indiretos na fase de implantação e 600 empregos diretos e 3.000 mil indiretos na fase de operação, cuja duração está sendo estimada em 21 anos. (SEMAR-PI, 2013)

As afirmações da Bemisa e do Estado evidenciam a existência de diferenças em percentual elevado nos números apresentados, o que gera insegurança quanto à veracidade dos fatos. Isso reforça, inclusive, situações evidenciadas em projetos de mineração em desenvolvimento em outras regiões do país. Podemos citar como exemplo o Projeto Grande Carajás (PGC). Conforme postula T. Coelho (2014), o projeto PGC continua excludente e não apresentou desenvolvimento regional ou nacional. T. Coelho considera ainda que os setores que se beneficiaram de projetos de grande porte em épocas anteriores se assemelham com os atuais. Quanto à geração de emprego, T. Coelho afirma:

A redução do número de empregos continuou durante a década de 1990. De 1990 a 1997, o número de pontos de trabalho regulares passou de 4.189 para 2.112, já em 1999, após a privatização, os pontos de trabalhos diretos chegam a 1.701, enquanto, por outro lado, entre 1990 e 1999, o número da produção aumentou. (COELHO, T., 2014, p. 22)



São diversas as estratégias utilizadas pelo capital para convencer a população local a aceitar os projetos. Quando há dificuldades, o poder do Estado interfere, começando pelas estratégias de formalização dos espaços exigidos por lei, a exemplo das audiências públicas. A primeira estratégia construída pelo Estado para evitar a reação da população, perante o Projeto Planalto Piauí, deu-se no primeiro espaço público obrigatório por lei para dar início às atividades públicas do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Trata-se da realização de uma audiência pública em 18 de abril de 2012, pela SEMAR-PI, em Paulistana, conforme previsto pela legislação brasileira.

A audiência pública teve como objetivo apresentar o projeto do empreendimento e abrir espaço para debate e esclarecimento de dúvidas por parte da população diretamente afetada. Nessa audiência, além de ter sido apresentado e discutido o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para as atividades de lavra a céu aberto nos três municípios, também foi apresentado o relatório com o resultado das pesquisas de exploração. Entretanto, tudo foi realizado seguindo uma estratégia para reduzir a participação da população atingida, pois a maioria dos moradores residia em Curral Novo do Piauí e a audiência ocorreu em Paulistana. A distância dificultou a participação dos maiores interessados. Além disso, não foi disponibilizado tempo suficiente para que a população se posicionasse a respeito das questões a serem tratadas, o que foi contestado em audiência posterior realizada pelo Ministério Público de Simões em Curral Novo do Piauí, no dia 14 de abril de 2014, quando então a população teve direito à fala.

Os benefícios que a empresa apresenta aos municípios atingidos evidenciam certo distanciamento da realidade sobre os vários problemas provocados pela mineração e a exclusão da maioria dos atingidos pelo projeto nos espaços de estudo e discussão. Por exemplo, ao afirmar que o projeto beneficiaria, além de Paulistana, os municípios de Curral Novo do Piauí e Simões, o diretor-presidente da Bemisa, Augusto Lopes, implica que os benefícios voltados para Curral Novo do Piauí, centro do projeto de mineração, ficam em segundo plano.

Com tanta divergência entre os números de empregos apresentados, que variam entre 3 e 5 mil empregos, deve-se relevar alguns elementos fundamentais. A população desses municípios, no período das audiências realizadas entre 2012 e 2014 para tratar da implantação do projeto, somava 38.834 habitantes. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), esse total refere-se a 4.869 em Curral Novo do Piauí, 19.785 em Paulistana e 14.180 em Simões. Com a estimativa de geração de 3 mil empregos, atingia-se a média de 8% da população geral e, na hipótese de 5 mil, atingia-se a média de 13%. Esse percentual, na atualidade, é inferior aos apresentados naquele período, segundo estimativa do



IBGE para o ano de 2021, os três municípios juntos somavam 40.637 habitantes. Contudo, com o aumento da população e a permanência dos eventuais números de empregos, o percentual tenderia a reduzir.

Além dos empregos especializados que são diretamente destinados aos membros da empresa ou a pessoas de suas referências, os projetos de mineração atraem pessoas de diversas regiões. Dessa forma, a geração de emprego até atinge parte da população local, mas não alcança o percentual estimado. Por isso, a geração de emprego não deve ser considerada como argumento central para a implantação de projetos de extração mineral. No caso específico do município de Curral Novo do Piauí, a aceitação do projeto sob o argumento da geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida da população local baseia-se em uma realidade ainda mais distante dos argumentos defendidos pela empresa e pelo Estado. O posicionamento do diretor-presidente da Bemisa evidencia que a priorização das oportunidades geradas pelo projeto revela para onde de fato são destinados os benefícios. De certo modo, isso deixa subentendido quais municípios devem arcar diretamente com os impactos negativos.

A divisão das oportunidades em partes iguais, atingindo 8% da população de Curral Novo do Piauí, que em 2010 era de 4.869 habitantes, surge, em média, um total de 390 empregos, correspondendo a 13% do total de 610. Vale lembrar que os dados já apresentados neste estudo evidenciam que grande parte dos empregos são destinados a trabalhadores de regiões diferentes dos locais de mineração. Restam à população local, onde o minério é extraído, somente os impactos negativos. Assim, a população que vive nos locais onde ocorre a extração de minérios soma 632 pessoas, sem contar os habitantes de regiões que sofrem os impactos negativos indiretamente. Isso mostra a inviabilidade do projeto para a região, mais especificamente em Curral Novo do Piauí.

A audiência pública realizada em 18 de abril de 2012 para apresentar o projeto (relatório no Anexo A) evidencia as preocupações das autoridades, com destaque para a geração de emprego, o que desvia de atenção a preocupação referente aos problemas socioambientais. O pronunciamento dos prefeitos dos municípios de abrangência do Projeto Planalto Piauí, como Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões, destacam a importância do empreendimento. Os prefeitos defendem a instalação dos projetos destacando somente os fatores econômicos. Não são mencionados, de forma alguma, os eventuais impactos à população local, sejam ambientais, culturais ou sociais. A deputada estadual Liziê Coelho do MDB faz as mesmas considerações relacionadas aos fatores econômicos e pede para a população não ter medo do progresso. A deputada menciona a existência de impactos ambientais, porém, afirma estar buscando alternativas para sanar as consequências negativas.



Durante a apresentação do Relatório de Impactos Ambientais, causa estranheza a omissão dos três prefeitos representantes da região, do secretário da SEMAR-PI e do legislativo representado pela deputada Liziê Coelho. Esta se torna a única a mencionar, embora superficialmente, a existência de impactos ambientais. Os impactos de ordem cultural e social não foram mencionados por nenhuma autoridade.

São preocupantes as declarações das autoridades sobre os estudos realizados por diversas empresas e vários acadêmicos para a implantação de projetos de mineração. Afinal, trata-se de uma das atividades econômicas que mais gera impactos ambientais. A omissão das autoridades do Piauí gera preocupação em uma parcela da sociedade da região, visto que o próprio Ministério de Minas e Energia admite a existência dos riscos ambientais. Conforme Maria José Salum, no curso de “Introdução à Mineração”, realizado em julho de 2018, pelo Ministério de Minas e Energia, através da Secretaria de Mineralogia e Transformação Mineral, as atividades para instalação de uma mineração geram altos riscos (naturais e conjunturais) interligados e retrocedentes. Além disso, deve-se destacar os custos de investimentos crescentes, o longo período de maturação ou pré-produção e a necessidade de equipes multidisciplinares para avaliação dos recursos naturais.

Para a realização do EIA e posterior construção do RIMA, foi contratada uma empresa terceirizada, a GEOKLOCK Consultoria e Engenharia Ltda., que, de forma superficial, apresentou os impactos ambientais que a mineração pode causar. Em seguida, a empresa apresenta as soluções. No entanto, como não temos o relatório detalhado, não é possível mensurar, ao certo, os detalhes dos pontos apresentados. Segundo a empresa de consultoria, para mitigar os impactos, deve ser realizada uma parceria com o poder público, que é o responsável por saná-los.

Após as afirmações da empresa de consultoria ambiental, reafirmamos a necessidade de a SEMAR-PI apresentar elementos relacionados aos possíveis impactos ambientais, pois o pronunciamento do secretário Dalton Macambira não menciona o compromisso com esses impactos nem delega à empresa essa responsabilidade, o que gera insegurança nas populações atingidas. A empresa de consultoria foi responsável por realizar todos os estudos e apresentar os resultados, mas não se responsabiliza pela execução. Já a empresa Bemisa, que é responsável pelo projeto, não menciona esses aspectos. O Estado, por meio da SEMAR-PI, também não se manifesta a esse respeito. Isso é o que consta no relatório da audiência que tratou do licenciamento ambiental do projeto.

Após os pronunciamentos e as exposições, foi facultada a participação das comunidades a partir de perguntas por escrito, apesar do reduzido nível de escolaridade dos moradores. O



relatório mostra que foram agrupados blocos de cinco perguntas, que eram lidas e respondidas logo em seguida. No entanto, o relatório não apresenta nenhum aspecto relacionado às eventuais dúvidas. O que sabemos, quanto a isso, são os depoimentos verbais da audiência realizada pelo Ministério Público da comarca de Simões, em 14 de abril de 2014, na cidade de Curral Novo do Piauí, quando as famílias expressaram, em relatos verbais, não terem tido acesso à fala na audiência de 18 de abril de 2012.

Ante o exposto, o comentário da participante de pesquisa Faveleira (nome fictício), moradora da comunidade Lagoa do Ovo, em entrevista oral concedida em 2021, revela os mesmos sentimentos expressados na audiência:

Eu não falo apenas em meu nome, mas em nome de mais de cem famílias que vivem nessa situação de preocupação e desespero, de não saber o que vai ser do amanhã. Eu vou vender minha terra, mas como é que eu vou recomeçar? Tenho preocupação com as pessoas idosas, que têm mais dificuldade de readaptação. Minha mãe, por exemplo, tem mais de 60 anos e eu vejo essa preocupação no rosto dela, essas incertezas do amanhã. (informação verbal)¹²

Essa mesma preocupação comentada por Faveleira também surge no depoimento da participante de pesquisa Caroá (nome fictício), moradora da comunidade Palestina, em entrevista oral concedida em 2021:

Acho que você não tava naquela audiência, Eusébio, que aconteceu lá em Paulistana. Primeiro, eles deram um papel para a gente escrever pergunta. Só que nós queria era falar para dizer o que a gente queria e eles nem deixava. Só que depois, eles até deixaro. Só que, na hora que ia falar, eles desligava o microfone, aí ninguém ouvia nada. Agora, na de Curral Novo, sim. Todo mundo que quis falar eles deixaram e ficava anotando o que a gente dizia. (informação verbal)¹³

Nos processos de licenciamento ambiental, existem diversos acordos ou várias manobras para transformar o que é público e de interesse, sobretudo, das comunidades atingidas em algo que ficará sob gestão do Estado e das empresas. Conforme destaca Péret (2015, p. 104), uma “[...] correlação de forças viciada, na qual os representantes do Estado estão sempre aliados

¹² A entrevista integral realizada com Faveleira em 2021 está disponível no Apêndice H. M. Pereira (2011) aponta que faveleira, conhecida na região como favela, é uma planta endêmica da caatinga conhecida por seu potencial medicinal. A planta auxilia na cicatrização de ferimentos. A faveleira é encontrada com facilidade em afloramentos rochosos e locais de solos rasos. Muito popular nos estados do Nordeste, o fruto da faveleira é utilizado como brinquedo pelas crianças. As sementes, por seu turno, servem de alimento para aves e humanos como farinha.

¹³ A entrevista integral realizada com Caroá em 2021 está disponível no Apêndice N. Sena (2011) aponta que caroá é uma bromélia endêmica da caatinga, distribuída por todo o semiárido do Nordeste brasileiro. Com poucas folhas, o caroá passa despercebido quando não está em floração.



aos da iniciativa privada, prevalece na concessão das licenças. Não raras vezes processos de licenciamento ocorrem com abusos e violência”. A legitimidade dos projetos de desenvolvimento, sobretudo os de mineração, partindo da lógica da relação entre capital e Estado — que busca legitimar a execução por meio dos órgãos ambientais ou do judiciário — envolve práticas que destroem modos de vida e os territórios. Muitos elementos existentes nos territórios afetados deixam de ser mencionados nos documentos. Rigotto (2018) argumenta que as pessoas que constroem esses territórios são representadas como não-sujeitos, os quais são negados em sua existência até mesmo nos mapas de localização dos empreendimentos.

Conforme destaca o diretor-presidente da Bemisa, Augusto Lopes, na revista *Minérios* (2013), a Licença de Instalação (LI) do empreendimento foi concedida em novembro de 2012. No entanto, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento e seu respectivo relatório (RIMA) não estão disponíveis para consulta no site da SEMAR-PI, órgão responsável pelo licenciamento.

Para garantir a instalação do empreendimento onde existe resistência da população, além da audiência que trata dos impactos ambientais e da flexibilização por parte dos órgãos ambientais do estado, o passo seguinte é utilizar os dispositivos legais. Esses dispositivos se baseiam no fato de a Constituição Federal de 1988 estabelecer que a propriedade do solo e do subsolo e seus recursos é exclusiva da União (desconsidera-se que a população também compõe a União). Esse processo foi testemunhado em audiência realizada em Curral Novo do Piauí, em abril de 2014. Embora o Art. 20º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, disponha sobre esse argumento de que o que existe no subsolo é patrimônio da união, a Constituição não se restringe apenas ao referido artigo. Dessa forma, é exigida a interpretação de outros dispositivos legais que dispõem sobre a matéria, dentre eles, o Art. 5º, que trata dos direitos fundamentais e outros ordenamentos jurídicos. Malerba (2015, p. 80) argumenta que “uma série de políticas de ordenamento territorial e conservação ambiental, conquistadas após a redemocratização, incluem mecanismos que criam, na verdade, restrições à atividade mineral”.

Em meio ao uso do judiciário em benefício dos empreendimentos minerários, é importante ressaltar o procedimento de membros do Ministério Público no âmbito estadual e federal. É o caso da promotora de justiça da Comarca de Simões, Dr.^a Holga Barreto. Em seu pronunciamento na audiência pública realizada em Curral Novo do Piauí, no dia 14 de abril de 2014, a promotora se comprometeu a analisar todo o contexto relatado pelas famílias contra as ações da empresa mineradora. Após a audiência, Holga Barreto emitiu um parecer a favor da população, cumprindo, na prática, seu papel de defensora dos direitos ambientais, humanos e sociais. Porém, na mesma audiência, membros do judiciário expressaram dúvidas e



inquietações em relação às famílias camponesas atingidas, baseando a defesa apenas no Art. 20º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, utilizando os mesmos argumentos do Estado. O governo deveria tratar as particularidades de cada povo por meio de um diálogo com a população. Isso evitaria, inclusive, o potencial de conflito existente. Não há dúvida de que o principal interessado no desenvolvimento é a população, desde que seja beneficiada.

O município de Curral Novo do Piauí tem tradição agrícola através da agricultura familiar, da criação de animais de pequeno porte e das pequenas hortas. Essas atividades agrícolas baseadas em tradições que respeitam a natureza são a garantia de renda familiar. Logo, estas pessoas são as que mais se preocupam com os inestimáveis danos socioambientais que a extração mineral pode gerar. Além disso, essas famílias formam comunidades que preservam as tradições religiosas, na maioria dos casos, da Igreja Católica. Quanto aos benefícios da mineração, Milanez salienta que isso não é tão garantido:

Pode-se argumentar, ao contrário do que dizem os defensores da mineração, que os benefícios econômicos da extração mineral não são garantidos. Por outro lado, os impactos socioambientais negativos associados a essa atividade são quase certos. [...] Além dessa desigualdade na distribuição, deve-se considerar também que a “riqueza” obtida pela extração dos recursos minerais é altamente volátil, o que compromete significativamente a manutenção dos eventuais benefícios gerados com a receita mineral. (MILANEZ, 2015, p. 121, grifo do autor)

Os conflitos provocados pelas mineradoras incluem problemas relacionados com água, terra e território principalmente por se tratar de uma região do semiárido. Conforme dados do caderno de conflitos da CPT, entre 2014 e 2016, os registros de conflitos que se destacam no Piauí referem-se à mineração. No ano de 2014, dos nove registros, sete foram relacionados à mineração. Em 2015, foram 17 dos 26 conflitos registrados e, em 2016, dos 34 conflitos, 14 envolviam a questão da mineração, totalizando 38 conflitos no intervalo de três anos. Malerba apresenta os números de conflitos e os envolvidos:

Entre as ocorrências de conflitos por terras, em 2015, 67 estão relacionadas a atividades minerais. Esses conflitos envolviam, além das populações tradicionais, assentados, sem-terra, posseiros e pequenos proprietários que têm sido vítimas de ações de violência decorrentes de atuação de mineradoras nos seus territórios. Invasões de terras, ameaças de expulsões e despejo, destruição de moradia e pertences são as principais denúncias quanto à ação das empresas. (MALERBA, 2015, p. 83)



Tendo em vista o avanço do licenciamento do empreendimento, os noticiários e as ações posteriores, até aquele momento, registraram pouco ou quase nenhum envolvimento da população nas decisões. Os moradores se uniram às organizações de apoio e passaram a realizar um conjunto de ações para debater a situação e traçar uma estratégia de enfrentamento aos projetos. A primeira ação conjunta daquele período foi realizada na comunidade Baixio dos Belos, incluindo-se diversas comunidades da região, organizada pelo bispo da Diocese de Picos, Dom Plínio José Luz da Silva, em 15 de maio de 2013. A partir das reivindicações de todos, os interessados se juntaram e construíram as alternativas de enfrentamento. As ações passaram a compor a agenda da CPT e da Diocese. Os relatórios de atividades da CPT-PI e do portal DP15¹⁴, durante o período de 2013 a 2019, mostram que ocorreram encontros mensais com as comunidades para organizarem as mobilizações de resistência. Em cada ano houve um grande evento de quatro dias incluindo diversas atividades que mobilizaram outras regiões. O Quadro 4 a seguir apresenta algumas das ações que aconteceram nesse período.

Quadro 4 — Principais ações desenvolvidas entre 2008 e 2018

Período	Ações desenvolvidas
2008	Intensificação das pesquisas de exploração pelo Grupo Bemisa. Diversas ações foram realizadas por parte da empresa, do Estado e das famílias atingidas com o apoio de entidades e organizações.
18 de abril de 2012	Realização da primeira audiência pública do empreendimento para divulgação do relatório final, contendo os resultados das pesquisas e dados para a EIA/RIMA.
Novembro de 2012:	Emissão da Licença de Instalação.
15 de maio de 2013	Ocorreu uma reunião de organização dos moradores na comunidade Baixio dos Belos, na qual foram denunciados abusos nas negociações de compra de terras.
21 de maio de 2013	Assinatura de um protocolo de intenções entre o Governo do Estado e a Bemisa para obras de infraestrutura que viabilizariam o empreendimento.
28 de setembro de 2013	A CPT-PI realizou um seminário com agricultores familiares das comunidades atingidas para formação e desenvolvimento de estratégias de resistência.
7 de março de 2014	Execução de um protesto do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) da região de Paulistana, com fechamento da BR-407.

¹⁴ Portal de notícias da Diocese de Picos, que registra as ações desenvolvidas pela Diocese. O portal é formado por uma equipe de comunicação da Diocese, da PASCOP – Pastoral da Comunicação e do apoio direto do Bispo Diocesano Dom Plínio José.



14 de abril de 2014	Realização de uma audiência pública pelo Ministério Público do Estado do Piauí (MPE-PI), em Curral Novo do Piauí
22 de maio de 2014	Houve uma reunião da Diocese de Picos e da CPT com as famílias de Curral Novo do Piauí.
Junho de 2014	O Ministério Público Federal no Piauí (MPF-PI) e o Ministério Público Estadual do Piauí (MPE-PI) divulgaram recomendação à mineradora e à prefeitura de Curral Novo do Piauí.
Julho de 2018	A CNBB Regional Piauí mobilizou a Igreja e as comunidades de todo o estado na “Romaria da Terra e da Água em Paulistana” como denúncia aos referidos projetos, contando com o apoio dos Movimentos Sociais e Sindicatos e das Pastorais Sociais.

Quadro elaborado pelo autor deste estudo com base em relatórios da CPT-PI.

Após esse conjunto de ações e resistência, tal como apresentadas no Quadro 4, diminuíram as pressões sobre as famílias. As abordagens passaram a ser diferentes e as etapas posteriores do projeto, até o momento, não foram realizadas. Também não foi noticiada nenhuma ação recente do referido projeto em revistas ou sites. Não divulgaram também nenhuma informação sobre os projetos de outras regiões do semiárido, a exemplo da Piauí Níquel, em Capitão Gervásio Oliveira, e da SRN Mineração, em São Raimundo Nonato.

Em pesquisa realizada na plataforma da ANM em novembro de 2020, buscando identificar os processos com a concessão de lavra e execução em Curral Novo do Piauí e municípios vizinhos, não encontramos nenhum projeto em fase de execução. Com a concessão de lavra, foram encontrados seis projetos incluindo os municípios de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões, todos pertencentes ao Projeto Planalto Piauí Participações e Empreendimentos S.A., empresa Pi4 Participações e Empreendimentos S.A., titular requerente Bemisa. Os projetos tiveram duas concessões de lavra, sendo a primeira entre 2007 e 2008. A segunda ocorreu no dia 22 de maio de 2019. O Quadro 5 a seguir mostra os projetos com concessão de lavra até 2020.

Quadro 5 — Projetos com concessão de lavra até 2020

Municípios envolvidos: Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões				
Município	Área	Tipo de minério	Primeira concessão	Segunda concessão
Curral Novo e Simões	1.967,74 ha	Ferro	23/02/2007	22/05/2019
Curral Novo e Paulistana	1.809,78 há	Ferro	19/11/2007	22/05/2019
Curral Novo	1.565,99 ha	Ferro e manganês	09/01/2008	22/05/2019
Simões	1.127,39 ha	Ferro e manganês	01/09/2008	22/05/2019



Simões	1.371,00 ha	Ferro e manganês	09/01/2008	22/05/2019
Simões	1.165,00 ha	Ferro e manganês	09/01/2008	22/05/2019
Paulistana	1.108,28 ha	Ferro e manganês	27/03/2008	22/05/2019

Quadro elaborado pelo autor deste estudo com base em dados da ANM (2020).

Por estarem identificados no ato do pedido de pesquisa, os pedidos de lavra se referem ao mesmo projeto, apenas desmembrados em áreas menores. Os seis projetos com concessão de lavra incluem a área de três municípios, totalizando 10.042,16 ha. Não foi possível identificar a quantidade de projetos por cidade, visto que dois projetos abrangem áreas de mais de um município. Porém, o certo é que Curral Novo do Piauí atua como centro de todos os projetos.

A atividade de mineração no Brasil tem se intensificado ultimamente, especialmente devido aos resultados positivos da exportação do minério de ferro nas últimas décadas. O Piauí participa desse cenário destacando-se como principal atrativo do governo estadual para o desenvolvimento econômico da região. Porém, a atividade extrativa tem intensificado os impactos não só sobre a economia, mas também sobre a sociedade e o meio ambiente. Se na economia do estado os impactos são positivos, nos municípios mineradores esse quadro não tem melhorado. Pelo contrário, os impactos sobre a sociedade e o meio ambiente são claramente negativos, o que tem levado as regiões que estão em processo de implantação da mineração ainda não concretizados, a exemplo da região de Curral Novo do Piauí, a desenvolverem ações de resistência, devido às possíveis alterações na vida e no território.

3.3 Possíveis configurações territoriais do semiárido piauiense com a implantação dos projetos de mineração

Diante das preocupações vivenciadas pelas comunidades camponesas do semiárido piauiense, as famílias locais preveem as possíveis configurações que seus territórios podem sofrer com a mineração. As comunidades estão vivendo em espaço disputado por empresas mineradoras. São regiões do semiárido que constituem tradições construídas há bastante tempo. Isso faz parte de um dos fatores que as comunidades temem perder. Nesse contexto, abordamos as mudanças que estão ocorrendo no âmbito do território do semiárido piauiense, onde está sendo investido capital para a exploração de minérios, bem como onde está havendo conflito e onde há possibilidade de reconfiguração do território com a instalação de projetos com tais objetivos.



O território que compõe o semiárido piauiense, de forma geral, vem sendo disputado por pesquisa e instalação de projetos do capital em uma estreita relação com o Estado. Para além da mineração, objeto de investigação deste trabalho, outros projetos compõem esse cenário de disputa, como os projetos de carvoarias, energia eólica e infraestrutura de suporte aos projetos de mineração, como as barragens e a Ferrovia Transnordestina. Nesse contexto de disputa territorial, o Estado tem promovido o discurso de desenvolvimento do semiárido baseado nos grandes projetos e na política de exportações. A geração de emprego e renda para a região fundamenta o argumento principal para a instalação do projeto.

Quando nos referimos às expressões *discurso de desenvolvimento* e *discurso da geração de emprego e renda* empregados por parte do Estado, baseamo-nos em projetos de mineração que vêm sendo desenvolvidos há mais de quatro décadas em outras regiões do país, de porte semelhante ao Projeto Planalto Piauí. Esses projetos utilizaram os mesmos argumentos, tendo a política de exportação como modelo de crescimento econômico. Contudo, o tão sonhado desenvolvimento da população local não foi concretizado. Em muitos casos, os sonhos se transformaram em pesadelos devido ao conjunto de impactos negativos que os referidos projetos ocasionaram. Algo concreto ocorre nas regiões mineradoras. Conforme busca de dados registrados pela revista Minérios & Minerales (2010), o PIB foi elevado, sobretudo o brasileiro, com as exportações. Contudo, o IDHM dos municípios mineradores se manteve inalterado.

Os grandes projetos de desenvolvimento do semiárido, ao longo da história, constitui um exemplo concreto de como o capital investido com o objetivo da exportação não tem proporcionado o desenvolvimento local e ainda tem gerado grandes conflitos, algo que nos leva a afirmar a possibilidade de reconfiguração do território do semiárido piauiense. O sistema capitalista impõe outra forma de pensar as relações sociais: abandona-se o olhar para o coletivo e se busca o individual e o enriquecimento, ainda que, com isso, muitas vidas e culturas sejam sacrificadas. Da mesma forma, também são transformadas as relações com a terra. Segundo Lessa e Tonet: (2011, p. 66), o capitalismo torna as relações sociais em instrumento pessoal: “Se para um burguês enriquecer, ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria — ou mesmo matar milhões — ele assim o fará e a sociedade burguesa aceitará esse fato como natural”. Isso, de certo modo, revela o quanto o capitalismo enseja as pessoas a agirem com crueldade em busca de objetivos pessoais. Quanto à questão da terra, Delgado destaca que o capitalismo não elimina a contradição original mesmo quando transforma a terra em ativo mercantil:



O fato de o capitalismo penetrar diretamente no mercado de terras, transformando-as em ativo mercantil completamente ajustado às necessidades da expansão da produção de *commodities*, não elimina a contradição original, pois a terra não é mercadoria — ou seja, um produto do trabalho humano — e, portanto, não pode ser convertida em mercadoria pela apropriação capitalista dos recursos naturais. (DELGADO, 2013, p. 122, grifo do autor)

A questão ambiental constitui algo preocupante na implantação de projetos de mineração, uma vez que se trata de uma atividade que causa grandes impactos, sobretudo ao solo e à água. Portanto, pensar essa problemática é algo complexo na realidade brasileira. Nesse contexto, a luta pela/na terra envolve objetos naturais. Assim, os problemas existem, mas não são percebidos ou são ignorados, principalmente pelo capital e pelo Estado, sob alegação de prejuízo a seu desenvolvimento. Ross apresenta certa preocupação com a relação às condições ambientais e à vida humana:

A grande questão que se coloca é em quais condições ambientais será possível a manutenção da vida humana, diante das pressões crescentes por volumes cada vez maiores de produtos de consumo, por um número sempre ascendente de indivíduos, das exigências progressivamente acentuadas dos hábitos da vida moderna e dos aprimoramentos tecnológicos cada vez mais sofisticados aplicados nas linhas de produção agropecuária e industrial. (ROSS, 2006, p. 199)

Como dispõe Harvey (2005), o capitalismo cria um lugar de tensão. Por conseguinte, os conflitos não contribuem para o equilíbrio no Brasil. O capital provoca tensões de ordem ambiental, cultural e social. Por isso, ao se pensar na ocupação do espaço, exige-se a construção de um pensamento que esteja alinhado com a realidade local. Moreira (2006) aponta como exemplo os projetos de mineração que, ao invés de proporcionarem o desenvolvimento local, contribuem para a degradação ambiental, a expulsão de povos e a ameaça à soberania nacional:

Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, Balbina (hidrelétricas gigantescas, social e ecologicamente questionáveis), Angra dos Reis (usina nuclear aventureira), Proálcool, Rio Formoso, Jica (projeto de produção de arroz para o Japão que nunca saiu do papel), Ferrovia do Aço (ferrovia para o transporte de minério de ferro, construída pela metade com créditos estrangeiros e depois abandonada, em Minas Gerais), projetos Carajás e Trombetas (minas de ferro, ouro, zinco e bauxita) e, por último, o Calha Norte. Este deve ser um programa de integração da fronteira norte, no qual interesses militares e econômicos novamente têm a primazia, a despeito da ameaça que representa para a floresta e para os mais de 50.000 índios que lá vivem. (MOREIRA, 2006, p. 73)

A necessidade de acúmulo de capital no modo de produção capitalista e a busca do crescimento econômico por parte do Estado têm posto em evidência a busca por recursos



naturais do subsolo sem que haja um planejamento que considere os impactos sociais de sua efetivação. Por conseguinte, os recursos naturais e a vida humana são transformados em produto do capital internacional, gerando graves conflitos.

No Piauí, as ações do Governo do Estado, seja por preceitos e convicções ou por acordos empresariais internos ou externos, têm defendido um modelo de desenvolvimento territorial diferente dos defendidos por grande parte da população local. Em 2003 e 2004, o Governo do Estado, por meio das secretarias de Planejamento e das Cidades, mobilizou as comunidades para a construção das demandas das políticas de desenvolvimento territorial. Nessa ocasião, a população apontou um conjunto de prioridades, como os projetos de convivência com o semiárido. Porém, no território Vale do Itaim, espaço de realização deste estudo, não foi apresentada a mineração como projeto principal de desenvolvimento para a região.

Embora não tenha surgido um modelo de desenvolvimento tal como a população defendia, a apresentação do projeto de mineração por uma empresa apoiada pelo Estado tem gerado conflito e divisão de opinião entre as comunidades, especialmente entre os comerciantes, a população urbana e as pessoas que não fazem uso da terra. As divergências de opinião surgem a partir do discurso da modernidade e da geração de emprego apresentado pela empresa e defendido pelo Estado, que não considera a existência de vida humana e do meio ambiente para o presente e as gerações futuras. Nesse contexto, Heck (2015) ressalta que a civilização moderna e urbana tem feito as pessoas esquecerem que a natureza é um bem necessário para a sobrevivência. Os conflitos, como destaca Siqueira (2015), são desprezados neste contexto de tensão entre os povos e o próprio meio ambiente. O autor acrescenta que “as seduções de empregos, comércio, *royalties* para o erário municipal nem de longe compensam os lucros exportados e as degradações deixadas. Não faltam comprovações disso” (SIQUEIRA, 2015, p. 51, grifo do autor).

No Estado do Piauí, vários projetos econômicos foram sendo desenvolvidos em diversas regiões do estado, com destaque para os projetos de monocultura. Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2004), no documento “Plano de reforma agrária do Piauí – 2004-2010” (PIAUI, 2003), a região dos cerrados apresenta o maior ritmo de crescimento e modernização agrícola. A terra passa a ser encarada como uma mercadoria valorizada e torna-se elemento de negociação especulativa, enquanto antigos pequenos produtores da região tornam-se rapidamente assalariados rurais ou migram para as periferias do centro urbanos. O que se observa nas duas últimas décadas são as mesmas práticas e os mesmos modelos de projetos desenvolvidos no cerrado. São projetos propagados e planejados para



serem implementados no semiárido, abandonando a monocultura da soja e atuando em carvoarias e mineração.

As ações e os conflitos com as comunidades locais, bem como a resistência delas, tem origem relacionada aos projetos de infraestrutura. Os conflitos gerados pela construção da Ferrovia Transnordestina na região têm alertado e fortalecido a resistência da população para os riscos que mais um projeto pode trazer para a comunidade local. Por outro lado, o sonho da geração de emprego e a defesa do Estado têm dificultado a resistência das comunidades, embora estejam conscientes dos impactos negativos que as mineradoras provocam.

A defesa do crescimento econômico e da geração de emprego entra em confronto com a defesa do território, principalmente da população que vive da riqueza local. O Estado e os investidores nem sempre têm mostrado como é dividida a riqueza gerada pela mineração e se, de fato, a população local tem participado dessa divisão. T. Coelho (2014, p. 5, grifo do autor) corrobora essa discussão ao afirmar que “a extração de minérios produz uma valiosa *commodity* para investidores de fora, nada ou quase nada de útil para a população local”.

O cenário de disputa se intensifica nos territórios camponeses com a realização das pesquisas de mineração. Isso torna a população consciente dos graves problemas que podem ser provocados criando resistência aos projetos. Em contrapartida, a atuação do Estado como principal defensor do projeto utiliza os dispositivos legais para garantir a implantação dos projetos, mesmo contra a vontade da população local.

Visando ao interesse econômico, o Estado se baseia no Art. 20º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os recursos minerais do subsolo como bens da União. Essa postura se contrapõe ao que determina o Art. 5º da mesma Constituição, que dispõe sobre os direitos e a garantia do cidadão. Nesse caso, a mineração passa a ser tratada como uma atividade de interesse público. O Código Mineral (1967) vigente reduz em parte as perdas dos direitos dos proprietários ao prever a estes e aos posseiros de terras, onde está localizada a jazida, o direito de indenização pelos prejuízos causados pela atividade minerária. Os benefícios garantem a participação no resultado das lavras, mas não estabelece a possibilidade de os proprietários ou posseiros recusarem a atividade mineral (BRASIL, 1967).

O grande questionamento da população que se opõe aos projetos de mineração recai sempre sobre a necessidade do desenvolvimento da região. No entanto, esse modelo de desenvolvimento não é construído com os verdadeiros sujeitos que deveriam ser beneficiados. Por isso, Saquet expõe uma proposta de diálogo no qual seriam envolvidos todos os sujeitos, em um processo interativo:



O desenvolvimento comporta sempre a atuação de sujeitos locais em processos interativos, que possam inovar sem destruir o patrimônio e sem degradar o ambiente, que possam gerir autonomamente o local sem ignorar as relações e redes extralocais, em uma concepção prospectiva para a gestão coparticipativa do desenvolvimento que valorize as especificidades de cada lugar — território, tanto econômicas, como políticas, culturais e ambientais. (SAQUET, 2015, p. 128)

Portanto, em um cenário de indefinições, seja em defesa do crescimento econômico por parte do Estado, com suporte do capital nacional e internacional, que define as regras do jogo, ou em defesa das reivindicações da população que necessita do desenvolvimento, mesmo contrapondo-se às imposições apresentadas, o território deve ser visto como elemento central para o entendimento dessas discussões.

Em relação às regiões que desenvolveram atividades minerárias, destacamos os municípios mineradores do estado da Bahia, região do semiárido¹⁵, onde são perceptíveis as mudanças e configurações nos territórios. Essas mudanças podem abranger tanto a vida da população quanto a paisagem local. Os impactos ao meio ambiente a partir da água, do ar e do solo são claramente sentidos pela população. A reconfiguração do território local tem impacto também sobre outros espaços, como a zona urbana. Isso ocorre devido à expansão das cidades, às interferências na cultura e aos diversos problemas estruturais, visto que essas cidades não foram preparadas para receber o aumento repentino do contingente populacional. Dito isso, reforçamos a necessidade de se discutir a realidade dos territórios para os quais são apresentadas as propostas de implantação dos projetos de mineração.

A constante alteração da identidade territorial nos locais de implantação de projetos de mineração no território camponês, como temos mostrado neste estudo, tem servido para compreendermos os elementos que os territórios representam e a necessidade de sua preservação. O território camponês, como observa B. Fernandes (2013), deve ser entendido

¹⁵ Malvezzi (2007) percebe o semiárido brasileiro para além de água, clima, sol, solo e vegetação, mas como um processo histórico e social que compõe um povo. O semiárido é associado à expressão *sertão*, que remete a uma forma de identidade cultural. Hoje, com a incorporação de uma parte de Minas Gerais, o semiárido abrange uma área de 912.000 km² de extensão, com cerca de 22 milhões de pessoas, que representam 46% da população nordestina e 13% da população nacional. Minas Gerais possui o semiárido mais chuvoso do planeta: com pluviosidade média de 750 mm/ano (variando, dentro da região, de 250 mm/ano a 800 mm/ano). É o semiárido mais populoso, porém, em nenhum outro lugar as condições de vida são tão precárias como no semiárido piauiense. O subsolo é composto por 70% de rochas cristalinas e rasas, o que dificulta a formação de mananciais perenes e a potabilidade da água, normalmente, salinizada. Há déficit hídrico. Mas essa expressão não significa falta de chuva ou de água. O grande problema é que a chuva que cai é menor do que a água que evapora. No semiárido brasileiro, a evaporação é de 3.000 mm/ano, três vezes maior do que a precipitação. Outra característica é a variação das chuvas no tempo e no espaço. A cobertura vegetal é a caatinga, que fica verde e florida no período chuvoso. Abriga uma das maiores biodiversidades brasileiras de insetos, inclusive a abelha, o que a torna muito favorável para a produção de mel. Entretanto, no período normal de estiagem, a caatinga hiberna, fica seca e adquire uma aparência morta.



como uma unidade espacial que se caracteriza a partir do modo de uso do espaço que constitui o próprio território. Neste caso, o desdobramento do território como uma unidade espacial é o que determina sua existência. Dessa forma, o território também se fundamenta no objetivo que o habitante constrói historicamente, como comenta Saquet:

Os sujeitos produzem historicamente o território conforme seus objetivos, metas, recursos financeiros, técnicas, tecnologias, ideologias, apropriações etc. e o território influencia diretamente a processualidade social-natural-espiritual, assumindo, dessa maneira, centralidade nas discussões e construções de projetos de desenvolvimento. Não é possível negligenciar as características plurais, naturais e sociais, históricas relacionais de cada território quando temos um compromisso político com a qualidade de vida do povo e com a recuperação e preservação ambiental. (SAQUET, 2015, p. 129)

Conforme comentamos anteriormente, os impactos dos projetos de mineração — que se repetem de forma similar em outras partes do Brasil — têm causado tensões nas comunidades observadas neste estudo. Além disso, observamos ainda os impactos negativos provocados pelo projeto da Ferrovia Transnordestina, obra iniciada para dar infraestrutura de suporte à mineração, com o mesmo discurso da geração de emprego. No entanto, a obra tem causado diversos problemas socioambientais. Desde o início das ações e dos investimentos do projeto da Transnordestina, diversos impactos negativos foram sentidos pela população local. Aguiar aponta que a ferrovia cortou os territórios das comunidades:

O traçado da ferrovia cortou o território das comunidades ao meio: de um lado da ferrovia as casas, do outro, as roças, os estoques de água, a criação. Mais ainda, este corte se situa onde eram os baixios, local de acúmulo natural da água. Esse é o motivo pelo qual as roças se situam no seu entorno. Após a planificação para colocada da plataforma dos trilhos, a água não acumula da mesma forma e a que acumula é extremamente barrenta, por conta da piçarra utilizada. Os diversos usos da água, como lavar roupa, ficaram inviabilizados, levando a uma maior necessidade de fornecimento de água por caminhão pipa, especialmente no semiárido. (AGUIAR, 2018, p. 45)

As Figuras 6 e 7 a seguir contribuem para ilustrar essa realidade através de dois trechos que cruzam a comunidade Caldeirãozinho, em Paulistana, Piauí. As imagens mostram os trilhos da Transnordestina dividindo a comunidade. De um lado, ficam as residências. E, de outro, surgem os trilhos e as propriedades.



Figura 6 — Trecho 1 da Ferrovia Transnordestina em Caldeirãozinho (Paulistana, PI)



Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) em maio de 2019.

Figura 7 — Trecho 2 da Ferrovia Transnordestina em Caldeirãozinho (Paulistana, PI)



Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) em maio de 2019.



A Figura 8 a seguir mostra a configuração do espaço nas comunidades, onde há locais com solo plano adequado para a circulação de animais criados soltos que transitam entre os pontos de pastagem e os locais com água para beber. A comunidade Juá ficou isolada das demais comunidades do município de Curral Novo do Piauí e das comunidades vizinhas Caldeirãozinho e Serra Vermelha em Paulistana, Piauí.

Figura 8 — Trecho 3 da Ferrovia Transnordestina em Juá (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) em maio de 2019.

O comentário de Carnaúba, moradora da comunidade Caldeirãozinho, expõe na entrevista oral de 2021, citada no Capítulo 2, os seguintes problemas:

Depois que essa ferrovia foi feita, os problema maior, as maiores, foi a distruição de cistema, barreiro, açudes, as pastagens, dividiu as propriedades, problema de saúde mental e até mermo morte, danificação nas casas. Tem casa aí com rachadura. E as indenização foram só em parte. Anda é longe de pagar os prejuízo. (informação verbal)

Somam-se a isso as perdas materiais, os danos ambientais, culturais e sociais, fato que leva a população a questionar o projeto posterior com a mineração. Estudos apontam consequências maiores, como a expropriação de terras, famílias e até comunidades inteiras, além dos riscos para a população que permanece em seus territórios. Consideramos a expropriação de famílias um impacto de grande proporção, devido à interferência na cultura e



nas formas de vida e produção, algo que dificilmente será possível em outras regiões, sobretudo por parte da população idosa. Esse impacto poderá ser enorme em comunidades como Manga Velha e Palestina, onde mais de 1/3 da população possui acima de 60 anos. Conforme a estrutura do projeto, essas pessoas poderão ser totalmente expropriadas.

Outro contexto de conflitos envolvendo a população se refere ao patrimônio cultural, pois são conflitos que têm um componente de valores decorrentes de interesses e saberes divergentes sobre o que é desenvolvimento econômico e o que é patrimônio natural. As comunidades Manga Velha e Palestina se destacam em relação à defesa de seus territórios e à preservação da natureza e do patrimônio cultural. A Figura 9 (Morro da Cruz) a seguir apresenta os dois maiores patrimônios culturais e as práticas ancestrais. Para a população, o projeto de mineração tem sido visto como uma ameaça ao patrimônio cultural e à qualidade de vida da comunidade. Na Figura 9 aparece o espaço de devoção católica na comunidade Manga Velha, em Curral Novo do Piauí, onde a população expressa a fé há anos.

Figura 9 — Morro da Cruz na comunidade Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia reproduzida do portal DP15 em agosto de 2014.

O Morro da Cruz, em Manga Velha, representa um espaço de resistência das famílias camponesas através da fé e da cultura. As famílias da região, inclusive aquelas que moram fora do município de Curral Novo do Piauí ou do próprio estado, visitam o Morro da Cruz há anos para expressar suas devoções.



Em agosto de 2014, a Cáritas Regional Piauí, CPT-PI e Diocese de Picos organizaram e realizaram a “Romaria da Solidariedade em Defesa da Vida”, primeiro evento de maior repercussão na região. O evento teve o apoio também de movimentos sociais e pastorais envolvendo diversas regiões do Piauí e de Pernambuco. O evento objetivou a defesa da vida e a resistência contra o projeto de mineração. Com início às 5h da manhã do dia 5 de agosto de 2014, a peregrinação ocorreu até o alto do Morro da Cruz (Figura 9). A romaria mostrou também resistência à preservação de uma tradição que se encontra ameaçada pela mineração. Conforme apresentam as pesquisas de sondagens¹⁶ para a identificação de minérios, a região onde ocorreu a romaria possui um espaço de grande concentração de recursos minerais, considerado ponto principal do projeto. Portanto, a extração dos minérios pode demolir todo o Morro de Manga Velha e, conseqüentemente, destruir esse patrimônio cultural religioso.

Esse mesmo espaço concentra o maior número de pontos de sondagem, abrangendo desde o Morro da Cruz até as proximidades das residências, como mostra a Figura 10 a seguir.

Figura 10 — Ponto de sondagem na comunidade Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia capturada em Manga Velha durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

¹⁶ Processo que tem por objetivo fazer furos no solo para fornecer informações sobre o perfil do solo e das rochas em subsuperfície. É essencial para quantificar, qualificar e realizar a modelagem geológica do potencial depósito mineral existente, portanto, deve ser muito bem planejado e baseado nos dados obtidos nas etapas anteriores do processo de pesquisa mineral.



A Figura 11 a seguir mostra a capela da comunidade Palestina, espaço religioso católico que preserva a história do modelo e segue a estrutura hierárquica da Igreja Católica Romana. É a mais antiga construção da região que compõe a Diocese de Picos, construída em 1913.

Figura 11 — Capelinha na comunidade Palestina (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia capturada na comunidade Palestina durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

A comunidade Palestina possui uma das capelas mais antigas do Piauí, espaço de devoção construído no modelo tradicional, antes da realização do Concílio Vaticano II, quando não havia participação da população nas missas. Com o tempo, a comunidade passou a usar esse espaço para prestar devoções, conforme as tradições e crenças da região, o que a levou a defender a capela como espaço de resistência. Diante disso, o comentário de Umbuzeiro revela na entrevista oral de 2020, citada no Capítulo 2, um sentimento cristão que reforça a resistência de pertencimento ao território:

Aqui na Palestina tem muita coisa deixada por os mais vei. A gente sabe porque os mais vei conta pra gente. Todo veis que falo nessas coisas logo lembro. E por isso que digo: esse projeto de mineração não dar certo aqui. A gente tem que lutar para que ele nunca aconteça porque vai acabar com tudo. Primeiro é a capela. Quem fundou essa capela foi minha vó, chamada Luiza, feita mais ou menos em 1896. A igreja vai ficar no centro do trabalho da firma, onde vai ser feita a barragens para colocar os rejeitos. Foi a primeira luta que nós travamos no começo dos conflitos com a empresa. Naquele tempo de grandes conflitos que a CPT e Dom Plínio estava ajudando foi a luta para restorar a capela e continuar nossa rezas, as reuniões lá, porque é um patrimônio e, por lei, não pode ser destruído. Aí a comunidade se reuniu. Fizemos um mutirão e lutamos para a igreja não cair. Ficar como estar. Dom



Plínio falou muito: “Conserva ela, porque ela não pode ser destruída. É um patrimônio”. E deu certo. Está toda arrumadinha. A gente se reúne. Renovamos a igrejinha todinha. E já ouvi falar que eles disseram que não pode mexer. E eles já vai construir a barragem em outro lugar não [sei] aonde. E é que nós não vamos ceder esse lugar para as empresas. Outro lugar importante é o cemitério dos caboclos, que é mais antigo ainda. Meu pai contava que eles vinha do Pernambuco. Passava por aqui pra descansar. Só que alguns ficava por aqui mesmo. E ele contava que eles ficava morando aí e, quando morria, era sepultado nesse cemitério como vocês podem ver. Tem só o lugar, as predas. É muito antigo e também tem que ser conservado. Então, são essas coisas que, por lei, a empresa não pode acabar, destruir, derrubar. E nós estamos na luta pra não acontecer. A sepultura eram apenas três paredes. E era enterrados em mutirão. Disse que bateram vários na mesma sepultura. Outra luta nossa é nossas coisas que a gente construiu com muito trabalho. E eles disseram que compra só a terra e não indeniza nada. Aqui nós temos muita riqueza. Tem os caprinos que são muito. A gente come, vende. Todos os sábados tem uma feira num povoado no Pernambuco que a gente vai, vende, compra... Enfim, a gente vive bem aqui e não podemos perder. Nossa renda vem dos animais e das nossas roças. E vivemos até bem. Temos nossas coisas para viver. Por isso, a gente tem que lutar e não pode sair. (informação verbal, grifo nosso)

Para a extração de minérios, o plano inicial do projeto indicava a construção de uma barragem de rejeitos¹⁷ que submergiria a capelinha da comunidade Palestina. Como garantia de permanência e preservação desse patrimônio ameaçado pelo projeto de pesquisa mineral, a comunidade se reuniu, fez a reforma da capela e expôs uma placa indicando que aquele é um patrimônio que deve ser preservado. Em entrevista a este estudo, em janeiro de 2020, Umbuzeiro comenta que a comunidade Palestina e região circunvizinha são ricas em conhecimentos ancestrais. Dentre esses conhecimentos, o morador cita o que a comunidade denomina de cemitério dos caboclos¹⁸:

Ali, conforme meu pai, os caboclos vinham do Pernambuco. Acho que eles iam para o Maranhão. Ficavam cansados. Bebiam água no riacho. Assavam suas caças. Enfim, com o tempo, passaram a viver ali mesmo. E quando morriam eram sepultados naqueles espaços. Hoje não é possível mostrar bem detalhado, mas era uma construção diferente. Tinha apenas três paredes e as sepulturas eram em espaço coletivo, mas ainda, como vocês podem ver, naqueles amontoados de pedras são onde eles eram enterrados. (informação verbal)

¹⁷ As barragens de rejeitos são grandes estruturas construídas para depósito do material resultante do beneficiamento de minérios. Devido ao seu tamanho, à complexidade construtiva e à exigência de altos níveis de monitoramento e controle de rompimentos, as falhas de barragens de mineração são um aspecto estrutural do setor mineral. O banco de dados elaborado por Lindsay Bowker já contabilizou mais de 355 ocorrências com barragens desde 1915.

¹⁸ As comunidades da região usam as palavras *caboclo* ou *caboclo bravo* para se referir aos povos indígenas miscigenados entre brancos e negros. Naquele período, os caboclos se escondiam na mata por medo ou para se protegerem de outros povos.



A seguir, a Figura 12 mostra o espaço onde era o cemitério dos caboclos. Devido às mudanças ocorridas ao longo do tempo, a figura não apresenta detalhadamente as mesmas características do modelo de cemitério apontadas por Umbuzeiro.

Figura 12 — Cemitério dos caboclos na comunidade Palestina (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia capturada na comunidade Palestina durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

Os saberes ancestrais e culturais já citados neste estudo ajudam as comunidades a preservar os costumes até hoje. Na comunidade Manga Velha existe um cemitério onde são sepultadas as pessoas da região na atualidade. O cemitério, preservado pela comunidade, tornou-se local de visita e devoção, principalmente no Dia de Finados, feriado comemorado no dia 2 de novembro. A construção da barragem de rejeito e a extração de minérios, especialmente no Morro da Manga Velha, provocarão a extinção desses locais com o acúmulo de sedimentos advindo da extração e de rejeitos da barragem. A Figura 13 a seguir mostra o cemitério de Manga Velha, em Curral Novo do Piauí.



Figura 13 — Cemitério tradicional na comunidade Manga Velha (Curral Novo do Piauí, PI)



Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (maio, 2019).

Como é perceptível, o município de Curral Novo do Piauí, com destaque para as comunidades Manga Velha e Palestina, é uma região rica em patrimônio cultural e ancestral. A religiosidade é o ponto forte de afirmação da resistência das comunidades, visto que se constitui em algo construído ao longo da história. Eliminar essa história significa ceifar muitas vidas. Coincidentemente, são também essas duas comunidades que, geograficamente, concentram o maior número de pesquisas minerais.

Os estudos que tratam dos impactos em comunidades camponesas que realizaram projetos de mineração mostram que a implantação de projetos de mineração pode provocar um conjunto de impactos negativos ao patrimônio cultural e socioambiental em diferentes aspectos. Ademais, os projetos causam diversas alterações na dinâmica do território, provocando configurações territoriais nas comunidades camponesas e quilombolas do semiárido piauiense. Isso tem preocupado as comunidades atingidas pela pesquisa mineral dos municípios de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões, provocando um conjunto de luta e resistência nas comunidades.

Entre outros impactos, as consequências de um possível rompimento de barragens de rejeitos seriam desastrosas para a região afetada. Essa é uma das maiores preocupações das



comunidades Manga Velha e Palestina quando souberam da proposta de construção da barragem de rejeitos do Projeto Planalto Piauí na localidade Palestina. No Brasil, o estado de Minas Gerais, sobretudo na última década, vem sendo atingido com o rompimento de barragens, algo que preocupa os demais municípios mineradores ou que se encontram com projetos de mineração em fase de pesquisa e/ou instalação.

Os desastres atingem mais do que as comunidades, os municípios mineradores e o estado onde as empresas estão implantadas. A população mais vulnerável, como os moradores dos municípios com mineração, sofre as piores consequências. Os laudos que atestam a estabilidade das barragens ou até mesmo outros riscos que os projetos de mineração podem provocar não garantem a segurança da comunidade. No caso do Projeto Planalto Piauí, há muita insegurança entre a população, visto que, nos espaços de discussão (audiência pública), pouco ou quase nada é discutido sobre a temática socioambiental. Milanez e Wanderley (2020) ressaltam que a população de risco não se limita a Minas Gerais. Barragens de outros estados também produzem os mesmos danos e riscos, como o vazamento da Hydro em Barcarena, Pará, em 2018; o rompimento da VM Mineração, em Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso, em outubro de 2019; e a própria B1 em Brumadinho, Minas Gerais, também em 2019. Desse modo, os autores afirmam que é preciso ressaltar que as barragens que se romperam possuíam atestado de estabilidade. O rompimento evidencia a incapacidade de manter o controle pleno do monitoramento.

O órgão de Estado responsável pelo monitoramento das barragens é a ANM. Todavia, a ANM não atesta a estabilidade, pois apenas recebe dados repassados por empresas terceirizadas, o que transmite insegurança quanto à confiabilidade, em virtude dos casos de desastres acontecidos. Fica sob responsabilidade da ANM a coleta de dados sobre as condições de estabilidade de barragens. Em virtude da grande pressão popular diante dos maiores desastres causados pelo rompimento de barragens foi realizada uma campanha para colher dados sobre a estabilidade. Os resultados mostram dados assustadores. Milanez e Wanderley (2020) destacam que, de acordo com os dados publicados, o número de barragens não estáveis praticamente dobrou entre setembro de 2019 e setembro de 2020, passando de 21 para 38, o que representa 9% do total de barragens monitoradas no país.

Os dados evidenciam que as afirmações dos órgãos de Estado responsáveis pela política e por ações de projetos de mineração nem sempre contam com a verdade quanto aos eventuais impactos socioambientais. Informações repassadas no curso de “Introdução à Mineração” promovido pelo Ministério de Minas e Energia em julho de 2018, apontam preocupações



relacionadas aos problemas socioambientais referentes aos casos das barragens de Mariana e Brumadinho. Embora atribuindo os erros ao passado, as preocupações se projetam para o futuro.

No mesmo evento do Ministério de Minas e Energia, as pessoas comentavam que os desastres socioambientais não deveriam ser esquecidos, mas lembrados para se construir novas soluções para os problemas. Contudo, os números apresentados nos anos posteriores e as decisões do Estado não apresentam nenhuma preocupação com o futuro. Portanto, esses comentários resumem um discurso contraditório, pois os dados de riscos de barragens após os casos de Mariana e Brumadinho mostram uma evolução ainda maior de insegurança das barragens e ineficácia da ANM. Soma-se a esses problemas a falta de responsabilidade por parte do governo Jair Bolsonaro quanto às questões apontadas.

Uma das alternativas propostas pela sociedade e aprovadas pelo Senado, a fim de reduzir riscos, foi a alteração na lei que institui o Plano Nacional de Segurança das Barragens (PNSE), para criar o Sistema Integrado de Gestão em Segurança de Barragens e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração, além de aprimorar as normas de fiscalização. Os dispositivos apresentados sugerem, além de fiscalização mais rigorosa, contribuir para a melhoria da estrutura da ANM com a arrecadação por meio das multas. Porém, o ex-presidente Jair Bolsonaro vetou pontos fundamentais que contribuiriam para essas alterações, por exemplo, o Art. 17-D, junto às alterações de pontos do Art. 17-B. O Art. 17-D estabelece que a “[...] aplicação das sanções previstas no art. 17-B não isenta o empreendedor de outras sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em outras normas específicas que tratem da matéria, tampouco o isenta da responsabilização civil” (BRASIL, 2020).

As fragilidades de estrutura da ANM e a falta de prioridade do Estado brasileiro em buscar alternativas para melhorar essa estrutura conduzem a possibilidades de desastres com mais frequência. Essa conjuntura tem conduzido diversos setores da sociedade — tais como ONGs, instituições, acadêmicos e a população que vive em áreas passíveis de serem atingidas, seja onde já existem barragens ou onde estão em fase de implantação de projetos — a se mobilizar em torno dessa problemática. Estudos de Milanez e Wanderley apontam que:

Das 38 barragens consideradas não estáveis em 2020, 19 receberam essa classificação pela terceira vez consecutiva (setembro 2019, março, 2020, setembro 2020). Ou seja, o auditor alertou que a barragem não era estável, voltou duas vezes e encontrou a mesma condição. Desse universo, 17 pertencem à Vale S.A. e suas subsidiárias (Vale Fosfatados e MBR), uma à Minérios Nacional S.A. (vinculada à Companhia Siderúrgica Nacional - CSN) e uma à Serabi Mineração S.A. (Serabi Gold plc, com sede em Londres)



(ANM, 2020). Essa grande reincidência indica a convivência da ANM com tal situação, ao não aplicar penalidades severas para gestores e empresas que colocam em risco a vida de trabalhadores e da população que vive a jusante das barragens. (MILANEZ; WANDERLEY, 2020, p. 4)

Em meio ao cenário de implantação dos grandes projetos de mineração e ao conjunto de impactos culturais e socioambientais, o território de vida tradicional pode ser transformado em um território da economia, tendo no capital o objeto principal. A população local passa a ser ameaçada pela riqueza de sua própria terra. Estar refém da riqueza da própria terra significa, como pensam Bossi, Chammas, Milanez e Carneiro (2010), que as comunidades que poderiam ser beneficiadas com as riquezas se tornam reféns das ameaças, da poluição, da expropriação e de muitos outros problemas que os projetos de mineração podem provocar. A mineração significa, para alguns, bênçãos e promessas. Para outros, ameaça silenciosa e violenta (BOSSI; CHAMMAS; MILANEZ; CARNEIRO, 2010, p. 65).

O Projeto Planalto Piauí assemelha-se ao Projeto Grande Carajás. Por isso, fazemos uma relação entre ambos para compreender os possíveis impactos que o Planalto Piauí, que está em fase de instalação, pode provocar no território, considerando-se os impactos provocados pelo projeto de Carajás, após 30 anos de instalado (1984-2014). Conforme estudos realizados pelo IBSE em 2014 e T. Coelho (2014), houve um conjunto de impactos negativos para a população e o meio ambiente. Entretanto, ocorreram diversas contradições, como a redução dos postos de trabalho no mesmo período em que aconteceu o aumento da produção.

O projeto de Carajás tinha como proposta principal de infraestrutura, promovida pelo Estado, a Estrada de Ferro Carajás (EFC). Por outro lado, o Planalto Piauí tem como principal projeto de infraestrutura, também promovido pelo Estado, a Ferrovia Transnordestina. Fica evidente que ambos se assemelham até na relação de apoio com o Estado. No tocante à infraestrutura, T. Coelho expõe:

Em 1983, já estava consolidada a infraestrutura básica do Complexo Grande Carajás, as instalações industriais, os equipamentos de lavra, beneficiamento e manuseio do minério, além das usinas de britagem e secundária. A Estrada de Ferro Carajás (EFC) tinha em seu projeto inicial uma extensão de 892 quilômetros, transportando 35 milhões de toneladas anuais. Hoje em dia, o trem da EFC é composto por 330 vagões e a estrada tem 3,5 quilômetros de extensão. A estrada de ferro foi oficialmente inaugurada em 1985, carregando minerais da Serra dos Carajás para o porto da Madeira, em São Luís. (COELHO, T., 2014, p. 15)

Com base em estudos realizados pelo IBSE, 30 anos após o início de sua operacionalização. T. Coelho (2014) apresenta um conjunto de problemas verificados no



referido projeto. A mineração afeta diretamente a população das comunidades da região, mesmo aquelas onde não está sendo realizada a extração de minérios. Afeta, principalmente, as comunidades localizadas na região do trecho de transporte. Como a EFC corta os assentamentos Palmares I e II, existe a emissão de pó no ar em partes do trajeto que passam próximo às residências. O mesmo poderá ocorrer com as comunidades por onde passará o trecho da Ferrovia Transnordestina.

Quanto aos impactos na economia local e aos efeitos socioambientais, T. Coelho (2014) relata que na região de Parauapebas, a partir do PGC e da EFC, houve um crescimento econômico com a arrecadação de impostos e a geração de empregos. Porém, com os impactos negativos na economia, começam a surgir a crise nas exportações e a redução dos postos de trabalho. Além disso, surgem ainda os problemas socioambientais devido à ocupação das terras por parte das empresas para a mineração, o que causa a expropriação de famílias e reassentamento das populações locais em outros lugares. As formas de trabalho são degradantes para a população local que não consegue ocupar os melhores postos de emprego. Dentre outras questões, podemos mencionar ainda o adoecimento da população, o aumento do tráfego local e diversos problemas ambientais provocados na água, na fauna, na flora e no solo. T. Coelho acrescenta que os projetos de mineração não afetam apenas a economia em nível local ou regional, mas também no âmbito nacional e internacional. É a atividade mais propensa a conflitos no mundo.

A pesquisa de Zhouiri (2018) aponta que as atividades de mineração têm causado uma série de impactos negativos. Além dos impactos socioambientais já destacados neste estudo, há também impactos governamentais, como a construção de ferrovias, minerodutos e usinas para a geração de energia. De certo modo, essas ações afetam a legislação.

Outro aspecto de destaque nas regiões mineradoras está relacionado ao processo de urbanização associado ao crescimento populacional, sobretudo das cidades de maior porte da região onde está localizada a mina. Os impactos nos espaços urbanos aparecem como algo de grande amplitude, em virtude de as cidades não terem sido planejadas para o grande contingente populacional provocado pela oferta de emprego que atrai trabalhadores de outras cidades e/ou regiões. Além disso, há também as famílias que cederam ou perderam terras para o projeto de mineração e migram para a cidade. Sem dispor de infraestrutura de saneamento e outros serviços públicos para atender às necessidades básicas dos novos moradores, começam a surgir problemas urbanos.

Embora o país apresente certo crescimento econômico com a elevação do PIB nacional em decorrência da exportação de minérios, com a geração de empregos e a movimentação de



setores do comércio local, esses avanços positivos não superaram os enormes impactos negativos causados pelas minas, pois muitos empregos não são destinados à população local. A realidade é que as empresas do capital e o Estado Nacional são os principais beneficiados. Porém, nem mesmo o Estado contribui para o desenvolvimento local. Tomando como exemplo os projetos já mencionados neste estudo, podemos observar que as propostas não proporcionaram o desenvolvimento local das comunidades nem dos municípios mineradores de forma geral, que ficaram apenas com os prejuízos após as exportações.

Em síntese, com a eventual vitória do projeto minerador no semiárido piauiense, vai-se instituir uma nova territorialidade que *apagará* o passado e inviabilizará alternativas de desenvolvimento das comunidades locais. Assim, as exportações elevarão o PIB nacional, porém, não modificarão o crescimento local. Em meio ao conjunto de impactos negativos que a atividade mineral provoca, e tendo o território como uma categoria da geografia muito importante para garantia dos espaços de vida, o território constituído por camponeses e quilombolas atingido pela mineração sofrerá um conjunto de modificação na sua dinâmica. Péret comenta que a mineração provoca um desafio:

A atividade mineradora, com todo o seu impacto socioambiental, provoca um grande desafio para as territorialidades. As grandes corporações transnacionais redesenham os territórios, com suas cadeias produtivas ligadas à mineração, e impõem diferentes lógicas de territorialidade. Buscam ressignificar as vivências, como é próprio do capitalismo, e entram em conflitos com as pessoas, comunidades e povos que ali vivem. (PÉRET, 2015, p. 113)

Nesse contexto de movimento e modificação do território, devemos observar como esses processos acontecem nos territórios onde são desenvolvidas as atividades mineradoras. É possível que famílias ou comunidades inteiras sejam expropriadas de suas terras. Nesse caso, acontece o processo de desterritorialização e essas famílias podem ser reassentadas em outras regiões, criando assentamentos ou outro tipo de fixação, no processo chamado de reterritorialização. E existem aquelas famílias ou aqueles trabalhadores que se mantêm em seus territórios, porém, realizando tipos de trabalhos diferentes dos que eram realizados tradicionalmente ao longo da história, o que convencionamos chamar processo de desterração.

Nos territórios que sofrem influência dos projetos de mineração, a questão territorial mantém estreita relação com a questão agrária, devido à expansão da mineração em diversos territórios ou várias áreas que poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e outras atividades típicas do camponês, que passam a ser disputadas com as



mineradoras. Entre os agentes que protagonizam a violência no campo brasileiro, cresce a participação das mineradoras, provocando 7% do total de conflitos e sendo responsáveis por, pelo menos, 46 áreas em conflito (PORTO-GONÇALVES; CUIN, 2013, p. 20).

Quanto aos projetos de infraestrutura necessários para viabilizar o desenvolvimento de projetos de mineração, como o abastecimento de água e as vias para escoar o minério, o Projeto Planalto Piauí tem a estrada de ferro como meio de viabilizar o transporte do minério, aqui representada pela Ferrovia Transnordestina. Entretanto, por se tratar de região semiárida que convive com sérios problemas hídricos, outra obra para viabilizar o projeto é a construção de barragens, nesse caso, a barragem Poço do Marruá, construída sobre o curso do rio Itaim, no município de Patos do Piauí.

Os projetos de infraestrutura são construídos sem que a população perceba quais são seus principais interesses e quais possíveis consequências podem trazer no futuro. A localização de um projeto em determinada região não elimina a possibilidade de atingir outras regiões. O exemplo apresentado por Losekann permite-nos compreender a possibilidade de muitas famílias serem atingidas por projetos de mineração de maneira inesperada:

A barragem de Fundão e o “desastre de Mariana” entram na história do Espírito Santo inusitadamente. Jamais os moradores das cidades de Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Aracruz e São Mateus poderiam imaginar que, algum dia, seriam afetados por uma barragem de rejeitos de mineração distante cerca de 600 km, e que eles nem sabiam existir. (LOSEKANN, 2018, p. 66, grifo do autor)

No período da construção da barragem Poço do Marruá, a população jamais imaginou que essa obra de grande relevância poderia contribuir para viabilizar o projeto de mineração, visto que a proposta apresentada pelo Estado, no período, foi o abastecimento humano, sobretudo, das cidades com maiores problemas hídricos da região (Caridade do Piauí e Patos do Piauí). No entanto, o Projeto Planalto Piauí dispõe, até o momento, da outorga de 5% do uso total da água. Faz parte da mesma lógica a barragem de rejeitos projetada para ser construída na comunidade Palestina, no município de Curral Novo do Piauí, próximo à divisa com o estado de Pernambuco. Em um eventual rompimento, o curso da água com dejetos seguirá para o curso do rio Itaim, atingindo a bacia do rio Canindé e indo até o rio Parnaíba, principal bacia dos estados do Piauí e do Maranhão.

As leituras e reflexões sobre os projetos de mineração em desenvolvimento em diversas regiões do país e os projetos de infraestrutura apontam para a existência de um conjunto de problemas socioambientais. Alguns desse fatores podem ser adoecimento da população;



alteração de biomas, modos de vida e paisagens das comunidades atingidas; atração de trabalhadores de outras regiões que se fixam nas cidades e, após a construção inicial do projeto, geram grande massa de desempregados; contaminação dos mananciais existentes; criação de favelas; inchaço populacional; poluição; prostituição; remoção forçada de comunidades inteiras; e outros. Gonzaga *et al.* relatam que os impactos são conhecidos:

Os impactos ambientais e sociais são bem conhecidos e, em especial, pode-se destacar: má fase de operação, a qualidade do ar poderá ser impactada pela geração de partículas de minérios no processo de estocagem em pilhas a céu aberto e pelos processos de movimentação desse minério (carregamento/descarga de navios e trens, bem como o transporte por sistema de correios). A queda ou perda de carga de minério de ferro transportado ao longo da ferrovia, ocasionado principalmente pela trepidação das composições, possibilita o acúmulo desse material sobre o solo. Esse material particulado sofre arraste pelas chuvas, chegando aos rios e canais através da drenagem pluvial e/ou penetram diretamente no solo. (GONZAGA, *et al.*, 2015, p. 82)

Incluem-se ainda entre os impactos sociais aqueles relacionados ao trabalho, visto que há outros modos de trabalho relacionados ao avanço do capital mundializado, o que Rigotto (2013) denomina de *reestruturação produtiva*. O avanço desse fenômeno no campo contribui para o agravamento das injustiças e acirra os conflitos ambientais e sociais, impactando não só os diversos ecossistemas, mas também os modos de produzir e viver das comunidades camponesas, tradicionais e urbanas, em um profundo processo de desterritorialização. Sobre os trabalhos nas minas, Peret (2015) alerta para a existência de frequentes acidentes de trabalho que afetam tanto os trabalhadores nas minas quanto os moradores das comunidades e ressalta que ambos enfrentam graves problemas de saúde.

Ainda no tocante aos trabalhos nas minas, Milanez (2015) corrobora os estudos de Peret (2015) e Rigotto (2013) ao associar as condições de trabalho ao crescimento do número de acidentes de trabalho e adoecimento laboral no país. Milanez (2015) expõe ainda as formas que são construídos os locais de extração. O autor pontua que as minas são feitas a céu aberto. Com a evolução das escavações, a mina avança sobre a comunidade. Ademais, há a necessidade do aumento de espaço para a construção de barragens de rejeitos, o que afeta a biodiversidade e a vida das populações.

Somam-se aos diversos problemas socioambientais as ameaças aos direitos adquiridos, posto que o avanço da mineração atinge comunidades camponesas e tradicionais que dispõem de direitos adquiridos historicamente. Em meio à problemática que envolve o desenvolvimento do projeto de mineração para sua eventual instalação, relacionando-o aos estudos dos diversos



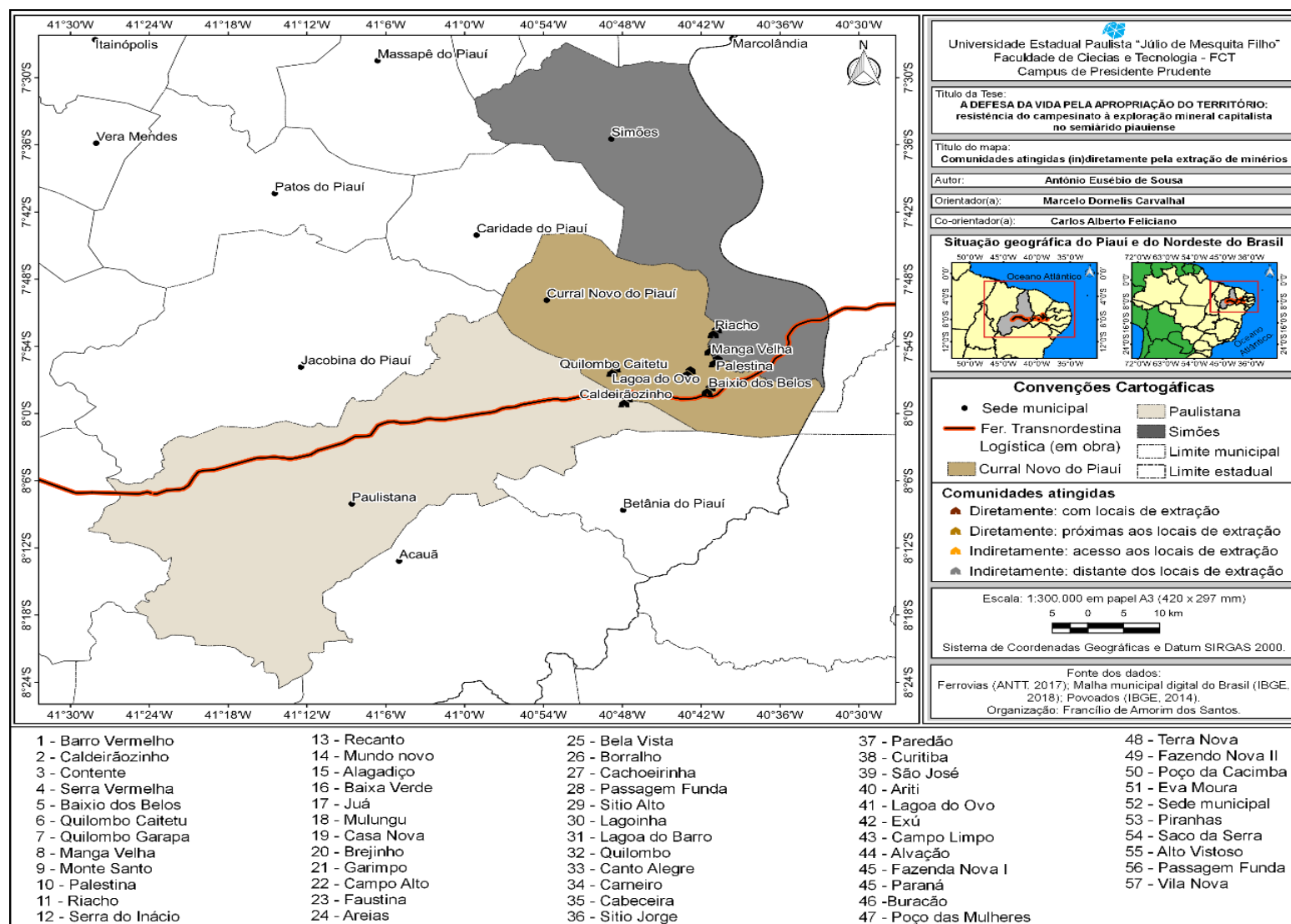
projetos de mineração em execução em diversas regiões do país e aos efeitos socioambientais e culturais negativos provocados nas comunidades locais, propomos aqui maior aprofundamento da temática através da pesquisa, da observação e do diálogo com acadêmicos e pesquisadores, comunidades locais, movimentos sociais, pastorais e a sociedade em geral. Objetivamos construir ações e estratégias que possam questionar o modelo de desenvolvimento posto ou imposto pelo Estado.

Diante dos estudos realizados e da vivência nas áreas que constituem o espaço para eventual instalação do Projeto Planalto Piauí, associado a outros projetos em desenvolvimento, é possível percebermos que existem impactos negativos que podem ser mitigados ou recuperados. Existem outros que podem até mesmo ser evitados, mas, na maioria dos casos, a eventual instalação do projeto causa impactos fixos que não podem ser evitados. Portanto, a única solução seria evitar a instalação do projeto. O exemplo de impacto fixo mais concreto é a expropriação de famílias que vivem em áreas onde serão extraídos os minérios.

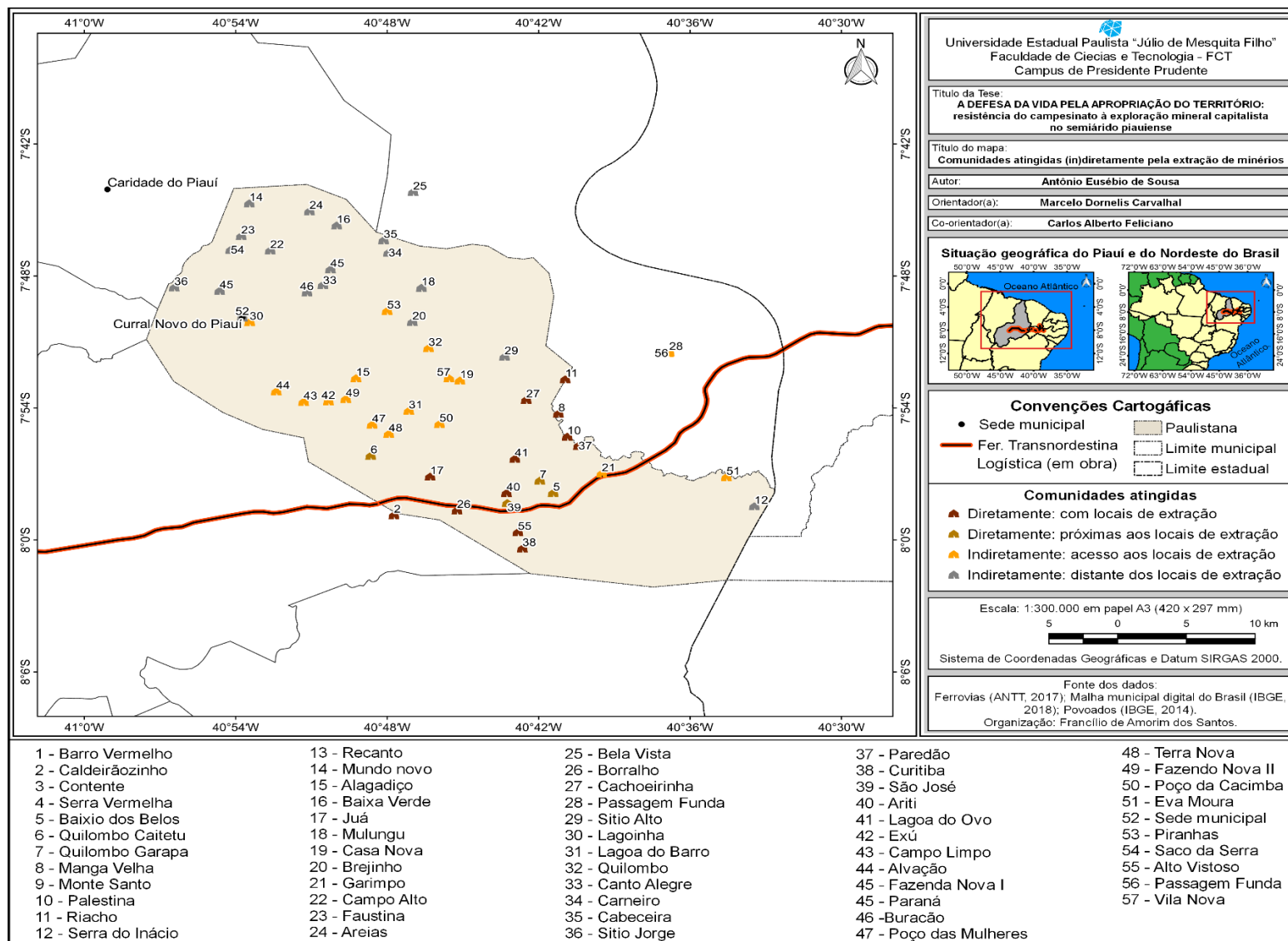
Nesse cenário de impactos positivos e negativos que a mineração pode provocar na vida das pessoas e das comunidades no município de Curral Novo do Piauí, espaço de maior incidência entre os três municípios do Projeto Planalto Piauí, tais impactos se apresentam em quatro diferentes situações entre as comunidades, conforme a localização. Os Mapas 8 e 9 a seguir mostram as comunidades atingidas direta e indiretamente pela extração mineral.



Mapa 8 — Comunidades atingidas (in)diretamente pela extração de minérios



Mapa 9 — Comunidades atingidas (in)diretamente pela extração de minérios em Curral Novo do Piauí, PI



Conforme mostra o Mapa 9, são 12 comunidades onde ocorreu a sondagem para identificação de minérios, evidenciando que a população e a vida como um todo, serão impactadas diretamente de forma negativa. Além dos possíveis problemas de saúde que podem ser causados devido à poluição provocada pela poeira, os efeitos podem causar ainda destruição de mananciais de água, empobrecimento do solo, perda de propriedades, locais de produção e criação de animais, retirada da vegetação nativa e, até mesmo, expropriação de famílias e comunidades inteiras. O Quadro 6 mostra as localidades onde foi realizado o processo de sondagem, com identificação do minério de ferro para futura extração.

Quadro 6 — Comunidades com locais de interesse do capital pela extração de minérios

Município de Curral Novo Do Piauí, Piauí			
Nº	Comunidade	Número de famílias	Número de habitantes
01	Manga Velha	08	24
02	Palestina	05	14
03	Riacho	05	16
04	Lagoa Do Ovo	11	34
05	Ariti	08	32
06	Borralho	05	14
07	Cacimbinha	02	05
08	Auto Vistoso	18	62
09	Curitiba	14	43
10	Cachoeirinha	13	38
11	Paredão	08	22
12	Juá	01	03
Total Geral		98	307

Quadro elaborado com base em dados da Secretaria Municipal de Saúde de Curral Novo do Piauí, PI (2021)

Os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Curral Novo do Piauí, apresentados no Quadro 6, revelam que são 98 famílias que vivem na região, totalizando 307 habitantes. Portanto, partindo do exemplo de projetos desenvolvidos em outras regiões do país, essas famílias serão impactadas diretamente de forma negativa. Estima-se que a maioria, ou sua totalidade, terá que residir em outros locais. Somam-se a esses números apresentados as 12 famílias da comunidade Riacho, que serão impactadas diretamente com a extração de minérios em suas propriedades. Esses números são contabilizados separadamente por pertencerem ao município de Simões, Piauí. O Quadro 7 mostra as comunidades que poderão sofrer os mesmos impactos das relacionadas anteriormente, devido à localização próxima aos locais de extração de minérios.



Quadro 7 — Comunidades localizadas próximas aos locais de extração de minérios

Municípios de Curral Novo Do Piauí, Piauí				
Nº	Comunidade	Número de famílias	Número de habitantes	Distância dos locais de sondagem em km
01	Baixio dos Belos	22	83	1,4 km
02	São José	08	25	2 km
03	Quilombola Garapa	21	60	1,8 km
04	Quilombola Caititu	41	157	2 km
Total Geral		92	325	

Quadro elaborado com base em dados da Secretaria Municipal de Saúde de Curral Novo do Piauí, PI (2021)

O Quadro 7 apresenta quatro comunidades de Curral Novo do Piauí que estão localizadas em região próxima às aquelas apresentadas no Quadro 6, onde haverá a extração de minérios. Conforme apresenta o Mapa 9, a Comunidade Quilombola Caititu situa-se no limite com a localidade Juá a aproximadamente 2 km do Morro do Massapê, local onde, junto ao Morro da Manga Velha, concentram-se os pontos principais do Projeto Planalto Piauí. Em algumas notas publicadas na revista *Minérios e Minerales* aparece o título “Projeto Massapê-Manga Velha”. Os marcos da Bemisa indicam como essas comunidades serão atingidas por meio das vias de acesso, como ocorre na Comunidade Quilombola Caititu. A Figura 14 a seguir mostra uma placa indicando esses pontos.

Figura 14 — Placa com sinalização dos locais de extração mineral em Curral Novo do Piauí, PI

Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (maio, 2019).



A negação de direitos constitucionais e os níveis de resistência das comunidades quilombolas, somados à união entre comunidades vizinhas, favoreceram aos moradores questionar a complexa situação por que estavam passando. Diante disso, foi autorizada a intervenção nos territórios quilombolas das comunidades Caititu e Garapa. Essa atitude resultou em ações da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas (CECOQ) e da Fundação Cultural Palmares (FCP) para impedir a realização de sondagem nas referidas comunidades. Contudo, isso não impede as comunidades de sofrerem os impactos da mineração. Assim, a extração de minérios em comunidades vizinhas aos territórios quilombolas materializa-se em impactos diretamente a essas comunidades, violando os direitos dos quilombolas. Embora haja o impedimento da extração de minérios nesses territórios, a proximidade com os locais de extração proporciona o surgimento dos mesmos impactos sofridos pelos locais explorados.

Além de conviverem com os impactos provocados pela extração dos minérios, Caititu e Garapa podem sofrer influências de outras culturas devido à movimentação de outros povos na região, apagando sua identidade de comunidades tradicionais quilombolas, mesmo permanecendo nos seus territórios. Por fim, para além de conviver com os impactos já mencionados, com a garantia do direito de permanência, essas comunidades não serão indenizadas nem mesmo com os pequenos valores adquiridos com a venda da terra. Essas populações estariam obrigadas a se manterem em seus territórios sem a garantia de acesso às políticas públicas. Ademais, as comunidades teriam ainda que conviver com os problemas advindos dos locais de extração de minérios. A única maneira de garantir os direitos constitucionais dessas comunidades seria impedir o desenvolvimento do projeto de mineração para além de seus territórios, em comunidades vizinhas.

A comunidade Baixio dos Belos é formada por um conjunto de 22 famílias, totalizando 83 habitantes, onde estão localizados os principais órgãos públicos e comunitários da região, tais como escola, igreja, mercado público, pequenos comércios, posto de saúde, quadra esportiva, ruas pavimentadas e salão comunitário. Baixio dos Belos está localizada a menos de 1,8 km dos locais de extração de minérios, o que afeta diretamente a população circunvizinha.

A localidade São José possui uma população de 25 pessoas, distribuídas em 8 famílias. Esta comunidade lida com os mesmos impactos negativos da mineração enfrentados pelas localidades vizinhas. São José está também localizada a menos de 2 km dos locais de extração de minérios. A região é cortada pelo trecho da Ferrovia Transnordestina e pelas estradas carroçáveis por onde deve ser feito o escoamento do minério.

Diante disso, percebe-se que as famílias que vivem nas quatro comunidades citadas no Quadro 7 serão atingidas diretamente pela mineração, totalizando uma população de 325



habitantes. Além dessas, existem ainda as pessoas que moram nas comunidades onde serão extraídos minérios. Com uma população de 307 habitantes, atinge-se um total de 632 habitantes afetados diretamente. Considerando-se a população total de Curral Novo do Piauí estimada em 5.367 habitantes, conforme dados do IBGE (2020), o total de famílias expropriadas da região poderia equivaler a 11,77% da população total do município. Além dos impactos já mencionados, cresce também a preocupação entre as comunidades próximas às áreas mineradoras. Podemos entender isso a partir de dois fatores previsíveis:

- 1) as comunidades mineradoras serão expropriadas logo após a venda da terra. Desse modo, o impacto já está assegurado. Além disso, estas comunidades serão indenizadas com a venda da terra, com exceção dos bens materiais, que não serão indenizados;
- 2) as comunidades próximas aos locais de mineração não serão indenizadas pela venda da terra nem pelas medidas compensatórias desenvolvidas pela empresa por meio de ações sociais.

Com base nisso, observa-se que, após serem definidos os locais de onde serão extraídos os minérios, as empresas sequer reconhecerão os povos das demais comunidades circunvizinhas. Primeiro, quanto às comunidades quilombolas, a empresa reconhece somente o direito dos quilombolas para a não extração de minérios de seus territórios, como se os impactos se limitassem a isso. As demais comunidades tradicionais, em contrapartida, deixam até mesmo de serem consultadas. Assim, estes povos são obrigados a conviverem com os problemas causados. As empresas não se atêm aos eventuais danos causados ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, o que impacta diretamente a vida das pessoas e o ecossistema da região como um todo.

O Quadro 8 a seguir apresenta as comunidades da região que sofreram impactos negativos da mineração indiretamente. Grande parte delas está localizada em regiões de acesso às minas e ao trecho da Ferrovia Transnordestina, por onde deve ser feito o escoamento do minério. Por conseguinte, a região sofrerá diversos problemas, como a poeira que deve ser provocada pelo tráfego de carretas e fluxo de pessoas de outras regiões. Somam-se a essas comunidades as que pertencem ao município de Paulistana, as comunidades Caldeirãozinho e Gentil, que estão localizadas a aproximadamente 3 km dos pontos de sondagem para extração de minérios na comunidade Juá. O Quadro 8 a seguir mostra essas comunidades.



Quadro 8 — Comunidades localizadas em regiões de acesso aos locais de mineração

Município de Curral Novo do Piauí (PI)			
Nº	Comunidade	Número de famílias	Número de habitantes
01	Passagem Funda	01	04
02	Terra Nova	06	27
03	Campo Limpo	20	88
04	Alvação	11	34
05	Garimpo	06	16
06	Eva Moura	16	62
07	Casa Nova	13	36
08	Poço da Cacimba	11	34
09	Vila Nova	04	11
10	Lagoinha	02	09
11	Alagadiço, Exù, Fazenda Nova II, Lagoa do Barro, Piranhas, Quilombo, Poço das Mulheres	63	237
Total Geral		153	588

Quadro elaborado com base em dados da Secretaria Municipal de Saúde de Curral Novo do Piauí, PI (2021).

Entre os diversos problemas que podem afetar as comunidades, as consequências são danosas para o meio ambiente, os animais e as pessoas. A natureza sofre principalmente com a deterioração do solo e contaminação da água pelos dejetos das minas. Os animais, por serem criados soltos, podem ser atropelados por causa da circulação de veículos. E os moradores das comunidades, por seu turno, são afetados tanto com a destruição dos recursos naturais quanto por problemas de saúde por causa da poluição e redução da produtividade agrícola devido ao empobrecimento do solo. Além da divisão de terras e venda de propriedades, os efeitos da mineração podem ainda influenciar em aspectos sociais como o consumo de drogas e a prostituição devido à influência de pessoas de diferentes regiões. Com o aumento da circulação de pessoas, é possível que tudo isso também influencie nas causas dos acidentes de trânsito.

Apesar de habitar em regiões distantes dos locais de extração mineral, a população do município de Curral Novo do Piauí, como mostra o Quadro 8, pode ser atingida indiretamente. Ademais, dependendo do caso, os impactos também podem ser diretos por causa da implantação do Projeto Planalto Piauí. Nesse cenário, inclui-se a zona urbana do município, com uma população estimada em 1.528 habitantes, localizada aproximadamente a 36 km dos locais de extração de minérios. O Morro do Massapê, situado entre as localidades Juá e Lagoa do Ovo, possui o maior número de pontos de sondagem mais próximos da sede do município.



Além da zona urbana, existem 19 comunidades nas proximidades de Curral Novo do Piauí localizadas no sentido oeste dos locais de extração de minérios na região de acesso aos municípios de Caridade e Patos do Piauí. Isso forma um aglomerado com uma população de 813 habitantes. Existe ainda outro aglomerado rural que se situa na região que compõe a Serra do Inácio, com uma população de 324 habitantes, localizada cerca de 14 km a leste dos locais onde se concentra o maior número de pesquisa para exploração mineral. Os dados populacionais estão organizados em três aglomerados: Serra do Inácio (1), Região Oeste de Minas (2) e sede do município (3). O Quadro 9 a seguir apresenta como se organizam esses aglomerados.

Quadro 9 — Comunidades distantes dos locais de mineração atingidas indiretamente

Município de Curral Novo do Piauí (PI)			
Nº	Comunidade ou sede	Número de famílias	Número de habitantes
01	Serra do Inácio	110	324
02	Areias, Baixa Verde, Bela Vista, Brejinho, Buracão, Cabeceira, Campo Alto, Canto Alegre, Carneiro, Faustina, Fazenda Nova I, Mulungu, Mundo Novo, Paraná, Recanto, Saco da Serra, Sítio Alto, Sítio Jorge, Vila Nova	280	813
03	Sede (Zona Urbana)	742	1.588
Total Geral		1.132	2.725

Quadro elaborado com base em dados da Secretaria Municipal de Saúde de Curral Novo do Piauí, PI (2021).

Mesmo não estando tão distante dos locais onde foi identificada a existência de minérios para exploração, o aglomerado formado pela região da Serra do Inácio (01) pode causar impactos de menor proporção se comparado às demais comunidades próximas, devido à localização geográfica. Essa região poderá ter o aumento populacional a partir de duas situações. A primeira se refere à atração por oportunidades de trabalho. E a segunda trata de famílias expropriadas das áreas onde será realizada a extração de minérios. No início do projeto, pode haver impacto positivo para a região com a movimentação do comércio local e dos serviços. Entretanto, a região não oferece as condições mínimas de infraestrutura que possam garantir a permanência das pessoas que podem chegar por causa das minas. Apesar dos impactos positivos, os efeitos negativos a longo prazo certamente serão em maior proporção do que nas demais regiões.



No aglomerado 02, os impactos imediatos são o aumento do fluxo populacional, que pode influenciar a cultura local e a redução da produção em partes das comunidades devido à abertura de estradas de acesso. Além disso, as consequências podem empobrecer o solo com a retirada da vegetação nativa, o que também influencia na redução dos recursos hídricos.

Quanto à sede do município, formada pelo aglomerado 03, o projeto de mineração no início da instalação poderá proporcionar um conjunto de impactos positivos, tais como a geração de emprego, melhoria da infraestrutura local e movimentação do comércio local e dos diversos setores de serviços como hotel, posto de combustível, restaurante e outros. Concomitante a estes benefícios, surgem também os impactos negativos, principalmente o aumento da demanda por serviços de saúde, o inchaço populacional sem as devidas estruturas para atender a nova demanda e uma possível crise hídrica devido ao alto consumo de água da barragem Poço do Marruá. Este último exemplo poderá ser sentido a longo prazo.

Um dos impactos mais desastrosos que grande parte dos aglomerados 02 e 03 pode sofrer refere-se aos efeitos de um eventual rompimento da barragem de rejeitos. A maioria das comunidades está situada numa área do curso natural de escoamento da drenagem das águas. Diante de um cenário em que a supremacia do interesse público é defendida apenas para mascarar o interesse privado, que desconsidera o conhecimento tradicional das comunidades atingidas e o contexto dos impactos socioambientais, inferimos que esses empreendimentos não representam ou atendem à demanda da população local, principalmente do município de Curral Novo do Piauí. Essa atitude infringe a lei e prejudica o meio ambiente e a população, o que torna o projeto inviável para a região. Como acentua Porto-Gonçalves, (2002, p. 229), podemos afirmar que “são novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar”.

As evidências apontadas neste estudo, somadas às contribuições teóricas de Porto-Gonçalves (2002), reportam para as configurações territoriais do semiárido piauiense em eventual instalação do Projeto Planalto Piauí. Surge, então, a necessidade de resistência à implantação do citado projeto. A luta, a organização e a resistência das comunidades garantem os direitos que os projetos podem subtrair. Uma das formas de garantir que os territórios fiquem livres da mineração são as ações de resistência, que se configuram conforme os desdobramentos que ocorrem no próprio território. Como acentua Péret (2016, p. 196), “quando uma empresa mineradora controla um território, a terra se transforma em espaço usado, título minerário, mercadoria”. No documento “A Igreja e a questão agrária brasileira no século XXI” (CNBB, 2014), a CNBB alerta as pessoas para que se contenham e não caiam nas ciladas do progresso



a qualquer custo. As pessoas devem evitar se submeter ao desenvolvimento predador e às armadilhas dos que se consideram *salvadores da pátria*.

As comunidades atingidas pelo Projeto Planalto Piauí mantêm-se cuidadosas, resistentes e vigilantes contra as ameaças do desenvolvimento e do progresso fácil, especialmente quando os projetos evitam o diálogo aberto com a comunidade. É preciso deixar cada vez mais evidente que os pontos considerados positivos sempre foram bem mencionados nas audiências e no contato com as famílias, com destaque para a geração de emprego, o crescimento econômico e o progresso. Todavia, é necessário apresentar a quem esse desenvolvimento servirá, bem como o conjunto de impactos culturais e socioambientais negativos que podem ocorrer. Logo, as razões pelas quais as comunidades resistem à instalação de grandes projetos de mineração ficarão mais evidentes.

O contexto de luta e resistência aos projetos de mineração na atualidade resulta de diversos elementos da conjuntura atual que mantém também uma relação com a história de resistência a projetos de mineração no Piauí em décadas passadas. Podemos citar como exemplo o município de Queimada Nova, nos anos 1990, e as lutas de resistência territorial desenvolvidas historicamente pelas comunidades camponesas na região semiárida do sudeste piauiense. A resistência territorial do campesinato tem sido utilizada como maneira de garantir o direito à vida.

Neste capítulo, discutimos como se deu a chegada do projeto de mineração no semiárido piauiense, os modos de relação entre o capital e o estado e os conflitos territoriais que resultaram desse processo. Ante o exposto, notamos que, primeiramente, o Estado incentiva fortemente a chegada de projetos minerários para diagnosticar o potencial mineral existente. Em seguida, o Estado demonstra certa atratividade para a empresa facilitando a burocracia do processo de mineração por meio de órgãos ambientais e obras de infraestrutura. Por outro lado, percebemos que a falta de diálogo com a comunidade local tem causado conflitos e resistência por parte dos camponeses.

Em meio a essa realidade, apresentamos no capítulo seguinte a resistência territorial dos camponeses como garantia do direito à vida. Mostramos ainda que essa resistência faz parte do contexto histórico da região, que tem passado por diferentes problemáticas sociais. Através da luta e resistência os camponeses têm conseguido algumas conquistas. Por fim, tratamos também da garantia de preservação do território e da reprodução da vida como ações que resultam da resistência camponesa e da lógica da convivência com o semiárido, espaço de vida dos camponeses da área investigada.



Capítulo 4

RESISTÊNCIA TERRITORIAL DO CAMPESinATO COMO GARANTIA DE DIREITO À VIDA



Ato público contra o projeto de mineração em Curral Novo do Piauí. Fotografia reproduzida de arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI) (2016).

No capítulo anterior apresentamos o projeto de mineração como modelo de produção territorial espacial no semiárido piauiense a partir do mapeamento de potencialidades minerais realizado pelo Governo do Piauí. Dentre esses projetos, nossa investigação partiu do projeto de mineração Planalto Piauí, executado sob responsabilidade da empresa Bemisa. Mostramos que esse projeto provocará configurações territoriais no semiárido piauiense. Considerando-se essa realidade, nesse capítulo mostramos a resistência territorial do campesinato como garantia de direito à vida, partindo do contexto histórico dos conflitos territoriais, das lutas e da resistência das comunidades camponesas e quilombolas. Mostramos que é por meio da resistência que as famílias garantem a vida nos seus territórios.



4.1 Contexto histórico dos conflitos territoriais e das lutas de resistência nas comunidades camponesas do Piauí

Considerando-se a historiografia oficial, objetivamos nesta seção compreender a formação do território agrário piauiense abrangendo desde o período da colonização dos portugueses, ocorrida no final do século XVII, até os dias atuais. Destacamos ainda, neste processo, algumas outras ocupações que existiram nesse período sem fazer parte dos registros oficiais. Dessa forma, examinamos a maneira como ocorreu o processo de ocupação e como se deram as atividades desenvolvidas, especialmente os modos de uso da terra, a relação com os povos originários e as possíveis formas de luta e resistência. Organizamos as discussões, inicialmente, em três percursos principais: (1) a ocupação portuguesa e a primeira divisão de terra no Piauí; (2) a luta e a resistência camponesa no período da ocupação de terras pelos portugueses; e (3) a inserção do capital no campo a partir dos grandes projetos econômicos do capital e as lutas de resistência.

Com área territorial de 251.156,515 km² (IBGE, 2019), população de aproximadamente 3.281.480 habitantes (IBGE, 2020) e densidade demográfica de 12,4 hab./km² (IBGE, 2010), o Estado do Piauí se torna o terceiro maior estado da região Nordeste. Ao longo da história, o estado tem sofrido algumas transformações em seu território, principalmente a partir de litígios em divisa com alguns estados. Nessa perspectiva de territorialização do Piauí, Santos Neto (2021, p. 15) considera que o estado é a “[...] territorialização historicamente constituída no espaço banhado nas águas que afluem para o rio Parnaíba, e suas ribeiras, à margem direita. Uma territorialização que é obra de séculos”. O surgimento do Piauí, ainda segundo Santos Neto, constitui-se como uma obra que resulta das lutas entre sesmeiros e posseiros/possuidores que disputaram a posse de terras. A propriedade da terra, conforme argumenta Thompson (1998), possibilita implicar que a posse da terra no período da pré-história pertencia à coletividade ou a ninguém mesmo, o que exclui os povos originários como possuidores da terra.

As características fisiográficas mostram o perfil de ocupação do espaço piauiense pelos povos originários e, posteriormente, pelo capital. No caso dos povos nativos, a terra é considerada um bem comum. O perfil de uso comum da terra nas diferentes regiões brasileiras marca a história que constitui todo o território. Albuquerque Júnior utiliza um tom poético para expor as características de uma porção do Nordeste onde se constitui basicamente a maior parte do território piauiense:



Um sertão onde homens e natureza ainda não estão separados. Um Nordeste dos clãs patriarcais que teriam animais como insígnias e como antepassados. Um sertão de homens descendentes de feras. Um espaço onde homens e animais se irmanam na peçonha, na crueldade, na esperteza, na selvageria, na resistência, na astúcia, na sede de sangue e de carne; onde todos são criaturas divinas, cuja natureza é traiçoeira, imprevisível e perigosa. Sertão épico, de homens guerreiros, de clãs mestiços, que sob o fogo do sol se digladiavam em nome da honra e da vingança. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 191)

A historiografia relacionada à questão agrária do Piauí mostra que o estado herda uma história de exclusão, extermínio e subordinação do acesso à terra. Estudos de M. Alencar (2010a,) apontam que o atual espaço piauiense se organizou a partir do processo de colonização portuguesa. O governo de Portugal doou grandes extensões de terras (sesmarias) a muitos fazendeiros que tinham poder absoluto em suas propriedades. A maior parte dos moradores das fazendas era formada por escravos, mas nelas viviam também pessoas livres: posseiros, religiosos, rendeiros e vaqueiros.

O Estado do Piauí passou, ao longo da história, por um processo de colonização semelhante aos demais estados brasileiros. Tendo como base um setor econômico específico, a região se desenvolveu através da pecuária extensiva e da exploração e ocupação da terra. O estado era ocupado majoritariamente por populações indígenas antes da chegada dos colonizadores portugueses, na primeira década do século XVII, período quando se iniciaram as primeiras divisões de terras pelos portugueses. Sobre essa questão, Vicente Alves pontua que o povoamento do Piauí está atrelado ao financiamento de aventureiros:

O povoamento do território piauiense possui uma relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa da Torre, instituição fundada e administrada pela família Ávila da Bahia, cujo principal objetivo era financiar aventureiros, um misto de apesadores de Índios e conquistadores de terras destinadas a pecuária, para que eles desbravassem os Sertões. Após chegar as novas terras, os Ávila requeriam-nas através de sesmarias que normalmente abrangiam, cada uma, extensões de 10 a 12 léguas em quadro. (ALVES, V., 2003, p. 58)

O Piauí herdou do Brasil a mesma perversidade de exclusão social com o extermínio dos povos originários, o que torna a situação ainda pior. Populações inteiras de indígenas foram dizimadas para darem lugar às fazendas de gado. Até a divisão de terras no Piauí seguiu o mesmo modelo de outros estados brasileiros, tendo por parâmetro inclusive o modelo de expansão do capital europeu. A base de expansão da ocupação de terras por parte da Espanha e de Portugal obedecia ao Tratado de Tordesilhas, criado em 1494. Nessa época, a região que hoje corresponde ao Piauí era dividida por duas famílias. V. Alves (2003) destaca o grupo dos



Mafrenses e o dos Ávilas. Estas famílias foram as primeiras a receberem títulos de terras no Piauí. A dimensão das propriedades abrangia o território quase totalmente.

Santos Neto (2021, p. 16, grifo do autor) afirma que nesse processo de ocupação, a formação do Piauí “[...] segue o padrão conhecido em toda a área do ecúmeno do ‘além-mar’. Atlântico, invadido no contexto das grandes expedições promovidas pelos reinos ibéricos a partir do século XV”. O processo de colonização ocorreu de modo espontâneo e desordenado por aventureiros e fazendeiros que não recebiam estímulo e proteção dos poderes coloniais. A participação dos verdadeiros donos das terras era ignorada ou não deixavam nenhum registro do envolvimento desses povos. Quanto a isso, Alves ressalta o seguinte:

Conforme os primeiros relatos da capitania do Piauí, não se pode atribuir a conquista daquelas terras a um seletivo grupo de desbravadores, associado a Casa da Torre. Na realidade, tal feito a de quase inteira responsabilidade de pessoas anônimas, especialmente arrendatários e vaqueiros que correndo riscos de suas vidas, adentram nos sertões em busca de novas terras, as quais posteriormente eram repassadas aos seus tradicionais donatários, ficando em prejuízo os verdadeiros conquistadores. (ALVES, V., 2003, p. 60)

Nos registros oficiais, a ocupação do solo piauiense data do início da segunda metade do século XVII. De acordo com M. Alencar (2010a), o Piauí só foi ocupado na segunda metade do século XVII, quando bandeirantes baianos, paulistas e pernambucanos chegaram ao imenso espaço habitado por inúmeras nações indígenas. A ocupação do território piauiense foi marcada por violência, o que culminou no extermínio de muitos povos originários, como relata P. H. Machado:

As nações indígenas que habitavam os vales dos rios formadores da bacia hidrográfica pamaibana piauiense foram exterminadas pelos fazendeiros exploradores, que promoveram a destruição das aldeias para viabilizar a instalação das fazendas-criatórios de bois e cavalos. Este fato ocasionou os deslocamentos constantes das tribos formadoras das nações, o que pode levar a falsa dedução de nomadismo, e o início do processo de degradação das expressões culturais dos povos indígenas, sob a orientação do Estado português. A Companhia de Jesus, por sua vez, possibilitou a consolidação desse processo, com a instalação e administração dos Aldeamentos¹⁹, em que se davam a prática da doutrina e da exploração da força de trabalho dos indígenas, o que aprofundou a degradação das referidas expressões culturais nativas. (MACHADO, P. H., 2002, p. 15)

¹⁹ Nesse contexto, P. H. Machado considera o conceito de *aldeamento* como espaço de segregação, criado à semelhança de trabalho forçado, administrado por militares representantes do Estado português.



De acordo com a historiografia oficial, a conquista do território piauiense ocorreu do sertão para o litoral, diferentemente dos demais estados do Nordeste, embora existam historiadores que sustentam a tese da existência de colonizadores vindos do Ceará através da região norte do Piauí. V. Alves (2003) pontua que, mesmo não sendo retratado pela história oficial, o norte do estado já era habitado. Diante disso, percebe-se que a continuidade da ocupação do espaço agrário piauiense foi marcada por intensas disputas, iniciadas entre o invasor português e os nativos. Por conseguinte, começaram a ocorrer as disputas e tensões entre sesmeiros e arrendatários.

O processo de concentração fundiária no Piauí se constitui como um dos grandes problemas para a sociedade como um todo, em especial aos camponeses. A concentração de terras mantém uma relação com o processo de ocupação do estado e, de certa maneira, esse problema se reproduz na atualidade. Dados fornecidos pelo plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí, entre 2003 e 2010, e do INCRA-PI em 2003, no qual foi realizado um estudo acerca da situação agrária do estado, apresentam três situações distintas: a distribuição das terras por meio das sesmarias, o problema das terras devolutas e a regularização por interesse para exploração pelo capital privado. Os dados do INCRA-PI a seguir revelam como ocorreu esse processo:

De fato, o Estado do Piauí não realizou ações discriminatórias das terras devolutas na região, visando a sua demarcação, evitando grilagem, e reconhecendo o direito de antigos posseiros, através da Lei de Registros Públicos. Com efeito, sudoeste do Piauí, para se ter domínio jurídico da terra, é necessário que sua origem seja comprovada como sesmaria (na origem) ou como sentença de usucapião com trânsito em julgado, antes de 1917, data até a qual a legislação brasileira permitia usucapião em terras públicas. (INCRA-PI, 2003, p. 6)

A propriedade privada da terra, com seu marco histórico no século XVII, possui origem exclusiva na doação por meio de sesmarias. Como elucida Porto (2019), a concessão de sesmarias acompanhava os passos da chamada *descoberta* de novas terras, processos em que vaqueiros penetravam os sertões e enfrentavam os perigos participando do árduo trabalho de povoamento, porém, logo entregue ao posseiro anônimo. Ou seja, de fato todas as terras eram entregues aos sesmeiros, que não trabalhavam nesse processo, e as doações eram dadas aos vaqueiros insignificantes.

O processo de ocupação ou apropriação foi marcado por privilégios aos colonizadores sem considerar os povos originários que habitavam as terras e os agregados e vaqueiros que viriam a ocupar as propriedades. Soma-se a essa realidade a forma que ocorreu a concessão de



terras aos próprios sesmeiros piauienses. Isso ocorreu de maneira diferente dos estados vizinhos, como Maranhão e Pernambuco, o que tornou o Piauí dependente ou subordinado a outros estados no início de sua história, como relata Porto:

Primeiro uma decisão por meio da Carta Régia de 03 de março de 1702, determinava que todos os sesmeiros, donatários e povoadores do Piauí, demarcassem as suas terras no prazo de dois anos, sob pena de ficarem a mesmas devolutas. [...] vale salientar que a Carta Régia de 03 de março de 1701, anexando o Piauí ao Maranhão, não surtira os efeitos desejados, visto que grande parte do território piauiense ficara ainda sob dependência do governo de Pernambuco. (PORTO, 2019, p. 89)

A divisão de terras no estado, por meio da concessão de sesmarias, apresenta graves problemas para a maioria da população que necessita e depende da terra. Ademais, o Piauí ainda apresenta outro agravante que são as terras devolutas que o estado não buscou regularizar para as famílias que vivem e dependem dessas terras. A divisão de terras do Piauí nem sempre obedecia aos limites de demarcação. Além disso, as terras ocupadas pelos povos originários foram vistas como desocupadas. A não existência de registros por parte da coroa gerou um discurso de que a terra devoluta é terra sem dono. Em contrapartida, defendemos que não. São terras públicas. P. H. Machado (2002) aponta que essas terras seguem os limites de curso dos rios, precisamente na porção sul do estado. Dentre outras áreas, destacam-se as localizadas nas nascentes do rio Parnaíba e as que seguem a extensão dos vales dos rios Curimatá, Fidalgo, Gurguéia, Itaueira, Mucaítá, Paraim, Piauí, Uruçuí Preto e Uruçuí Vermelho.

Foi a partir das terras devolutas que surgiu a grilagem de terras por meio dos cartórios de registro de imóveis, prática que teve o apoio de empresas de consultorias e do Estado, embora este último não apareça formalmente. A grilagem foi utilizada como tentativa de legalização das propriedades. Dados do INCRA-PI (2003) mostram que a situação dos trabalhadores tem piorado devido à concentração de terras devolutas e ao aumento de famílias em pequenas propriedades. As áreas de produção estão ficando cada vez mais limitadas aos camponeses.

Com a atual estrutura agrária do Piauí, que privilegia a concentração das terras, como mostram os dados do INCRA-PI (2003), torna-se cada vez mais difícil aos trabalhadores rurais a conquista da posse de terra. Além da posse da terra, outro agravante para a pequena propriedade é a questão da divisão do pequeno espaço com o aumento da família. As terras de herdeiros da terceira geração não comportam o tamanho da estrutura familiar que compunha a primeira geração. Soma-se ao tamanho reduzido da propriedade a questão da legalização, visto que os trabalhadores necessitam de documentos para a aquisição de créditos (projetos de



produção) e a própria garantia de propriedade da terra em meio às ameaças dos projetos do capital. Em conformidade com os dados do INCRA-PI:

Estimativas mostram a gravidade do problema fundiário no Piauí, onde existem 66.060 proprietários de estabelecimentos com insuficiência de área. Aproximadamente 75,5% dos proprietários de estabelecimentos piauiense não possuem a quantidade mínima de área estabelecida pelo INCRA nos assentamentos rurais. (INCRA-PI, 2003, p. 18)

Com o aumento da população camponesa, aumentou a pressão sobre a posse da terra, principalmente em virtude do aumento de agregados, do elevado preço da terra que se torna inacessível aos camponeses, das condições de arrendatários e da pressão pela legalização para se ter acesso a créditos e benefícios previdenciários. Com o advento da República, em todo o território brasileiro, as terras que não foram griladas passaram ao domínio do Estado, que passou a manter relações com o antigo latifúndio, devido à maioria ser aliada aos governadores estaduais. Miranda relata que, com a Constituição de 1946, o Estado passou a dominar as fazendas:

Finalmente, pela Constituição de 1946, as fazendas nacionais passaram ao domínio do Estado, ficando conhecida por fazendas estaduais, hoje sem qualquer participação notável na economia piauiense. Cidades como São João do Piauí, Nazaré e Santo Inácio, foram fundadas em seu território, hoje totalmente esfaceladas. Portanto, em breve resumo foi esse o fim tomado pelo imenso latifúndio desses quatro grandes sesmeiros do Piauí. (MIRANDA, 2018, p. 260)

Em meio às diferentes fases de ocupação e legitimação da estrutura agrária do Piauí, E. Lima (2011, p. 27) corrobora o pensamento de Miranda ao pontuar que “prestígio, papel, tinta e violência resumem os mecanismos predominantes de obtenção e controle das propriedades no primeiro século de ocupação do Piauí”. Os estudos sobre a história agrária piauiense realizados entre 2000 e 2020 por Dias (2008), E. Lima (2011), M Alencar (2003, 2010a), Miranda (2018), P. H. Machado (2002, 2003), Porto (2019), Santos Neto (2021), V. Alves (2003), entre outros, revelam que a ocupação desse território foi marcada pelo extermínio de povos nativos, pela exploração fundiária e violência. Foram ocupações também marcadas por luta e resistência por parte das comunidades camponesas. Os conflitos agrários, que se antecederam à consolidação da estrutura fundiária atual, na sua maioria, foram ignorados pela historiografia atual, especialmente os fatos relacionados à participação dos povos camponeses nesse processo.



Em síntese, percebemos que a legalização das terras do Piauí é marcada por um processo irregular não apenas de ocupação, mas, sobretudo, de apropriação por meio de documentos. Terras devolutas foram incorporadas de forma fraudulenta ao patrimônio privado, como relata P. H. Machado:

Nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado do Piauí, as terras públicas devolutas estaduais, que se encontram embaralhadas fisicamente com as propriedades imobiliárias privadas, estas organizadas de sesmarias concedidas e confirmadas, foram sendo açambarcadas e fraudulentamente incorporadas aos patrimônios privados dos especuladores imobiliários, disfarçados de colonizadores e empresários, de modo lento a partir dos primeiros anos da década de 70 e, de forma acelerada, na década de 80 do século XX. Essas fraudes se concretizaram pela atuação dos grileiros, que contaram sempre com a criminoso colaboração de escritórios de advocacia, empresas de consultoria e serventuários dos cartórios de registros de imóveis. (MACHADO, P. H., 2002, p. 40)

Não é possível deixar de evidenciar a figura do grileiro como problema na estrutura fundiária piauiense. A grilagem utilizou os *aparatos legais* como forma de facilitar a legalidade das terras fraudadas. Os que sofrem as maiores consequências da grilagem são os pequenos proprietários ou posseiros. Como salientam Adad e Lima (1987), os grileiros cercam as terras, proíbem as diferentes atividades realizadas pelos povos nativos que habitam essas e cobram renda por estas atividades realizadas dando certa garantia de que a terra é de sua propriedade. Os territórios são transformados em espaços de conflitos com os posseiros por meio da violência.

A história da ocupação e organização do espaço piauiense nem sempre mostra como ocorreram os verdadeiros fatos. E isso se deve a dois aspectos: aos próprios registros oficiais e à visão política de quem fez o registro. Quanto a isso, Dias argumenta que:

O fato de a sociedade piauiense ter-se formado desconhecendo sua própria história contribuiu, ao longo do processo histórico, para o surgimento de práticas sociais e representações culturais que levam à desvalorização de sua cultura, arte e história local, por conseguinte ao obscurecimento destas pela historiografia brasileira que, por seu lado, também, desconhece a história do Piauí, tendo gerado o mito do isolamento do Piauí e a baixa auto-estima [sic] do piauiense. (DIAS, 2008, p. 214)

O Piauí herdou do período colonial um legado de exclusão de classes que resultou no extermínio da população nativa, na escravidão e concentração fundiária. Estudos realizados pelo INCRA-PI e pela Superintendência Regional do Piauí, em 2003, apontam que a pecuária eleva o latifúndio à condição de elemento natural imprescindível ao funcionamento do sistema.



Sem ampliar os níveis de produção e de produtividade, esse processo condena o estado a elevados níveis de pobreza relativa e absoluta. O documento do INCRA-PI (2003) mostra que, de fato, o século XVIII consolidou o latifúndio no Piauí com base na pecuária e com significativa parcela de terra sem cultivo. Por mais de dois séculos, a economia piauiense permaneceu alicerçada na exploração contínua e predatória dos recursos naturais, como a utilização de água e pastagem para o gado.

O processo de colonização do Piauí ocorreu de maneira mais cruel. Por isso, as marcas da violência do colonizador ainda estão presentes nos diversos conflitos no Estado. Como o Estado foi colonizado sob a égide de uma violenta luta armada pela posse de terra. Adad e Lima (1987, p. 83) dissertam que “as delimitações das propriedades estavam relacionadas às influências e violência praticada, assim também, essas forças foram sendo reproduzidas nos modelos que seguem o curso da história fundiária do Estado”. A concentração fundiária e o abandono em que vivia a população, sobretudo aquelas expropriadas de suas terras devido ao processo de colonização e à sequência dos fatos ocorridos, fazem surgir no Piauí um conjunto de lutas e resistência da população, embora desarticuladamente.

Os estudos oficiais não mostram a participação da população piauiense nos diversos espaços históricos de lutas relacionadas à independência ou em outros fatos e acontecimentos. No que concerne à população camponesa, essa participação é ainda menos visibilizada. Dois exemplos marcam essas lutas com a participação do camponês: o primeiro se refere à Batalha do Jenipapo ocorrida Piauí, com marco na cidade de Campo Maior; e segundo corresponde à Balaiada (1838 e 1841), como observa Dias:

E a historiografia brasileira precisa tomar conhecimento do alcance e dos significados de um movimento como a Balaiada, ainda bastante desconhecido pela história do Brasil, que, em geral, ignora ou apenas menciona o Piauí que, a exemplo de outras regiões fora do eixo Rio/São Paulo, assume um papel secundário. Mas, como a história é viva e cada geração mostra o passado sob a luz de novas fontes e métodos, este estudo fez uma re-interpretação, não só possível, como necessária, alargando a visão do movimento como uma das lutas sociais pela conquista da independência do Brasil, com a participação da população sertaneja – lavradores, vaqueiros, artesãos, escravos e fazendeiros – lutando contra a dominação das oligarquias rurais que subiram ao poder com a independência proclamada em 1822. (DIAS, 2008, p, 202)

As considerações de Dias (2008) mostram a relevância da participação da população piauiense no conjunto de espaço de luta pela independência, o que se distingue de outros movimentos de confrontos entre as oligarquias no Brasil. A participação do conjunto de diferentes segmentos de camponeses está associada às necessidades urgentes, sobretudo, de



acesso ao espaço de vida. Dias destaca que os grupos se multiplicaram e se espalharam pelo interior da província e pelas margens dos rios.

Mediante o contexto de acesso legal às terras por quem a usava e de silenciamento das lutas camponesas por parte da historiografia oficial, percebemos que o Piauí, com destaque para a população camponesa até os dias atuais, convive com um conjunto de negação de direitos. E isso inclui até mesmo o direito de ter uma identidade, visto que a própria história, além de oprimir, ainda negou o direito de afirmação de quem são os verdadeiros camponeses piauienses. Em meio a esse contexto, duas realidades entram em confronto no contexto real do povo do Piauí. Por um lado, existe o conformismo e a aceitação da realidade como era e como deve ser contada e aceita pelos próprios oprimidos. Por outro, há diversas lutas de resistência com resultados positivos que fortalecem os espaços de resistência até os dias atuais. Como diria Dias (2008), ficou soterrada nos escombros da memória, sendo mal-entendida e até mesmo alvo de interpretações ou representações sociais que distorcem a realidade, negando a importância das lutas camponesas nesse processo.

Em todo o território habitado por camponeses piauienses foram surgindo lutas isoladas em diferentes espaços. É provável que o isolamento entre as regiões tenha dificultado a articulação e, até mesmo, a divulgação entre as comunidades. Aos poucos, as lutas foram ganhando adesão e apoio de diversos segmentos da sociedade. Como ressalta M. Alencar (2010) com o passar do tempo, o poder quase absoluto dos fazendeiros começou a ser questionado. Logo, outra visão dessa história passou a ser questionada e divulgada com o apoio de religiosos e autoridades do Maranhão naquela época.

A luta pela terra no Piauí cresceu e começou a envolver colonizadores, exploradores e trabalhadores com interesses e poderes diversos entre si. Os posseiros foram os mais afetados, visto que foram manipulados devido à falta de conhecimento do contexto vivido na época. A fim de compreender essa realidade, Porto pontua que:

Esse foi o prelúdio de grande luta que começava a se esboçar entre o obscuro povoador do Piauí e o titular das sesmarias; entre o posseiro obstinado, cujo nome a história esqueceu, e o sesmeiro dono das terras, habitante das cidades, para quem o esforço da conquista resumira-se numa pequena batalha de antecâmaras. (PORTO, 2019, p. 85)

Esses espaços de luta pela garantia de direito dos camponeses piauienses, que sempre ocupavam cada porção do território, necessitavam de articulação com algo que internamente poderia fazer parte da vida dos sujeitos que viessem a fomentar as lutas. Um dos elementos que sempre fomentou as lutas camponesas em todo o Brasil foi a cultura através de identidades



próprias. Alguns personagens marcam essas culturas em cada parte do território, sendo ainda mais presente nas regiões do sertão que compõem grande parte do Piauí. Albuquerque Júnior (2011) menciona a figura do cangaceiro e do beato como indivíduos marginalizados pela sociedade e vistos como heróis pelos marginalizados, podendo ser usados como exemplos de luta contra a opressão.

Os movimentos sociais do campo no semiárido contribuíram para a construção de uma sociedade livre, de pessoas donas de seus destinos. Isso tem elevado a consciência de liberdade do povo diante da opressão causada pelo clientelismo utilizado pelas oligarquias da região. Pontes (2013, p. 724) considera que os movimentos sociais do campo, como sujeitos coletivos de direitos e políticas, expressam e reafirmaram a capacidade transformadora dos homens e das mulheres do campo, quando se movimentam em marchas e ações coletivas buscando um objetivo comum.

Desde o período da luta pela independência do Piauí, diversos outros movimentos em defesa da posse de terra e de outros direitos têm ocorrido no estado. Todavia, nossas buscas em documentos a partir de 1970 evidenciam que a historiografia oficial não deixou registros a respeito dessas lutas de resistência. Como mencionamos neste estudo, o fortalecimento das lutas no Piauí teve forte influência da cultura local. Os caminhos percorridos foram e continuam sendo muitos: conversas entre mulheres na fonte onde buscam água ou lavam roupas; proseado durante farinhadas, feiras, trabalhos na roça e partilha de frutos na Semana Santa; relações entre vizinhança; troca de experiências com medicina alternativa; e encontros em circunstâncias como enterro e visita de cova, missa, peregrinação, procissão, reza e terço. Esses espaços diversos reúnem pessoas que, de certo modo, refletem sobre as condições de vida entre os semelhantes.

Entre os espaços de articulação nos diferentes locais, existiu uma forte contribuição de setores da Igreja Católica em todo o Nordeste. Isso contribuiu, inclusive, para o surgimento das Ligas Camponesas (1954-1964), movimento de repercussão nacional que se iniciou no Nordeste. Nesse contexto, Fausto menciona que:

No ano seguinte a divulgação da Carta de Salvação do Nordeste realiza-se, entre 21 a 26 de maio de 1956, a Conferência dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, que inaugura a ofensiva oficial da igreja rumo a uma efetiva penetração no campo. O organizador da Conferência foi o criador e secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Helder Câmara, que congregou, por ocasião da reunião, algumas das mais expressivas novas lideranças do clero. (FAUSTO, 1991, p. 162-163)



A exemplo dos incentivos formais por parte de setores da CNBB, bem como por outros espaços registrados desde o final dos anos 1960, P. H. Machado (2002) aponta que as lutas pela posse e pelo uso fático de terras e água superficial — fatos caracterizadores dos processos de extermínio e espoliação — iniciaram-se em um período histórico anterior às primeiras concessões de sesmarias. Estas, por seu turno, foram realizadas pelo Estado Português em benefício dos sucessores dos construtores dos primeiros currais de pedra, edificadas nos vales dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense.

Diante disso, notamos que a estrutura agrária piauiense é marcada, de forma geral, por dois contextos. O primeiro refere-se ao impedimento de os camponeses terem acesso legal às terras, num cenário de disputa local somada ainda à disputa por terras devolutas com estados vizinhos. O segundo, por sua vez, corresponde à luta pela garantia de direitos de acesso e uso legal da terra por parte dos camponeses, transformando-a em espaço de vida e produção.

No Estado do Piauí, a estrutura agrária mantém uma relação direta com o trabalho e o modo de produzir por ser um estado predominantemente agrário. Uma estrutura depende da outra para se desenvolver. Como mencionado por Adad e Lima (1987), a agricultura é praticada por pequenos produtores, sendo a maioria sem-terra. Esses camponeses trabalham através do sistema de arrendamento ou posse. Enquanto isso, a pecuária e o extrativismo são as atividades exercidas de modo geral em imensas extensões de terra. Trata-se de um espaço marcado pelo estereótipo de inferioridade, apesar das diversas potencialidades com exemplos recentes bem-sucedidos.

No tocante à questão agrária associada à economia, esse tipo de atividade era, inicialmente, praticada pelos povos nativos, que produziam apenas o necessário. Com a colonização dos portugueses na segunda metade do século XVII, iniciou-se a pecuária extensiva. Essas duas práticas agrícolas continuaram sendo praticadas simultaneamente por meio da pecuária extensiva, sendo ampliada por outros modelos semelhantes, sempre atendendo aos mesmos objetivos de abastecer o mercado externo. A outra prática se assemelha à dos povos nativos, sendo continuada por comodatários, herdeiros, pequenos proprietários, posseiros e sem-terra.

As políticas públicas para o campo piauiense, seja para o acesso à terra ou para o desenvolvimento da produção, sempre teve como prioridade a grande produção para o mercado externo. Em contrapartida, a pequena produção sequer fez parte de políticas permanentes.

Para a regularização das terras devolutas, o governo do Piauí, mediante a apresentação de projetos de desenvolvimento, elaborou a Lei nº 5.966, de 13/01/2010, que regulariza a questão fundiária na região do cerrado piauiense, e a Lei nº 7292, de 06/12/2019, que dispõe



sobre a política estadual de regularização das ocupações exercidas sobre terras públicas e devolutas pertencentes ao Estado do Piauí.

Considerando-se como exemplo as leis citadas, embora não excluam a variedade das formas de ocupação, como ocorre com os camponeses que necessitam das propriedades para sobreviver, percebemos que esses dispositivos legais possuem como objetivo principal a concessão de terras para grandes empresas que se interessam em se instalar no estado.

A Lei Estadual nº 3.271/73 incorpora as terras devolutas ao patrimônio da Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI, autorizando a alienação [de] terras públicas a empresários em investir no Piauí, mediante a apresentação de projetos de desenvolvimento. A facilidade de acesso a recursos federais altamente subsidiados e a incentivos fiscais e financeiros administrados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. (Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR e outros), provoca uma verdadeira corrida às terras piauienses. Além das iniciativas da diocese de Oeiras e do Padre José de Anchieta M. Cortez, através da Ação Social do Vale Gurgueia, que conseguiram implantar várias colônias de agricultores no sul do Estado. E também a experiência piloto de redistribuição de terras desenvolvidas no âmbito do POLONORDESTE/projeto de desenvolvimento Rural Integrado Vale do Parnaíba, através do qual cerca de 197 mil hectares de terras adquiridas e redistribuídas para aproximadamente 3.653 famílias de trabalhadores rurais sem terra. (INCRA-PI, 2003, p. 15)

Esses dados do INCRA-PI (2003) apresentam pouca ou quase nenhuma alternativa que objetiva beneficiar os camponeses que vivem e necessitam da terra, o que gera um processo de exclusão de acesso até mesmo às terras devolutas que apenas demandam ser regularizadas. Na verdade, o Governo do Piauí não está aproveitando a utilização de titulação para distribuir sistematicamente essas terras, o que poderia ser feito por meio do órgão de regularização fundiária do estado, o INTERPI, com o apoio da Assembleia Legislativa a partir das leis de regularização fundiária. O governo apenas reproduz nas terras públicas a desigualdade que já existe nas terras particulares, como ocorre, entre outros exemplos, com a lei de regularização das terras do cerrado.

Para atualização dos dados agrários do Piauí, a partir de meados do século XX e início do século XXI, utilizamos os dados apresentados pelo IBGE (2006) e INCRA-PI (2003). O INCRA-PI, através da atualização de imóveis rurais, registra informações sobre áreas contínuas de propriedades de um mesmo dono. Isso possibilita identificar o local, a quantidade e os proprietários das terras. O IBGE, através dos censos agropecuários realizados a cada cinco anos, recolhe informações sobre estabelecimentos agropecuários, ou seja, unidades de produção administradas por uma única pessoa, proprietária ou não das terras utilizadas.



Segundo dados do INCRA-PI de 1972, os 106.884 imóveis (propriedades) cadastrados ocupavam uma área de 13.904.000 hectares, referindo-se a 55,4% de toda a superfície do Piauí. Os dados do IBGE de 1980 mostram que 249.129 estabelecimentos ocupavam uma área de 11.162.097 hectares, correspondente a 44,4% da área total. Com esses dados, verificamos que ainda faltam muitas terras para cobrir a superfície total do estado, composta por mais de 25 milhões de hectares. Mesmo descontando as áreas urbanas, as lagoas e os rios, ainda há uma extensão considerável de terras não apropriadas do Piauí. É relevante descobrir como essas terras estão sendo ocupadas.

Conforme dados do INTERPI, órgão responsável pela demarcação e titulação das terras devolutas do Estado, até o ano 1982, foram identificadas mais ou menos 8 milhões de hectares de terras devolutas. De toda essa extensão, em 1982, foram marcados 1.931.858 hectares, sendo entregues 1.219 títulos do tamanho de 5 a 100 hectares, abrangendo um total de 57.677 hectares. Foram vendidos 212 lotes de cem a mil hectares, somando um total de 91.996 hectares. Em meio a toda titulação, conforme o INTERPI, ainda estão disponíveis 730.174 hectares.

Referindo-se aos dados agrários do início do século XXI, M. Alencar (2010b) apresenta que:

A estrutura fundiária no Estado, segundo dados de 2001, continua alarmante concentrada, pois 75,9% da área total do Estado é ocupada por propriedades de mais de 100 hectares, das quais 7,3% estão na faixa de 5.000 até 10.000 hectares; e 1,4% acima de 10.000 hectares, chegando até 50.000 hectares. Quando se confronta a área ocupada com o número de estabelecimentos, verifica-se que 80,8% dos estabelecimentos ocupam 23,4% da área com até 100 hectares. Já 19,2% dos estabelecimentos ocupam uma área de 75,9%, definido claramente a concentração de grande quantidade de terra nas mãos de uma minoria privilegiada de grandes agricultores. (ALENCAR, M., 2010b, p. 44).

Em virtude de o estado possuir uma economia predominantemente agrária e apresentar a questão da pequena propriedade e a produção familiar, é perceptível que essa prática tenha encontrado sérios problemas para o desenvolvimento, sobretudo, por falta de regularização desses espaços de vida e produção. Com base nos mecanismos que utilizamos para identificar a realidade agrária do Piauí, relacionando a história com a realidade atual, percebemos que a CPI dos conflitos agrários do Piauí, instaurada pela ALEPI em 1998, foi um estudo conclusivo para se compreender as questões da posse de terra no estado.

Após analisar o documento construído, os membros da CPI concluíram que a estrutura agrária é altamente concentracionária, apresentando realidades diferenciadas conforme as



regiões do Estado do Piauí. Os dados identificam certa irregularidade na estrutura fundiária piauiense:

Com base na conclusão do Relatório da referida Auditoria, foram constatadas as seguintes irregularidades: a) foram adquiridas propriedades mesmo existindo Laudos Técnicos considerando-as inaptas para a agricultura; b) foram adquiridas propriedades sem as escrituras junto ao Processo e sem os registros de imóveis; c) foram adquiridas propriedades cujas áreas encontradas eram inferiores às áreas mencionadas nas escrituras, diferenças estas superiores a 5% e sem a devida devolução de valores constantes do contrato; d) ocorreram pagamentos superiores às avaliações contidas nos Laudos Técnicos, como também pagamento superior ao contrato; e) foram comprados imóveis com áreas ainda não identificadas; f) houve adulterações de Laudo Técnico de Avaliação. (ALEPI, 1998, p. 10)

Os assessores técnicos da CPI constataram, nesta fase da inspeção realizada na Divisão de Cadastro e Tributação do Superintendência Regional – (SR) 24, que:

a) um grande número dos imóveis rurais adquiridos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, identificadas nominalmente no Dossiê repassado pelo Diretor presidente da COMDEPI a CPI, não foi cadastrado; b) alguns imóveis rurais adquiridos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, identificadas nominalmente no Dossiê repassado pelo Diretor – Presidente da COMDEPI à CPI, foram cadastrados com áreas inferiores às áreas reais adquiridas; c) alguns imóveis rurais adquiridos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado identificadas normalmente do Dossiê repassado pelo Diretor – Presidente da COMDEPI à CPI, que haviam sido cadastrados não foram recadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (ALEPI, 1998, p. 41).

Após análise das referidas certidões e interpretação das informações contidas nas Notas Taquigráficas dos depoimentos do agrarista P. H. Machado como membro depoente da CPI e dos representantes da CPT, MST e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí (FETAG), a CPI concluiu que há a necessidade de agilização nos ajuizamentos e acompanhamentos de Ações Discriminatórias para que sejam identificadas e incorporadas as terras públicas devolutas estaduais ao Patrimônio Imobiliário Rural Estadual.

As análises e os confrontos de documentos referentes às pretensões de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, pertencentes a aquisições de terras públicas estaduais formalizadas perante o Instituto de Terras do Piauí, possibilitaram que a CPI identificasse a ocorrência de convergência de interesses dos pretendentes quanto à aquisição de terras públicas patrimoniais estaduais. Os interessados objetivavam os municípios onde o INTERPI tinha iniciado ou



concluído procedimentos jurídicos visando à incorporação de terras públicas ao Patrimônio Rural Estadual.

O relatório da CPI (ALEPI, 1998, p. 63) recomendou ao governador do Estado do Piauí naquela época, Francisco de Assis Moraes Sousa, a extinção do INTERPI e da COMDEPI, por demonstrar serem incapazes de executar a política fundiária. Além disso, esses órgãos públicos foram e são responsáveis pelo agravamento da estrutura fundiária do Piauí por terem originado tanto os novos latifúndios, decorrentes de alienações onerosas (vendas) que beneficiaram grupos empresariais e políticos, como também os novos minifúndios, que são resultantes das injustificáveis alienações gratuitas (doações) de frações de imóveis rurais. Essas áreas foram inferiores ao módulo rural definido para cada município piauiense através da expedição de Títulos Definitivos de Doação para os posseiros diretos. A finalidade disso era garantir as carreiras políticas dos integrantes dos partidos e as facções que se alternaram no exercício do poder. Após analisar os dados coletados e confrontá-los com os documentos repassados pelos órgãos públicos, os responsáveis pela CPI relataram os seguintes resultados sobre a questão agrária no Piauí:

- 1) os conflitos agrários, muitas vezes dissimulados na historiografia oficial, existem no Piauí desde a época das concessões das primeiras sesmarias. Primeiramente, as tensões ocorreram entre índios e sesmeiros. Posteriormente, os problemas começaram a envolver os posseiros e os descendentes de sesmeiros;
- 2) atualmente, a ocorrência de conflitos agrários está disseminada em todo o território do Piauí. Isso decorre do confronto de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e os grupos empresariais proprietários de imóveis rurais, na maioria dos casos adquiridos por compra e desmembramento do Patrimônio Imobiliário Rural Estadual. Isso pode ser constatado, principalmente, quando os conflitos agrários ocorrem nos municípios das regiões sudeste e sudoeste do estado;
- 3) a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (COMDEPI) e o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) foram ineficientes durante os períodos de suas respectivas atuações como administradores do Patrimônio Imobiliário Rural Estadual e executores da Política Fundiária Estadual. E, infelizmente, esses órgãos realizaram uma antirreforma agrária, pois através de suas atuações realizaram vendas de terras públicas estaduais a pessoas físicas e jurídicas de direito privado, o que resultou no surgimento de novos latifúndios (dissimulados de empresas rurais). Além disso, ocorreu ainda a doação de terras públicas estaduais, em frações inferiores ao módulo rural do município



de localização, aos mais vulneráveis na sociedade, o que resultou no surgimento de novos latifúndios e minifúndios.

Ante o exposto, após quatro anos quase sem nenhum avanço sobre execução da reforma agrária, especialmente das áreas de terras pertencentes ao Estado, a organização do povo, da pressão política, dos movimentos sociais do campo que contribuíram na eleição do *governo democrático* em 2003 e do governo do Piauí, por intermédio de órgãos como INCRA, INTERPI, Programa de Crédito Fundiário e Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), elaboraram o Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí 2003-2010. O plano teve o objetivo de estabelecer as diretrizes estratégicas e operacionais, as metas e o aparato institucional para o período de oito anos entre 2003 e 2010. A reforma agrária no Piauí objetivava implementar mudanças de forma massiva, participativa e democrática com base em um modelo de gestão que deveria envolver todas as instâncias de governo e da sociedade civil organizada. O plano visava ainda à inclusão social buscando dinamizar as economias locais e regionais a partir de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável, com base num reordenamento do espaço territorial rural.

O plano apresenta um modelo de reforma agrária com metas bem definidas e com a participação da população. Toda a construção ocorreu em diálogo com os assentamentos, movimentos e organizações sociais do campo, posseiros e a sociedade de forma geral. Os objetivos criados estabelecem metas que devem ser cumpridas durante o período de oito anos. No entanto, o plano não define as metas para o contexto atual, o que prejudica o acompanhamento e monitoramento de sua execução.

A maior demanda de execução do plano de reforma agrária estava sob a responsabilidade do INTERPI, órgão que deveria regularizar as terras devolutas e as terras de posseiros não regularizadas, desde que não fizessem parte de patrimônio privado. Em tese, essa demanda não representaria sérios problemas para o Estado, visto que não se tratava da aquisição de terras através da compra, mas da legalização.

No conjunto do plano, o INTERPI apresentou um programa bem definido e fundamentado na realidade, com metas e ações objetivas para o período de oito anos, tendo como princípio as ações já realizadas. O INTERPI não ofereceu condições estruturais de operacionalização para execução do plano como parte das primeiras metas da reforma. Como mencionado, o plano apresentou, de forma geral, metas definidas e objetivas para sua vigência. Apesar de ter tido participação da sociedade em sua estruturação, o plano não apresentou ações e metas anuais, o que poderia ter prejudicado a execução e o monitoramento.



Depois de alguns anos da construção do plano, os movimentos sociais do campo, como a CPT e o MST, por meio de acompanhamento e monitoramento, perceberam que as ações do plano de reforma agrária do Piauí não saíram do papel.

Embora o plano tivesse boas intenções de atender às demandas populares, os resultados não foram positivos porque as propostas não foram executadas, pois o Estado priorizou outras demandas. Além dos fatores que contribuíram para que o plano não fosse realizado, faltaram as metas anuais, o que culminou com a finalização do plano sem que as metas fossem cumpridas nem mesmo parcialmente.

O fim da vigência do plano de reforma agrária do Piauí apenas confirma e reproduz a prática do Estado com o compromisso em solucionar os problemas agrários do Estado. Como realçam Adad e Lima (1987, p. 99, grifo do autor) “os órgãos governamentais responsáveis pela ‘reforma agrária’ no Piauí têm se distanciado bastante dos objetivos que se propuseram pelo menos daqueles contidos em programas de trabalho”. O que acontece na prática é o distanciamento do Governo do Estado em atender ao menos em parte a demanda vinda do campo e priorizar os grandes projetos do agronegócio.

Concomitantemente à vigência do plano de dezembro de 2010 e às metas não realizadas, o Estado sancionou a Lei nº 5.966, de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a regularização fundiária da região do cerrado piauiense. Essa lei surgiu para consolidar o latifúndio da região. O Art. 4º da referida Lei expõe todas as formas de regularizar as terras sem títulos de posse e ocupadas indevidamente ou ainda a convalidação de títulos indevidos:

Art. 4º Para promover a regularização fundiária da região do Cerrado Piauiense, fica o Poder Executivo autorizado a adotar as seguintes medidas:

I - alienação precedida de procedimento licitatório ou com dispensa deste nos casos previstos nesta Lei;

II - doação;

III - arrendamento;

IV - convalidação dos títulos emitidos de forma equivocada e/ou sem autorização legislativa pela Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI ou pelo Instituto de Terras do Piauí - INTERPI com o devido pagamento prévio do saldo devedor remanescente, quando for o caso. (PIAUI, 2010, grifo do autor)

Em síntese, percebemos que há contradições do Estado no tocante à reforma agrária. Os órgãos do Estado, ao lado dos movimentos sociais da sociedade civil, elaboraram um plano que



deveria atender à falta de estrutura estatal. Todavia, o plano não foi executado. Em contrapartida, mesmo sem possuir estrutura adequada, leis que incentivam as grandes empresas do agronegócio foram aprovadas. É desse processo que surge o equívoco por parte do Estado.

Por fim, embora se reconheça a presença do latifúndio e a necessidade de ocupação das grandes propriedades que não cumprem a função social, sejam propriedades privadas ou estatais, por trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, acreditamos que os maiores problemas agrários — que exigem solução imediata — são a regularização fundiária das pequenas propriedades já ocupadas por famílias e comunidades camponesas. O problema da regularização não atinge apenas a região das grandes empresas latifundiárias do agronegócio, como ocorre no cerrado. Os problemas atingem qualquer região que, embora constituída de pequenas propriedades, caso não sejam legalizadas, enfrentam graves problemas com as grandes empresas de diferentes ramos do capital. É por isso que têm aumentado e se intensificado as lutas de resistência das comunidades camponesas em todo o Piauí ao longo da história.

O campo piauiense, assim como praticamente todo o território brasileiro, tem sido marcado pela intervenção do capital de diferentes formas. Contudo, nos últimos 20 anos, essa intervenção tomou outra dimensão com a chegada dos macros projetos econômicos do capital. Em meio a essa realidade e ao aumento dos problemas agrários, herdados de um processo de ocupação baseado no extermínio, na expropriação de família e no modelo imposto pelas grandes empresas do capital nas duas últimas décadas, surgem as diferentes formas de violência e conflito no campo, especialmente no século XXI. Para ilustrar essa realidade, registramos o número de tensões ocorridas no Piauí conforme o caderno de conflitos da CPT. Utilizamos como referências de amostragem os dados de 2014, 2017 e 2018.

Consideramos o ano de 2014 como referência principal por terem se intensificado ainda mais nesse período os projetos de mineração no semiárido, somados aos demais projetos do capital existentes naquela época. No semiárido piauiense, conforme relatos do Sr. Miguel, morador da comunidade Manga Velha, em Curral Novo do Piauí, onde se localiza o maior potencial mineral, desde 2007, a região vem sendo atingida por pesquisa de projeto mineral. Porém, os conflitos surgiram e se intensificaram em 2013. Conforme dados do Caderno de Conflitos da CPT, no ano de 2014, dos nove conflitos que a CPT registrou no Piauí, sete envolvem questões sobre mineração.

Os conflitos mencionados se originam do *discurso da modernidade* pregado pelas empresas do capital e propagado pelo Estado. O Estado do Piauí, por meio de seus poderes



constituídos, incorpora e defende esse discurso de modernidade por meio da mineração sem se ater aos conflitos que podem surgir, como observa Aráoz:

O discurso oficial da mineração se subscrive definitivamente ao horizonte colonial do desenvolvimento. Para ele, o mundo contemporâneo é o mundo do progresso. Toda inovação tecnológica produzida no contexto da modernidade é vista necessariamente de suas inovações, impactos e consequências. (ARÁOZ, 2020, p. 79)

Apesar da redução do número de conflitos na região do semiárido piauiense, em 2017 a CPT registrou 19 conflitos envolvendo famílias posseiras que lutam pela garantia do direito de permanência em seus territórios. Todos os conflitos estão localizados na região do cerrado, onde se concentra grande interesse do capital a partir dos grandes projetos de monocultura da soja. Os conflitos pela terra e a violência no campo já fazem parte da história do Piauí. Considerando-se a estrutura de poder e a necessidade de intervenção do capital, essas tensões começam a assumir novas formas. Atualmente, a violência estrutural do capital se baseia na expropriação de famílias para a implantação de grandes projetos de diferentes tipos, o que gera conflitos não apenas pela posse da terra, mas pela permanência na propriedade.

Os conflitos da atualidade abrangem dimensões de diferentes formas. Até as propriedades abandonadas, consideradas sem nenhum valor econômico, muitas vezes ocupadas por famílias ou para criação de animais, estão sendo alvo de disputa do capital quando se percebe a existência de eventuais riquezas no lugar.

Durante muito tempo, partes das regiões do Piauí aceitaram com certo conformismo a realidade imposta pelo colonizador e pelo poder da época. Posteriormente, esse poder passou a ser exercido pelos coronéis e pelas oligarquias. Por conseguinte, surgiram os espaços de resistência que provocam diversos tipos de conflitos. Fabrini (2008) salienta que as lutas dos camponeses não ocorrem tão somente pela posse da terra, mas pela resistência ao capital.

O poder dos coronéis e a submissão às oligarquias políticas são marcas fortes da região que compõem o semiárido piauiense. Isso se deve aos problemas da seca e às necessidades urgentes de água e alimentos para a população, que se subordina a tais práticas para garantir a sobrevivência. Historicamente, além dos problemas da seca, as famílias da região do semiárido piauiense enfrentam a escassez de políticas públicas que possam aprimorar os modos de convivência com os fenômenos naturais da região. Desse modo, o nível de luta e resistência das famílias camponesas tem aumentado em busca de alternativas para superar essa realidade.

Apesar do desenvolvimento de ações alternativas, projetos de ONGs e algumas políticas de Estado desenvolvidas a partir do ano de 2003, os pesquisadores apontam que os problemas



do semiárido permanecem inalterados, devido à falta de políticas efetivas que atendam às demandas destacadas pelos estudiosos. Diante disso, os conflitos continuam se expandindo. Os saques, principalmente nos anos de estiagem mais prolongada, foram os meios de luta de sobrevivência das famílias do semiárido que não aceitavam mais serem subordinadas ao coronelismo. Os dados do caderno de conflitos da CPT apontam a existência de diversos saques ocorridos em diferentes municípios do semiárido.

Ao longo do tempo, com o apoio de grupos de luta pela terra, sejam movimentos sociais ou movimentos liderados por segmentos da Igreja Católica, baseados na Teologia da Libertação, os níveis de resistência foram fortes no semiárido. O principal fundamento centra-se na defesa da vida como dom de Deus e da terra como criação divina. No contexto do semiárido, a relação da Teologia da Libertação com a mística da CPT constitui-se como elemento forte de resistência:

Primeiro Deus criou a terra para todos. Depois os fazendeiros a encheram de cercas, expulsaram os sertanejos e fizeram dela uma mercadoria. Uma coisa que compra e vende. Segundo, Deus fez cair a água e escoar pelos rios. Ai os latifundiários represaram os rios e guardaram a água que caía nas suas fazendas, por fim homens tão poderosos que tomaram para si o que foi feito para todos, se apoderaram também do poder do Estado que foi feito pela minoria para dominar a maioria. (CPT-PI, 1984, p. 3)

Essa perspectiva da relação de luta pela terra, pelo território e pela vida, tendo por princípio a Teologia da libertação, constitui-se como marco forte em todo o Nordeste brasileiro. No Piauí, isso pode ser observado no semiárido do sudeste piauiense e na porção do território que compõem a Diocese de Picos. Os dois marcos fortes são as missões sindicais, as romarias da terra e da seca e os movimentos de oposição sindical.

O movimento de luta e resistência durante as quatro últimas décadas do século XXI resulta, certamente, de toda a história de sofrimento e repressão vivida por esses povos. São movimentos marcados por diferentes formas de resistência. Contudo, essas formas de organização que se baseiam na Teologia da Libertação a partir das CEBs desencadeiam em diferentes movimentos e organizações camponesas. Podemos citar como exemplo as comunidades quilombolas que, a partir das CEBs, fortalecem a luta pelo território.



4.2 Resistência territorial de comunidades quilombolas no semiárido do sudeste piauiense

Em 1980, a região sudeste do Piauí, espaço geográfico que compreende a Diocese de Picos, foi marcada pelo fortalecimento da luta dos camponeses por incentivo e apoio das CEBs. A mobilização se estendeu para as décadas seguintes, culminando com o surgimento de diversas organizações e vários movimentos, como as comunidades quilombolas. A história aqui apresentada, com fortes marcas de repressão, faz parte do próprio desenho e dos traumas que representaram a vida desse povo, despertando a necessidade de luta pela vida nos territórios. Esses marcos comportam diversas comunidades de camponeses com características próprias, muitas delas formadas por povos descendentes de quilombos²⁰.

No Piauí, os quilombos têm se tornado objeto de debate, estudo e luta pelo reconhecimento dos direitos às terras que ocupam há várias gerações. Desde a Constituição de 1988, por meio do Art. 68, sobre o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi previsto o reconhecimento e a titulação das chamadas terras de quilombo.

Entre as diversas comunidades quilombolas, foram definidas como base de estudo, nos anos 1990, as comunidades quilombolas Sumidouro e Tapuio, em Queimada Nova, Piauí. Na primeira década do século XXI, surgiu a Comunidade Quilombola Caititu, no município de Curral do Piauí. Essas comunidades passaram por diversos processos de resistência para o acesso definitivo a suas terras em diferentes momentos da história. Considerando-se a região que abrange este estudo, o município com data de emancipação política mais antiga é Paulistana. No território que compõe o citado município e os desmembrados dele existem diversas comunidades quilombolas demarcadas e outras em processo de demarcação. Diante disso, Estrela da Costa postula que:

A colonização da região do atual município de Paulistana começou no final do século 17, com a passagem do bandeirante português Domingos Afonso Mafraense, conhecido como Domingos Afonso Sertão. “Desbravando” uma extensa área dos atuais estados do Ceará e Piauí, acompanhado por uma tropa formada por brancos e indígenas, avançou pelo sertão, passando pelo Rio Canindé. Em 1674 fundou um arraial onde surgiria a Fazenda Paulistana, hoje cidade de Paulistana. A região foi então ocupada por fazendas de gado, inicialmente trabalhada com mão de obra escravizada indígena. Depois de os indígenas serem expulsos e dizimados, foram substituídos por escravizados trazidos da África. (ESTRELA DA COSTA, 2016, p. 4, grifo do autor)

²⁰ As terras de quilombo, como considera Estrela da Costa (2016), são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Esses territórios expressam a resistência a diferentes formas de dominação, cuja regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.



As técnicas possuem elementos históricos, bem como formas de organização e resistência semelhantes, tendo como princípio os elementos ancestrais. Porém, esses conhecimentos se assemelham às formas de organizações de outras comunidades da região. Por isso, a junção dos conhecimentos com o trabalho das CEBs desenvolvido por setores da Igreja Católica e construído a partir do jeito de cada comunidade aumentou os níveis de organização e resistência a eventuais ameaças a ambas as comunidades. O tópico seguinte aborda sobre a história de resistência da Comunidade Tapuio.

4.2.1 Comunidade Quilombola Tapuio: história de luta e resistência nos anos 1990

A história da Comunidade Quilombola Tapuio e os fatos que a constituem foram transmitidos pela participante de pesquisa Catingueira²¹ (nome fictício), moradora da comunidade, em entrevista oral concedida para este estudo em janeiro de 2020. Essa memória transmitida atualmente evoca a importância desse registro em cada geração, como indicado no Plano de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola: Comunidade Remanescente de Quilombo – Tapuio, do ano de 2019: “Graças à prática de contação de história desenvolvida por Ana Rosa, também conhecida como Mamãe Ana, a história da formação de Tapuio foi preservada e segue sendo passada oralmente às gerações” (ARCADIS BRASIL, 2019, p. 16). Catingueira relata que os primeiros negros chegaram àquela região há mais de 200 anos. Eram filhos de escravizados que lá chegaram após a aprovação da lei de libertação dos escravos.

Entre o Tanque velho e o Tapuio²² (locais denominados pela comunidade) existia o engenho. Pegaram os negros dizendo que era para criar (adoção), porém, era para trabalhar em forma análoga a trabalho escravo. Brígida foi levada embora e Dionísio foi morar com os outros. Ao se tornarem adultos, cada um criado por uma família diferente, os dois se casaram. Ganharam um pedaço de terra e alguns animais para seguir a vida. Estrela da Costa demonstra, por meio de relato, como se iniciou a história de Brígida e Dionísio, que resultou na constituição do território que hoje compõe a Comunidade Quilombola Tapuio:

²¹ A entrevista integral realizada com Catingueira em 2021 está disponível no Apêndice B. Conforme descreve Sena (2011), a catingueira é uma planta característica da caatinga, podendo ser encontrada em estados como Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. É uma espécie de porte pequeno com medidas de 4 a 12 metros de altura. As folhas caem rapidamente na estação seca e voltam a aparecer logo no início do período chuvoso. As flores são pequenas e amareladas, originando vagens que se abrem para a disseminação das sementes. Na medicina popular, o chá da casca é usado para combater anemia e hepatite.

²² Estrela da Costa (2016) comenta que Tapuio era o termo usado por povos indígenas de língua tupi para designar os povos inimigos. Dizem que no século XIX, a região da Fazenda Brejo, onde é hoje o território quilombola, além de contar com forte presença de negros, era um corredor por onde indígenas considerados tapuios transitavam e se refugiavam. Por esse motivo, a área ficou conhecida como Tapuio.



Pouco antes de morrer, em 1711, o bandeirante passou a maioria de suas fazendas para os jesuítas. [...] Uma dessas fazendas, a Paulistana, foi comprada pelo Capitão Valério Coelho Rodrigues, que a dividiu em propriedades menores. O Quilombo Tapuio foi formado em uma dessas propriedades, a Fazenda Brejo (ou Data Brejo), poucos anos antes da Abolição, há mais de 130 anos. O povoado de Paulistana – elevado à condição de vila em 1885, e de cidade em 1938, separando-se do município de Queimada Nova em 1992 – também surgiu nesse contexto de divisão da Fazenda Paulista. [...] Naquela época, os escravizados conseguiam formar pequenos sítios dentro das fazendas, que em geral abarcavam enormes territórios. O Sr. Alexandre da Silva era escravizado em um engenho de cana de açúcar perto de Paulistana, período em que nasceu seu filho Dionísio período de vigência da Lei do Ventre Livre e, como liberto, foi trabalhar como vaqueiro na Fazenda Brejo, de Raimundo Nonato. [...] Lá Dionísio se casou com Brígida e os dois passaram a trabalhar para o fazendeiro. Filha de negro e indígena, Brígida tinha sido criada desde criança pelo proprietário e sua esposa. Como pagamento pelo trabalho do casal, Raimundo Nonato e a esposa deram a eles um pedaço de terra dentro da fazenda, pedindo-lhes que a chamassem de “Alegria”. Dionísio preferiu o nome de “Vista Alegre”, mas, como o local na época era ponto de passagem e acampamento dos indígenas conhecidos como tapuios, o lugar acabou sendo chamado Tapuio. [...]. Pouco tempo depois, outros dois casais de ex-escravizados negros foram morar no Tapuio: o Sr. Antônio dos Santos e sua esposa, Sra. Marilinha dos Santos; e Vicente Ferreira dos Santos e sua esposa Tomaza Maria da Conceição, prima de Marilinha. Essas três primeiras famílias são consideradas as fundadoras da comunidade quilombola. (ESTRELA DA COSTA, 2016, p. 5, grifo do autor)

Era nesse espaço por onde passavam os índios, a chamada vereda do rio, com destino ao Rio São Francisco. R. Almeida (2006) pondera que o campesinato brasileiro é marcado pela mobilidade espacial, isto é, por um intenso caráter migratório, característica presente nas comunidades quilombolas, associada inclusive a sua história. Nas demais comunidades camponesas do Piauí existem essas características que marcam as comunidades quilombolas. Na última vez que os índios passaram escreveram *passagem dos tapuios*.

Brígida e Dionísio construíram nas terras que ganharam uma casa, um barreiro e plantaram uma tamarindeira, como mostram as Figuras 15 e 16 a seguir.



Figura 15 — Tamarindeira na Comunidade Quilombola Tapuio



Fotografia capturada na comunidade Tapuio durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

Figura 16 — Barreiro na Comunidade Quilombola Tapuio



Fotografia capturada na comunidade Tapuio durante trabalho de campo em janeiro de 2020.



Conforme mostram as pesquisas realizadas por Estrela da Costa (2016, p. 3), entende-se que “o território que hoje corresponde a Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Tapuio, ocupa uma área de 555 hectares, e é onde a comunidade mantém e atualiza suas tradições. Possui o certificado de autorreconhecimento emitido pela Fundação Palmares”. Quanto aos aspectos fisiográficos e territoriais, a comunidade, em 2019, caracteriza que “dista a 10 km da sede do município de Queimada Nova, extensão territorial 550, 21 hectares, 32 residências, em média 70 moradores [...]” (ARCADIS BRASIL, 2019, p. 17). A relação com o território remete à ancestralidade, especialmente à resistência e à luta das famílias pioneiras que se estabelecem com tão pouco em um lugar com tantas fragilidades ambientais. Toda a existência da comunidade, seja cultural, física ou social, está ligada ao que o território oferece.

A resistência das famílias remanescentes de quilombos permanece porque o mito da libertação dos escravos — que aconteceu com a Lei Áurea (1888), em que os negros *libertos* não dispunham de terras para morar e trabalhar — é reproduzido em diversas regiões do país há séculos. Conforme destaca M. Santos, em depoimento à revista Terras de Quilombo – Piauí, Tapuio é uma comunidade cercada por brancos:

A comunidade Tapuio é cercada por famílias brancas. Nós, negros, ficamos nesta região central. A comunidade sempre foi vista com um olhar negativo. Nas festas, os negros da comunidade não frequentavam festas de brancos porque eles não eram aceitos. Os que podiam ir eram apenas os negros que iam tocar viola. Os brancos falavam que em festa de branco, os negros não participam. Os brancos viam os negros apenas como mão de obra. (SANTOS, M., 2019, p. 6)

Mesmo possuindo uma pequena área de terra e sendo casados, Brígida e Dionísio continuavam trabalhando para os brancos. O casal ajudou a construir a população da comunidade com os filhos, que se casaram com pessoas da região. Entre os filhos, citamos Ana Rosa, Clautilde, Eva, Florencio, Francisca, José, Madalena e Maria Raimunda. Outras famílias começaram a morar na região e construíram parentescos, especialmente quando Ana Rosa se casou com Francisco Filho de Vicente. A partir dessas uniões, as famílias aumentaram formando as seguintes gerações: primeira geração: Brígida; segunda geração: Ana Rosa; terceira geração: Vicente e Simplício; quarta geração: Luzia e Francisco; e quinta geração: Lourivaldo.

As primeiras gerações vieram de outras regiões, especialmente de São João do Piauí. Todavia, Dionísio veio de Pernambuco. Com o crescimento populacional, a cultura foi se diversificando, sempre relacionada às origens de cada um. A religiosidade começa com a



novena (Santa Maria Eterna) no mesmo período das primeiras casas. Quando terminava a novena, iniciava-se a roda de verso, o leilão e o reisado. Mais de 12 famílias realizavam a novena. O relato de Catingueira contempla o que afirma o Plano de Gestão Territorial e Ambiental quilombola, construído em 2019:

O reconhecimento dos laços familiares e do esforço de Dionísio e Brígida para se estabelecerem em um local onde nada havia, fortaleceu – e fortalece até hoje – o censo de comunidade e pertencimento ao território entre os moradores de Tapuio, o que pode explicar a figura de liderança exercida por seus moradores na luta pelos direitos quilombolas. Outros movimentos parceiros que marcam o senso de ocupação territorial compartilhada da comunidade são as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB) e o Movimento de Educação de Base (MEB), vinculados aos projetos de educação popular de Paulo Freire. Esses contatos permitiram o desenvolvimento crítico da história local de Tapuio e incentivaram a prática da contação de história, de modo a preservar as tradições e a memória sobre os antepassados. (ARCADIS BRASIL, 2019, p. 17)

Tapuio é uma região construída por diferentes culturas. Entre as diversas práticas destacam-se a rezadeira (terra, água e fogo), o rezador (animais, crianças e mordida de cobra), as parteiras, os chás, os xaropes e o uso de diferentes plantas medicinais. Era forte a prática da partilha com a vizinhança, ajudando a cuidar da terra.

A Comunidade Quilombola Tapuio, assim como as demais comunidades quilombolas já certificadas ou em processo de certificação do município de Queimada Nova, segue a religião católica. Por ter um calendário religioso abrangente, Tapuio não possui um único padroeiro, considerando-se todos os santos e as santas como padroeiros da comunidade. Catingueira comenta que o calendário da comunidade é marcado pela realização de festas religiosas: em março, festeja-se São José; em julho, são os festejos de Santo Antônio; em novembro, Nossa Senhora da Conceição; e, em dezembro, ocorre a festa de Nossa Senhora do Livramento. Soma-se a essas festas o reisado, que só é praticado pelos negros. Os tocadores sempre foram os negros. As cantigas de roda também são cantadas somente por negros. Os negros são os que rezam a novena tradicional. Esses são alguns traços que diferenciam a cultura entre os brancos e os negros na comunidade.

Nesses territórios quilombolas, as formas de organização social e política mantêm sua base na religiosidade. As principais lideranças têm formação baseada na Teologia da Libertação, por intermédio do MEB e das CEBs. Catingueira relata que o trabalho das CEBs foi muito forte em toda a região, em especial na comunidade Tapuio. Em 1979, o Pe. Antônio



começou o trabalho das CEBs. Em seguida, Pedro Severo deu continuidade. Em 1981, começou a catequese e, em 1982, o trabalho com jovens, recebendo a visita pastoral do Bispo.

No trabalho motivado pelas CEBs, aconteciam o mutirão nas roças e as reuniões com leitura bíblica, reflexão e ações concretas. Ademais, surgem a Catequese, os grupos de jovens e a celebração, sempre utilizando a mesma metodologia pautada na tríade ver, julgar e agir. Foi em 1980 que a organização se intensificou:

O movimento político da comunidade sempre esteve associado ao religioso, uma vez que as tradicionais novenas e festejos também são espaços de associativismo, que despertaram as tomadas de decisão conjunta, delegação de tarefas e articulação entre os moradores. Assim, as reflexões espirituais vão além do protagonismo de cada um pelos seus próprios métodos de ver, julgar e agir, permitindo a conscientização acerca de sua condição social e a identificação de caminhos de ação para transformar sua realidade e a de seus próximos. (ARCADIS BRASIL, 2019, p. 16)

Foi a partir das CEBs e das origens da comunidade que se intensificaram as diversas experiências de organização, desencadeando-se em um conjunto de ações, sempre usando os diversos níveis de luta e resistência, quando necessário. No ano de 1987, surgiu na comunidade o Movimento de Educação de Base (MEB), uma escola coordenada por setores progressistas da Igreja Católica. A metodologia de ensino do movimento pregava que a pessoa da comunidade com maior nível de escolaridade deveria ser o alfabetizador dos demais membros da comunidade. Foi essa escola que despertou a busca por conhecer e registrar a história da comunidade, ou seja, escrever sua própria história. Como a comunidade não dispunha de escola, as crianças negras estudavam na comunidade branca, o que causou muita discriminação. Atualmente, todos os estudantes da comunidade frequentam escolas da sede do município de Queimada Nova.

A partir desse conjunto de trabalho foram surgindo os diversos espaços de participação, sendo a Pastoral da Juventude (PJ) uma grande força na organização da comunidade. Em 1989, Maria, uma jovem negra da comunidade, assumiu a coordenação paroquial da PJ. Em 1992, ocorreu a criação do município de Queimada Nova. Nesse mesmo ano, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), com o apoio dos grupos sociais da Igreja Católica. O STTR do município de Queimada Nova surgiu como contraponto à estrutura sindical assistencialista. Emergem da Comunidade Quilombola Tapuio as referências das CEBs, da paróquia e do STTR do município. Maria assumiu o STTR e Osvaldina assumiu as CEBs, espaços excelentes para a organização do povo para as diversas formas de luta e resistência.



A partir das CEBs e das formações, a população passa a tomar consciência do conhecimento da história da comunidade. Em 1998, começou-se a discutir a questão racial nas comunidades Barro Vermelho, Chupeiro, Ipiranga, São Martins e Tapuio. As principais lutas foram por autorreconhecimento; projetos de infraestrutura para atendimento das necessidades básicas; projetos produtivos como forma de sustentação própria; luta pela candidatura social dentro da política local e estadual, associado à religiosidade popular (social, político, racial, familiar e socioambiental).

Em 2000, Tapuio preparou a mesa de perdão da escravidão. No encontro nacional, nesse mesmo ano, é apresentada a carta proposta para regularização dos territórios quilombolas. As comunidades continuam se organizando e lutando pela regularização. Em 2002, ocorreu a regularização e construção do mapa das potencialidades das comunidades e mapeamento da parte social. Em meio às lutas, algumas conquistas foram surgindo, tais como a união dos jovens por meio da PJ para a construção do salão comunitário e a certificação como Comunidade Quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP)²³. No ano de 2004, entre outras conquistas, destacam-se o abastecimento de água e energia, a casa da associação e diversos projetos produtivos, como mostram as Figuras 17 e 18 a seguir.

Figura 17 — Abastecimento de água na Comunidade Quilombola Tapuio



Fotografia capturada na comunidade Tapuio durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

²³ Sundfeld (2002, p. 7) postula que a Fundação Cultural Palmares (FCP) “é uma fundação do governo federal, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 7.668/88 e materializada pelo Decreto nº 418/92, com a finalidade de promover a cultura negra e suas várias expressões no seio da sociedade brasileira”.



Figura 18 — Casa da Associação na Comunidade Quilombola Tapuio



Fotografia capturada na comunidade Tapuio durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

Com essas conquistas, a agricultura se tornou uma das principais atividades econômicas da comunidade. As atividades agrícolas acontecem nas roças familiares perto das casas. As famílias cultivam principalmente abóbora, batata-doce, feijão, melancia e milho. Após dois anos plantando no mesmo sítio, é preciso deixar a terra descansar e se recompor. Por isso, os quilombolas necessitam de um espaço que acomode o rodízio de roçados no seu território. Atualmente, são 24 famílias que partilham o território e os projetos coletivos. Um fato mais recente que se destaca é a chegada de uma empresa eólica sem prévia consulta aos moradores locais. A empresa ainda não está em operação, mas as linhas de transmissão podem atingir diretamente o território da comunidade.

Enfim, as terras do quilombo Tapuio são reconhecidas pelos quilombolas como território ancestral, onde habitam e produzem há várias gerações. Nesse espaço são construídos modos particulares de sonhar, viver e aproveitar os recursos naturais com base em costumes, aspectos culturais, econômicos, políticos e tradicionais próprios do território. Esses lugares possuem os recursos ambientais necessários para o bem-estar e a reprodução física e cultural dos membros da comunidade, respeitando o uso, os costumes e as tradições. Hoje em dia, os habitantes do quilombo Tapuio mantêm proximidade de parentesco e são quase todos descendentes das famílias fundadoras. O tópico a seguir aborda sobre a comunidade Sumidouro.



4.2.2 Comunidade Quilombola Sumidouro: luta e resistência nos anos 1990 e 2000

A história da Comunidade Quilombola Sumidouro, bem como das diversas formas de luta e resistência e do potencial existente, foi transmitida pelo participante de pesquisa Pau Ferro²⁴ (nome fictício), em entrevista oral concedida em 10 de janeiro de 2020. Pau Ferro revela que os moradores foram trazidos da África acorrentados pelos brancos. Esse relato se baseia nas histórias transmitidas oralmente pelos primeiros moradores. O Sr. Raimundo (*in memoriam*) foi um desses pioneiros que registrou a chegada dos primeiros moradores há aproximadamente 300 anos. Raimundo, caso ainda estivesse vivo, estaria com 150 anos. Esses primeiros moradores vieram trazidos da África diretamente para a região atualmente chamada de Sumidouro.

Mais tarde, chegou Valério Coelho, que se identificou como dono da área, passando a dividi-la em duas partes. Os negros ficaram com a parte das pedras — como se não prestasse para nada — e os brancos ficaram com a parte das terras férteis. Anos depois, descobriram que a área cedida para os negros possuía grande valor para a extração de pedras. Por conseguinte, a transformação da área em pedreiras gerou conflitos novamente com os negros.

Os primeiros conflitos na comunidade tiveram início com a descoberta do grande valor econômico que as pedras representavam. Ademais, os interesses de empresas mineradoras em explorar a região, contra a vontade da comunidade local, também despertou certa tensão entre os moradores. Conforme destaca Pau Ferro na entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2020, a terra que antes era considerada inútil, agora se tornava motivo de disputa. A partir daí começa a surgir a resistência por parte das famílias negras.

Após a fase de subordinação aos brancos, os negros passaram a viver, embora com dificuldades, com certa tranquilidade e sem grandes perseguições até 1990. Com a descoberta do valor econômico das pedras, surge o confronto com a Eucatex, empresa pertencente ao grupo da família Maluf. Entre os diferentes tipos de serviços prestados, a empresa trabalha com a fabricação de pisos. A empresa chegou à comunidade querendo realizar pesquisa. Suspeita-se que tais pesquisas objetivavam encontrar a pedra como matéria-prima.

O segundo conflito se deu com o poder público local, que queria utilizar a água da comunidade em construções. Isso causaria danos ambientais e até mesmo a falta de água para a comunidade. Por último, no ano de 2006, a comunidade branca objetivou utilizar a água da comunidade para a comercialização. Nesse caso, houve a intervenção da justiça local. Apesar

²⁴ A entrevista integral realizada com Pau Ferro em 2020 está disponível no Apêndice A.



dos conflitos, a comunidade sempre se manteve unida para enfrentar os desafios. A organização da comunidade teve início a partir das orientações de Raimundo, que mobilizava toda a família para agir com base nos mesmos objetivos e tomar decisões coletivas pautadas nas orientações dadas. Após a organização familiar, o passo seguinte ocorreu por meio das CEBs, através da reza do terço e de outras orientações e rituais próprios da comunidade. Em seguida, ocorriam as reuniões para discussão e encaminhamento dos problemas da comunidade, trançando as diversas formas de enfrentamentos, quando necessário. As reuniões aconteciam embaixo de um umbuzeiro, como ilustra a Figura 19 a seguir.

Figura 19 — O umbuzeiro como espaço de reunião da comunidade



Fotografia capturada na comunidade Sumidouro durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

O trabalho e a organização das CEBs no local foram sendo fortalecidos com o apoio de Maria Rosalina, uma jovem pertencente à comunidade Tapuio, também descendente de pessoas escravizadas, o que a tornou líder de trabalho das CEBs em toda a região. Por conseguinte, começa a surgir a participação da comunidade nas lutas do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Queimada Nova, órgão que se constituiu com a fundação do município em 1992. Quanto à crença religiosa, destaca-se a romaria para Bom Jesus da Lapa na Bahia.

Por orientação de Raimundo, com o apoio das demais famílias, a comunidade decidiu não permitir a entrada de nenhum grupo ou qualquer pessoa vinda de outra região. A CPT foi a primeira entidade de fora do município que teve entrada permitida na comunidade. Tudo se



iniciou por indicação de lideranças das CEBs no município (Maria Rosalina e Osvaldina). Após consultar a comunidade, Raimundo concordou que a CPT poderia ser uma entidade parceira. Isso abriu caminho para que outros representantes da CPT pudessem entrar na comunidade. Os marcos do cuidado com a entrada de pessoas vindas de outras regiões para o acesso à comunidade se mantêm na atualidade, como mostra a Figura 20.

Figura 20 — Entrada da Comunidade Quilombola Sumidouro



Fotografia capturada na comunidade Sumidouro durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

Seguindo as orientações de Maria Rosalina, Osvaldina e outras lideranças quilombolas, bem como da CPT e do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Queimada Nova, anos depois, foi criada a associação quilombola local, dando início à luta para a certificação como Comunidade Quilombola. Diante disso, percebemos que a luta das comunidades formadas por descendentes de pessoas escravizadas trava não apenas uma luta de raças ou de classes, mas também de cultura e resistência. Foi a partir do nível de resistência da comunidade que ocorreram diversas conquistas, seja a manutenção da cultura e do potencial econômico e socioambiental local, seja a conquista de melhorias para a comunidade.

Quanto à preservação do potencial econômico e socioambiental local, Pau Ferro considera duas conquistas resultantes do nível de organização e resistência. A mais antiga é o confronto com a Empresa Eucatex que, no início dos anos 1990, trouxe pessoas para a comunidade sem comunicar aos moradores o que estava fazendo. Supostamente, a empresa estava colhendo material para a realização de pesquisa. Nunca mais voltou, garantindo o território livre da eventual



exploração das pedreiras ou outro recurso natural mineral. Já no ano de 2019, surgiu uma empresa (não foi citado o nome) para a instalação de parque eólico. A empresa instalou torres no entorno de toda a comunidade. No entanto, as famílias não permitiram a colocação dentro do território.

Pau Ferro relata que, no ano de 2003, foi descoberta a existência de pesquisa mineral na região, porém, isso foi barrado atualmente. Segundo Pau Ferro, existem comentários de novas empresas com interesse em realizar pesquisa mineral na região, mas a comunidade se mantém vigilante quanto a esses fatos. Atualmente, a comunidade dispõe de um trabalho em parceria com o Instituto Federal do Piauí (IFPI), campus de Paulistana, para estudo do potencial mineral da região em benefício da comunidade.

No ano de 2003, foi criada a associação quilombola e iniciado o processo de certificação seguindo todos os trâmites legais. Hoje em dia, a comunidade é certificada pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Quilombola. Embora o INCRA não tenha emitido o título definitivo, a comunidade se sente segura quanto à garantia dos direitos como comunidade remanescente de quilombo.

Atualmente, um total de 34 famílias cadastradas vivem na comunidade Sumidouro e compartilham o território quilombola. Os moradores preservam conhecimentos tradicionais e, em muitos casos, contribuem para a melhoria da renda. Pau Ferro destaca, entre as diversas práticas desenvolvidas na comunidade, o curso de remédios caseiros feito pelas mulheres por meio do uso de plantas medicinais da região.

Outro parâmetro importante na identificação das comunidades quilombolas é a percepção de como as famílias usam a terra e enxergam seu território. Os potenciais econômicos existentes e utilizados pela comunidade são o cultivo realizado por meio da agricultura de sequeiro (período de chuva), atualmente de janeiro a abril e por meio de horta comunitária construída por família; a caprinocultura em grande quantidade; a extração e comercialização das pedreiras em pequena escala. Nesse contexto, R. Almeida (2006, p. 97) argumenta que “a discussão da renda fundiária é importante porque permite entendermos a formação das classes sociais a partir da identidade da remuneração com sua respectiva fonte”.

A extração e lapidação da pedra, que a partir de seu beneficiamento foi transformada em pedreira, é feita pela associação da comunidade, usando pouca tecnologia, não permitindo a entrada de empresas. O produto é o paralelepípedo, usado em calçamentos e revestimentos. A comunidade enfrenta algumas dificuldades com a falta de tecnologia, porém, tem apresentado resultado financeiro positivo. As Figuras 21 e 22 a seguir mostram as pedreiras na comunidade Sumidouro.



Figura 21 — Extração de pedras na Comunidade Quilombola Sumidouro



Fotografia capturada na comunidade Sumidouro durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

Figura 22 — Extração de pedras na Comunidade Quilombola Sumidouro



Fotografia capturada na comunidade Sumidouro durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

O território que constitui a Comunidade Quilombola Sumidouro localiza-se em região de caatinga, com clima semiárido e características próprias desse bioma. Nesse espaço, existem elementos naturais diferenciados, com destaque para o potencial hidrográfico. Existem as águas do sumidouro, formado por grandes olhos d'água ao redor das pedras e das árvores, riachos,



córregos e minas e uma vegetação diversificada. As Figuras 23 e 24 a seguir mostram o potencial mineral e natural da comunidade Sumidouro.

Figura 23 — Potencial mineral na Comunidade Quilombola Sumidouro



Fotografia capturada na comunidade Sumidouro durante trabalho de campo em janeiro de 2020.

Figura 24 — Potencial natural na Comunidade Quilombola Sumidouro



Fotografia capturada na comunidade Sumidouro durante trabalho de campo em janeiro de 2020.



Além dos elementos culturais e dos aspectos religiosos, existem ainda na comunidade Sumidouro as benzedeiras e as rezadeiras. Essas pessoas são procuradas para curar doenças e resolver problemas como fogo nas matas, encontrar animais perdidos, entre outros. É muito forte o trabalho com a medicina alternativa por meio das plantas medicinais. E nesse meio cultural existe, ainda, o grupo de capoeira. Como forma de organização e preservação da cultura, a comunidade se mobilizou e, com o apoio de projetos, foi construído o salão comunitário. Nesse espaço são realizadas atividades culturais, celebrações e reuniões da comunidade.

Considerando-se os relatos de Pau Ferro e as leituras teóricas, constatamos que as terras pertencentes às famílias do quilombo Sumidouro são reconhecidas pelos modos de ser e viver da comunidade. Ao longo da história, essas famílias conviveram com momentos de perseguições de diversos tipos, mas sempre resistindo aos diferentes modelos impostos de fora para dentro. Hoje, a comunidade é certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares. A região possui um rico potencial natural e algumas políticas públicas, que são administradas pela própria comunidade.

Diante disso, notamos que as terras formadas por comunidades quilombolas do município de Queimada Nova são autorreconhecidas como quilombolas por meio da ancestralidade, das tradições, do modo de vida e dos costumes preservados até os dias atuais. As comunidades são constituídas por famílias puras. Os casamentos acontecem entre os próprios membros da comunidade, mantendo a proximidade de parentesco. Quase todos são descendentes das famílias fundadoras.

Essas comunidades passaram por diferentes momentos de perseguições. As primeiras famílias, mesmo após se tornarem *livres*, continuavam trabalhando para os brancos. Em seguida, surge a interferência de empresas ou grupos externos objetivando explorar os recursos naturais existentes, o que se torna um modo de intervenção na cultura local. Porém, a resistência tem garantido direitos e benefícios dos moradores como quilombolas. Isso tem servido de referência para outras comunidades, sobretudo, para aquelas que enfrentam e resistem aos projetos de mineração, buscando a garantia dos direitos socioterritoriais na atualidade.

4.2.3 Comunidade Quilombola Caititu: exemplo de conquista de direitos socioterritoriais através de luta e resistência ao projeto de mineração

A luta dos quilombos remonta a uma história de resistência em busca da garantia de direitos, atributo este que tem fortalecido a luta na atualidade. Os estudos realizados pela



Fundação Cultural Palmares (FCP), organizados por Sundfeld na obra *Comunidades tradicionais: direito à terra* (2002), apontam que os quilombos constituem a própria história da dos militares portugueses na colônia:

Os quilombos são citados na historiografia, desde a primeira metade do século XVIII, como parte da história militar dos portugueses na colônia, abordagem mantida até o século XIX. Mas vale ressaltar que a imensa maioria dos estudos teve como objeto o famoso Quilombo de Palmares, sem dúvida o maior e mais longo do período colonial. Parece não haver dúvida da força de Palmares na definição do termo quilombo, desde o século XVIII, como toda habitação de negros fugidos. (SUNDFELD, 2002, p. 75)

Caititu é uma Comunidade Quilombola que, ao longo de sua história, tem convivido com sérios problemas sociais. No entanto, a forma de organização e luta permitiu o reconhecimento de Caititu como Comunidade Quilombola, garantindo o acesso a diversas políticas públicas. Por outro lado, em meio a conquistas, a comunidade tem enfrentado diversos conflitos desde 2010 devido à ameaça de chegada do projeto de extração de minérios na região. São os conflitos pela terra que levam as comunidades a pleitearem os direitos de propriedade com base no Art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais e Transitória.

A comunidade Caititu possui este nome em homenagem a um mamífero da região que, anos atrás, existia em grande quantidade. Atualmente, entretanto, a espécie está ameaçada de extinção. A comunidade fica localizada a 24 km da sede do município de Curral Novo do Piauí e a menos de 2 km do Morro do Massapê, marco principal do projeto de mineração Planalto Piauí.

As tradições ancestrais e a relação com o território são características que ensejam os moradores dessa comunidade a se identificarem como quilombolas por reconhecerem suas origens a partir da história que tem sido preservada há várias gerações. O empoderamento das famílias e o acompanhamento da coordenação das comunidades quilombolas do Piauí foram ações que contribuíram para a certificação de Caititu como Comunidade Quilombola pela Fundação Palmares em 2010.

Considerando-se o trabalho de campo realizado em 25 de setembro de 2021, com visita aos moradores de diversos locais da comunidade Caititu, identificamos que, no tocante às políticas públicas, as residências de todas as famílias e a escola de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental são abastecidas com energia elétrica. A comunidade usufrui ainda do represamento de água da chuva em açude, barragem e cisterna residencial que



fornece água para o consumo humano. Há ainda as cisternas que são utilizadas especificamente para a produção agrícola em parte das propriedades.

Devido aos fatores naturais durante parte do ano, as famílias ainda são abastecidas por carro-pipa, embora exista o projeto de transposição da água da barragem Poço do Marruá. A obra, sob responsabilidade do poder público, ainda está em processo de conclusão. A conquista da terra permitiu o acesso a programas de apoio e fortalecimento à agricultura familiar, tais como o Agroamigo e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ambos vinculados ao Banco do Nordeste. O PRONAF teve maior participação por parte das mulheres da comunidade.

As famílias preservam os conhecimentos, os costumes e as tradições por meio de relações místicas com a natureza mantendo o cuidado e a preservação do meio ambiente. Isso garante um modo de vida sustentável a partir do cultivo de plantas, da manutenção da medicina alternativa e da criação de animais apropriados para a região do semiárido. Os laços de solidariedade e compadrio, além da preservação dos costumes, facilitam a vida cotidiana da comunidade. A relação de compadrio, como defende Franco (1997), se torna uma instituição que rompe fronteiras sociais entre as pessoas.

Dados estatísticos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Curral Novo do Piauí (SMS), em 12 de agosto de 2021, e dos trabalhos da Agente Comunitária de Saúde (ACS), que trabalha na comunidade, mostram que Caititu é formada por um aglomerado de 41 famílias, somando um total de 157 habitantes. Essas famílias se organizam em torno de dois espaços principais: a capela, onde são mantidos os costumes e as tradições iniciadas a partir das CEBs, e a Associação da Comunidade Quilombola Caititu. A participação das mulheres se destaca nesses dois espaços. No conjunto de 39 associados, 30 são mulheres. O envolvimento feminino se destaca não somente em termos de quantidade, mas também no engajamento das ações realizadas.

Com a chegada da empresa mineradora, que impôs a realização de pesquisa mineral sem diálogo com a comunidade, surgiu a necessidade de união entre as famílias para lutarem pelos seguintes objetivos: garantia do reconhecimento como Comunidade Quilombola com base nos parâmetros de identificação do território das comunidades quilombolas, respeito à ancestralidade e respeito à identidade coletiva buscando-se manter o modo de vida, a religião e os recursos naturais.

Ainda que as situações de conflitos diretos não existam, tendo algumas conquistas legais garantidas, as famílias ainda se preocupam quanto ao que pode acontecer futuramente. O



comentário da participante de pesquisa Jurema Preta (nome fictício), moradora de Caititu, em entrevista oral concedida em 2021, revela o momento de tensão que a comunidade enfrenta:

Aqui no Caititu foi de surpresa, ninguém soube de nada. Se esse projeto acontecer, as famílias vai ser atingida mais que as do local que será extraídas os minérios. Dentro da comunidade não será extraído minérios, mais daqui até os locais de extração é pertinho. Como você pode ver, aquele morro logo ali é chamado Morro do Massapê. E é onde se tem a maior quantidade de minério de ferro para ser explorado. Por isso, nós vamos ser atingidos mais que os outros. Como nosso território não será extraído minério, nós também não teremos direito à nenhuma indenização da terra. Ainda que quisesse sair, não tinha dinheiro para comprar terra em outro local. [...] Não queremos sair mesmo. Por isso, nossa luta contra a mineração eu considero, de início, vitoriosa. As primeira visita que eles fiziam aqui não se identifica quando ia entrar. Logo, a gente ia atrás querendo saber quem era e logo com gesto de intimidação. Quando a gente chegava perto, tirava foto do carro bem de perto ou foto deles mesmo. Eles corriam com medo de denúncia. A segunda coisa foi estar vigilante. Quando a gente percebia que vinha chegando carro, a gente impedia que eles entrasse. Foi depois do encontro de formação da CPT e vários encontros com a coordenação das comunidades quilombolas em 2013, período mais tenso, decidimos agir. [...] e foram muitas lutas. E em 2014, a Fundação Palmares e a coordenação das comunidades quilombolas, junto à nossa luta e resistência, acabamos recebendo um documento da justiça dizendo que não é permitido pesquisa e extração de minério em nossa comunidade. A luta agora é para não acontecer nas comunidades vizinhas. Porque se acontecer, vamos ser atingidos quase do mesmo jeito porque daqui para os locais de extração de minérios é perto e, também, perto das estradas que vai pra Ferrovia Transnordestina. (informação verbal)²⁵

O comentário de Jurema Preta denota que, a partir das lutas, surgem as conquistas. Tudo isso constrói uma relação histórica que passa por diferentes fases. As formas de lutas são diversas e os processos de interferência do projeto de mineração também são vários. Com relação ao projeto de extração mineral, três pontos são destaques nas causas contestadas pela comunidade Caititu. O primeiro corresponde à resistência contra a chegada da empresa que objetivava realizar pesquisas para a identificação de minério. As famílias atuaram como vigilantes impedindo a entrada da empresa para a realização de pesquisas dentro da comunidade. O segundo refere-se à luta pelo reconhecimento da região como Comunidade Quilombola. E o terceiro ponto, por fim, constitui a própria luta das comunidades atingidas enfrentando os desafios conjuntamente. Essa ação englobou comunidades tradicionais

²⁵ A entrevista integral realizada com Jurema Preta em 2021 está disponível no Apêndice J. Lorenzi (2009) conceitua como jurema preta uma planta muito espinhenta, com 4 a 6 metros de altura, dotada de copa rala e irregular e ramos novos com pelos viscosos. É uma planta típica da região Nordeste do Brasil. A madeira é empregada apenas localmente para obras externas como estacas, mourões e pontes para pequenas construções. O caule serve ainda para a construção de móveis rústicos e a produção de carvão.



camponesas que lutaram pela preservação de costumes e tradições. De certa maneira, a extração de minério nas demais comunidades camponesas atinge também as comunidades quilombolas.

Diante disso, notamos que a Comunidade Quilombola Caititu conseguiu manter um nível de organização que muito favoreceu a conquista dos direitos contestados. Ademais, a união com outras comunidades da região que vivem em conflitos com o projeto de mineração deve ser uma ação permanente. No entanto, apesar da conquista de direitos através de lutas, estas comunidades se sentem inseguras quanto à efetivação do projeto de extração mineral.

4.3 Interferência do capital mineral nas comunidades camponesas de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro tem utilizado, historicamente, diferentes formas de garantia de apropriação do território camponês, desde a exploração até a própria expropriação. Em contrapartida, o campesinato tem reagido contra essas imposições confrontando muitas vezes com empresários, fazendeiros, grileiros e latifundiários. A realidade apresentada é reproduzida fortemente na atualidade por grupos empresariais. No caso dos municípios de Curral Novo do Piauí e Simões, esse processo ocorre através de projetos de pesquisa mineral para posterior extração.

O processo de intervenção de empresas capitalistas transforma o campo em um espaço de luta desigual, embora a maioria resista à interferência do capital e outros tentem acreditar na ideologia imposta pelo capitalismo, como assegura A. Oliveira (2007, p. 37) ao afirmar que “essa invenção faz com que o trabalhador não se veja na riqueza que cria e que cresce sob forma de capital”. As pendências impostas pelo capital, enquanto se apropria do campo, tem acirrado os conflitos ao longo de séculos num contexto em que os camponeses lutam diariamente para garantir a permanência na terra com seus costumes e tradições. Ao longo dos anos, foram surgindo também as lutas da classe camponesa que almeja entrar e permanecer na terra e se tornar proprietária, o que tem intensificado os conflitos e a violência, especialmente devido ao fato de o próprio Estado brasileiro não ter, historicamente, garantido esse direito.

A luta e a resistência do camponês na atualidade reagem ao modelo de capital imposto por empresas capitalistas nos territórios. O discurso da modernidade apresentado pelas empresas como estratégia para introduzir o capital nas comunidades não possui garantias concretas de como a proposta de modernização ocorrerá. O discurso da modernização do campo, especialmente em áreas vistas como as mais pobres do país, como o semiárido, tornou-se uma marca das classes dominantes deste século. Isso tem impulsionado o surgimento de



diferentes formas de violência. Os conflitos socioterritoriais, com forte apoio do Estado, acontecem em diferentes partes do território brasileiro, o que acentua ainda mais a concentração da riqueza. A transformação da terra em propriedade privada, considerada como bem coletivo nas comunidades, impulsiona o desenvolvimento do capitalismo.

O Estado sempre utilizou o discurso de privatização das terras e dos recursos naturais amparando-se na defesa da modernidade ou do desenvolvimento. No entanto, as consequências disso têm sido danosas aos povos que utilizam a terra de forma coletiva, priorizando os direitos individuais. A ação do Estado, no ato de implantação dos grandes projetos econômicos, acontece de diferentes maneiras. Algumas dessas formas referem-se à construção de obras de infraestrutura que garantam a viabilização do projeto. Destacamos ainda a formalização das ações do projeto durante as audiências públicas, mesmo quando existem divergências de informações ou irregularidades em documentos. O uso dos agentes públicos do Estado também se insere nesse contexto.

Em cenário de disputa, o Estado é posto diretamente a servir aos grupos dominantes. Conforme destaca Porto-Gonçalves (2012, p. 61), “nunca o capital conseguiu tal controle desse aparelho estatal centralizado como hoje, ao mesmo tempo em que mantém uma ideologia neoliberalizante de estado mínimo por meio dos seus intelectuais e da mídia”. As considerações de Porto-Gonçalves revelam, como também mostram a mídia e a imprensa, que o Estado tem reforçado o discurso nacional de desenvolvimento por meio do capitalismo.

Historicamente, o território brasileiro tem sido marcado pela existência de uma relação dicotômica entre capital e Estado, tendo como base principal a apropriação de terras pelo capital, ainda que as propriedades sejam ocupadas por diferentes povos e culturas. No território piauiense, por exemplo, essas práticas continuam acontecendo na atualidade de forma similar como ocorria no passado. As grandes empresas do capital que se apropriam de territórios habitados por camponeses reproduzem na atualidade um modelo colonizador que, sob novas nuances, não se distingue do que foi praticado no passado. Nesse sentido, P. H. Machado pontua que:

Atualmente, o processo de espoliação das terras férteis e das águas superficiais, iniciado, no território piauiense, no século XVII, por portugueses e espanhóis e seus descendentes brasileiros (paulistas, baianos e pernambucanos), tem continuidade através de outros mecanismos de dominação e apresenta-se sob nova denominação, porém com ampliada capacidade destrutiva e planejado para cumprir finalidades semelhantes. (MACHADO, P. H., 2002, p. 45)



Em síntese, conforme se observa a partir das reflexões de P. H. Machado (2002), o conflito se configura no contexto em que o capital, ao se apropriar do campo, desconsidera a existência humana no espaço ocupado. Mesmo quando são percebidos, a perspectiva capitalista impõe sobre esses povos uma visão de inferioridade, considerando-os incapazes e sem conhecimentos que possam contribuir para a produção de mão de obra. A própria natureza, por seu turno, é percebida pelos detentores do capital apenas como fonte de exploração e enriquecimento. Diversos municípios do semiárido piauiense estão sendo explorados por grandes empresas do capital fundamentadas em discursos que prometem a implantação do desenvolvimento econômico, tal como em Curral Novo do Piauí e Simões.

O município de Simões está localizado na microrregião do Alto Médio Canindé, compreendendo uma área de 1.103,73 km². Ao norte, a cidade faz divisa com os municípios de Belém do Piauí, Marcolândia, Massapê do Piauí e Padre Marcos; ao sul, surgem os municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí e Jacobina do Piauí; a leste, aparece o estado de Pernambuco; e, a oeste, as cidades de Caridade do Piauí, Massapê do Piauí e Patos do Piauí.

A cidade de Simões foi criada pela Lei nº 1.046, de 22 de julho de 1954, sendo desmembrada do município de Jaicós. A população estimada para 2021, conforme aponta a estimativa do IBGE (2021), é de 14.664 habitantes. Dados do IBGE de 2010 apontam que a população nessa época era de 14.180 habitantes, sendo que 66,6% da população de Simões vive na zona rural.

As condições climáticas do município de Simões (com altitude de 437 metros acima do nível do mar) apresentam temperaturas mínimas de 23 °C e máximas de 36 °C, com clima semiárido, quente e seco. A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Continental (REC) com isoietas anuais em torno de 500 mm, ocorrendo maior incidência de chuvas apenas no período de dezembro a março. Desse modo, podemos considerar que Simões apresenta elevada deficiência hídrica. Os solos da região, em grande parte provenientes da alteração de arenito, calcário, gnaiss, itabirito, mármore, quartzito xisto e quartzito, são rasos ou pouco espessos, jovens e, às vezes, pedregosos, sofrendo influência do material subjacente.

Quanto ao município de Curral Novo do Piauí, esta cidade foi desmembrada do município de Simões, criada pela Lei Estadual nº 4.680, de 26 de janeiro de 1994. A região apresenta basicamente as mesmas características do município de origem. Curral Novo do Piauí localiza-se na microrregião de Alto Médio Canindé, compreendendo uma área de 759,72 km², fazendo divisa com Simões ao norte, Betânia do Piauí ao sul, o município de Simões e o estado do Pernambuco a leste e Simões a oeste. A sede municipal tem as coordenadas geográficas de



07°49'56" de latitude sul e 40°54'04" de longitude oeste de Greenwich. A cidade fica a 412 km de Teresina.

A população estimada para 2021, segundo dados do IBGE (2021), era de 5.300 habitantes. Os dados do último censo do IBGE (2010) revelam que Curral Novo do Piauí possui uma população de 4.220 habitantes e uma densidade demográfica de 5,5 hab./km², onde 75,1% das pessoas vivem na zona rural.

A geologia de Curral Novo do Piauí e Simões é formada por dois domínios distintos: as rochas cristalinas do embasamento Pré-Cambriano e as coberturas sedimentares do Fanerozóico. Em virtude das características fisiográficas apresentadas, esses municípios foram vistos como atrasados por não apresentarem nenhum nível de desenvolvimento econômico. No entanto, a partir dos dados geológicos divulgados, tanto o Estado como os grupos empresariais começaram a se interessar mais pelos dois municípios com a intenção de identificar possíveis riquezas minerais existentes no subsolo. É relevante ressaltar que, nesse caso, os espaços cobiçados pela exploração de riqueza mineral pertencem a comunidades que habitam o território há muito tempo através de uma cultura agrícola singular. Todavia, os grupos empresariais não se sensibilizam às particularidades de costumes e tradições destes povos. Esses territórios são vistos como espaços vazios, como propriedades a serem exploradas. Nessa lógica de apropriação das terras pelas empresas do capital, Porto-Gonçalves e Leão destacam que:

A relação entre a lógica territorialista e a lógica capitalista encontra um suporte dinâmico na ideia de que, no Brasil, há uma enorme disponibilidade de terras num imenso vazio demográfico (Velho, 1979). Contudo, disponibilidade e vazio não correspondem à realidade histórica de nossa geografia social povoada de posseiros, camponeses, indígenas, quilombolas e tantas outras formas sociais. (PORTO-GONÇALVES; LEÃO, 2020, p. 720)

Em meio ao discurso de um espaço vazio, a realização de estudos e pesquisas em busca de minerais nas comunidades de Curral Novo do Piauí e Simões, sem a manutenção de diálogo com os habitantes nativos, tem provocado diversos conflitos. E isso tem se intensificado cada vez mais a partir da aquisição de terras pela empresa Bemisa para a instalação de projetos de mineração.

Em Curral Novo do Piauí, onde há maior incidência do projeto de mineração, está concentrado o maior número de comunidades, sendo que duas delas, Caititu e Garapa, são formadas por remanescentes de quilombos. As comunidades quilombolas que estão no entorno da área cobiçada pelo Projeto Planalto Piauí, embora a extração mineral seja proibida nesses



territórios, reclamam que podem ser atingidas em maior proporção que as comunidades que possuem extração mineral. Além das comunidades quilombolas, o estudo relacionado levou em conta as comunidades atingidas diretamente pelo projeto de mineração, tais como Baixio dos Belos, Lagoa do Ovo, Manga Velha e Palestina. Essas comunidades possuem características e costumes semelhantes e enfrentam a mesma realidade. Alguns pontos são considerados comuns entre as comunidades observadas, até mesmo em Baixio dos Belos, espaço onde concentra o maior aglomerado populacional e os órgãos públicos. Entretanto, as práticas agrícolas são realizadas em propriedades vizinhas.

Nas comunidades citadas, a agricultura é praticada pelo conjunto familiar em regime itinerante e com revezamento de abertura da roça, o que implica a necessidade da disponibilidade de uma área territorial maior. Quanto à questão fundiária, existem camponeses que são proprietários de pequenas propriedades. Contudo, a maior predominância na região corresponde a herdeiros. Ademais, existem ainda na região os arrendatários e comodatários. As comunidades da área desenvolvem práticas agrícolas associadas ao clima semiárido. Outra prática predominante na região, de onde provém a maior fonte de renda, é a agropecuária voltada principalmente para a criação de caprinos e ovinos.

Grande parte das comunidades do município de Simões será atingida indiretamente pelo projeto de mineração Planalto Piauí, devido à proximidade com as comunidades do município de Curral Novo do Piauí, espaço onde ocorrerá a extração de minérios. A comunidade Riacho, uma das selecionadas para realizar um trabalho mais sistematizado neste estudo, está localizada no município de Simões e, parte dela, pertence também ao município de Curral Novo do Piauí. Toda a área foi mapeada para a extração de minérios, inclusive o território que faz parte do município de Simões. O tópico a seguir apresenta a comunidade Riacho.

A comunidade Riacho, em Simões, é composta por 17 famílias, somando um total de 56 habitantes. Deste total, 5 famílias ocupam parte do território geográfico do município de Curral Novo do Piauí e 12 estão no município de Simões. No tocante à questão fundiária, conforme informações detalhadas pela comunidade em reunião da CPT-PI em agosto de 2017, das 17 famílias, 6 são proprietárias das terras que habitam e 11 são herdeiras.

O processo de ocupação do território da comunidade Riacho, bem como de outras da mesma região, assemelha-se ao modo como ocorreu o povoamento de todo o interior em regiões distantes dos centros urbanos. Conforme realça Franco, podemos considerar que:

O povoamento do interior faz-se pela disseminação de pequenos grupos esparsos em um amplo território e que a grande disponibilidade de terras



férteis e a riqueza das fontes naturais de suprimento, aliadas à pobreza das técnicas de produção, definiram um modo de vida, seminômade, baseada numa agricultura itinerante cujos produtos eram suplementados pela caça, pesca e colheita. Pode-se dizer que, ao longo de uma história, esses grupos só tiveram reforçado essa grande instabilidade. (FRANCO, 1997, p. 31)

Na comunidade Riacho não existem prédios públicos. As famílias são atendidas com serviços de saúde, educação e ou outras políticas públicas na localidade Monte Santo, no município de Simões, local onde se concentra o grande aglomerado populacional. Apesar de não ocorrer extração de minérios nessa parte de grande aglomerado de pessoas, os habitantes dessa região sofrerão os mesmos impactos dos efeitos provocados pela mineradora em outras localidades.

Quanto aos espaços de organização, na comunidade Riacho não existe capela nem associações. As ações de mobilização, luta e resistência sempre acontecem conjuntamente às demais comunidades atingidas pelo Projeto de Mineração.

Já a comunidade Manga Velha constitui o centro do projeto de mineração. A área recebeu o maior número de pesquisas para a extração de minérios de ferro. Por se tratar de uma região de grande interesse para o Projeto Planalto Piauí, a área de Manga Velha serve de base para a implantação do projeto Massapê – Manga Velha, espaço que liga o Morro do Massapê ao Morro da Manga Velha.

Embora a comunidade seja formada por apenas 24 habitantes, divididos em 8 famílias, Manga Velha é uma região que enfrenta constantes conflitos. Os habitantes da comunidade preservam suas histórias e tradições culturais, bem como os modos de viver e cultivar a terra desde os antepassados. Manga Velha é composta por poucas famílias e estas são constituídas no momento por três gerações. A família do Sr. Miguel, por exemplo, incluindo-se filhos e netos, constitui quase metade da população na comunidade.

Diversas formas de reação e resistência por parte dos moradores têm surgido desde quando começaram a ser abordados para venderem suas terras. As falas dos entrevistados evidenciam e testemunham essa realidade. O Sr. José Messias (*in memoriam*), conhecido por Bembém, em documentário audiovisual da Diocese de Picos, com 92 anos naquela época, ainda que de forma triste e sem apresentar soluções, revela forte apelo e resistência em sair da comunidade:

Nasci aqui... no dia 15 do ano de 22. Quando dô fé aparece unz home com um papel pra eu assinar. Eu disse: assino não. Não assino de jeito nin um. Ele disse: mais é obrigado. Eu disse: pois não assino e daqui niguém me tira, porque aqui é meu: comprei, paguei e até hoje pago os acordos. Ele



desconfiado, saiu. Depois chegou outro e disse: nós tiramos você daqui e lava pra rua. Eu disse: pra rua eu não saio não. Eu não quero sair daqui. Se o senhor me dá uma casa, uma roça pra eu botar mias vaca, o local grande pra mim andar montado que eu nun ando de mota, de bicicleta, só ando amontado. Fui criado no campo. (DIOCESE DE PICOS, 2014)

Considerando-se os comentários de moradores e os relatórios de trabalho da CPT-PI (2015), período em que foram desenvolvidos trabalhos de acompanhamento junto às comunidades, o Sr. João Cavalcante, vindo de Teresina, ligado ao governo do Estado, foi quem fez o levantamento e a amostra do minério no ano de 2007. Passavam fazendo visitas e não pediam permissão para entrar nas propriedades. Essas práticas reforçam o discurso de espaço vazio ou ocupado por pessoas vistas como pobres e simples. Longe dos lugares considerados civilizados, tudo se torna permitido a ser feito. Quando eram abordados por algumas pessoas, os visitantes diziam que estavam realizando estudos.

Toda a trajetória de quase nove anos de acompanhamento sistematizado pela CPT-PI e Diocese de Picos evidencia que os níveis de resistência dos moradores em sair da propriedade só tem aumentado. São fortalecidos os sentimentos de pertencimento à comunidade e os aspectos socioculturais e econômicos que são significativos na vida das pessoas. O comentário do participante de pesquisa Mandacaru (nome fictício), morador da comunidade Manga Velha, em entrevista oral concedida em 2021, revela o sentimento de pertencimento ao território:

Não tenho vontade de sair daqui até porque é um direito fundamental da pessoa. Aqui estão nossos sentimentos, nossas origens, tudo que construímos. E não podemos perder o mais valioso: o Morro da Manga Velha. Em cima desse morro tem uma cruz, onde todos os anos o pessoal da região faz peregrinação, uma romaria. Nossa região é construída por nossa família. Todos moramos aqui. Temos um laço familiar e sentimental, fora tudo que construímos. Vivemos bem aqui. Temos nossas casas, nossa terra, bastante animais, água, vegetação, plantação. Aqui falta pouca coisa, o que é possível ir buscando. Por isso, nossa luta é única: permanecer aqui. Não existe uma segunda opção. (informação verbal)²⁶

O relato de Mandacaru expressa um sentimento de pertencimento que transborda a individualidade. Mandacaru apresenta sua comunidade como um bem que pertence ao meio coletivo. Nessa perspectiva, Albuquerque Júnior (2011) comenta que a saudade é um sentimento pessoal que surge a partir das lacunas que se abrem na subjetividade do eu que perde alguma coisa querida. O território, nesse caso, constitui a intimidade do ser em sua existência. Além da individualidade, Albuquerque Júnior destaca que a saudade também possui uma

²⁶ A entrevista integral realizada com Mandacaru em 2021 está disponível no Apêndice I.



abrangência coletiva. Esse sentimento coletivo pode afetar toda uma comunidade quando o espaço dividido pela coletividade é afetado.

A comunidade Palestina apresenta basicamente as mesmas características de Manga Velha. Ambas as regiões, que se distinguem apenas no nome, são afetadas na mesma proporção pelo projeto de mineração. Palestina é uma comunidade que possui vasta área geográfica habitada por apenas seis famílias. Quanto aos aspectos naturais, mesmo sendo uma região de caatinga, as propriedades, sobretudo nas áreas baixas, são formadas por terras férteis com a presença de riachos e vegetação verde. A comunidade possui açude, barragem e cacimba. Nessa mesma região existe o riacho Alecrim, que cruza as comunidades Manga Velha e Palestina.

Atualmente, o açude que existe na comunidade está localizado dentro da área que hoje pertence à empresa Bemisa. As famílias locais não podem utilizar a água. São propriedades adquiridas através de herança. Nessa mesma região será concentrada a barragem de rejeitos, espaço onde estão localizados a igreja e o cemitério dos caboclos. O que mais preocupa as famílias é a real possibilidade de suas terras e residências, como também os elementos culturais e os recursos naturais, serem soterradas com os rejeitos. Esses elementos ligam a vida dos sujeitos habitantes nativos da região não somente ao fator econômico, mas também ao cultural e natural.

A comunidade Lagoa do Ovo, com características semelhantes às de Manga Velha e Palestina, é formada atualmente por 11 famílias, com um total de 34 habitantes, todas possuem domínio legalizado de suas propriedades na condição de proprietários ou herdeiros. Essas famílias sofreram fortes pressões por parte da empresa mineradora para venderem suas terras para a implantação do projeto de mineração Planalto Piauí.

Localizada nas proximidades das comunidades Garapa, Manga Velha e Riacho, Lagoa do Ovo apresenta características ancestrais e culturais diferentes das comunidades vizinhas. Lagoa do Ovo se destaca pelos laços de parentesco e a relação com os costumes de toda região. A questão mais preocupante para os moradores são as ameaças impostas às famílias para sair da comunidade.

Desde criança, os habitantes de Lagoa do Ovo são ensinados a conhecerem a tradição dos mais velhos. Isso ajuda a construir os sentimentos de afetividade pela região. Em documentário audiovisual da CPT-PI produzido em 2018, a moradora Eva Alexandra, que tinha 13 anos naquela época, relata que a origem do nome da comunidade Lagoa do Ovo está relacionada à passagem de vaqueiros que, ao passarem pela região procurando gado, encontraram ovo de seriema. Desse modo, os vaqueiros decidiram homenagear a região como Lagoa do Ovo.



No que tange ao sentimento de pertencimento à comunidade, associado às preocupações com a chegada da empresa mineradora, a participante de pesquisa Faveleira, em entrevista oral concedida em 2021, como citada no Capítulo 3, revela o seguinte:

Nasci e cresci aqui, onde moro até hoje. Lagoa do Ovo, indo no sentido ao morro que existe próximo à casa de minha mãe, é também, conforme documentos, denominados de Morro do Massapê, local que junto com Manga Velha concentra um dos maiores projetos para ser explorado na região. Aqui ao lado está a casa da minha mãe. Essa propriedade no documento é conhecida como Morro do Massapê. A gente já tinha um nível de organização local, porém, em meio ao estranho que é esse projeto, a gente estava sem saber por onde começar as lutas e resistência. E a CPT chegou aqui justamente quando a gente estava muito vulnerável. Nesse período, a empresa nos pressionava para vender nossa terra, torturando emocionalmente, querendo que a gente vendesse nossa terra a preço irrisório, sem levar em conta nada que construímos, sobretudo, nossas origens, nossos sentimentos. Enfim, aqui é nossa vida, não podemos perder. Aqui é a origem de nossa, de tudo. Foram construídos os sentimentos. Por isso, perder nossa terra é perder nossas vidas. (informação verbal)

O comentário da participante de pesquisa Aroeira (nome fictício), também moradora de Lagoa do Ovo, em entrevista oral concedida em 2020, relata os sentimentos de preocupação em relação aos bens culturais e aos valores humanos, quando nem mesmo os aspectos econômicos são respeitados: “Desde que as empresas chegaram aqui gera essa preocupação. Uma coisa é muito certa: o que foi construído de bens materiais não tem nenhum valor, apenas a terra. Se os bens econômicos para eles não têm valor a ser indenizado, imagine os bens culturais” (informação verbal).²⁷ A seguir apresentamos o maior aglomerado populacional que será atingido diretamente pelo projeto de mineração Planalto Piauí. Trata-se da comunidade Baixio dos Belos.

No conjunto de comunidades que podem ser atingidas diretamente pelos impactos negativos do projeto de mineração existe a comunidade Baixio dos Belos. Trata-se de uma comunidade localizada a 36 km da sede do município de Curral Novo do Piauí, formada por 22 famílias, totalizando 83 habitantes. Essa comunidade constitui o maior aglomerado populacional da região. As residências construídas são ligadas umas nas outras. É também nesse espaço onde se concentram as políticas públicas que atendem às necessidades básicas das demais comunidades da região.

²⁷ A entrevista integral realizada com Aroeira em 2020 está disponível no Apêndice E. De acordo com Lorenzi (2008), a aroeira é uma planta comum do cerrado e da caatinga que pode atingir altura de 6 a 14 metros. A madeira é utilizada para estacas, esteios, mourões, postes e outros. A beleza da copa quase piramidal elege a árvore para arborização e ornamento em geral.



Baixio dos Belos possui ruas pavimentadas e escolas que oferecem a educação infantil e ensino fundamental completo. Há ainda uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que oferece o atendimento hospitalar às demandas mais básicas da comunidade. Baixio dos Belos possui também Igreja Católica, quadra esportiva, pequenos comércios e salão comunitário.

As famílias que vivem nessa comunidade possuem como renda econômica principal a agricultura e a pecuária com a criação de animais de pequeno porte criados soltos. As práticas agropecuárias são desenvolvidas nas propriedades ligadas a essas habitações. Nelas foram realizadas pesquisas e sondagens para a extração de minério de ferro, o que se confirma que esse aglomerado populacional será atingido diretamente pelo projeto de mineração.

Baixio dos Belos é uma comunidade predominantemente católica. O nível de organização religiosa se iniciou com o trabalho das CEBs. Além da organização religiosa, a comunidade dispõe de associação, onde sempre acontecem reuniões para se discutir e encaminhar documentos coletivos. Apesar de existirem na comunidade aqueles que não participam da vida coletiva, essas pessoas acreditam no tão sonhado progresso prometido pela empresa mineradora. Isso, de certo modo, prejudica o alinhamento das lutas realizado pelas demais famílias.

Como indicamos na metodologia, as bases de investigação deste estudo são as comunidades rurais do município de Curral Novo do Piauí. Isso se deve ao fato de ser nesse espaço onde se encontra o centro do projeto de mineração Planalto Piauí. Além disso, Curral Novo do Piauí é uma cidade onde se aglomeram os movimentos de luta e resistência. Assim, além da comunidade Riacho, que pertence ao município de Simões, estando ligada diretamente ao contexto das comunidades de Curral Novo do Piauí, podemos citar ainda a comunidade Caldeirãozinho, pertencente ao município de Paulistana. Essa comunidade também convive com os problemas de luta e resistência ao projeto de mineração.

A comunidade Caldeirãozinho, atingida diretamente pelo trecho da Ferrovia Transnordestina, fica localizada a menos de 2 km dos pontos de sondagem de pesquisa para extração de minério. Os pontos mais próximos são a localidade Juá, em Curral Novo do Piauí, e Gentil, em Paulistana. Grande parte das famílias que habitam a região luta juntamente com as comunidades que são atingidas diretamente. Elas temem que a mineração possa causar consequências maiores do que as provocadas pela Transnordestina.

Os relatos das pessoas idosas que vivem nas comunidades próximas a Caldeirãozinho traduzem um forte sentimento de pertencimento à comunidade. Essas pessoas temem perder os espaços de vida. Dona Maria Pereira (*in memoriam*), moradora da comunidade Gentil,



localizada no município de Paulistana, revela em documentário audiovisual da Diocese de Picos certa preocupação em ter que sair da comunidade:

Nós mora aqui. Disse que é em cima do minério. Disse que tem ferro e minério também. Os tornos passa bem aí, perto desse pé de angico. Tem noite que num drumo um pingo, deu imaginando que eu não quero sair daqui. Meu esposo nasceu e se criou aqui. Eu moro aqui e num quero sair de jeito nium. E mermo eu num deu condição de sair daqui com essa idade. Morar aonde? Debaixo dum pé de juazeiro? Como viver lá com esse bucado de fiinho? Num quero sair nem eu nem meu esposo. Num tem como e num tem quem tira nós daqui. (DIOCESE DE PICOS, 2014)

A comunidade Caldeirãozinho é formada por 26 famílias que vivem da agricultura e da pecuária. Como os municípios de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões estão localizados na região da caatinga, em clima semiárido e com uma pluviosidade hídrica abaixo dos 800 mm, a região de Caldeirãozinho se diferencia por apresentar terras férteis próprias para o plantio. O lençol freático é raso, embora a água seja salobra. Todavia, a construção de cacimbas e pequenos açudes contribui para a criação de animais e o cultivo de plantações de quintais nas residências. As famílias de Caldeirãozinho sofreram forte pressão no período de 2012 a 2014 por parte dos representantes da empresa responsável pela construção do trecho da Ferrovia Transnordestina que passa na região.

Essas terras, que antes tinham mais utilidade, hoje estão divididas pelo trecho da Ferrovia Transnordestina, como mostramos nas Figuras 5, 6 e 7 citadas no Capítulo 3. De um lado, ficam as residências e, de outro, parte das roças e cacimbas ou dos açudes que não foram destruídos. A mobilização dos moradores permitiu que as famílias fossem indenizadas, embora nem todas tenham sido contempladas. O mais importante foi garantir prioridade para as pessoas idosas que, após muita luta, conseguiram o direito de permanecer na propriedade, tal como ocorreu com Dona Zulmira e família. No entanto, as famílias que acreditaram no progresso por meio da ferrovia e não lutaram por seus direitos foram as mais prejudicadas.

Diante disso, podemos inferir que, durante os anos de 2012 até início de 2016, diversas comunidades dos municípios de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões viveram momentos de imensos conflitos. As diversas comunidades do município de Paulistana deram início às revoltas a partir da construção do trecho da Ferrovia Transnordestina e se somaram aos conflitos provocados pela empresa mineradora. Nesse contexto, fortalecem-se a resistência camponesa e o desenvolvimento de ações e projetos que ajudam as famílias a conviverem com o semiárido. Isso garante, de certa forma, a proteção do território e a reprodução da vida no local de origem.



4.4 Garantia de preservação do território e reprodução da vida a partir da resistência camponesa e da lógica de convivência com o semiárido

Esta parte objetiva mostrar a proteção do território e a garantia da reprodução da vida de duas formas principais. A primeira destaca o que enfatizamos no primeiro item deste capítulo, ou seja, as diferentes formas de luta e resistência aos projetos de mineração no período de 2010 a 2020. A segunda parte apresenta opções para o desenvolvimento da região com base em projetos que coexistem com o semiárido e outros planos alternativos, como os projetos de convivência com o semiárido.

Os movimentos de luta e resistência surgem nos territórios à medida que os projetos avançam e ameaçam os costumes e os modos tradicionais de vida das famílias nas comunidades. Um território não passa por um processo de disputa simplesmente pela questão da própria apropriação. A disputa acontece, como percebe Dantas (2021), por causa do efeito dos elementos que o constituem e permitem a reprodução social da classe camponesa ou a acumulação de capital. São as diferentes formas de resistência que garantem a existência do território.

O fortalecimento das lutas comunitárias e das conquistas históricas nos municípios incluídos em projetos de mineração tem marco na ala progressista da Igreja Católica que fundamenta o território que compreende a Diocese de Picos. Inicialmente, as ações ocorreram através dos grupos eclesiais de base e, posteriormente, por meio da CPT. Surge, desse contexto, o princípio do pensamento teológico da libertação como eixo fundante das bases de luta. Em síntese, percebemos que os períodos de confronto das comunidades com os projetos minerários resultaram em grandes conquistas. A luta e a resistência garantiram os direitos contestados, tendo este marco histórico como elemento essencial.

4.4.1 Formas de luta e resistência camponesa em defesa da vida, dos direitos e do território

Em meados de 2012 e durante os anos de 2013 e 2014, ainda que os conflitos provocados pelo trecho da Ferrovia Transnordestina não tivessem cessado, os conflitos contra a mineração se intensificaram com maior proporção nas comunidades do município de Curral Novo do Piauí (CPT-PI, 2015). Esse período foi marcado por tensões e ameaças às famílias para a aquisição de terras para a instalação do projeto de mineração.

Os conflitos se estenderam até o ano de 2016. Contudo, desde metade do ano de 2015, as tensões têm diminuído e foram alteradas as formas de abordagens por parte dos exploradores.



Essa mudança se deve às lutas protagonizadas pelas famílias e ao acompanhamento sistematizado da CPT-PI e da Diocese de Picos, além do apoio da Cáritas, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curral Novo do Piauí e da coordenação das comunidades quilombolas. Atualmente, o projeto encontra-se parado, mas as famílias continuam se sentindo inseguras e temerosas.

A insegurança e o medo, como também a luta pela garantia de permanência na terra, ocorrem devido às famílias terem consciência de que a perda da propriedade subtrai, concomitantemente, a perda do território e da vida. Conforme revelam os estudos de Stédile (2005), as mudanças de configuração do sistema de propriedade da terra no Brasil afetam também os povos que habitam tais espaços.

Feitas estas ponderações e, considerando-se a existência de conflitos nas comunidades, seja com a empresa ou até mesmo entre alguns membros da comunidade, uma das questões que provoca a divisão de opinião entre as famílias, sobretudo entre os mais jovens, constitui as promessas de emprego propagadas por meio dos discursos das empresas do capital validadas pelo Estado. O capital e o Estado se aproveitam das necessidades das comunidades para concretizarem seus interesses e explorarem as riquezas sem deixarem quase nada aos sujeitos que habitam os territórios explorados.

Ante o exposto, observamos que as comunidades dos três municípios citados atingidas pelo projeto de mineração Planalto Piauí sofreram e ainda enfrentam intensos conflitos. Todavia, a organização interna da comunidade, composta por famílias que preservam a cultura e os costumes em articulação com os modos de vida, fortalece a resistência aos conflitos, o que tem resultado em diversas conquistas, embora ainda em proporções distantes da dimensão do projeto.

O nível de organização das comunidades rurais apresentadas neste estudo mantém uma relação de organização, luta e enfrentamento aos desafios impostos. Normalmente, estes povos até parecem não dispor de qualquer tipo de organização. Contudo, quando surge algo que provoca problemas, seja no âmbito individual ou coletivo pertencente ao território, os habitantes se mobilizam e reivindicam suas causas.

Algumas experiências de luta, mobilização e resistência que aconteceram em diferentes períodos da história, com forte participação das comunidades que hoje resistem ao projeto de mineração, contaram com apoio de setores da Igreja de maneira semelhante aos modos de organização atual. O apoio do então bispo diocesano de Picos, Dom Augusto Alves da Rocha, contribuiu para fortalecer esses movimentos de resistência. Somam-se a essas lutas dois organismos pastorais: a CPT e o MEB.



Durante a reunião de preparação para a missão nas comunidades em defesa da vida, que aconteceu nas comunidades do município de Curral Novo do Piauí no período de 17 a 19 de agosto de 2015 (CPT-PI, 2015), os participantes relataram a existência de momentos fortes de organização das comunidades em anos anteriores. Entre estes momentos podem ser mencionados, por exemplo:

- a) a participação de muitos membros das comunidades na primeira ocupação de terra do Piauí organizada pelo MST na Fazenda Marrecas, município de São João do Piauí, em 1985. Algumas pessoas foram assentadas na área então ocupada e outras retornaram aos municípios de Curral Novo do Piauí e Simões;
- b) participação na romaria da seca em Pio IX, que foi promovida pela Diocese de Picos e pela Paróquia de Pio IX, em 1983, período em que ocorreu a maior seca na região;
- c) mobilização e distribuição de cestas alimentícias para famílias carentes da região, principalmente no período de seca, por meio de doações da Diocese de Picos com o apoio de dioceses da Itália.

Considerando-se as questões citadas, são essas marcas que conduzem as famílias a resistirem diante do desafio atual. A história de luta e resistência das comunidades da região de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões evidencia que elas acontecem sempre quando estão enfrentando desafios, ou seja, o espírito de luta e resistência está sempre presente na vida deste povo, sendo manifestado em cada momento oportuno. É possível imaginar que, por diversos momentos, não exista qualquer tipo de organização. Entretanto, sua formação histórica é comparada à vegetação da caatinga que se imagina estar morta no período em que permanece amortecida, esperando o tempo para florescer e brotar.

Superada as maiores crises de seca nos anos 1980 e 1990, bem como a chegada de algumas políticas públicas do governo federal e dos projetos de convivência com o semiárido na primeira metade dos anos 2000, a vida das famílias começou a mostrar sinais de tranquilidade. Desse modo, tal como as plantas da caatinga, as comunidades permaneceram tranquilas de acordo com o jeito particular de celebrar e se reunir, porém, sem evidenciar nenhum grande momento de mobilização.

O contexto de tranquilidade se manteve inalterado até o ano de 2012, quando chegou inicialmente a construção do trecho da Ferrovia Transnordestina no município de Paulistana. A obra atingiu parte das comunidades do município de Curral Novo do Piauí, causando grande impacto. O projeto de mineração se intensificou quando a Bemisa adquiriu as terras para a execução do projeto de mineração Planalto Piauí.



O ano de 2013 representa os maiores momentos de ação articulada entre diversas comunidades de Curral Novo do Piauí. O ponto inicial ocorreu a partir da indignação de uma moradora da comunidade Juá, que buscou apoio da Igreja por meio da intermediação do bispo diocesano Dom Plínio. Convém registrar que esse momento marca a ação mais articulada da região. Todavia, as próprias comunidades já estavam se articulando em torno disso. O que faltava, na verdade, era apenas uma forma de união entre elas.

O ano de 2013 marca também o período de intensas lutas associadas exatamente à aquisição das terras pela empresa mineradora. Contudo, de acordo com relatos dos moradores, a busca pela riqueza mineral da região remonta há décadas por parte do Estado, que ocultou das famílias o real interesse de exploração. A suspeita da existência de minérios na região surge desde os moradores mais antigos, como relata a participante de pesquisa Aroeira, na mesma entrevista oral de 2020 citada anteriormente:

Nessa região, especificamente na comunidade Lagoa do Ovo, conforme os mais velhos, nem lembro há quantos anos atrás, já falavam da possibilidade da existência de algo diferente que poderia ser minério, sempre associando aos termos minas ou minas de ouro. Apareciam luzes ou algo semelhantes em vários locais que, segundo eles associa à existência de minérios, ficava essa dúvida para eles: “Será o que existe mesmo naquele local que aparece a luz?”. Após muito tempo, chega as empresas, no caso daqui de Lagoa do Ovo, logo para a realização de pesquisa e já se apresentando como representante da Bemisa. Em algumas comunidades vizinhas existem os comentários que andaram pessoas fazendo outros estudos antes, mas aqui não, já iniciou com a Bemisa. Esses conhecimentos, relatos e suspeitas da existência de mineração não sei como surgiam, porém, parte dessas pessoas são muito antigo esses relatos. Por isso, acho de fundamental importância a resistência e enfrentamento às empresas como forma até mesmo de preservar esses conhecimentos ancestrais que sempre adquiriam conhecimentos que não sei de onde veio. Porém, é muito importante para fortalecer nossa luta em defesa dos nossos territórios. (informação verbal, grifo do autor)

Os problemas provocados pelo trecho da Ferrovia Transnordestina, que passa na região e traz prejuízos graves para as famílias de comunidades vizinhas do município de Paulistana, fazendo limites com as comunidades onde foram realizadas sondagens para identificação do potencial mineral, deixam as famílias locais cada vez mais inseguras. Isso se deve tanto às características geológicas do território quanto às contradições existentes acerca da apresentação da obra.

O comentário da participante de pesquisa Juazeiro, na mesma entrevista oral de 2020 citada no Capítulo 3, revela que, em nome do desenvolvimento, a comunidade onde vive só tem enfrentado sofrimentos:



Essas empresa só traz problemas pra noise. Como vocês pode ver, aqui não tem nada. Quando eles chega diz que vai gerar emprego, mais isso não acontece. Outra coisa, além de num gerar os empregos que eles diz, as riqueza vai tudo pra fora. Primeiro, foi a Ferrovia Transnordestina: dividiu nossas terra e não trouxe nenhum benefício porque, para chegar aqui, como vocês estão vendo, não tem nem estrada. Mais tem uma ferrovia que pra noise não presta pra nada. Só atrapalha ir para as roça e outros lugar. Depois chega a energia eólica, uma energia boa, mais só serve pros outros porque nossas casas continua sem energia. Por isso, noise estamo lutando para que a mineração não chega a concretizar porque a promessa é a mesma: a geração de emprego. Mais vai ser pior que a Transnordestina porque vai trazer mais problemas ainda. Aqui mesmo, perto de casa, não tem minério, mais logo ali depois que passa a ferrovia, logo já tem lugar com furos pra extrair o minério. Vai ser muito problema porque, além de ser próximo, os minérios e ferrovia passa dentro de nossa comunidade. E nossa luta hoje é para barrar a mineração. (informação verbal)

Relatos de pessoas das comunidades atingidas tanto pelo trecho da Ferrovia Transnordestina, obra concluída na região, quanto pelas ameaças para a instalação do projeto de mineração, mostram que as mudanças na dinâmica do território ocorrem antes mesmo da efetivação da obra. Isso impulsiona as comunidades a realizarem diversas formas de luta e resistência com o objetivo de reduzir os danos provocados pela obra concluída ou até mesmo atrasar o projeto de mineração e alterar o seu processo de realização, o que permite diminuir os impactos na vida e na configuração dos territórios.

As formas de reagir em meio à realidade vivida pelas comunidades em seus territórios, seja em momentos de crise ou de interferência de grupos externos, estão relacionadas a movimentos maiores que foram provocados por setores da Igreja Católica num contexto mundial. Pode ser citado como exemplo o movimento de Puebla e Medellín, no ano de 1979 que impulsionou a Teologia da Libertação. Esta experiência teológico-política mundial provocou fortes movimentos em todo o Brasil, sobretudo no Nordeste. A Diocese de Picos se constituiu como um exemplo forte desse tipo de ação na atualidade.

Nesse sentido, os relatos repassados durante os trabalhos de campo realizados em janeiro de 2020, agosto e setembro de 2021, mostram as diferentes formas de resistir, seja com base nos bens materiais adquiridos ou nas riquezas culturais, econômicas e naturais existentes no território. Os comentários do participante de pesquisa Mandacaru, em entrevista oral concedida em 2020, como citamos no Capítulo 3, revela como ocorre este processo:

Aqui criamos muitos caprinos que muito ajuda em nossa renda. Plantamos milho, feijão e algumas frutas menores para o consumo. Enfim, são muitas riquezas pa perder. [...] Pra evitar conflitos ou testar eles, meu pai pediu um valor maior. Eu acho a cinco vezes o valor sugerido por eles. Eles não



aceitaram não. Meu pai disse que foi de propósito porque eles não aceitavam. Então, foi muitas as formas de resistência para nós permanecer aqui até hoje. Nesse período de negociação das terra foi muito difícil, apesar da audiência muito difícil que aconteceu em Curral Novo. Mais sentimos mais unidos. Todos contra a forma que a empresa nos abordava. E ela sempre falava a mesma coisa. Unidos com a mesma preocupação. E foi quando recebemos apoio da CPT e você, Eusébio, lembra que você mesmo ajudou no dia da audiência dar oportunidade para o povo falar para decidir o que é melhor? E naquele dia, a promotora abriu espaço para a comunidade falar suas dificuldades e dizer o que é melhor. Uma coisa é certa: tivemos muito unidos e resistindo e é o que nos garante está aqui até hoje. Não sabemos por quanto tempo, mas estamos aqui na luta. Aqui na Manga Velha, se tiver mesmo a exploração de minério, não é possível ficar ninguém morando porque as minas estão no terreiro da casa. E as escavas e extração no Morro da Manga Velha vai trazer tudo para baixo, destruindo todo. Acreditamos na força, nas nossas formas de resistência, no apoio da CPT e da Igreja, de Dom Plínio e essa mineração não vai acontecer. (informação verbal)

A relação de produção, os laços de solidariedade e o intercâmbio cultural se constituem em ajuda mútua para superar as demandas que não atendem às necessidades de defesa dos territórios e modos de vida dos habitantes. As observações de Almeida (1989) reforçam o pensamento de que o grau de solidariedade e coesão tem sido forte o bastante para garantir a manutenção de seus domínios. O relato de Mandacaru, na mesma entrevista de 2020, reforça a mesma tese defendida por Almeida:

No primeiro momento, eles utiliza uma estratégia que convencia as pessoas aceitar, que foi no momento das sondagens. Como eles relatava que era só pesquisa e pagava por cada furo, todos aceitaram a sondagem. Como sempre, o financeiro acaba falando mais alto né, em meio às condições financeiras. Depois, os conflitos começa aparecer. Foi quando vem a compra das terras. Aí a coisa ficou difícil. Eles comprava a terra sem indenizar nenhum benefício. E meu pai disse logo que não tinha dinheiro que pagava a vida dele aqui. E como na Manga Velha são apenas oito famílias e quatro é a nossa família, meu pai e três filho, ficou difícil. E nós sempre resistindo, que sair da terra a gente não aceita. Como você pode ver, essa é uma comunidade boa de morar. Claro, não temos grande renda financeira, mais temos o que precisa pra viver. Veja a riqueza dessa região. (informação verbal)

As considerações de Mandacaru evidenciam que o conflito está configurado, visto que os proprietários e as famílias, de forma geral, não foram esclarecidos acerca dos objetivos da realização dos estudos ou das sondagens para a identificação do potencial mineral. Porém, as lutas desenvolvidas durante esse período pelo menos estão impedindo a ação da mineradora no cenário atual.



A participante de pesquisa Aroeira, em entrevista oral concedida em 2021, revela que o projeto de mineração, desde os primeiros contatos até atingir a fase atual, passou por diferentes fases, interferindo de diferentes maneiras na vida da população local:

Costumo dizer que esse projeto de mineração é por fase. Primeiro veio a fase de ilusão. Foi quando a empresa chegou aqui, prometeu tudo, mas logo ocorreu tudo ao contrário. Nesse período, o povo ficou curioso, uns acreditando, mas muito duvidando, muitas incertezas. A segunda é a fase da desilusão. A gente viu como vai ser a exploração. Surge aí também as pressões. E a terceira fase é a fase da informação, da luta, da resistência, do protagonismo. A gente busca conhecer mais nossos direitos, intensifica as lutas e, com o apoio da CPT, surge os intercâmbios com outras regiões também atingidas por projetos de mineração. Eu mesma participei de dois: um em São Raimundo Nonato, no Piauí, que está em fase semelhante à nossa, e em Açailândia, no Maranhão, que o projeto já existe há muito tempo e trouxe graves problemas às famílias. Enfim, destruiu aquelas comunidades. (informação verbal)²⁸

A luta em defesa do território e da vida, como indicado neste estudo, é fortalecida e alimentada por princípios religiosos. As ações desenvolvidas até mesmo pelas comunidades que compreendem que não serão atingidas pelo projeto de mineração se unem às demais como um gesto de solidariedade. O comentário da participante de pesquisa Coroa de Frade (nome fictício), moradora da comunidade Alvação, em entrevista oral concedida durante trabalho de campo em 2021, revela a existência de alguns princípios religiosos e comunitários:

Aqui em Alvação, no início da chegada da empresa Bemisa, naquele tempo dos conflitos nas outras comunidade, aqui foi muito tranquilo. Eles prometia emprego, inclusive para meu filho, só que não cumpriu. No mais, era muito tranquilo. Mais eu nunca deixei de lutar junto com as outra até porque a ferrovia passa aqui pertinho e os carros tudo vai passar por aqui e vai trazer muitos problemas. Por isso que desde o início que eu estou participando junto com as outras comunidades em todos os momentos. Nunca faltei em nada até porque a Igreja não pode ficar longe do povo. E eu conheço a realidade de perto por ser da Igreja (informação verbal)²⁹

Considerando-se a perspectiva religiosa abordada no relato de Coroa de Frade, entende-se que o apoio religioso das igrejas romantiza os conflitos. Desse modo, conforme pontua

²⁸ A entrevista integral realizada com Aroeira em 2021 está disponível no Apêndice O.

²⁹ A entrevista integral realizada com Coroa de Frade em 2021 está disponível no Apêndice P. De acordo com Sena (2011), a coroa de frade é um tipo de cacto endêmico das regiões semiáridas do Nordeste. É pouco exigente quanto ao solo e à umidade e se desenvolve bem em solos pedregosos. No topo do cacto, brota uma estrutura rosada formada por pequenas cerdas e minúsculos espinhos como se fosse uma coroa. É uma espécie de cacto típico da caatinga que apresenta formato arredondado, pequeno e achatado, podendo atingir no máximo 12 cm de altura.



Albuquerque Júnior (2011, p. 228) “a formação cristã de inúmeros militantes contribui para que a visão religiosa termine por dar origem a uma verdadeira metafísica revolucionária, romântica”. Nesse sentido, os estudos de Andrade (2009) apontam que a resistência no campo, numa relação com os setores da Igreja, passa por diversos momentos históricos como o exemplo da criação das Ligas Camponesas:

A arregimentação das massas rurais, porém, não é feita apenas por políticos de esquerda como Julião. A Igreja entrou na disputa do controle das massas e padres e bispos passaram a organizar também seus sindicatos rurais: em alguns municípios ela começa a agir, sindicalizando os trabalhadores, orientando-os e defendendo-os nas lutas contra os grandes proprietários quando surgem choques. (ANDRADE, 2009, p. 83)

Ante o exposto, implicamos que o espaço que compreende o macroprojeto de mineração Planalto Piauí é marcado por um contexto histórico de luta e resistência. Os conflitos são intensificados na medida em que o conjunto de comunidades sofre ameaças por determinada situação, sempre tendo como princípio a identidade religiosa e a defesa do território. No contexto atual, as famílias se unem em defesa do território contra a instalação do projeto de mineração contando com o apoio e a força institucional da Diocese de Picos e da CPT-PI, organismo que integra a linha 6 da CNBB (Setor Pastorais Sociais). De 2013 até 2022, diferentes mobilizações marcaram uma trajetória de luta e resistência contra o projeto de mineração.

Na medida em que avançam as ações do projeto, as comunidades se mobilizam e criam resistência. Nos anos de 2007 e 2008 foram realizados estudos nas comunidades. Todavia, as famílias da região não foram informadas que se tratava de uma pesquisa para instalação de projeto mineral. Durante os anos de 2009 a 2011, as famílias não possuíam nenhuma informação sobre os estudos ou eventuais pesquisas.

Em 2012 e 2013, as ações do projeto avançaram ferozmente. Em 2012, intensificaram-se os processos de sondagem e, logo em seguida, no dia 18 de abril do mesmo ano, ocorreu uma audiência pública para apresentar o projeto “Estudo de Impactos Ambientais – EIA” e o “Relatório de Impactos Ambientais – RIMA”. Em novembro de 2012 foi emitida a Licença de Instalação. Em 21 de maio de 2013 foi assinado o protocolo de intenções entre o Governo do Estado do Piauí e a empresa Bemisa para o desenvolvimento de obras de infraestrutura que viabilizariam o empreendimento.

A audiência constituiu o marco inicial para as famílias compreenderem os riscos que o projeto apresentava para as comunidades. Os relatos apresentados pelas famílias nas reuniões



realizadas pela CPT-PI a partir de 2013, em parceria com a Diocese de Picos, apontam evidências da realidade vivida pelas famílias atingidas pelo projeto de mineração. A audiência ocorreu na cidade de Paulistana, sendo que a maioria das famílias atingidas pelo projeto são do município de Curral Novo do Piauí. Elas reclamam que não tiveram acesso à fala e às exposições verbais das autoridades durante a audiência considerada *pública*.

Com o avanço das ações do projeto de mineração, cresceram as ações de mobilização entre as comunidades e o apoio de setores da Igreja e da CPT-PI, como também de diversos parceiros. Dentre os maiores acontecimentos no ano de 2013, destaca-se a reunião de organização dos moradores da região realizada em maio daquele ano (CPT-PI, 2013). Os participantes denunciaram estar sofrendo abusos nas negociações da compra e venda de terras. A reunião conduzida pelo bispo diocesano de Picos, Dom Plínio José Luz da Silva, com a presença de 50 representantes das comunidades de toda região, culminou com uma agenda de compromissos conjuntos entre as comunidades e a diocese. Em junho de 2013 aconteceram as primeiras visitas envolvendo o conjunto de comunidades. Nos dias 22 e 23 de setembro do mesmo ano aconteceu o primeiro seminário de formação sobre mineração com as famílias, promovido pela CPT-PI. Em 28 de setembro, ocorreu outra reunião com as famílias para traçar estratégias de resistência ao projeto.

A partir de 2014, a agenda de estratégias de mobilizações de enfrentamento às ações do projeto de mineração começou a ser sistematizada. Em 14 de abril, o Ministério Público realizou uma audiência pública para tratar da questão dos abusos causados pela empresa no processo de aquisição das terras. A audiência foi marcada por tensões divididas entre os interesses da empresa e do Estado, que defendiam a continuidade do projeto de qualquer forma, e os direitos contestados pela CPT-PI, pela Igreja e pelas comunidades. Os conflitos gerados pela audiência resultaram em denúncias apontadas verbalmente pelas comunidades, que tiveram direito à voz.

Considerando-se a sequência de ações, em 22 de maio de 2014, aconteceu uma reunião com as comunidades, a CPT-PI e a Diocese de Picos para encaminhamentos práticos após a audiência. Em junho, o Ministério Público do Piauí divulgou algumas recomendações direcionadas à mineradora e à Prefeitura de Curral Novo do Piauí. Em agosto de 2014 aconteceu a primeira maior mobilização incluindo todas as comunidades e a sede do município de Curral Novo do Piauí. O evento ficou conhecido como Romaria da Solidariedade em Defesa da Vida e englobou todas as comunidades atingidas pelo projeto de mineração. A mobilização foi realizada pela Diocese de Picos em parceria com a CPT-PI e a Cáritas Regional Piauí. Este espaço mobilizou toda região com o apoio de diversos movimentos sociais e de outras dioceses



do Piauí e de Pernambuco. Dentre outros encaminhamentos, foi publicado um documentário abordando aquela realidade que se transformou em denúncia nacional e internacional.

O ano de 2015 foi marcado por ações concretas. Algumas foram realizadas por iniciativa das próprias comunidades, tal como o fechamento do trecho da Ferrovia Transnordestina nas proximidades das comunidades Caldeirãozinho e Juá até que a empresa resolvesse a questão das passagens entre as comunidades interrompidas pela ferrovia. A operação conjunta ocupou a avenida principal de Paulistana e o Fórum de Justiça pela negociação dos problemas agrários. O ato aconteceu após um seminário de formação sobre grandes projetos com as famílias no Instituto Federal do Piauí (IFPI), no *campus* de Paulistana.

Ainda em 2015, a CPT-PI, em parceria com a Diocese de Picos, a Área Pastoral de Curral Novo do Piauí e o conjunto de pastorais sociais e movimentos sociais do campo, realizou uma missão nas comunidades em defesa da vida. A atividade envolveu todas as comunidades atingidas diretamente pela mineração e algumas outras que se juntaram voluntariamente ao mesmo movimento.

Considerando-se os resultados positivos das ações desenvolvidas em 2015, o ano posterior foi marcado com calendário contendo a continuidade das ações. As mobilizações se iniciaram pela ação das comunidades que, em fevereiro de 2016, fecharam novamente um trecho da ferrovia. A área interditada só foi liberada após negociações com a empresa responsável pela construção do trecho da ferrovia na região. Em junho de 2016 ocorreu a segunda missão conjunta das comunidades afetadas pela mineração realizada pela CPT-PI e Diocese de Picos. As ações, que passaram a ter maior envolvimento da população, seguiram as mesmas estratégias utilizadas em ocasiões anteriores.

Devido à ausência de ameaças por parte da empresa, que permaneceu inoperante na região, os anos posteriores a 2016 foram marcados por diversas ações da CPT-PI, tal como o processo de formação e preparação das famílias para lidarem com eventual surgimento de ameaças e o envolvimento de outros públicos, especialmente os jovens. Além dessas atividades, foram desenvolvidos ainda intercâmbios com experiências nas regiões onde os projetos de mineração já tinham sido concretizados.

As atividades desenvolvidas nos municípios de Curral Novo do Piauí e Simões passaram a envolver as escolas por meio da realização da Semana Nacional do Meio Ambiente com a realização de palestras em escolas e igrejas. O evento incluiu ainda a divulgação de campanhas, a exibição de documentários e peças teatrais, a panfletagem em praças públicas e outras atividades. A programação objetivou mostrar a realidade e os efeitos do projeto de mineração



provocados nos territórios dos municípios. Essa sequência de atividades ocorreu em 2017, 2018, 2019 e início de 2020.

Os intercâmbios de experiências aconteceram na cidade de São Raimundo Nonato, Piauí. Este município, como também ocorre com os demais que compõem o território da Serra da Capivara, tem enfrentado ameaças por resistir à instalação do Projeto SRN Mineração, tal projeto se assemelha ao Projeto Planalto Piauí. As ações conjuntas acontecem anualmente, denominadas Grito do Semiárido, promovidas pelo Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido. Nas edições de 2016 e 2017, enfatizaram a questão da mineração, incluindo denúncias, protestos e seminários de formação.

Os intercâmbios ocorreram também fora do Piauí. A cidade de Açailândia, no Maranhão, foi outro espaço que concentrou experiências de mobilização em dois momentos distintos realizados no ano de 2018. O evento envolveu as famílias atingidas pelo Projeto Grandes Carajás. Os habitantes locais relatam que convivem há mais de três décadas com uma realidade tenebrosa causada pelo projeto de mineração.

Os desafios das lutas exigem o rompimento de fronteiras locais. A ordem desenvolvida pelo capital impõe a necessidade de uma articulação camponesa mais ampla. De acordo com Harvey:

Os sistemas modernos de comunicação puseram “os trabalhadores de diversos lugares em contato entre si”, permitindo a centralização de “muitas lutas locais, todas do mesmo caráter, numa única luta nacional entre classes”. Esses processos, ao se propagarem através das fronteiras, despem os trabalhadores de “todos os traços de caráter nacional”. Pois todos eles estão sujeitos a ordem unificada do capital. A organização da luta da classe trabalhadora se concentra e se difunde pelo espaço defletindo as ações do capital. (HARVEY. 2005, p. 198, grifo do autor)

Outro espaço de formação refere-se ao curso de Jurista Populares, realizado pela CPT-PI, com assessoria de advogados populares do Coletivo Antônia Flor³⁰. O curso desenvolveu um processo de formação modulado com início em dezembro de 2016 e término em dezembro de 2017. A ação proporcionou maior conhecimento das leis e das formas de atuação diante das ameaças nos momentos de ausência de advogados.

³⁰ Camila Martins (2020) destaca em seus estudos que o Coletivo Antônia Flor atua na região do semiárido piauiense em defesa das comunidades rurais afetadas pelas obras da Ferrovia Transnordestina, da implantação dos parques eólicos e dos projetos de mineração desde o segundo semestre de 2014. Destacam-se da região as Comunidades Quilombolas de Contente e Barro Vermelho, localizadas em Paulistana. O papel da Assessoria Jurídica Popular foi contribuir com as comunidades utilizando a litigância estratégica, como meio de enfrentamento aos conflitos causado pelos empreendimentos, inspirada pela luta dos povos tradicionais e quilombolas por direitos fundamentais e territoriais.



Em 2018 ocorreu a Romaria da Terra e da Água³¹ na cidade de Paulistana. Este momento mobilizou todo o estado do Piauí no combate à problemática que vivem as famílias atingidas pelo projeto de mineração nos três municípios que compõem o Projeto Planalto Piauí, sobretudo, o município de Curral Novo do Piauí.

A Igreja em diversas partes do Brasil tem um envolvimento na defesa das famílias e comunidades que se encontram ameaçadas por projetos de mineração. E no Piauí, a Igreja não poderia se omitir diante dessa realidade, como enfatiza Heck:

O debate sobre a presença e atuação das igrejas nas regiões de mineração é sem dúvida um indicativo de que mais do que a discussão e a troca de experiências, o que está subjacente é a definição de estratégias que levem a profundas mudanças na nossa sociedade, e em especial, do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal e neocolonial. (HECK, 2015, p. 30)

O ano de 2019 segue as mesmas dinâmicas de processo de formação atendendo às famílias com intercâmbios e seminários.

Em 2020 ocorreram diversos conflitos tensos provocados pela pandemia de COVID-19. Todas as atividades presenciais foram interrompidas. A partir do segundo semestre do mesmo ano foram retomadas algumas atividades de forma virtual. Todavia, os resultados não foram tão positivos em função de parte dos protagonistas das lutas serem pessoas idosas com reduzido grau de escolaridade e algumas limitações quanto ao uso da internet.

As famílias ficaram preocupadas porque, mesmo durante a pandemia, outras empresas diferentes da Bemisa realizaram ações internas. Pesquisas realizadas no site da ANM em 20 de novembro de 2020 confirmam a existência de pedidos de pesquisa mineral. Durante o trabalho de campo realizado em agosto de 2021, os moradores relataram que preferiam dar continuidade às atividades presencialmente. O comentário do participante de pesquisa Xiquexique (nome fictício), morador da comunidade Baixio dos Belos, em entrevista oral concedida em 2021, revela certa satisfação quanto ao trabalho presencial: “[...] é muito bom retomar os trabalhos, mesmo no período de pandemia. Manter os cuidados direitinho dar tudo certo. Enquanto nós ficar parado, as empresas continuam agindo” (informação verbal).³²

³¹ A Romaria da Terra e da Água é uma atividade promovida pela CNBB, Regional Nordeste 4, formado por todas as dioceses do Piauí. A romaria acontece a cada três anos com o objetivo de discutir pautas acerca da água, da terra e dos direitos. A romaria normalmente acontece no território da diocese que está convivendo com grandes problemas ou ameaças à vida do povo.

³² A entrevista integral realizada com Xiquexique em 2021 está disponível no Apêndice L. Pereira (2011) afirma que o xiquexique é uma cactácea que abrange grande parte da região intertropical das Américas, nomeadamente do sul da Flórida. Encontrado no Nordeste do Brasil, sendo muito comum na encontrado na caatinga, a formação pode ser arbustiva ou arbórea, chegando a atingir a altura de 4 metros. Desenvolve-se em solos rasos



Nosso trabalho de campo realizado nos dias 13 e 14 de agosto de 2021 constatou certa preocupação nos relatos dos participantes de pesquisa. Os moradores temiam perder a atuação presencial devido às dúvidas geradas a partir das afirmações dos representantes da empresa Bemisa. Por um lado, existiam as dúvidas sobre a empresa demonstrar ou não o interesse em implantar o projeto. Por outro, existiam as ações que, embora pequenas, estavam sendo executadas. A participante de pesquisa Macambira (nome fictício), moradora da comunidade Manga Velha, em entrevista oral concedida em 2021, revela:

Num devemos ficar parado porque a empresa está aí agindo. Essa semana eles chegaram e tão aí trabaiano, como vocês podem ver. Não sei o que eles estão fazendo porque aquele lugar é de meu tio. Como ele, naquele tempo, deixou eles pesquisar nas terras dele e nós era contra, ele não fala nada pra gente quando eles chegam. Só que a gente precisa tomar cuidado e lutar e agir para que não aconteça. O certo é que são furos do jeito dos primeiro, sempre do lado dos que já existia. (informação verbal)³³

Considerando-se os relatos de preocupações com o cenário atual, o comentário da participante de pesquisa Caroá (nome fictício), em entrevista oral concedida em 2021, revela:

É muito bom a gente voltar de novo à luta daquele jeito que era feito naqueles tempo dos conflito. As coisa tá parada. Eles num vem aqui, quer dizer, na mia casa, mais nas dos outro também nunca vi falar. Disse que até aquela mulher daqui da comunidade que você conhece, Eusébio, queria vender um pedaço da terra dela. E eles nem quer mais comprar terra aqui. Mais num sei. Qualquer hora pode aparecer de novo. (informação verbal)³⁴

Os depoimentos apresentados — sejam antes da pandemia, quando as ações de mobilizações aconteciam normalmente, ou durante a pandemia, quando se discutia a possibilidade do retorno das ações presenciais — revelam certo potencial de resistência, pertencimento e defesa do território. São características demonstradas durante esta trajetória de mais de oito anos de luta em defesa do território e contra a mineração. Foram tempos atravessados por períodos mais tensos e outros mais tranquilos. Esse perfil identificado na população é reforçado nas afirmações de Porto-Gonçalves:

e pedregosos e apresenta numerosos espinhos fortes e pontiagudos nas aréolas. As flores são brancas e o fruto é comestível e possui cor avermelhada quando maduro.

³³ A entrevista integral realizada com Macambira em 2021 está disponível no Apêndice M. Sena (2011) aponta que a macambira é uma bromélia endêmica da caatinga que cresce exposta ao sol nos afloramentos rochosos. Lança um pendão de 1 metro de altura com flores amarelas que atraem as abelhas nativas. As folhas em período de estiagem severas eram utilizadas pelos sertanejos como alimento, por produzir uma farinha de alto valor nutritivo, com o qual se fazia pirão. As folhas também serviam para alimentar o gado.

³⁴ A entrevista integral realizada com Caroá em 2021 está disponível no Apêndice N.



(I) a luta pela apropriação das suas condições materiais de produção (água, gás, energia, biodiversidade, terra só para ficarmos com as explicitadas) assim como a criação das condições para sua própria reprodução simbólica (escolas, universidades livres, rádios comunitárias, posses de rappers). Na junção dessas duas dimensões é que a invenção de territórios ganha sentido, na exata medida em que comporta as dimensões material e a simbólica geograficamente conformadas. Além disso, a formação social que enseja a existência desses movimentos implica, como vimos instituindo. (2) a conformação simultânea de grupos, segmentos, classes, etnias, comunidades, estamentos, camadas, enfim, distintas formações de sujeitos sociais que buscam se realizar por meio de diferentes escalas e conformações territoriais. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 61)

Assim, considerando-se as contribuições de Porto-Gonçalves (2012), compreendemos que os relatos dos participantes de pesquisa revelam certo interesse pela defesa da posse de terras a partir da cultura, da relação com a natureza e da religiosidade implícita. Trata-se da defesa de um conjunto de elementos que compreende a vida dos participantes de pesquisa que colaboraram para a realização deste estudo. Nossas observações são realizadas a partir dos arquivos e relatórios da CPT-PI e da Diocese de Picos, tendo como embasamento a fortuna crítica sobre a temática aqui abordada, os documentos, os relatórios não publicados e as pesquisas realizadas durante a trajetória deste estudo por meio da vivência nos locais. Soma-se a isso a percepção da vida cotidiana nos momentos individuais e coletivos, bem como os resultados do período da pesquisa do mestrado. As descobertas constituíram elementos fundamentais que mostram a conquista de muitos direitos por meio da resistência em defesa do território e da vida.

As discussões apresentadas nos arquivos e relatórios pesquisados, bem como nos relatos coletados em diversas comunidades por meio de entrevistas orais, revelam que as ações de resistência realizadas durante mais de oito anos de luta contra o projeto de mineração constataam a existência de uma relação direta do Estado com a empresa a partir do uso dos aparelhos governamentais como propriedade privada. Além disso, fazem parte do mesmo processo as técnicas pessoais de dominação.

As observações metodológicas permitiram identificar a existência de três grandes conquistas que se desdobram num conjunto de conquistas menores. A primeira refere-se à conquista de políticas públicas para as comunidades. A segunda trata da suspensão das ações do projeto de mineração, embora ainda exista dúvida sobre o que poderá acontecer no futuro. E, por fim, a terceira corresponde ao fortalecimento do protagonismo das lutas.



No âmbito das políticas públicas, destaca-se a chegada da energia elétrica por meio do programa Luz para Todos no ano de 2015. O projeto não tinha sido concretizado ainda porque não se sabia ao certo se as famílias permaneceriam ou não na região.

O ponto que consiste nas principais lutas e na resistência simboliza as suspensões das ações da empresa de mineração na região. Desde o final do ano de 2016, as ações da empresa Bemisa têm sido reduzidas. E a partir do ano de 2017, percebemos apenas a presença de alguns vigilantes passando em casos eventuais. A ausência dessas ações da Bemisa demonstra a possibilidade de suspensão do Projeto Planalto Piauí, propiciando a permanência das famílias em seus territórios de vida.

No protagonismo das lutas foi identificado um contraponto entre duas realidades distintas. De um lado, havia maior envolvimento de parte da população em outras lutas além da questão da mineração. Por outro, as famílias, mesmo aquelas que participavam ativamente das lutas, permaneceram sem nenhum envolvimento por estarem paradas as ações da empresa mineradora. A história das formas de luta se identificou de modo que grande parte das famílias se envolveram em lutas de resistência sempre que os territórios ou direitos foram ameaçados. Isso levou os moradores a pararem as mobilizações e permanecerem sempre atentos a eventuais mudanças.

O envolvimento da juventude é um marco forte conquistado a partir dos processos de formação. Resulta disso a criação de dois grupos nos aglomerados maiores da região de Baixio dos Belos, município de Curral Novo do Piauí, e Monte Santo, no município de Simões. Ambos os grupos incluem os jovens das comunidades menores. Eles desenvolvem protagonismo juvenil no envolvimento do conjunto de ações em defesa do território e da vida.

Por fim, as realidades retratadas estão em processo que pode ou não sofrer alterações. As observações e a interpretação dos dados obtidos revelam a importância dos registros da história que, tradicionalmente, ficam em relatórios que não são publicados. A oralidade passada de geração em geração também possui sua contribuição para preservar a história de um povo. Tais constatações foram fáceis de serem identificadas durante a pesquisa em função de a sociedade pesquisada possuir espaços de vida e atuação que são conhecidas do pesquisador. Como observa Cicourel (1975, p. 88), “a diferença entre trabalhar na própria sociedade do observador e numa sociedade estrangeira fornece o ponto de partida básico para se entender as condições nas quais as percepções e interpretações do observador ganham significado”.

No percurso da memória de luta e resistência por parte das famílias, destacam-se dois grandes momentos nos quais estão inseridas diferentes realidades pontuais. O primeiro momento é marcado pela luta por sobrevivência durante os períodos de longa estiagem (seca)



e pela prática da politicagem e do coronelismo. O segundo ocorre quando as famílias já dispõem de iniciativas de convivência e buscam ampliar e melhorar cada vez mais as condições de vida. No entanto, são surpreendidas por grandes projetos econômicos do capital, dentre estes, a Ferrovia Transnordestina e o Projeto Planalto Piauí. Estes moradores reagem contra a imposição do capital e, com lutas, garantem os modos de vida. Porto-Gonçalves (2012) sugere ainda que, enquanto os setores dominantes buscam conformar uma nova territorialidade hegemônica, diversos grupos sociais buscam conformar outras territorialidades.

As considerações construídas neste estudo evidenciam as diferentes formas de luta e resistência das famílias como garantia de permanência nos territórios de origem no semiárido piauiense, espaço ameaçado pelo capital mineral. As experiências identificadas apontam diferentes formas de viver no semiárido, como a utilização de variadas técnicas e alternativas a partir da lógica da convivência com o semiárido para garantir a preservação do território e da vida.

4.4.2 Reprodução da vida nas comunidades camponesas a partir da lógica de convivência com o semiárido

O território que faz parte do semiárido piauiense sofre há muito tempo com uma série de problemas relacionados à seca. Além do desvio de recursos destinados à melhoria das condições de vida e das políticas precárias, existem ainda os problemas históricos, o discurso da modernidade e do desenvolvimento por meio dos grandes projetos do capital construídos sem nenhuma participação das comunidades afetadas. Em contrapartida, as famílias resistem à forma como o capital impõe e propõe uma série de experiências de convivência com o semiárido como alternativas para superar os problemas históricos enfrentados na região.

Antes de abordar as experiências de convivência com o semiárido, é preciso entender o conjunto de políticas para essa parte do território brasileiro e como esses recursos são implementados por meio do discurso de *combate à seca*. Entre essas políticas, destacamos o uso do carro-pipa, as frentes de serviços e as diferentes formas como são aplicadas, tais como o acesso, as formas de trabalho, os pagamentos, as relações com os trabalhadores e como ocorre a interferência de políticos e fazendeiros.

Um estudo de Jorge Coelho (1985) mostra como se dava o acesso às oportunidades, aos salários e às condições de trabalho. Os homens sempre foram priorizados para as vagas de emprego. As mulheres aparecem em pequena proporção. A pesquisa de J. Coelho menciona que em Ouricuri, estado de Pernambuco, ocorreu o caso extremo de suicídio de uma



trabalhadora após ter sido negado o seu alistamento nas frentes de serviço do município. No tocante ao salário, o valor referia-se a aproximadamente meio salário-mínimo.

Quanto às condições e formas de trabalho, J. Coelho (1985) destaca que muitas frentes de serviço impunham disciplina militar aos trabalhadores sem respeito aos direitos humanos básicos. As grandes propriedades da região se transformaram em grandes negócios. Foram constatados também casos de utilização de trabalhadores das frentes de serviços em obras de propriedades particulares pertencentes a grandes proprietários e políticos. Os apontadores cortam o ponto dos trabalhadores que se recusam a atender às exigências do mencionado latifundiário.

Vale acrescentar que a distribuição de cestas básicas, o abastecimento de água por caminhões-pipa, a construção de barragens e açudes em terras de particulares e as frentes de trabalho controladas pelas elites locais são estratégias para produzir água, terra, excesso de riqueza e concentração de poder, causando o aumento da fome e da miséria no semiárido.

Documentos publicados pela ASA (2012) mostram que durante muito tempo, em alguns casos, ainda nos dias de hoje, as únicas políticas oficiais destinadas à região semiárida brasileira foram aquelas denominadas de *combate à seca*. Além de gerar lucro para uma parcela restrita da sociedade (fazendeiros e políticos), essas iniciativas eram marcadas por desvio de dinheiro e obras fantasmas.

A retórica política em relação ao discurso de soluções para os graves problemas da região do semiárido é antiga. Isso se inicia com as obras de construção de grandes açudes pelo DNOCS, principalmente no período da ditadura militar de 1964. Apesar disso, nada mudou positivamente a vida das comunidades camponesas. Os resultados são apenas os sérios problemas provocados em diferentes regiões do semiárido nordestino.

Ao longo do século XX, as elites científicas, culturais e políticas que detinham o poder no Nordeste contribuíram para a criação de mitos e distorções sobre o semiárido. Criaram crenças sobre a aridez. Usaram e divulgaram práticas e imagens que desvalorizam as características e potencialidades da região. Portanto, realmente precisamos destacar a rica diversidade ambiental e cultural da região e de seu povo. Além das diferentes imagens criadas em torno do semiárido, há disputas territoriais. De um lado, predominam o capitalismo e as corporações fundiárias aliadas ao Estado para disseminar imagens negligenciadas da realidade como forma de acumulação de capital. De outro, existe o potencial do território que possibilita sustentar e reproduzir os modos de vida dos habitantes do semiárido.

Considerando-se esse contexto, Dantas (2021) alerta para a necessidade de se compreender o processo de disputa territorial como sendo não apenas a apropriação do território



em si mesmo, mas a apropriação dos elementos que o constituem. Isso induz a construção de territorialidades em um caráter multidimensional. No contexto de disputa territorial, intimamente relacionado à propaganda de um semiárido pobre e que precisa ser desenvolvido, a elite e o Estado brasileiro utilizaram um discurso para cada contexto histórico iniciado pelo *combate à seca*, seguido do combate à pobreza e à fome. Por último, surge o desenvolvimento sustentável que, na prática, resume-se ao desenvolvimento econômico.

No contexto histórico em que eram construídos os grandes açudes pelo DNOCS, tem início também a implantação de grandes projetos relacionados à agricultura empresarial com destaque para a cajucultura na região do semiárido. Essa atividade é baseada em grandes latifúndios e nos empreendimentos capitalistas, com ações de fomento do Estado. Um estudo realizado por P. Alencar, G. Espíndola, A. Façanha e M. Alencar (2022) mostra que esses projetos começaram no final da década de 1970 ocupando uma área de terra concentrada. Entretanto, as empresas não conseguiram atingir os objetivos propostos. Como os lucros não cumpriram os objetivos das corporações capitalistas, grandes empresas baseadas em ativos e grupos empresariais estatais deixaram de operar na área. E a vida nos territórios das comunidades foram afetadas. Os autores citam o caso da empresa de cajucultura localizada nas datas não demarcadas, com registros de terras irregulares na Data Cova Donga, município de Pio IX. Os autores mencionam ainda que a crise na cajucultura empresarial contribuiu para a saída de empresas do município, deixando prejuízos para a população local. Em contraponto, o regresso das empresas ajudou a diminuir as tensões em algumas aquisições de terra. Consequentemente, isso facilitou a destinação de terras de grandes projetos empresariais para a reforma agrária no território. Nesse caso, os camponeses apontam alternativas diferentes de uso e ocupação das terras.

Os camponeses, os movimentos sociais e até mesmo os pesquisadores têm, assim, proposto diversas alternativas diferentes das oferecidas pelo capital e Estado, conforme apontam as pesquisas e experiências realizadas. Há certo destaque sobre a importância dos assentamentos rurais para o desenvolvimento socioeconômico dos camponeses assentados.

A pesquisa de P. Alencar, G. Espíndola, A. Façanha e M. Alencar (2022) apresenta dados positivos sobre os investimentos em áreas de assentamentos, alguns dos quais nas mesmas áreas onde existiram investimentos em projetos de capital em nome da modernização agrícola. Os autores enfatizam que a implantação de diversos projetos de assentamento da reforma agrária, nos últimos 18 anos, ampliou as áreas de cultivo do cajueiro-anão-precoce. Dos assentamentos criados no município de Pio IX, dez localizados nessa região são voltados



para a cajucultura. Esses projetos contribuíram para a democratização do acesso à terra, modificando a paisagem, construindo e reconstruindo as relações ambientais, políticas e sociais.

As diferentes atividades realizadas por meio da agricultura familiar nos assentamentos têm contribuído para a geração de renda, a fixação das famílias no campo e a dinâmica de vida nos territórios. As experiências nos assentamentos não se restringem tão somente à cajucultura no município de Pio IX. M. Alencar e A. Rodrigues (2010) enfatizam que os assentamentos rurais serviriam tanto para abastecer os próprios agricultores, como o mercado de consumo interno, ou seja, o problema da fome e da miséria seria resolvido para muitos. Partimos do entendimento que não basta apenas criar assentamentos, mas investir em infraestrutura para atender às demandas por água, assistência social, comercialização, crédito, educação e energia. As autoras citam como exemplo as experiências dos assentamentos Novo Zabelê, no município de São Raimundo Nonato, e Lisboa, no município de São João do Piauí.

M. Alencar e A. Rodrigues (2010) relatam que, em meio às dificuldades, os assentamentos têm conseguido produzir para abastecer o consumo interno e vender nas feiras das cidades. O assentamento Novo Zabelê, com cerca de 70 famílias, produz abóbora, caju (utilizado para produzir cajuína, doce e rapadura) e feijão. A criação de cabras serve para produzir queijo e requeijão. No artesanato, os moradores confeccionam bordados em pano de prato, bijuterias e sabonetes. Tudo que as famílias produzem é usado para consumo próprio e o excedente é vendido nas feiras de São Raimundo Nonato.

Já o assentamento Lisboa, em São João do Piauí, possui 260 famílias assentadas. Além dos trabalhos artesanais, os moradores atuam na pecuária com a criação de caprinos e ovinos. Na agricultura, durante o período chuvoso, as famílias plantam feijão, melancia e milho, além de produzirem mel de abelha. Ao ter o mercado consumidor ampliado, o assentamento tem contribuído para o desenvolvimento do território e dos municípios de São João do Piauí e São Raimundo Nonato.

Esses assentamentos constituem exemplos de diferentes áreas do semiárido. No entanto, devido à grande extensão geográfica do semiárido piauiense, compondo diferentes territórios, em contraposição ao modelo de projeto imposto pelo capital, além dos exemplos dos assentamentos, outras ações foram empreendidas pelos camponeses. Podemos citar como exemplo as experiências de convivência com o semiárido desenvolvidas e vivenciadas por diversas famílias camponesas com resultados bons e eficientes. Isso é a prova da capacidade inovadora dessas famílias na construção coletiva de saberes e na troca de conhecimento.

Os municípios de Pio IX, São João do Piauí e São Raimundo Nonato, localizados no semiárido piauiense, mesmo não sendo diretamente parte da área deste estudo, possuem



exemplos que serviram de base de investigação para a análise de projetos que se adequam à realidade do semiárido, à vida dos camponeses e ao desenvolvimento da região. O saber do sertanejo proporcionou a convivência com a natureza de modo que as experiências de vida possibilitam lidar com as mazelas da região, especialmente em períodos de estiagem prolongada. J. Coelho (1985, p. 17) cita alguns exemplos de como a observação da natureza aproxima o homem do meio ambiente por meio de aspectos como o canto dos pássaros (tal como o da Asa Branca); a floração das plantas (como o mandacaru); a desova do aruá (caramujo); a posição da casa (ninho) do João de Barro e do marimbondo; e tantas outras particularidades da natureza.

Diante da realidade social e histórica enfrentada pelo povo do semiárido, associado às formas de ocupação e ao conjunto de configuração que essa porção do território vem sofrendo a partir da segunda metade do século XX e, de forma mais intensa, nestas duas primeiras décadas do século XXI, as organizações sociais, a partir de estudos e do diálogo com acadêmicos e membros das comunidades, têm somado aos habitantes do semiárido o desenvolvimento de um conjunto de experiências de convivência com as características geográficas da região. A convivência com o semiárido surge como uma alternativa de solução para os problemas sociais e naturais enfrentados pela população local. Além disso, essas iniciativas se tornam medidas que combatem o modelo de desenvolvimento imposto pelo capital. Os modos de convivência surgem como alternativa contrária à ideologia de *combate à seca* a partir de uma lógica específica de construir, trabalhar e viver no semiárido. Nesse sentido, Dantas (2021, p. 216) argumenta que “a convivência com o semiárido se constitui enquanto um modo de vida que se expressa em relações sociais justas entre os sujeitos e em adaptação e respeito à natureza”.

N. Baptista e C. Campos (2013) apresentam as duas primeiras experiências de convivência realizadas pela ASA, que são oriundas das experiências da sociedade civil, como iniciativas bem-sucedidas. A primeira refere-se ao abastecimento de água a partir de cisternas para abastecer o consumo doméstico. Consideradas como solução plausível, as cisternas foram inseridas nas políticas públicas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e parcialmente pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) a partir de 2003. A segunda experiência é a denominada *A segunda água*: a água de produção.

Nesse sentido, buscando conhecer as experiências concretas desenvolvidas pelas ONGs que formam a ASA no semiárido no Piauí, realizamos uma entrevista com João Evangelista (Joãozinho), agente da Cáritas Regional Piauí, entidade que compõe a coordenação da ASA no estado. A entrevista conduzida pelo autor deste estudo foi concedida no dia 9 de janeiro de



2022, na sede da Cáritas Regional Piauí, no Bairro São João, em Teresina, PI. A entrevista integral está disponível no Apêndice S deste estudo.

Segundo Evangelista, os projetos de convivência com o semiárido começaram com a ação de ONGs e, posteriormente, com o governo brasileiro. As iniciativas pontuais da ASA, que começaram com um projeto, foram quase inteiramente apoiadas por financiamento internacional. Ainda em 2001, o projeto contou também com apoio governamental, vinculado a dois órgãos: o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Nacional de Águas (ANA). Como forma de gerenciamento dos projetos, a ASA, junto com as organizações do semiárido que a compõem, criou a Associação do Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC).

Evangelista destaca ainda que a primeira experiência de convivência com o semiárido, desenvolvido por meio do programa de Formação e Mobilização para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) incluiu a mobilização e a forma como as cisternas foram construídas, desde a recepção do projeto até o momento formativo com a família e a construção. A maior parte foi construída com placas de cimento pelos pedreiros da comunidade, gerando renda para a família e região. As diferentes alternativas apresentadas por Evangelista, tendo por base os projetos realizados pela ASA no Piauí, demonstram a possibilidade de se implantar as cisternas em todas as áreas do semiárido. Assim, são relevadas as características próprias de cada local.

O relato de Evangelista apresenta elementos que nos ajudam a compreender o que entendemos por convivência com o semiárido e como as experiências apresentadas têm demonstrado mudanças significativas na vida das pessoas e na dinâmica do território. Schroeder (2013, p. 9) ressalta que “a difusão de tecnologias e novo paradigma de convivência com o semiárido partiu de uma iniciativa da sociedade civil organizada com o objetivo de garantir o acesso à água potável às famílias do Semiárido brasileiro”. Portanto, fica evidente neste estudo que essas experiências objetivam fornecer os elementos essenciais da construção de convivência com o semiárido e um leque de experiências e abordagens que as populações do semiárido têm utilizado. O Quadro 10 a seguir expõe uma lista de dez experiências de convivência com o semiárido e apresenta ainda a importância de como as estratégias podem ser executadas.



Quadro 10 — Estratégias e tecnologias de convivência com o semiárido piauiense

Semiárido Piauiense			
Nº	Estratégia	Tecnologia utilizada	Utilidade
01	Cisterna de 16 mil litros	Reservatórios cilíndricos montados perto da residência para armazenar a água da chuva que cai do telhado. A captura da água ocorre por meio de uma estrutura construída com calhas de zinco e canos de PVC. Esse tipo de cisterna pode ser construído com placas de cimento, anéis de concreto, tela e cimento.	Captação de água da chuva pelo telhado para o consumo humano (beber, cozinhar e atividades domésticas).
02	Cisterna de 52 mil litros (adaptada para a roça)	Reservatórios de água construídos com placas de cimento que ficam enterrados, permanecendo apenas a cobertura acima do terreno. Para captar a água, é preciso fazer canaletas de alvenaria no chão para conduzir a água da chuva para dentro da cisterna. Além disso, constrói-se um tanque, antes da cisterna, para a retenção da sujeira.	Serve para armazenar a água da chuva para ser utilizada em sistema de produção, principalmente em áreas no entorno da casa, como os quintais produtivos. A água serve para irrigar o cultivo de hortaliças, fruteiras e plantas medicinais, como também para o consumo de pequenos animais.
03	Cisterna de 52 mil litros (com calçamento)	É uma tecnologia que acumula água para a produção e para o consumo da família. É construída da mesma forma que a cisterna adaptada para a roça. A diferença é que a captação da água é feita através de um calçamento de cimento com tamanho de até 220 metros quadrados. A cisterna pode ser enchida com o acúmulo de água equivalente a 300 mm de chuva.	Serve para armazenar a água da chuva para ser utilizada em sistema de produção, principalmente em áreas no entorno da casa, como os quintais produtivos. A água serve para irrigar o cultivo de hortaliças, fruteiras e plantas medicinais, como também para o consumo de pequenos animais.
04	Barragem subterrânea	Construção em área de baixio e em leitos de riachos. É um barramento, normalmente de lona plástica, construído dentro do chão para segurar a água da chuva que escorre por baixo da terra.	A água armazenada dentro da terra abastece o poço e pode ser utilizada em pequenas irrigações, possibilitando que as famílias agricultoras produzam no semiárido durante o ano inteiro.
05	Barragem sucessiva	É uma parede construída com argamassa, concreto e pedra para ligar de um lado a outro as margens de rios e riachos a fim de represar a água que será utilizada durante o período seco do ano. A valeta para fazer a parede é escavada até chegar à parte impermeável do solo (firmamento, pedra ou rocha). A profundidade da parede é variável, dependendo do local onde será construída a barragem. A altura pode atingir até 5 metros.	Segura a água no leito de rios, permitindo aumentar o nível da água nos poços escavados nos baixios próximos. Fortalece a perenização de rios temporários do semiárido brasileiro. Dessa forma, a barragem permite a produção de alimentos e a geração de renda para as famílias agricultoras que moram próximas. É uma tecnologia de grande eficiência para irrigar lavouras, pastagens e para o consumo de animais.



06	Barreiro com trincheira de lona	É um buraco com 44 metros de comprimento e 2 metros de largura de boca, 2 metros de profundidade e 1 metro de largura no fundo. Deve ser construído em terrenos planos e profundos (em terras de chapada, por exemplo), de preferência sem pedras, revestido por lona plástica.	A água represada pelo barreiro pode ser utilizada tanto para afazeres domésticos quanto para a irrigação em pequena escala e para o consumo de animais.
07	Barraginha	Conhecida também como barreiro, a barraginha é um açude pequeno construído em terrenos desgastados pela erosão provocada pela água. A barraginha é feita em forma de semicírculo ou rocha, com aproximadamente 16 metros de diâmetro, formando meio anel para prender a água.	A principal utilidade das barraginhas é segurar água das enxurradas e garantir a infiltração no solo rapidamente entre uma chuva e outra. O aumento do nível de água e umidade nos baixios permite segurança à agricultura. Além de aproveitar a água das chuvas, as barraginhas ajudam a conservar o solo e as nascentes e previnem a desertificação.
08	Caldeirão ou tanque de pedra	É uma tecnologia comum em áreas de serra ou onde existem lajedos, que funcionam como área de captação de água da chuva. São fendas largas, barrocas ou buracos naturais, normalmente de granito, que armazenam água da chuva. Para aumentar a capacidade, são erguidas paredes de alvenaria, na parte mais baixa ou ao redor, que servem como barreira para acumular a água.	Esse tipo de reserva de água da chuva garante o abastecimento das residências. Em geral, a água é utilizada nos afazeres domésticos e para o consumo dos animais.
09	Poços rasos	São poços escavados em terrenos de baixio ou de aluvião, devendo ser arenosos, com pouco barro e poucos seixos. A largura da boca do poço é de 40 centímetros e a profundidade pode chegar a 12 metros. No mesmo baixio, pode ser perfurado mais de um poço, onde podem ser instaladas bombas manuais, elétricas ou movidas a energia solar para bombear a água.	A água pode ser utilizada para abastecer caixas elevadas para a realização de sistemas de irrigação localizada, como em hortas, pomares e capineiras (área com capim de corte). A água do poço ainda pode ser utilizada para o consumo de animais.
10	Bomba Popular (BAP)	É um equipamento manual instalado em cima de poços tubulares inativos que podem ter profundidade de até 80 metros. A BAP funciona com a ajuda de uma grande roda volante que, quando girada, puxa uma quantidade considerável de água com pouco esforço físico	A bomba popular fornece água às comunidades para produzir alimentos, destinar ao consumo de animais e suprir as necessidades em geral.

Quadro elaborado com base na entrevista de João Evangelista e em dados divulgados pela ASA em 2012.



Além do conjunto de experiências de captação e uso da água, podemos acrescentar ainda as experiências das casas ou dos bancos de sementes. A entrevista de Evangelista destaca que essas práticas objetivam garantir sementes para os associados a fim de evitar problemas ou atraso no plantio por falta de sementes. Essa estratégia tem ainda o intuito de organizar os trabalhadores e a conservação das sementes nativas. Cada estado utiliza um nome para a prática da experiência com as sementes, o Estado do Piauí é a semente da fartura.

As ações e os projetos desenvolvidos por diversos setores da sociedade civil, organizada junto às comunidades beneficiadas, são implementados por meio do uso de diversas tecnologias sociais que se refletem em políticas públicas por meio de parcerias com órgãos governamentais. Essas experiências de convivência oferecem alternativas que incluem aspectos como o cuidado com o meio ambiente, cultura e cidadania, educação contextualizada para a convivência com o semiárido, geração de renda, mobilização social e relações de gênero. Em relação a estes fatores, fazemos as seguintes observações:

- a) o cuidado com o meio ambiente parte da convivência, da popularização do conhecimento científico, da preservação das nascentes e dos demais mananciais existentes, da proteção da caatinga, da relação com a natureza, do cultivo e da criação de animais adequados ao semiárido e com incentivo às práticas agroflorestais;
- b) as práticas de convivência partem da cultura local. Um aspecto que se considera muito importante é a transmissão desse conhecimento em diferentes espaços da sociedade levando em conta a preservação dos rituais, dos diferentes usos de medicina alternativa e das memórias;
- c) a manutenção da educação deve ser contextualizada e alinhada às tecnologias por meio de um processo educacional escolar que ensine os habitantes do semiárido a gostar e cuidar do semiárido a partir do conhecimento do potencial da região;
- d) a geração de renda tem sido o foco principal dos projetos de convivência com o semiárido a partir do projeto denominado Segunda Água - Água para Produção, desenvolvido a partir das diferentes experiências já apresentadas neste estudo. Essas experiências mostraram resultados positivos, começando com os quintais produtivos, a irrigação em pequena escala e o plantio em grande quantidade nos locais onde foram construídas barragens contínuas;
- e) a mobilização social começa com a organização das famílias, definindo o local e a forma de construção, quem são os participantes de cada atividade. As ações acontecem por meio de um processo de formação que inclui a convivência com o semiárido e a



cultura local. Essas ações se iniciam com o treinamento dos pedreiros e se estendem até o bom funcionamento da cisterna;

- f) as relações sociais de gênero são construídas durante os cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), que desenvolvem discussões no âmbito familiar. Essa prática tem início logo na implementação da primeira água da cisterna para o consumo humano e se estende desde o uso da cisterna até as diferentes práticas produtivas.

Além dessas práticas, aprendemos que as formas de convivência associadas a diferentes tecnologias podem ajudar a melhorar a vida de famílias camponesas do semiárido e garantir melhor alimentação e nutrição por meio do acesso à água e à produção e até mesmo impulsionar a economia da região. Essas práticas representam as possibilidades de resistência pela garantia dos territórios através das variadas formas de uso e ocupação da terra e da luta contra a territorialização do capitalismo.

De acordo com Evangelista, as experiências de convivência com o semiárido apresentam alternativas para além das já mencionadas até aqui. Evangelista inclui ainda maior autonomia das famílias no que diz respeito às dependências de política assistencialista de acesso à água, a melhoria dos hábitos alimentares a partir das hortas e das práticas agroecológicas, a geração de emprego e renda, o comprometimento da família com os benefícios conquistados e a dimensão social e política da luta. O entrevistado destaca que essas práticas são vivenciadas por inúmeras comunidades do semiárido piauiense em diferentes regiões do estado.

Ao ser questionado especificamente sobre a área que inclui o Projeto Planalto Piauí, Evangelista afirma que nos municípios de: Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões existem ações de pesquisa mineral. Além disso, nem todas as experiências foram vivenciadas. O P1MC, com a cisterna de 16 mil litros para consumo humano, foi a única experiência a abranger todos os domicílios. Outras experiências se iniciaram, mas não tiveram continuidade, o que se deve a dois fatores: o primeiro refere-se às ações da empresa mineradora que se intensificaram a partir do ano de 2013 e às ações do governo estadual que voltou a dar atenção e apoio ao projeto; o segundo aspecto trata da mudança política no governo federal a partir de 2016, que reduziu quase totalmente as atividades dos projetos de convivência com o semiárido. Os projetos foram suspensos nos anos posteriores.

Durante os trabalhos de campo realizados em seis comunidades do município de Curral Novo do Piauí (Alvação, Baixio dos Belos, Caititu, Lagoa do Ovo, Manga Velha e Palestina), em Simões (Riacho) e em Paulistana (Caldeirãozinho), observamos que, nas comunidades onde os programas de pesquisa mineral foram fortalecidos, a experiência se limitou ao P1MC



Primeira Água. Entretanto, nas comunidades onde não aconteceu pesquisa mineral, outras experiências e até alguns projetos específicos mostraram avanço. Podemos citar como exemplo alguns projetos na comunidade de Alvação, como a cisterna de 52 mil litros que tem possibilitado o desenvolvimento de práticas de produção por meio de hortas e quintais produtivos. As práticas citadas estão em risco de serem ameaçadas pela mineração. Após 2021, já ocorreram duas visitas para a realização de pesquisa mineral na comunidade Alvação. O relato do participante de pesquisa Angico (nome fictício), morador da comunidade Alvação, em entrevista oral concedida em 2021, revela como se deu o contato das pessoas que supostamente estão realizando levantamento para posterior pesquisa mineral:

Então, acabei sabendo de como foi que aconteceu o contato deles in nossa propriedade. Foi duas vez. Já foi agora em junho desse ano [2021]. Meu pai comentou: “Eles chegaro, parou o carro e entram sem dizer nada a ninguém, quer dizer, sem pedir permissão a ninguém. E aí eles vai abrindo varedas”. E meu pai disse que eles ficava olhando tudo qui tinha, o chão, as pedras, enfim, tudo que tinha perto e por a frente. Depois que meu pai contou, eu vi que eles vai sinalizando os locais. Acredito que são os lugar próprio para fazer a sondagem, mais não tem falado nada para os donos. Nunca dissero qual era a empresa. Eles não andam com crachá nem uniforme de empresa. Parece que eles aproveita o momento que não tem ninguém ou só gente mais idosa que não entende bem. O povo aqui é o povo muito acolhedor. Então, eles aproveitam disso. [...] De minha parte, já disse a ele: não é para aceitar, é pra chamar eu ou Maria porque eles tem que dizer o que tá fazendo. Vamo dizer quais são nossos direito e até ameaçar que vamos denunciar eles. Aqui tem umas pedras. Eu queria que você visse, Eusébio. É muito bonita. É até de turista. Eles num pode acabar com isso não. E o pior é que vai ser do jeito das outras comunidades do Curral Novo com aquele sofrimento que você conhece. (informação verbal)³⁵

Considerando-se as experiências de convivência com o semiárido e o relato de Angico, percebemos que as experiências e práticas bem-sucedidas de convivência com o semiárido são substituídas por projetos que não representam as necessidades da população local. Quando incluímos o Estado dentro desse processo, baseamo-nos nas experiências que ocorreram no mesmo território. Em 2003, assumiu no Piauí o primeiro governo com o discurso *progressista* que, a princípio, promoveu para o semiárido um brilhante projeto em diálogo direto com a experiência e a tecnologia implantada por meio dos projetos da ASA e do governo federal. Trata-se do Programa Permanente de Convivência com o Semiárido (PPCSA). Naquele mesmo ano, teve início o diagnóstico para a identificação do potencial mineral do estado realizado pelo

³⁵ A entrevista integral realizada com Angico em 2021 está disponível no Apêndice R. Lorenzi (2008) aponta que o angico é uma árvore típica do Nordeste que aparece também em São Paulo. A madeira é própria para a construção civil. A casca é muito rica em tanino.



mesmo governo. Após um período de nove anos, mais precisamente em 2012, intensificaram-se os conflitos entre a empresa mineradora e as comunidades camponesas com apoio do Estado para a implantação do projeto de mineração Planalto Piauí.

Nesse sentido, conforme a entrevista que tivemos com Evangelista, procuramos entender como anda o atual projeto de convivência com o semiárido. O entrevistado relatou que, a partir de 2016, o número de contratos havia diminuído com a posse do então presidente Temer. E no governo Bolsonaro, todos os projetos foram suspensos. O que existe atualmente é uma série de iniciativas de projetos de entidades não governamentais. Há também a ação do Projeto Viva o Semiárido (PVSA), que é um convênio entre o governo do Piauí por meio de fundos internacionais. Contudo, não abrange todos os municípios do semiárido. Logo, em Curral Novo do Piauí não há qualquer ação do projeto mencionado. Com a vitória e posse do presidente Lula, surge a perspectiva do retorno das ações dos projetos de convivência com o semiárido, tendo por base as políticas públicas durante o governo anterior. Todavia, isso exige novamente uma mobilização por parte das famílias a serem beneficiadas.

Durante visitas às comunidades da área de trabalho de campo e por meio de conversas com as famílias, soubemos que a então vice-governadora Regina Sousa havia autorizado a construção de cisternas para todas as famílias que não possuíam cisternas na região de Serra do Inácio. Ao final, identificamos três realidades distintas:

- 1) a área onde as cisternas foram destruídas pela extensão do trecho da Ferrovia Transnordestina;
- 2) a suspensão das ações e dos projetos de convivência com o semiárido, onde foram realizados estudos de identificação de minério;
- 3) a autorização para a construção de cisternas na área que será indiretamente afetada pelo projeto de mineração (conforme mostra o Quadro 9, região 1 área da Serra do Inácio).

Por fim, para melhor compreensão das ações do projeto convivência com o semiárido, buscamos entender as possíveis fragilidades e os principais desafios do projeto. Evangelista destaca que, em alguns casos, as entidades concentraram esforços em ações mais técnicas e deixaram de trabalhar no nível político, o que resultou em ações sem sustentabilidade política. O projeto, embora empreendido pelo governo, ainda precisa ser traduzido em política de Estado, pois a mudança de governo culminou com o fim das ações do projeto.

Numa disputa entre dois projetos no mesmo território, é preciso apresentar propostas que contemplem as reais características do semiárido brasileiro, mostrando como conviver



com a região. As ações e tecnologias experimentadas como caminhos alternativos serão nosso maior argumento, nosso testemunho.

Os relatos apresentados nesta coletânea de experiências de convivência destacam estratégias específicas e bem-sucedidas de ampliação e fortalecimento, negando a lógica da resistência à seca e afirmando a viabilidade da convivência com o semiárido. Enfim, são essas ações, desenvolvidas por meio da paciência, persistência e teimosia das comunidades envolvidas que mudam a imagem do semiárido. Para tanto, é necessária a resistência de diferentes camponeses como garantia de manutenção de projetos e ações que têm apresentado resultados positivos, pois estudos têm mostrado que a interferência de grandes projetos de capital mineral tem provocado mudanças na dinâmica dos projetos de convivência com o semiárido.

Diante do exposto e da experiência deste espaço de pesquisa, muitas lições foram extraídas da dinâmica natural das regiões semiáridas, dos estilos de vida da população e da variedade de tecnologias apresentadas. Maciel e Pontes (2015, p. 56) nos ajudam a compreender que “o paradigma da convivência assenta-se entre dois olhares; as práticas no espaço de vida e as inovações tecnológicas socialmente apropriadas, que interconectam diferentes escalas”. Portanto, as experiências desenvolvidas difundem alternativas adequadas à realidade do semiárido e são construídas na adequação ao meio e ao clima, na dinâmica das plantas do semiárido, na interação com a comunidade, a natureza e a tecnologia social.

Por fim, a convivência possui muitos aspectos relevantes, como o manejo e uso sustentável dos recursos naturais, a viabilização de atividades econômicas adequadas à região, que fornece o sustento das populações locais por meio da produção e criação de animais adaptados à dinâmica do semiárido. Ademais, a adoção de tecnologias adequadas proporciona o desenvolvimento da qualidade de vida e da economia da região. Outros aspectos relevantes referem-se à dimensão cultural por meio da valorização e reconstrução do conhecimento da população local e o fortalecimento da dimensão política por meio da mobilização da sociedade para que o Estado brasileiro traduza experiências e projetos governamentais em políticas de Estado. Diante disso, podemos concluir que as imagens do semiárido jamais serão as mesmas, ainda que as secas permaneçam, pois se trata de fenômenos naturais.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta tese, considerando-se a investigação desenvolvida através do diálogo, da leitura, da observação, da pesquisa e da vivência, permitiu constatar que o semiárido do sudeste piauiense é um espaço complexo, constituído de potencialidades e limites que foram produzidos ao longo da história. Compreendemos também que essa complexidade é inerente a várias partes do semiárido brasileiro, especialmente naquelas áreas que historicamente passaram pelos mesmos processos de intervenção e/ou formação.

A imagem do semiárido foi construída a partir de uma série de discursos intelectuais da classe média e de pessoas influentes da sociedade da época, que viam e produziam essa parte do território brasileiro a partir de uma única perspectiva. Todavia, podemos destacar como exceção algumas publicações de Manoel Correia de Andrade, que apontam para uma visão mais ampla do semiárido. Entendemos que a parte que detém o poder econômico, institucional (estatal) e intelectual está interessada na reprodução de um único ponto de vista. Essa perspectiva criou uma imagem estereotipada de semiárido que ainda se reproduz na atualidade. Dessa maneira, o semiárido passa a ser visto apenas como um lugar seco que convive com diversos problemas sociais e que necessita de intervenções do capital externo para se modernizar. No entanto, nos últimos 30 anos, especialmente entre 2000 e 2020, uma série de publicações de grupos de intelectuais tem mostrado, por meio de estudos das realidades do semiárido, uma perspectiva mais ampla sobre esse espaço.

O espaço geográfico que constitui o semiárido, por ser misto, deve ser visto como algo que participa igualmente das condições físicas e sociais. Nesse sentido, a visão distorcida dessa parte do espaço não se limita aos aspectos físicos ou sociais, mas também à cultura e às lutas que se desenvolveram historicamente, principalmente as lutas camponesas.

O contexto de lutas que foram reprimidas ou mostradas de maneira adulterada pela mídia intensificou os conflitos territoriais entre as comunidades camponesas e os diferentes poderes institucionais e econômicos estabelecidos no território. As lutas atravessaram diferentes períodos históricos até chegarem ao contexto atual que se constitui a partir da expansão capitalista com o discurso da modernidade. Entendemos, assim, que essa forma



territorializada do capital dentro do território camponês constitui uma história secular, mudando apenas a forma como o capital atua de acordo com o contexto. Porém, identificamos nesses estudos dois elementos que independem do contexto histórico: a relação estabelecida entre capital e Estado e os conflitos com as comunidades camponesas. Por fim, o território do campesinato vem passando por diferentes mudanças devido à diversidade dos sujeitos que o compõem e ao nível de conscientização que eleva o nível de resistência.

O grau de resistência está relacionado à violência cometida por diferentes atores externos ao campo. O discurso do desenvolvimento provoca diferentes conflitos na medida em que os interesses do capital e do Estado colidem com a diversidade que constitui o campesinato não só pela diversidade do campesinato, mas também pela forma como o capital se apropria desses territórios.

Os problemas sociais vivenciados pelos camponeses decorrem da forma como o espaço é ocupado e, entre outras práticas, do coronelismo e da politicagem associados às estiagens prolongadas e às alianças entre capital e Estado. Essas ações transformaram o semiárido piauiense em problemas sociais e espaço de conflitos. O enfrentamento a essa realidade pressupõe que é através da resistência camponesa que se garante a defesa do território e da vida que estudamos nesta tese.

A metodologia utilizada para se chegar ao objeto da tese apontou que um diálogo estabelecido entre a ciência e o conhecimento empírico facilita a busca de respostas por meio do conhecimento cultural e teórico, bem como do diálogo, da experiência e da observação das potencialidades existentes no semiárido. As memórias transmitidas oralmente pelos participantes de pesquisa revelam que as histórias de cada comunidade, embora até então não registradas, tentam mostrar que foi através das lutas de resistência que os camponeses garantiram os territórios de vida. As diferentes práticas e técnicas adquiridas pelas comunidades a partir de tecnologias desenvolvidas pelos projetos de convivência com o semiárido construiu um argumento que aproxima a relação entre ciência e conhecimento empírico.

A preocupação em compreender a realidade investigada parte do pressuposto de que se trata de comunidades constituídas a partir de origens diversas. Nossa pesquisa revela que as culturas locais estão associadas à espiritualidade. São crenças religiosas católicas preservadas através de diferentes tradições. Isso não só constitui um modelo católico romano na celebração da fé, mas na cultura, na tradição e nos saberes ancestrais que sustentam o fortalecimento da luta e resistência. Por fim, os diversos segmentos das comunidades que compõem o semiárido nordestino vivenciaram o que Albuquerque Júnior (2011) considera



como o catolicismo sertanejo do Nordeste, algo presente nas práticas dos sujeitos, o sagrado se funde com a natureza e os laços que eles constroem. Este estudo mostrou que a percepção do autor está presente no conjunto de comunidades camponesas atingidas pelo projeto de mineração Planalto Piauí, o que tem garantido a permanência dos moradores nos territórios.

Dessa forma, procuramos mostrar ao longo desse trabalho que os conflitos socioterritoriais envolvendo comunidades camponesas e capital constituem uma história secular tendo como pano de fundo a questão agrária, razão pela qual nossa argumentação busca primeiramente entender a questão agrária no Brasil e os conflitos socioterritoriais. Trata-se de territórios ocupados por diferentes sujeitos que passam a sofrer interferência externa. Esses conflitos foram causados pela aliança estabelecida entre o capital e o Estado, que começou com a chegada do capital português e continua até o presente. Dentre os projetos do capital, destacamos neste estudo o projeto de mineração. A análise estabelecida ao longo da pesquisa mostra que os projetos de mineração têm afetado a configuração dos territórios do semiárido piauiense, o modo de vida dos habitantes e a garantia de vida nesses territórios. Desse modo, a manutenção das tradições e da vida no semiárido passa a depender da resistência territorial dos camponeses.

Como tratamos em nossas análises, os conflitos socioterritoriais surgem como resultado das relações de poder estabelecidas no território pelo Estado sob a influência do capital. Listamos as complexidades e os problemas sociais existentes na região do semiárido e as possibilidades de superação.

A partir deste trabalho de pesquisa extraímos três principais características fundamentais que constituem a região do semiárido piauiense. Primeiro, existe a imagem do semiárido como região moldada pela imaginação dos problemas sociais relacionados à seca, fatos que permitiram o uso indevido das políticas públicas e a práticas de coronelismo e politicagem, transformando o povo em dependentes dos sujeitos detentores do poder. Em segundo lugar, devido às condições sociais, os povos do semiárido constituem uma sociedade que se submete à opressão praticada pelos detentores do poder, seja constituído ou adquirido. Além disso, trata-se de uma sociedade que resiste à repressão e desenvolve diferentes formas de luta e resistência. A terceira característica se refere aos longos períodos de estiagem que o semiárido enfrenta regularmente. Apesar disso, a região semiárida dispõe de grandes potencialidades e tem sido base de projetos que têm oferecido diferentes estratégias de convivência com o semiárido.

Conforme mostramos ao longo das discussões, a relação estabelecida entre o capital e o Estado é evidente em diferentes contextos históricos, principalmente com o surgimento do



Estado para mediar o conflito de classes e manter o equilíbrio social. No entanto, notamos que o Estado atua apenas em defesa de uma única classe constituída pelos interesses do capital, fato que se tornou evidente nos conflitos entre as comunidades camponesas e a empresa Bemisa, responsável pela implantação do Projeto Planalto Piauí no semiárido sudeste piauiense. Nesse contexto, fortaleceram-se as ações das organizações sociais representadas por movimentos e entidades sociais do campo, com ênfase na CPT, no setor progressista da Igreja Católica, na Cáritas e nos grupos de advogados populares que se juntaram aos camponeses em defesa dos territórios.

A partir dessa perspectiva, percebemos que o poder público incentiva a entrada de empresas de capital privado, estimulando o conflito social por meio da divulgação de potencialidades ainda não exploradas, da flexibilização de instrumentos legais e do apoio de infraestrutura sem diálogo com as populações locais.

Assim, o Estado acabou instigando os conflitos, seja por si mesmo ou pelo apoio aos projetos do capital privado. O poder adquirido por intermédio do Estado acabou ocupando partes dos territórios camponeses. Os sujeitos que ocupam esses territórios são defensores da coexistência harmoniosa dos habitantes e da natureza não só através das tradições culturais, mas também por meio de práticas inovadoras de convivência que fortalecem a resistência e a capacidade de resistir. É a partir disso que o conflito se configura.

No semiárido piauiense o desenvolvimento do capital é desigual e contraditório. Vários projetos em todo o território têm se tornado públicos pelo Estado e estudados por empresas. Acreditamos que o interesse de explorar o potencial existente na região contradiz a perspectiva sobre o semiárido como terra pobre e sem vida. Por conseguinte, são desiguais e contraditórias as formas como os projetos se apropriam dos territórios. Entre os três projetos mais divulgados nas últimas duas décadas, destacamos que o projeto SRN – Mineração, Piauí Níquel e Planalto Piauí, base de nosso estudo, possui inviabilidade para o desenvolvimento da área e da vida da população local.

Partindo das contradições do projeto de mineração Planalto Piauí procuramos demonstrar a ineficácia de sua instalação. A configuração das regiões semiáridas, com base em projetos de mineração, possui quatro características realistas distintas, a saber:

- 1) a forma como o projeto chegou e buscou se apropriar do território;
- 2) a natureza do projeto que torna a proposta inviável porque demanda o consumo significativo de água numa área que possui sérios problemas hídricos;



- 3) os riscos que um projeto de mineração acarreta para o meio ambiente e a vida das pessoas no âmbito cultural, econômico, social e territorial com a expropriação de comunidades inteiras;
- 4) a existência de contradições no projeto, principalmente quanto à fundamentação da instalação em defesa da geração de emprego e renda, que apresentam números divergentes entre si por parte das empresas e dos defensores do projeto.

Em meio a esse contexto que o projeto de mineração representa para as famílias e o território de forma geral, entendemos que existem duas formas de evitar o impacto das mineradoras sobre as famílias e os territórios. A primeira seria o impedimento de sua instalação. Contudo, existem leis que, dependendo da interpretação do judiciário e havendo interesse da união, representado pelo Estado, impedem ou dificultam barrar os projetos. A segunda é discutir com a comunidade as diferentes alternativas para reduzir os danos que os projetos podem causar, mesmo quando não implantados totalmente. Afirmamos que a luta de resistência se torna a única forma de garantir que isso aconteça.

Como debatemos ao longo deste trabalho, as ações de resistência das comunidades camponesas existem ao longo de séculos, enfrentando o poder de corporações, proprietários de terras e do próprio Estado. Todavia, essas lutas por terra ou garantia de territórios têm conseguido muitas conquistas. Os conflitos no semiárido do sudeste piauiense estão pautados não somente na dimensão da crença e da formação religiosa, mas também nos costumes e nas tradições, permitindo o surgimento e/ou fortalecimento de movimentos sociais e organizações que ampliam as conquistas.

A luta no final da década de 1970, continuada nas décadas de 1980 e 1990, ocorreu como forma de enfrentamento ao coronelismo e à politicagem, sobretudo nos períodos das secas prolongadas, devido ao aumento da fome e das formas que eram usados os recursos públicos destinados às vítimas das secas. As lutas aconteciam por meio de saques, pela ampliação das vagas nas frentes de serviços e através do combate cruel como ocorriam as relações com os camponeses.

Do final dos anos 1990 até o presente, a luta e a revolta das comunidades camponesas ocorrem como resistência aos grandes projetos de capital no campo, onde habitam povos com costumes e tradições próprias. Os projetos inserem o capital nesses espaços sem nenhum diálogo com os moradores. O conflito acontece porque o capital se infiltra nesses territórios pregando o desenvolvimento. Como os camponeses também defendem o desenvolvimento, torna-se necessário entender este conceito que gera conflitos entre interesses diferentes.



Nesse contexto de luta e resistência no semiárido, existe a presença de quatro sujeitos que se apresentam em defesa do desenvolvimento da região. Porém, as lutas constituem duas frentes opostas. Por um lado, existem os povos residentes no território que se associam a movimentos e organizações para defender um desenvolvimento sustentável que seja do interesse de todos os membros da comunidade. Por outro, há as empresas do capital que se relacionam com o Estado impondo um modelo de desenvolvimento que não contempla os sujeitos envolvidos. A iniciativa proporciona crescimento para o país sem aprimorar a qualidade de vida dos habitantes locais e o crescimento do município e/ou região onde os projetos são implantados. Ademais, os projetos agredem o meio ambiente sem apresentar benefícios aos moradores dos territórios onde as ações são desenvolvidas.

Ampliando o debate sobre a luta e a resistência das comunidades camponesas do semiárido, concluímos que é pela luta que as comunidades garantem a melhoria das condições de vida e permanência em seus territórios. Podemos entender isso a partir de cinco fatores possíveis, a saber:

- 1) enfrentamento das práticas e políticas clientelistas por meio de luta e resistência, permitindo mudanças nessas práticas, mesmo que permaneçam em diferentes partes do semiárido, devido às raízes históricas;
- 2) laços de solidariedade que valorizam os saberes ancestrais através da medicina alternativa, aproveitando as potencialidades naturais locais, aplicando métodos construtivos e saberes adequados às populações rurais;
- 3) conquista de áreas e estabelecimento de assentamentos, garantindo terras e produção para consumo das famílias e do mercado local;
- 4) resistência às práticas do capital quanto à instalação de grandes projetos econômicos, com exemplos concretos de suspensão das ações para instalação do projeto de mineração na comunidade;
- 5) apresentação de alternativas de convivência com o semiárido através do uso de tecnologias adequadas para a região com resultados positivos dos projetos.

A população do semiárido já utiliza diversas formas de convivência com os fatores naturais do espaço onde habitam. Entretanto, o ano de 1999 marca a criação oficial da ASA, que desencadeia uma série de tecnologias que devem ser implementadas para a convivência com o semiárido. Esses espaços necessitam de incentivos econômicos e da capacitação por meio do diálogo e da construção coletiva para construir e utilizar a tecnologia. Concluímos que, por meio das ações do programa de convivência com o semiárido, as famílias passam a



utilizar as potencialidades existentes na região. Essas ações se refletem nos quatro pontos a seguir:

- 1) superação do principal ponto de dependência dos moradores nas áreas mais problemáticas com a falta de água por meio de tecnologia que capta a água da chuva para consumo humano;
- 2) água para produção das famílias através do uso de várias técnicas que abrangem desde as pequenas quantidades de água usadas em quintais produtivos até irrigação em pequena escala para garantir a produção para o consumo humano e o mercado local;
- 3) fortalecimento do cuidado com os recursos naturais e os saberes culturais;
- 4) fortalecimento das lutas de resistência.

Para atingir resultados positivos, entendemos que essas práticas precisam ultrapassar os próprios projetos, exigindo as práticas participativas e a formação política. Nesse contexto, acreditamos que podem ter existido algumas práticas que não obtiveram sucesso por motivos limitados a ações técnicas e ao projeto de forma geral. Foram ações que não se transformaram em projetos de Estado e foram interrompidas por causa de mudanças na gestão política do país. Diante disso, chegamos à tese de que a garantia do território e da vida das pessoas advém de diferentes formas de luta e resistência, que ocorrem conforme a realidade dos moradores impactados. Acreditamos que essa dimensão deve estar presente na vida do povo em qualquer período, embora a realidade não se apresente de forma materializada.

Entendemos que a resistência não se constrói na luta de um determinado momento, mas existe no espírito de cada um formada por bases concretas. No caso da região sudeste do semiárido piauiense, a resistência ocorre por meio dos conhecimentos, das práticas culturais e da dimensão da fé religiosa. Percebemos que, no tocante à dimensão das lutas e da resistência, não se trata de uma realidade homogênea, existe grande parte da população que acredita em um progresso fácil e construído de fora para dentro. Mesmo assim, a grande parte que está inserida nas diferentes dimensões de resistência aqui apresentadas tem garantido muitos direitos ao longo da história.

Por fim, acreditamos que, com a evolução e exigência de cada época, faz-se necessária a apresentação de alternativas de desenvolvimentos de tecnologias para a região, que devem partir das necessidades e do potencial existente. Neste estudo, a forma materializada de desenvolvimento para o semiárido ocorre por meio de política e projetos de convivência com a região, utilizando diferentes tecnologias apropriadas a cada território.





REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec: Anpocs: Editora da Unicamp, 1998.

ACSELRAD, Henri. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed. Marabá, PA: Editorial iGuana: ABA, 2018. p. 155-174. *E-book*. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/ebook_mineracaoviolencairesistencia1.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

ADAD, Lúcia Maria S.; LIMA, Maria da Graça. *Tensões no campo piauiense*. Teresina, PI: Ed. Fundação CEPRO, 1987.

AGUIAR, Heiza. *Consulta prévia, livre e informada e o direito como produto dialético do conflito: o caso das comunidades quilombolas Barro Vermelho e Contente, no semiárido piauiense frente a construção da ferrovia transnordestina*. Orientador: José Geraldo de Sousa Júnior. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Coordenação de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34017/3/2018_HeizaMariaDiasdeSousaPinhoAguiar.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Maria Tereza de. Caracterização da macrorregião semiárido piauiense. In: SILVA, Conceição; LIMA, Elmo; CANTALICE, Maria Luíza de; ALENCAR, Maria Tereza de; SILVA, Waldirene. *Semiárido piauiense: educação e contexto*. Campina Grande: INSA, 2010a. p. 15-34.

ALENCAR, Maria Tereza de. Considerações sobre a formação, organização do território e da sociedade piauiense. In: SILVA, Conceição; LIMA, Elmo; CANTALICE, Maria Luíza de; ALENCAR, Maria Tereza de; SILVA, Waldirene. *Semiárido piauiense: educação e contexto*. Campina Grande: INSA, 2010b. p. 35-61.

ALENCAR, Maria Tereza de; RODRIGUES, Andréa. *Impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais da reforma agrária na macrorregião do semiárido piauiense*. Relatório



final do PIBID/UESPI, Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Estadual do Piauí, Teresina, PI, 2010.

ALENCAR, Paulo; ESPINDOLA, Giovana; FAÇANHA, Antonio; ALENCAR, Maria Tereza de. Semiárido piauiense: expansão da cajucultura e transformações no território. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, n. 68(1), p. 409-439, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/14674>. Acesso em: 17 fev. 2023.

ALMEIDA, Alfredo. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane; FABRINI, João (org.). *Campesinato e território em disputa*. São Paulo: Expressão Popular; 2008. p. 239-240.

ALMEIDA, Rosemeire. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALVES, José. *As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia*. Orientador: Antonio Thomaz Júnior. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/116027>. Acesso em: 17 fev. 2023.

ALVES, Vicente. As bases históricas da formação territorial piauiense e modernização nos cerrados piauiense. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, p. 55-76, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13577>. Acesso em: 17 fev. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). *Mapa das áreas de projetos com concessão para realização de pesquisa mineral no Piauí*. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/scm/extra/site/admin/pesquisarprocessos.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). *Projetos com concessão para a realização de pesquisa mineral*. Disponível em: <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ANDRADE, Manuel. *A questão do território no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, Manuel. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel. *Nordeste, espaço e tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

ANDRADE, Manuel. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1976.

ANDRADE, Manuel. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1979.



ANDRADE, Manuel. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (org.). *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-220.

ARÁOZ, Horácio. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante, 2020.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). *Tecnologias sociais para convivência com o Semiárido*. Recife: ASA, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ (ALEPI). *Relatório conclusivo: Comissão Parlamentar de Inquérito dos Conflitos Agrários e da Análise Jurídica das Terras Públicas Patrimoniais*. Teresina, PI: ALEPI, 1998.

BAPTISTA, Naidison; CAMPOS, Carlos. A convivência com o semiárido e suas possibilidades. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília, DF: IABS, 2013. p. 51 – 58.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo*. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida; revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (org.). *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 51-71.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BORGES, Fausto. *História geral da civilização brasileira. (PERÍODO REPUBLICANO) III. O BRASIL REPUBLICANO. (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

BORGES, Fragmon. Origem histórica da propriedade da terra: 1958. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas: 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BOSSI, Dário; CHAMMAS, Danilo; MILANEZ, Bruno; CARNEIRO, Marcelo. Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Caderno de conflitos da CPT*. Goiânia, GO: CPT, 2010. p. 65-74

BOSSI, Dário; MURAD, Afonso. O que a igreja tem a ver com mineração? A título de introdução. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Igreja e mineração: em defesa da vida e dos territórios*. Brasília, DF: CNBB, 2015. p. 7-14.

BOSSI, Dário; PADILLA, César. Mineração na América Latina: impactos e resistência. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo – Brasil 2014*. Vários autores. Coordenação de Antônio Canuto, Cássia Luz, Edmundo Costa. Goiânia, GO: CPT Nacional – Brasil, 2014. p. 76-86.



BOSSI, Dário. Uma luta desigual. Que vitória é possível? Experiências e reflexão no enfrentamento dos impactos da mineração. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Igreja e mineração: em defesa da vida e dos territórios*. Brasília, DF: CNBB, 2015. p. 15-28.

BRANDÃO, Carlos. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. [Constituição (1946)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, Presidência da República, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018. Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. *Diário Oficial da União (DOU)*, seção 1, Brasília, DF, ano CLV, n. 112, p. 1-5, 13 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9-406-de-12-de-junho-de-2018-25405926>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 9.587, de 27 de novembro de 2018*. Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (código de mineração). *Diário Oficial da União (DOU)*, seção 1, Brasília, DF, ano CLV, n. 228, p. 3-6, 28 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9-587-de-27-de-novembro-2018-52251675>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. *Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, RJ, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União (DOU)*, Brasília, DF, p. 49, 30 de novembro de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e altera os dispositivos da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. *Diário Oficial da União (DOU)*, seção 1, Brasília, DF, ano CLVII, n. 189, p. 3-5, 01 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.066-de-30-de-setembro-de-2020-280529982>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 550 de 2019*. (Substitutivo da Câmara dos Deputados). Estabelece e reforça a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº



9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), altera o dispositivos da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8123513&ts=1630422647887&disposition=inline>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL MINERAL S/A – BEMISA. Implantação do Projeto Planalto Piauí. Empresa responsável pelo projeto Planalto Piauí. *Revista Minérios*, 2013. Disponível em: http://www.revistaminerios.com.br/Publicacoes/4254/Planalto_Piaui_comecara_a_ser_implantado_esse_ano.aspx. Acesso em: 4 jul. 2021.

BRASIL MINERAL S/A – BEMISA. *Projeto Planalto Piauí*. Bemisa, 2013. Disponível em: <http://www.bemisa.com.br/pt-br/nossosprojetos/planaltopiaui.aspx>. Acesso em: 1 out. 2013.

BRASIL. *Minuta de 19 de janeiro de 2020*. Estabelece novos procedimentos que entram em vigor para o direito de requerimento das áreas em disponibilidade para pesquisa ou lavra, regendo o Decreto nº 9.406/2018 e a Lei nº 13.575/2017. Brasília, DF: Bemisa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 3 mar. 2023.

CAMARGO, Paula. A Nova Transnordestina e os conflitos socioterritoriais no campo do sertão pernambucano. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA (EGAL), 14., 2013, Lima, Peru. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/05.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CÁRITAS BRASILEIRA; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Água de chuva: o segredo da convivência com o semiárido brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2001.

CARVALHO, Luzineide Dourado. *Itinerário & contextos: reflexões em educação e convivência com o semiárido brasileiro*. Juazeiro, BA: NEPEC-SAB, 2014.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. “Inimigos do progresso”: dominação de classe e resistência camponesa na primeira república: a guerra sertaneja do contestado. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesas: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. v. 1 (Concepção de justiça e resistência nos Brasis), p. 281-304.

CEPRO, Fundação. *Diagnóstico e diretrizes para o setor mineral do Estado do Piauí*. Teresina, PI: CEPRO, 2004.

CHAUÍ, Marilena; SANTIAGO, Homero (org.). *Conformismo e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.



CICOUREL, Berreman; FOOTE-WHYTE, Evans; LEVI-STRAUSS, Gluckman; RADCLIFFE-BROWN, Malinowski. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves, 1975.

COELHO, Jorge. *As secas do Nordeste e a indústria das secas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grandes Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*. IBASE, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos de terra no Brasil*. Goiânia: Expressão Popular, 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo - Brasil: a Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Expressão Popular, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo - Brasil: a Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Expressão Popular, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo - Brasil: a Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Expressão Popular, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo - Brasil: a Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Expressão Popular, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo - Brasil: a Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Expressão Popular, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Relatório anual de atividades: projeto meio ambiente e desenvolvimento regional*. Teresina, PI: Arquivos internos da CPT, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Relatório anual de atividades: projeto meio ambiente e desenvolvimento regional*. Teresina, PI: Arquivos internos da CPT, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Relatório anual de atividades: projeto meio ambiente e desenvolvimento regional*. Teresina, PI: Arquivos internos da CPT, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Relatório anual de atividades: projeto meio ambiente e desenvolvimento regional*. Teresina, PI: Arquivos internos da CPT, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Relatório anual de atividades: projeto meio ambiente e desenvolvimento regional*. Teresina, PI: Arquivos internos da CPT, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Relatório anual de atividades: projeto meio ambiente e desenvolvimento regional*. Teresina, PI: Arquivos internos da CPT, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Relatório anual de atividades: projeto meio ambiente e desenvolvimento regional*. Teresina, PI: Arquivos internos da CPT, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Situação fundiária do Piauí*. Teresina, PI, 1984. Obra não publicada. Pesquisa de material sobre a situação fundiária do Piauí.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS. (CNBB). *A Igreja e a questão agrária brasileira no século XXI*. Brasília, DF: Edições CNBB, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS. (CNBB). *A Igreja e mineração em defesa da vida e dos territórios*. Brasília, DF: Edições CNBB, 2015.

CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília, DF: IABS, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

CPT PIAUÍ, AQUI é nosso chão. Produção da Comissão Pastoral da Terra - Piauí (CPT-PI). Picos, PI: 2018. 1 vídeo (12 min.), son. color. Experiência do trabalho da CPT Piauí nas comunidades afetadas pela mineração de Ferro no município de Curral Novo, PI. Publicado pelo canal CPT PIAUÍ. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d4OzRCuDYR4&ab_channel=CPTPIAU%C3%8D. Acesso em: 4 mar. 2023.

CUNHA. Euclides da. *Os sertões*. 1. ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural. 2018.

DANTAS, José Carlos. *A geografia dos conflitos no semiárido brasileiro*. Orientador: Carlos Alberto Feliciano. 2021. 286 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/215651>. Acesso em: 4 mar. 2023.

DELGADO, Guilherme. O capital. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário de Educação do Campo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013. p. 121-124.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PESQUISA MINERAL (DNPM). *Pesquisa mineral*. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/Extra/site/admin/pesquisarProcessos.aspx>. Acesso em: 1 out. 2013. Arquivo do autor.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Movimentos sociais no século XIX: resistência e luta dos Balaíos. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesas: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. v. 1 (Concepção de justiça e resistência nos Brasis). p. 199-218.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec: NUPAUB, 2008.

DIOCESE DE PICOS. Disponível em: www.dp15.com. *Diocese de Picos apresenta: Reação das comunidades na área de minérios de ferro*, agosto de 2014. Disponível em: <http://dp15.com/categoria/eventos-da-diocese/>. Acesso em: 8 jul. 2019.

DUPAS, Gilberto: *O mito do progresso*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.



ECODEBATE. Entrevista com Rubens Siqueira. Publicado pelo IHU On-line [IHU On-line é publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo, RS.]. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2020.

ESTRELA DA COSTA, Ana Carolina. *Quilombo Tapuio*. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Terras de quilombos) Baseado no Laudo antropológico de identificação e delimitação do Quilombo Tapuio, de Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos.)

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesa. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e território em disputa*. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 239-240.

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro no século XXI. In: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes Viana (org.). *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, Bernardo (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Clacso: Expressão Popular, 2008a.

FERNANDES, Bernardo; GIRARDI, Eduardo Paulo. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquista*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 339-365. v. 2 (A diversidade das formas das lutas no campo)

FERNANDES, Bernardo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário de Educação do Campo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013a. p. 496-500.

FERNANDES, Bernardo. *Os usos da terra no Brasil: debate sobre políticas fundiárias*. São Paulo: UNESP, 2014.

FERNANDES, Bernardo. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *Biblioteca digital, Ministério da Economia*. 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FERNANDES, Bernardo. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2013b.

FERNANDES, Bernardo. Sobre a tipologia de território. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008b. p. 197-216.

FERNANDES, Bernardo. Território Camponês. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário de Educação do Campo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013c. p. 744-748.



FERNANDES, Francisco Rego Chaves; LIMA, Maria Helena M. Rocha; TEIXEIRA, Nilo da Silva Teixeira. Grandes minas do semiárido brasileiro e o desenvolvimento local. *Grandes Minas - Recursos Minerais Sustentabilidade Territorial*, p. 97-111, v. 1, 2011.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GARCIA, José Carlos. Legitimidade da luta pela terra. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário de Educação do Campo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013. p. 458-465.

GRZYBOWSK, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HECK, Egon. Igreja e mineração: um olhar a partir dos povos indígenas. In: CNBB. *Igreja e mineração: em defesa da vida e dos territórios*. Brasília - DF: CNBB, 2015. p. 29-46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativa demográfica 2019*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativa demográfica 2020*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativa demográfica 2021*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2022.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. (Cadernos do Povo Brasileiro; v. 1)

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.



- KROPOTKIN, Piotr. *O Estado e o papel ideológico*. Tradução de Alfredo Guerra. Imaginário, 2000.
- LÊNIN, Vladímir Ilitoh. *O Estado e a revolução*. Tradução de Paula Vaz Almeida. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.
- LESSA, Sérgio, Ivo Tonet. *Introdução a filosofia de Marx*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LIMA, Elmo de Souza. *Formação continuada de professores no Semiárido: ressignificando saberes e práticas*. Teresina, PI: ADUFPI, 2011.
- LIMA, Napoleão Eli. Para não esquecer Canudos. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesas: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. p. 241-260. v. 1 (Concepção de justiça e resistência nos Brasis).
- LORENZI, Harri. *Árvores brasileira: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil*. 5. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. v. 1
- LORENZI, Harri. *Árvores brasileira: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil*. 3. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2009. v. 2
- LOSEKANN, Cristiana. “Não foi acidente” o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, Andréa et al. (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed. Marabá, PA: Editorial iGuana: ABA, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://www.ufjf.br>. Acesso em: 1 dez. 2019.
- MACHADO, Paulo Henrique Couto. As ações discriminatórias e as terras públicas devolutas. *Revista TCE*, Teresina, v. 12, n. 1, p. 63/65, jan./dez. 2008.
- MACHADO, Paulo Henrique Couto. *As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas bacia hidrográfica parnaibana piauiense*. Teresina, PI: Corisco, 2002.
- MAGNO, Lucas. *Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias*. Orientadora: Leila C. Duarte Dias. 2017. 382 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- MALERBA, Julianna (org.). *Diferentes formas de dizer não: experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral*. Rio de Janeiro: Fase, 2014.
- MALERBA, Juliana. Mineração e questão agrária: as configurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo - Brasil*. Goiânia: Expressão Popular, 2015. p. 78-85.
- MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea. 2007.
- MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da Terra*. Porto Alegre, RS: Fabris, 2003.



- MARTINS, Camila Cecilina do Nascimento. Assessoria popular em direitos humanos: o coletivo Antonia Flor e as comunidades quilombolas de Contente e Barro Vermelho. Casa do Direito, 2019.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. 1. ed. ver. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Elizeu Savério. *Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-228.
- MILANEZ, Bruno. Mineração e Igreja: contexto e critérios. In: CNBB. *Igreja frequentes e mineração: em defesa da vida e dos territórios*. Brasília - DF CNBB 2015. p. 119-127.
- MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo. A construção do desastre e a privatização da regulação mineral: reflexões a partir do caso do Vale do Rio Doce. In: ZHOURI, Andréa et al. (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed. Marabá, PA: iGuana: ABA, 2018. *E-book*. p. 111-154.
- MILANEZ, Bruno. SANTOS, Rodrigo. Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 19. 39 p.
- MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz. O número de barragens sem estabilidade piorou “e daí? Uma avaliação da (não) fiscalização e da nova lei (in)segurança de barragens. Nordeste, espaço e tempo. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, 4(4), p. 1-14. 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Suelly Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MINÉRIOS & MINERALES. “*Bemisa inicia construção do projeto de minério de ferro Planalto Piauí*”. 2013. Disponível em: http://www.revistamineros.com.br/Publicacoes/4254/Planalto_Piaui_comecara_a_ser_implantado_esse_ano.aspx. Acesso em: 1 out. 2013.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MIN). Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, 2004.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME); SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL. *Curso de Introdução à mineração – 2018*. Disponível em: <http://antigo.mme.gov.br/documents/3618/451190/Apresenta%C3%A7%C3%A3o+do+curso.pdf/4735cd41-db1e-9125-1e5d-9bde199f29ba>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- MIRANDA, Reginaldo. Relações de todos os possuidores de terra dessa capitania de São José do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí*, Teresina, PI, ano 100, n. 8 (2017-2018), p. 255-265, 2018.



MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes Viana (org.). *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; SILVA, David Pimentel Oliveira. A Liga dos Camponeses Pobres (LCP): contribuição ao estudo do Movimento Camponês no Brasil. In: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes Viana (org.). *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MORAES, Antônio. O Sertão: um outro geográfico. *Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*, Rio de Janeiro, anos III, IV, n. 4-5, p. 11-23, 2002-2003.

MOREIRA, Alberto da Silva. *O dom da terra: leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesas: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. v. 1 (Concepção de justiça e resistência nos Brasis)

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP
Coordenação: GIRARDI, E. P. Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017.
DATA LUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016.

NOBRE, Francisco Wlirian. *Os efeitos do cinturão das águas do Ceará - CAC no distrito de Baixo das Palmeiras, Crato - CE*. Orientador: Josier Ferreira da Silva. 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri, Cariri, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo – Brasil: Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: Expressão Popular, 2015. p. 28-42.

OLIVEIRA, Ariovaldo. *Geografia das lutas no campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)

OLIVEIRA, Ariovaldo. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. O paradoxo da abundância: recursos naturais e desenvolvimento na América Latina. *Estudos Avançados*, n. 31. 2017. p. 251 – 270.

PÉRET, Rodrigo. Igreja e mineração: a busca da mística de resistência e vida. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS. (CNBB). *Igreja e mineração: em defesa da vida e dos territórios*. Brasília, DF: CNBB, 2015. p. 101-118.



PÉRET, Rodrigo. O que nos reúne é a defesa da vida, o cuidado da criação. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinvaldo (org.). *Cuidar da casa comum: chaves de leitura teológicas e pessoais da Laudato Sí*. São Paulo: Paulinas, 2016.

PIAUÍ. *Lei nº 5.966 de 13 de janeiro de 2010*. Dispõe sobre a regularização fundiária da região do Cerrado Piauiense. Teresina, PI, 2010.

PIAUÍ. *Lei nº 7.292, de 6 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a política estadual de regularização das ocupações exercidas sobre terras públicas e devolutas pertencentes ao Estado do Piauí. Teresina, PI, 2019.

PIAUÍ. *Lei nº 11.292, de 9 de junho de 2003*. Regulamenta o Programa Permanente de Convivência com o Semiárido. Teresina, PI, 2003.

PIAUÍ. *Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí (2003-2010)*. Teresina, PI, 2005.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola. Comunidade Remanescente de Quilombo. Tapuio – Queimada Nova – Piauí – ARCADIS BRASIL 2019. A serviço da empresa Enel Green Power.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí. INCRA – Superintendência Regional do Piauí – 2003.

PONTES, Emilio Tarlis; MACIEL, Caio. *Seca e convivência com o Semiárido: adaptação ao meio e patrimonialização da caatinga no Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

PONTES, Maria Lúcia de. Sujeitos coletivos de direitos. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Dicionário de Educação do Campo*. 3. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 724-728.

PORTO, Carlos. *Roteiro do Piauí*. Teresina, PI: Academia Piauiense de Letras, 2019. (Coleção Centenário; 62)

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A invenção dos territórios na América Latina/ Abya Yala. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo. UNAM, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2015): expropriação, violência e r-existencia. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo - Brasil*. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: Expressão Popular, 2013. p. 18-26.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades – CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: Editora, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). *Revista da ANPEGE*. Loca, v. 16. n. 29, p. 712-767, 2020.



- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/ Abya Yala/Quilombola. *Polis, Revista Latino Americana*, v. 14, n. 41, p. 237-251, 2015.
- PRADO JÚNIOR., Caio. *A Questão Agrária*. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- REFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. *Ci. Inf.*, Brasília, 21(1), p. 23-31. jan./abr. 1992.
- RIGOTTO Raquel. Conhecimentos em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato na Ceará – Brasil. In: ZHOURI, Andréa et al. (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed. Marabá, PA: iGuana: ABA, 2018. p. 221-258.
- RIGOTTO, Raquel; PONTES, Andressa Graziela Verissimo; FERREIRA, Marcelo José Monteiro; TEIXEIRA, Ana Claudia de Araújo; PESSOA, Vanira Matos; ROSA, Islene Ferreira. Saúde do trabalhador e questão ambiental. In: NOVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edivânia Ângela de Sousa (org.). *O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 143-164.
- ROSS, Jurandir Luciano Sanches. *Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental*. São Paulo: Oficial Textos, 2006.
- SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço*. São Paulo: Unesp, 2002.
- SANTOS, João José dos. *Impactos da implantação da ferrovia transnordestina no polo gesseiro do Araripe: cenário e perspectivas dos stakeholders regionais*. Orientador: Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima Neto. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil na área de Transporte e Gestão das Infraestruturas Urbanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. *Terra, domínio e servidão*. 1. ed. Teresina, PI: Nova Aliança, 2021.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma territorialidade das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.



SAQUET, Marcos Aurélio. *Saber popular, práxis territoriais e contra hegemonia das territorialidades e das temporalidades*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Elizeu Savério. *Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMAR). *Informações sobre o Projeto Planalto Piauí*. Disponível em: <http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=2029>. Acesso em: 15 jun. 2014. Arquivo do autor.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMAR). *Informações sobre a audiência pública*. Disponível em: <http://www.meionorte.com/blogs/antoniomilton/paulistana-pi-audiencia-publica-projeto-planalto-piaui-minerio-de-ferro-na-cidade-decurral-novo-pi-206126>. Acesso em: 15 jul. 2014. Arquivo do autor.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURRAL NOVO DO PIAUÍ (SMS). *Dados demográficos do município de Curral Novo do Piauí*. Fonte: IBGE. Org. Secretaria Municipal de Saúde. Disponibilizado em 13 agosto de 2021. Arquivo do autor.

SILVA, Conceição; LIMA, Elmo; CANTALICE, Maria Luiza de; ALENCAR, Maria Teresa de; SILVA, Waldirene (org.). *Semiárido piauiense: educação e contexto*. Campina Grande: INSA, 2010.

SILVA, Ivamauro Sousa. Estudo da desertificação em Gilbués-Piauí: caracterização física, variabilidade climática e impactos ambientais. *Revista de Geografia* (Recife), v. 28, n. 2, p. 95-108, 2011.

SIQUEIRA, Rubens. (Rio São Francisco) Um rio refém do mercado. Entrevista com Rubens. Disponível em: newsletter.ecodebate-subscribe@googlegroups.com. EcoDebate 21/01/2009. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

SIQUEIRA, Rubens; ZELLHUBER, Andréa. Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização. *Revista Crítica da Humanidade*, Universidade Católica de Salvador – UCSAL, n. 227, maio 2007. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br>. Acesso em: 5 mar. 2023.

SOUSA, Antonio Eusébio de. *Conflito, luta e resistência de comunidades camponesas do semiárido piauiense frente aos Projetos Mineração e Transnordestina*. Orientador: Carlos Alberto Feliciano. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *Desenvolvimento, conhecimentos tradicionais e direitos humanos: populações tradicionais e quilombolas do Estado do Piauí e a defesa do meio socioambiental*. Teresina, PI: EDUFPI, 2015.

SOUZA, Vânia Lúcia Costa; OLÁRIA, Vânia. Outros olhares sobre o uso da imagem em pesquisa qualitativa: o exercício com a interpretação de Didi Huberman. *Comun. & Inf.*



Goiânia, v. 17, n. 2, p. 6-22, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br>. Acesso em: 20 set. 2020.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário de Educação do Campo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013. p. 639-644.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.), *Comunidades quilombolas: direito à terra*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares: MinC: Abaré, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Movimento territorial e da classe trabalhadora, desterração e os sujeitos transcendentais da resistência no Século XXI*. O texto foi extraído da tese originariamente submetida à Banca de Concurso para Professor Titular, junto ao Departamento de Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente, em 17 nov. 2017. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2017. Texto disponibilizado pelo autor.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho e território em disputa: algumas considerações. In: PAULINO, Eliane Tamiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e território em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-240.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Janaina Martins; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. As políticas no semiárido piauiense na década de 90: uma discussão sobre a dimensão econômica da sustentabilidade. In: LOPES, Wilza Gomes Reis; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; MOITA NETO, José Machado (org.). *Sustentabilidade do semiárido*. Teresina, PI: EDUFPI, 2009.

ZHOURI, Andréa et al. (org.). *Mineração, violências e resistências ABA - aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed. Marabá, PA: iGuana: ABA, 2018. *E-book*.





APÊNDICES



APÊNDICE A — ENTREVISTA 001

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Pau Ferro (Nome fictício)
Comunidade: Sumidouro
Município: Queimada Nova, PI
Ano: 2020

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais foram os primeiros habitantes da comunidade? E quando chegaram e de onde vieram?

Pau Ferro: Os moradores daqui vieram da África trazido acorrentado pelos brancos. Eu sei de muita história que foi contada a nós por meu sogro, Raimundo. Ele falava. E, calculando, hoje já faz uns 300 anos da chegada dos primeiros moradores. No caso do meu sogro Raimundo, se tivesse vivo, estaria com 150 anos. Esses primeiros moradores vieram trazidos da África diretamente para a região que hoje é chamada de Sumidouro.

Mais tarde, chegou Valério Coelho, que dizia ser o como dono das terras. Aí ele dividiu em duas partes. Os negros ficava com a parte das pedras — que não presta para nada — e os brancos ficava com a parte das terras boas. Depois de muitos anos, descobriram que a terra cedida para os negros tinha umas pedras de grande valor pra a extrair.

Antonio Eusébio de Sousa: Quando os habitantes que atualmente compõe a gênese da comunidade chegaram, o que encontraram na comunidade?



Pau Ferro: Seu Raimundo dizia que, segundo o pai dele, não tinha nada. Só os bichos do mato, mais gente não.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições que existiram ou existem na comunidade? Religião ou manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?

Pau Ferro: A organização da comunidade começou com as orientação de Seu Raimundo, que mobilizava toda a família para tomar decisões juntos a partir das orientações dadas por ele. Depois da organização da família, logo depois, o passo foi por meio das CEBs, através da reza do terço e de outras orientações e rituais próprios da comunidade. Depois, as reuniões para discussão e encaminhamento dos problemas da comunidade. As reuniões aconteciam embaixo de um pé de umbuzeiro.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Pau Ferro: Existe o grupo de capoeira como forma de organização e preservação da cultura.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?

Pau Ferro: Tem as benzedeiras e rezadeiras. Essas pessoas são procuradas para curar doenças e resolver problemas, como fogo nas matas, encontrar animais perdidos, entre outros. É muito forte o trabalho com a medicina alternativa por meio das plantas medicinais.

A gente preserva os conhecimentos e, em muitos casos, contribuem para a melhoria da renda. Tivemos o curso de remédios caseiros feito pelas mulheres por meio do uso de plantas medicinais da região.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Pau Ferro: A comunidade se mobilizou e, com o apoio de projetos, foi construído o salão comunitário. Lá é feitas as atividades culturais, celebrações e reuniões da comunidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros?

Pau Ferro: Público só o abastecimento de água, mais que é responsável é a associação.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os elementos naturais existentes na comunidade? Rio, riacho, córrego, nascentes d'água, cavernas, pedras, outros minerais, locais que você considera como sagrado?

Pau Ferro: Existe as águas do sumidouro, formado por grandes olhos d'água no redor das pedras e das árvores, riachos, córregos e minas (sumidouro) e uma grande quantidade de árvores.

Antonio Eusébio de Sousa: Hoje, quantas famílias vive na comunidade?

Pau Ferro: Atualmente, um total de 34 famílias cadastradas vivem na comunidade Sumidouro e compartilham o território quilombola.



Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? Na pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Pau Ferro: A extração e lapidação da pedra, que a partir de seu beneficiamento foi transformada em pedreira, é feita pela associação da comunidade, usando pouca tecnologia, não permitindo a entrada de empresas. O produto é o paralelepípedo, usado em calçamentos e revestimentos. A comunidade enfrenta algumas dificuldades com a falta de tecnologia, mas tem apresentado resultado financeiro positivo.

Os potenciais econômicos existentes e utilizados pela comunidade são o cultivo da agricultura no período de chuva, atualmente de janeiro a abril, e por meio de horta comunitária construída por família; a caprinocultura em grande quantidade; a extração e comercialização das pedreiras em pequena quantidade.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva, negativa... na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?

Pau Ferro: Nossa, muitas coisas boas, muitas coisas comunitárias: salão, equipamentos de trabalho, máquinas, a própria vida da comunidade, tudo depois da organização e da luta da comunidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum projeto grande vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade de forma positiva ou negativa?

Pau Ferro: Aqui era tudo mais ou meno tranquilo, mais considero que os primeiro conflito aqui no Sumidouro começa com a descoberta do grande valor que essas pedra representa. Aí vem os interesses de gente de fora e empresas mineradora quereno explorar, até contra a vontade de nós da comunidade. Aquilo que foi concedido a nós negros, por ser área que não prestava e ficava abandonada por os branco naquele tempo, vira motivo de disputa. Por outro lado, surge a resistência por parte das famílias.

Com a descoberta do grande valor das pedras, começa o confronto com a Eucatex, empresa que pertence à família Maluf. Entre os diferentes tipos de serviços prestados, a empresa trabalha com a fabricação de pisos. A empresa chegou na comunidade querendo fazer pesquisa. A gente suspeita minério.

O segundo conflito se deu com o poder público local, que queria usar a água da comunidade em construções na cidade. Isso iria causar até mesmo a falta de água para a comunidade. Por último, no ano de 2006, a comunidade branca queria utilizar a água da comunidade para a comercialização. Nesse caso, houve a intervenção da justiça local. Mesmo com esses conflitos, a comunidade sempre se manteve unida para enfrentar os desafios.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Pau Ferro: A Empresa Eucatex que, no início dos anos 1990, trouxe pessoas para a comunidade sem comunicar aos moradores o que estava fazendo. Supostamente, a empresa estava colhendo material para a realização de pesquisa. Nunca mais voltou. Já no ano de 2019, surgiu uma empresa para a instalação de parque eólico. A empresa instalou torres dos lados de toda a comunidade, mas as famílias não permitiram a colocação dentro do território.



Em 2003, foi descoberta que existia pesquisa de minério na região, mas isso foi barrado nos dias atuais. Existem comentários de novas empresas com interesse em realizar pesquisa mineral na região. Atualmente, a comunidade dispõe de um trabalho em parceria com o Instituto Federal de Paulistana, para estudo do potencial mineral da região em benefício da comunidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Pau Ferro: Começa com a organização das CEBs no local com o apoio de Maria Rosalina, uma jovem da comunidade Tapuio, também de comunidade quilombolas. Depois, veio as lutas do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Queimada Nova, fundado no município em 1992.

Quanto à crença religiosa, destaca-se a romaria para Bom Jesus da Lapa na Bahia.

Por orientação de Raimundo, com o apoio das outras famílias, a comunidade decidiu não permitir a entrada de outras pessoas ou grupo vindo de outra região. A CPT foi a primeira entidade de fora do município que teve entrada permitida na comunidade, por indicação de lideranças das CEBs no município (Maria Rosalina e Osvaldina). Aí seu Raimundo perguntou se os outros concordava que a CPT entrasse na comunidade. Abriu caminho para que outros representantes da CPT pudessem entrar na comunidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Pau Ferro: Com certeza. No ano de 2003 foi criada a associação quilombola e começou o processo de certificação. Hoje em dia, a comunidade é certificada pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Quilombola. Embora o INCRA não tenha entregue o título definitivo, a comunidade se sente segura quanto à garantia dos direitos como comunidade quilombola.

A luta não é só uma luta de raças, mais também de cultura e resistência. Foi a partir dessa resistência que ocorreram muitas conquistas.



APÊNDICE B — ENTREVISTA 002

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Catingueira (Nome fictício)
Comunidade: Tapuio
Município: Queimada Nova, PI
Ano: 2020

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais foram os primeiros habitantes da comunidade? E quando chegaram e de onde vieram?

Catingueira: Os primeiros negros chegaro aqui faz mais de 200 anos. Eram filhos de ex-escravizados. Chegaro depois da aprovação da lei de libertação dos escravos.

Entre o Tanque Velho e o Tapuio existia o engenho. Eles pegaram os negros dizendo que era para criar. Na verdade, era para trabalhar quase mesmo como escravo. Brígida foi levada embora e Dionísio foi morar com os outros. Depois de adultos, cada um criado por uma família diferente, os dois se casaram. Ganharo um pedaço de terra e alguns animais para seguir a vida. A história de Brígida e Dionísio que resultou na criação do território que hoje compõe a Comunidade Quilombola Tapuio.

Antonio Eusébio de Sousa: Quando os habitantes que atualmente compõe a gênese da comunidade chegaram, o que encontraram na comunidade?



Catingueira: Acho que só mesmo as terras, muitas caça que tinha por aqui. Aí Brígida e Dionísio construíram uma casa nas terras que ganharam, um barreiro e plantaram um pé de tamarim. A terra era pequena. Depois de casados, Brígida e Dionísio continuavam trabalhando para os brancos. O casal ajudou a população da comunidade com os filhos, que se casaram com pessoas da região. Entre os filhos, citamos Ana Rosa, Cláutilde, Eva, Florencio, Francisca, José, Madalena e Maria Raimunda. Outras famílias começaram a morar na região e construíram parentescos, especialmente quando Ana Rosa se casou com Francisco, filho de Vicente. A partir dessas uniões, as famílias aumentaram formando as seguintes gerações: primeira geração: Brígida; segunda geração: Ana Rosa; terceira geração: Vicente e Simplício; quarta geração: Luzia e Francisco; e quinta geração: Lourisvaldo. As primeiras gerações vieram de outras regiões, especialmente de São João do Piauí, mas Dionísio veio de Pernambuco. Hoje em dia, os habitantes do quilombo Tapuio mantêm proximidade de parentesco e são quase todos descendentes das famílias fundadoras.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições existentes na comunidade? Religião ou manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?

Catingueira: A religiosidade começa com a novena de Santa Maria Eterna no mesmo período das primeiras casas. Quando terminava a novena, iniciava-se a roda de verso, o leilão e o reisado. Mais de 12 famílias realizavam a novena.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Catingueira: Sim, o reisado, roda são Gonçalo cantada de viola.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?

Catingueira: Tapuio é uma região construída por muitas culturas. Existe a rezadeira terra, água e fogo, o rezador em animais, crianças e mordida de cobra, as parteiras, os chás, os xaropes e o uso de diferentes plantas medicinais. Era forte a prática da partilha com a vizinhança, ajudando a cuidar da terra. A Comunidade Quilombola Tapuio, igual às outras comunidades quilombolas já certificadas ou em processo de certificação do município de Queimada Nova, segue a religião católica. Por ter um calendário religioso abrangente, Tapuio não possui um único padroeiro, considerando-se todos os santos e as santas como padroeiros da comunidade. O calendário da comunidade é marcado pela realização de festas religiosas: em março, festeja-se São José; em julho, são os festejos de Santo Antônio; em novembro, Nossa Senhora da Conceição; e, em dezembro, ocorre a festa de Nossa Senhora do Livramento. Tem o reisado, que só é praticado pelos negros. Os tocadores sempre foram os negros. As cantigas de roda também são cantadas somente por negros. Os negros são os que rezam a novena tradicional. Esses são alguns traços que diferencia a cultura entre os brancos e os negros na comunidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Catingueira: O salão comunitário que a comunidade faz suas atividades, sobretudo os jovens.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros...?



Catingueira: Tem o abastecimento de água e energia. Escola não tem. As crianças, por ser poucas, são transportadas para estudar na cidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? E a pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Catingueira: A agricultura se tornou uma das principais atividades econômicas da comunidade. Acontecem nas roças das famílias perto das casas. As famílias plantam principalmente abóbora, batata-doce, feijão, melancia e milho. Depois [de] dois anos plantando na mesma terra, é preciso deixar a terra descansar. Por isso, os quilombolas precisa de um espaço que possa fazer o rodízio de roçados.

Antonio Eusébio de Sousa: Como são aproveitados os elementos da natureza? Plantas nativas, a água, os minérios, o solo, o mel...? Existe alguma forma de aproveitamento?

Catingueira: As famílias aproveitam os recursos que tem sem prejudicar muito a natureza.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva ou negativa na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?

Catingueira: Muita coisa: a conquista da terra como quilombola, as políticas públicas, projeto produtivo, as lutas sempre celebrando a vida todo mundo junto. Mas teve as ruim também, as perseguição, a vida difícil, mais foi melhorando.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum projeto grande vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade?

Catingueira: Um fato mais recente que se destaca é a chegada de uma empresa eólica.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto na comunidade, nesse caso, da energia eólica? Como os funcionários se apresentavam?

Catingueira: Sem prévia consulta aos moradores locais. A empresa ainda não está em funcionando, mas as linhas de transmissão podem atingir diretamente o território da comunidade. Como a comunidade sempre busca saber as coisas, agora está acontecendo as conversas da comunidade e a empresa.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Catingueira: Nos territórios quilombolas, as formas de organização social e política mantêm sua base na religiosidade. As principais lideranças têm formação baseada na Teologia da Libertação, por meio do MEB e das CEBs. O trabalho das CEBs foi muito forte em toda a região, principalmente aqui no Tapuio. No ano de 1979, o Pe. Antônio começou o trabalho das CEBs. Em seguida, Pedro Severo deu continuidade. Em 1981, começou a catequese e, em 1982, o trabalho com jovens, recebendo a visita pastoral do Bispo.

No trabalho motivado pelas CEBs, aconteciam o mutirão nas roças e as reuniões com leitura bíblica, reflexão e ações concretas. Surgem a Catequese, os grupos de jovens e a celebração, sempre utilizando a mesma metodologia pautada na tríade ver, julgar e agir.

Foi a partir das CEBs e das origens da comunidade que se intensificaram as diversas experiências de organização em muitas ações, sempre usando os diversos níveis de luta e



resistência, quando necessário. No ano de 1987, surgiu na comunidade MEB, uma escola coordenada por setores progressistas da Igreja Católica. A metodologia de ensino do movimento pregava que a pessoa da comunidade com maior nível de escolaridade deveria ser o alfabetizador dos demais da comunidade. Foi essa escola que despertou a busca por conhecer e registrar a história da comunidade, ou seja, escrever sua própria história. Como a comunidade não tinha escola, as crianças negras estudavam na comunidade branca, que sofria muita discriminação.

A partir desse conjunto de trabalho foram surgindo os diversos espaços de participação, sendo a Pastoral da Juventude uma grande força na organização da comunidade. Em 1989, Maria, uma jovem negra da comunidade, assumiu a coordenação paroquial da PJ. Em 1992, ocorreu a criação do município de Queimada Nova. Nesse mesmo ano, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, com o apoio dos grupos sociais da Igreja Católica. O sindicato do município de Queimada Nova surgiu como contraponto à estrutura sindical assistencialista. Maria assumiu o sindicato e Osvaldina assumiu as CEBs, espaços excelentes para a organização do povo para as diversas formas de luta e resistência em todo o município e região.

Em 2000, Tapuio preparou a mesa de perdão da escravidão. No encontro nacional, nesse mesmo ano, é apresentada a carta proposta para regularização dos territórios quilombolas.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Catingueira: Sim, e muitas. Começa que, em 2002, ocorreu a regularização e construção do mapa das potencialidades das comunidades e da parte social. Daí e, com as lutas, veio as outras conquistas: a união dos jovens por meio da PJ para a construção do salão comunitário e a certificação como Comunidade Quilombola pela Fundação Cultural Palmares. No ano de 2004, entre outras conquistas, o abastecimento de água e energia, a casa da associação e muitos projetos produtivos.

Foi com as CEBs [que] a população passa a tomar consciência do conhecimento da história da comunidade. Em 1998, começou a discutir a questão racial nas comunidades Barro Vermelho, Chupeiro, Ipiranga, São Martins e Tapuio. As principais lutas foram por autorreconhecimento; projetos de infraestrutura para atendimento das necessidades da comunidade; projetos produtivos como forma de sustentação própria; luta pela candidatura social dentro da política local e estadual, associado à religiosidade popular.



APÊNDICE C — ENTREVISTA 003

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Mandacaru (Nome fictício)
Comunidade: Manga Velha
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2020

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições existentes na comunidade? Religião e/ou demais manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?

Mandacaru: Aqui o povo tem fé. Faz suas oração. A gente participava na Palestina, mais agora a gente vai mais pro Baixio dos Belos. Nosso costume, rapaz, é aquele mesmo dos mais velho. Foi aprendendo e vivendo.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Mandacaru: São. Aqui é pouca gente. Uns são mais velhos. Muitos faz mesmo suas orações como sempre aprendeu com os mais velho e outras coisas é no Baixio dos Belos.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?



Mandacaru: Sim, é eles que ajuda a gente viver melhor porque aqui tudo é longe.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Mandacaru: Espaço mesmo num tem não.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros?

Mandacaru: Também num tem nada disso. Tudo é do no Baixio dos Belos.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os elementos naturais existentes na comunidade? Rio, riacho, córrego, nascentes d'água, cavernas, pedras, outros minerais, locais que você considera como sagrado?

Mandacaru: Tem o riacho que fica entre a Manga Velha e a Palestina. Desce muita água e acaba ficando verde, as terras boa. Como minério, tem essas pedras que parece que nem precisa cavar pra encontrar, mais o povo diz que não é de nós. Sagrado é o Morro da Cruz.

Antonio Eusébio de Sousa: Hoje, quantas famílias vive na comunidade?

Mandacaru: São apenas oito famílias e quatro é a nossa família: meu pai e três filho.

Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? Na pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Mandacaru: Aqui criamos muitos caprinos que muito ajuda em nossa renda. Plantamos milho, feijão e algumas frutas menores para o consumo. Enfim, são muitas riquezas pa perder.

Antonio Eusébio de Sousa: Como são aproveitados os elementos da natureza? Plantas nativas, a água, os minérios, o solo, o mel...? Existe alguma forma de aproveitamento?

Mandacaru: Aqui a gente aproveita muita coisa. Planta e colhe os alimentos. Tem planta que serve de remédios [para]fazer chá. Aqui aproveita muita coisa.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva ou negativa na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?

Mandacaru: Rapaz, acho que sou novo, mais alguma coisa mudou. A gente tem algum equipamento pra trabalhar que é bem melhor que o trabalho no pesado. Teve esses programas do governo que ajudou muito também, as cisternas, tem nossa criação de bode. Agora o que preocupa mais é só esse trabalho da mineração.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum projeto grande vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade de forma positiva ou negativa?

Mandacaru: Só mesmo essa mineração, caso seja executado o projeto.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?



Mandacaru: Tudo começou em 2007, quando começou a chegar pessoas dizendo que estavam fazendo pesquisa do governo. Meu pai sempre relata que já tinha vindo outras pessoas alguns anos atrás, mas ele não lembra direito o tempo. Olhava essas pedras que parece ser ferro mesmo. Meu pai disse que eles olhava as pedras e admiravam. Mais pronto. Ninguém ouviu falar mais nada. Quando foi em 2007, eles voltam dizendo que era fazendo pesquisa para o governo. Quando é em 2009, eles voltam para fazer a pesquisa mineral mesmo. Nesses períodos, eles entravam sem permissão. Não dizia nada a ninguém, nem falava nada. Mas como toda vida nós tivemos essa organização, esse jeito de buscar saber o que é certo e o que é errado, a gente ia até eles buscar informações. E, em muitos casos, eles saía e iam embora. É no ano de 2013 que as pesquisa aumenta e os conflitos começam.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Mandacaru: Tudo começou quando eles queria comprar as terra sem a gente querer. Pra evitar conflitos ou testar eles, meu pai pediu um valor maior. Eu acho a cinco vezes o valor sugerido por eles. Eles não aceitaram não. Meu pai disse que foi de propósito porque eles não aceitavam. Então, foi muitas as formas de resistência para nós permanecer aqui até hoje. Nesse período de negociação das terra foi muito difícil, apesar da audiência muito difícil que aconteceu em Curral Novo. Mais sentimos mais unidos. Todos contra a forma que a empresa nos abordava. E ela sempre falava a mesma coisa. Unidos com a mesma preocupação. E foi quando recebemos apoio da CPT e você, Eusébio, lembra que você mesmo ajudou no dia da audiência dar oportunidade para o povo falar para decidir o que é melhor? E naquele dia, a promotora abriu espaço para a comunidade falar suas dificuldades e dizer o que é melhor. Uma coisa é certa: tivemos muito unidos e resistindo e é o que nos garante está aqui até hoje. Não sabemos por quanto tempo, mas estamos aqui na luta. Aqui na Manga Velha, se tiver mesmo a exploração de minério, não é possível ficar ninguém morando porque as minas estão no terreiro da casa. E as escavas e extração no Morro da Manga Velha vai trazer tudo para baixo, destruindo todo. Acreditamos na força, nas nossas formas de resistência, no apoio da CPT e da Igreja, de Dom Plínio e essa mineração não vai acontecer.

No primeiro momento, eles utiliza uma estratégia que convencia as pessoas aceitar, que foi no momento das sondagens. Como eles relatava que era só pesquisa e pagava por cada furo, todos aceitaram a sondagem. Como sempre, o financeiro acaba falando mais alto né, em meio às condições financeiras. Depois, os conflitos começa aparecer. Foi quando vem a compra das terras. Aí a coisa ficou difícil. Eles comprava a terra sem indenizar nenhum benefício. E meu pai disse logo que não tinha dinheiro que pagava a vida dele aqui. E como na Manga Velha são apenas oito famílias e quatro é a nossa família, meu pai e três filho, ficou difícil. E nós sempre resistindo, que sair da terra a gente não aceita. Como você pode ver, essa é uma comunidade boa de morar. Claro, não temos grande renda financeira, mais temos o que precisa pra viver. Veja a riqueza dessa região.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Mandacaru: Com certeza. Se não fosse as lutas, acho que nós nem estava mais aqui. Foram muitas, graças à CPT e o trabalho de todo esse povo a gente não [ter] deixado essa empresa entrar, mais não está fácil. Mais, com a luta, vai dar tudo certo.



APÊNDICE D — ENTREVISTA 004

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Juazeiro (Nome fictício)
Comunidade: São José
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2020

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições existentes na comunidade? Religião e/ou demais manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?

Juazeiro: Aqui o povo tem fé em Deus. Faz as oração e se ajuda e participa junto com as comunidades vizinhas nas coisas maiores.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Juazeiro: Na comunidade mesmo num tem.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?

Juazeiro: Diminuiu, mais existe e ajuda demais quando a gente precisa e num tem outro jeito.



Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Juazeiro: Num tem não.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros?

Juazeiro: Também num tem, mais a gente celebra. Escola os alunos vão pra escolas vizinhas.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os elementos naturais existentes na comunidade? Rio, riacho, córrego, nascentes d'água, cavernas, pedras, outros minerais, locais que você considera como sagrado?

Juazeiro: Tem as terras pra plantar, apesar da Transnordestina ter acaba umas os minérios que fica logo ali depois da ferrovia.

Antonio Eusébio de Sousa: Hoje, quantas famílias vive na comunidade?

Juazeiro: São oito famílias.

Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? Na pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Juazeiro: Aqui a gente vive da produção no inverno. Criamos cabra e outros animais que ajuda muito no financeiro.

Antonio Eusébio de Sousa: Como são aproveitados os elementos da natureza? Plantas nativas, a água, os minérios, o solo, o mel...? Existe alguma forma de aproveitamento?

Juazeiro: Aqui a gente planta e aproveita pra muitas coisas até porque é o que temos pra viver e tem muitas coisa boa [para] se aproveitar.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva ou negativa na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?

Juazeiro: Aqui, [em] tempo de seca, era tudo mais difícil. Aí apareceu as facilidade do governo, as cisternas, que não dar o ano todo, mais o tempo que tem serve pra muitas coisas.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum projeto grande vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade de forma positiva ou negativa?

Juazeiro: Tem é dois que não presta pra nada. Primeiro, a ferrovia e, depois, o projeto de mineração que fica logo ali depois que passa a ferrovia. E ainda tem as torres da eólica, mais não serve pra nós. Como você pode ver, nem energia tem nas nossas casa.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada desses projetos na comunidade? O que trouxe de positivo?

Juazeiro: Aqui essa ferrovia só trouxe problema. As passagens das roças que não pode mais passar nem os animais, nem nós mesmo porque é alto os trilhos. As águas que a gente tinha para lavar roupa e para usar em casa não serve mais pra nada. Misturou água com os barro da



ferrovias e está tudo barrenta³⁶, como vocês pode ver no açude de Serra Vermelha. E, outra coisa, até as paredes das casas rachou com as explosões.

Essas empresa só traz problemas pra noise. Como vocês pode ver, aqui não tem nada. Quando eles chega diz que vai gerar emprego, mais isso não acontece. Outra coisa, além de num gerar os empregos que eles diz, as riqueza vai tudo pra fora. Primeiro, foi a Ferrovia Transnordestina: dividiu nossas terra e não trouxe nenhum benefício porque, para chegar aqui, como vocês estão vendo, não tem nem estrada. Mais tem uma ferrovia que pra noise não presta pra nada. Só atrapalha ir para as roça e outros lugar. Depois chega a energia eólica, uma energia boa, mais só serve pros outros porque nossas casas continua sem energia. Por isso, noise estamo lutando para que a mineração não chega a concretizar porque a promessa é a mesma: a geração de emprego. Mais vai ser pior que a Transnordestina porque vai trazer mais problemas ainda. Aqui mesmo, perto de casa, não tem minério, mais logo ali depois que passa a ferrovia, logo já tem lugar com furos pra extrair o minério. Vai ser muito problema porque, além de ser próximo, os minérios e ferrovia passa dentro de nossa comunidade. E nossa luta hoje é para barrar a mineração.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Juazeiro: Com certeza. Sem nossas lutas, eu mesmo não sei o que seria de nóise não. Mesmo com a ferrovia, que trouxe só prejuízo, foi o que levou noise lutar mais ainda.

³⁶ Água com coloração similar à mistura de argila e água, podendo ser alaranjada com tonalidade clara ou escura.



APÊNDICE E — ENTREVISTA 005

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Aroeira (Nome fictício)
Comunidade: Lagoa do Ovo
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2020

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições existentes na comunidade? Religião e/ou demais manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?

Aroeira: Aqui a comunidade participa nas comunidades vizinhas, como no Baixio dos Belos, porque as famílias são poucas.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Aroeira: Não. Aqui, como falei, somos poucos, mas temos nossa cultura baseada na fé, nos costumes dos mais velhos e não ficamos parados não. Estamos sempre em movimento, seja na luta social pelos direitos.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?



Aroeira: Sim, estão diminuindo, mas mesmo as gerações novas elas conhecem esses saberes.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Aroeira: Espaços físicos mesmo não temos.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros?

Aroeira: Não. A saúde e a educação são atendidas em Baixio dos Belos. Temos a energia elétrica e as cisternas para abastecimento. Tudo programa federal.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os elementos naturais existentes na comunidade? Tio, riacho, córrego, nascentes d'água, cavernas, pedras, outros minerais, locais que você considera como sagrado?

Aroeira: Aqui temos a beleza das plantas do semiárido, terras para plantar, embora algumas não muito boas, outras sim. Da vegetação pode ser aproveitadas muitas coisas para a medicina tradicional que ajuda muito.

Antonio Eusébio de Sousa: Hoje, quantas famílias vive na comunidade?

Aroeira: São apenas sete famílias, quase todas pertencentes à mesma família.

Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? Na pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Aroeira: Aqui, a principal renda é a criação de animais, com destaque aos caprinos. Depois, a agricultura e os serviços públicos, que alguns de nós somos funcionárias na comunidade e nos povoados vizinhos.

Antonio Eusébio de Sousa: Como são aproveitados os elementos da natureza? Plantas nativas, a água, os minérios, o solo, o mel...? Existe alguma forma de aproveitamento?

Aroeira: Aqui são aproveitados quase tudo, a terra para plantar, as plantas para alimentar os animais.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva ou negativa na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?

Aroeira: Acredito que muitas coisas mudaram para melhor. Temos muitas coisas, casas, roças, transportes, cisternas. Nós vivemos bem. Uns vive da agricultura e outros dos serviços públicos. Mas, nos últimos anos, uma coisa mudou para pior: é que junto a essas coisas boas surge essa empresa de mineração para tirar nossa paz.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum projeto grande vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade de forma positiva ou negativa?

Aroeira: Sim, o projeto de mineração.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?



Aroeira: Eles chegaram até diferentes das outras comunidades. Aqui já foi querendo comprar as terras e querendo começar o projeto sem consultar a comunidade. Desde que as empresas chegaram aqui gera essa preocupação. Uma coisa é muito certa: o que foi construído de bens materiais não tem nenhum valor, apenas a terra. Se os bens econômicos para eles não têm valor a ser indenizado, imagine os bens culturais.

Nessa região, especificamente na comunidade Lagoa do Ovo, conforme os mais velhos, nem lembro há quantos anos atrás, já falavam da possibilidade da existência de algo diferente que poderia ser minério, sempre associando aos termos minas ou minas de ouro. Apareciam luzes ou algo semelhantes em vários locais que, segundo eles associa à existência de minérios, ficava essa dúvida para eles: “Será o que existe mesmo naquele local que aparece a luz?”. Após muito tempo, chega as empresas, no caso daqui de Lagoa do Ovo, logo para a realização de pesquisa e já se apresentando como representante da Bemisa. Em algumas comunidades vizinhas existem os comentários que andaram pessoas fazendo outros estudos antes, mas aqui não, já iniciou com a Bemisa. Esses conhecimentos, relatos e suspeitas da existência de mineração não sei como surgiam, porém, parte dessas pessoas são muito antigo esses relatos. Por isso, acho de fundamental importância a resistência e enfrentamento às empresas como forma até mesmo de preservar esses conhecimentos ancestrais que sempre adquiriam conhecimentos que não sei de onde veio. Porém, é muito importante para fortalecer nossa luta em defesa dos nossos territórios.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Aroeira: As lutas começaram no diálogo com as outras famílias, nos momentos de celebração. Depois a gente manteve um diálogo com a igreja, o bispo, o Padre Fernando, mas as organizações e as lutas com agenda definida foi quando aumenta as pressões da empresa mineradora. E junto surge o trabalho da CPT e o apoio do bispo. Foi a CPT que ficou diretamente na luta com a comunidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Aroeira: Sim, graças à luta da comunidade com o trabalho da CPT que continuamos garantindo nossos direitos na Terra.



APÊNDICE F — ENTREVISTA 006

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Umbuzeiro (Nome fictício)
Comunidade: Palestina
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2020

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições existentes na comunidade? Religião e/ou demais manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?

Umbuzeiro: Tem essa capelinha, que a gente vai lá rezar qualquer hora. Tem o tempo das novenas também. A gente se reúne as reuniões da comunidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Umbuzeiro: O povo aqui é pouco e já são quase tudo vei.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?

Umbuzeiro: Na região ainda existe. Tem lugar que tem rezadeira, as pessoas que são benzedeiras.



Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Umbuzeiro: Aqui na Palestina tem muita coisa deixada por os mais vei. A gente sabe porque os mais vei conta pra gente. Todo veis que falo nessas coisas logo lembro. E por isso que digo: esse projeto de mineração não dar certo aqui. A gente tem que lutar para que ele nunca aconteça porque vai acabar com tudo. Primeiro é a capela. Quem fundou essa capela foi minha vó, chamada Luiza, feita mais ou menos em 1896. A igreja vai ficar no centro do trabalho da firma, onde vai ser feita a barragens para colocar os rejeitos. Foi a primeira luta que nós travamos no começo dos conflitos com a empresa. Naquele tempo de grandes conflitos que a CPT e Dom Plínio estava ajudando foi a luta para restorar a capela e continuar nossa rezas, as reuniões lá, porque é um patrimônio e, por lei, não pode ser destruído. Aí a comunidade se reuniu. Fizemos um mutirão e lutamos para a igreja não cair. Ficar como estar. Dom Plínio falou muito: “Conserva ela, porque ela não pode ser destruída. É um patrimônio”. E deu certo. Está toda arrumadinha. A gente se reúne. Renovamos a igrejainha todinha. E já ouvi falar que eles disseram que não pode mexer. E eles já vai construir a barragem em outro lugar não [sei] aonde. E é que nós não vamos ceder esse lugar para as empresas. Outro lugar importante é o cemitério dos caboclos, que é mais antigo ainda. Meu pai contava que eles vinha do Pernambuco. Passava por aqui pra descansar. Só que alguns ficava por aqui mesmo. E ele contava que eles ficava morando aí e, quando morria, era sepultado nesse cemitério como vocês podem ver. Tem só o lugar, as predas. É muito antigo e também tem que ser conservado. Então, são essas coisas que, por lei, a empresa não pode acabar, destruir, derrubar. E nós estamos na luta pra não acontecer. A sepultura eram apenas três paredes. E era enterrados em mutirão. Disse que bateram vários na mesma sepultura. Outra luta nossa é nossas coisas que a gente construiu com muito trabalho. E eles disseram que compra só a terra e não indeniza nada. Aqui nós temos muita riqueza. Tem os caprinos que são muito. A gente come, vende. Todos os sábados tem uma feira num povoado no Pernambuco que a gente vai, vende, compra... Enfim, a gente vive bem aqui e não podemos perder. Nossa renda vem dos animais e das nossas roças. E vivemos até bem. Temos nossas coisas para viver. Por isso, a gente tem que lutar e não pode sair.

Ali, conforme meu pai, os caboclos vinham do Pernambuco. Acho que eles iam para o Maranhão. Ficavam cansados. Bebiam água no riacho. Assavam suas caças. Enfim, com o tempo, passaram a viver ali mesmo. E quando morriam eram sepultados naqueles espaços. Hoje não é possível mostrar bem detalhado, mas era uma construção diferente. Tinha apenas três paredes e as sepulturas eram em espaço coletivo, mas ainda, como vocês podem ver, naqueles amontoados de pedras são onde eles eram enterrados.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros?

Umbuzeiro: Não tem nada.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os elementos naturais existentes na comunidade? Rio, riacho, córrego, nascentes d'água, cavernas, pedras, outros minerais, locais que você considera como sagrado?

Umbuzeiro: Tem o Riacho do Alecrim, tem essa barragem, muita terra boa. Tem umas que não é muito boa, mais serve pra alguma coisa.

Antonio Eusébio de Sousa: Hoje, quantas famílias vive na comunidade?

Umbuzeiro: Só cinco famílias.

Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? Na pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Umbuzeiro: Veve da criação de animais para alimentar e vender nas feiras, da plantação no inverno. Se tivesse água, a gente planta outras coisas como horta, mas depois das chuvas, só tem a água da cisterna pra beber.

Antonio Eusébio de Sousa: Como são aproveitados os elementos da natureza? Plantas nativas, a água, os minérios, o solo, o mel...? Existe alguma forma de aproveitamento?

Umbuzeiro: Aqui a gente planta, tem umas terras boas, como vocês estão vendo. Aproveita uma parte para a ração dos bichos também. Aqui aproveita muita coisa.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva ou negativa na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?

Umbuzeiro: Mudou muita coisa. Hoje, as coisas está tudo mais fácil. Aqui temos os animais que a gente vende nas feiras aqui e no Pernambuco, tem os animais de andar, já tem a energia, as cisternas. Rapaz, existem umas dificuldade, levar esses bichinhos pra deixar nas roças longe, mais a gente tá tranquilo aqui. Nem quero sair nunca. Depois que tem a energia, as cisternas que não dar o ano tudo, mais no tempo que tem água, é um sussego.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum projeto grande vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade de forma positiva ou negativa?

Umbuzeiro: Como falei antes, é só o projeto de mineração.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Umbuzeiro: Chegou e entrou logo querendo comprar as terras. O que o representante da Bemisa prometia pra gente era só o valor da terra. Nossa casa, cisterna, roça, açudes, as coisinhas que a gente tem num valia nada. Era pra nós receber o dieiro da terra que eles mermo era que dizia quanto valia. E podia receber e logo ir embora viver em outro lugar com aquele dinheiro. A gente escoía onde ia comprar outra terra pra eles destruir tudo. Era o que eles falava e, no dia combinado, tinha que sair sem saber nem pra onde. E as máquinas chegava para destruir tudo. Era o que eles falava.

O que o representante da Bemisa prometia pra gente era só o valor da terra, nossa casa, cisterna, roça, açudes. As coisinhas que a gente tem num valia nada. Era pra nós receber o dieiro da terra que eles mermo era que dizia quanto valia. E podia receber e logo ir embora, viver em outro lugar com aquele dinheiro. A gente escoía onde ia comprar outra terra pra morar e, no dia combinado, tinha que sair sem saber nem pra onde. E as máquinas chegava para destruir tudo. Era o que eles falava.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?



Umbuzeiro: No passado nem precisava tanto, mais com essa mineração tivemos muitas lutas. A principal foi pela restauração da capelinha, que eles queria construir a barragem de rejeitos nesse lugar, e garantindo impedir a barragem aqui na Palestina.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Umbuzeiro Sim. Se não fosse aqueles movimentos, a coisa tava pior.



APÊNDICE G — ENTREVISTA 007

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Barriguda (Nome fictício)
Comunidade: Caldeirãozinho
Município: Paulistana, PI
Ano: 2020

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições existentes na comunidade? Religião e/ou demais manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?

Barriguda: Aqui a gente tem fé em nossas orações em casa mesmo com os vizinhos.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Barriguda: Aqui não.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?

Barriguda: Na região aqui por perto tem muitas ainda.



Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Barriguda: Não sei direito não.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros?

Barriguda: Aqui num tem é nada.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os elementos naturais existentes na comunidade? Rio, riacho, córrego, nascentes d'água, cavernas, pedras, outros minerais, locais que você considera como sagrado?

Barriguda: Aqui tem os riachos, as cacimbas, as terras boas, as roças.

Antonio Eusébio de Sousa: Hoje, quantas famílias vive na comunidade?

Barriguda: Acho que é 16, só se a gente contar.

Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? Na pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Barriguda: As pessoas trabalha na roça, cria os animais, vende, mata pra comer e vender.

Antonio Eusébio de Sousa: Como são aproveitados os elementos da natureza? Plantas nativas, a água, os minérios, o solo, o mel...? Existe alguma forma de aproveitamento?

Barriguda: As terras pra plantar, tem essas hortas também. Se tiver água aqui a gente faz tudo.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva ou negativa na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?

Barriguda: Aqui mudou muito. As coisas era mais difícil.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum projeto grande vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade de forma positiva ou negativa?

Barriguda: Tem e grande. Essa ferrovia e é agora é pra chegar a mineração logo aqui do lado.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Barriguda: A empresa chegou aqui no Caldeirãozinho querendo ser dona de tudo. Se nós fosse mole, ele tinha ficado mermo. As primeiras vez, quando eles chegava com tom de ameaça de dono de tudo, achava que nós não sabia de nada. No começo, a gente ficava pensando o que fazer. A pressão era tão grandes que muitos não sabia nem o que fazer. Mais eles diziam que tinha que fazer essa ferrovia, para carregar os minério da região. Foi tanta pressão que meu esposo já não aqueitava mais. E um dia ele ficou doente. E nós levamos ele para o hospital em Paulistana. Só que nesse dia eles não tinha passado por aqui. Fazia até uns dia, as coisa tava quieta. Eles não passava aqui. Alguns dias até cheguei a imaginar que não foi eles que provocou esse doença nele. Mas eu só acho que foi, porque, quando ele tava no hospital, toda ligação que essa Carnaúba [nome fictício], minha fia, recebia ligação, ele queria saber de quem



era. E ela dizia. E nós não sabia. E ele perguntava: “É o povo da ferrovia?”. E ela dizia que não. Só que teve uma hora que Carnaúba estava agoniada. Aí ele escutou e descobriu que era eles. E, a partir dessa hora, ele piorou de um tanto que não teve mais jeito e morreu.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Barriguda: As lutas sempre teve por aqui, nos tempo de seca, mas o pior foi essa mineração e, com as pressão pra nós vender a terra e, esse sofrimento que passei com a doença e a morte de meu esposo só cresceu. E um dia, Sabiá [nome fictício], que mora no Juá, bem aqui do lado, onde eles quer tirar o minério, encontrou Dom Plinio na missa e disse que não tinha mais o que fazer. Ele disse que ia resolver. Nós já tava na luta, mais sem saber como fazer. Aí esse Dom Plinio deu muita força pra nós e depois chegou o pessoal da CPT. Eusébio estava com nós em todos os momentos. A luta foi grande, mais vencemos. Não foi como nós queria. Mais se não fosse a luta, ou nós já tinha morrido ou tinha ido embora daqui, porque era essa o que eles dizia. Comprar a terra, derrubar a casa e a gente ir morar nôto lugar, sem nem saber se dinheiro dava para comprar. E o que não tem dinheiro que pague meu lugar, O que eu posso dizer é que se a Transnordestina trouxe todos esses problemas, imagine a mineração que é bem maior. E ela não tá longe daqui não. Daqui para entrada do Juá é bem pertinho. E que se nós aceitar, só vamo sofrer. Por isso, vamo continuar lutando como a transnordestina. Eles fizeram, mais não ficou como eles queriam: que era tirar nós daqui. Do mesmo jeito é com a mineração. Nós não vamos deixar ela vir.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Barriguda: Nem me fala, com certeza.



APÊNDICE H — ENTREVISTA 008

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Faveleira (Nome fictício)
Comunidade: Lagoa do Ovo
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Faveleira: Eles chegaram sem procurar ninguém para explicar sobre o projeto, querendo logo comprar as terras, expulsar as famílias e iniciar suas ações. Deixou todo mundo preocupado. Eu não falo apenas em meu nome, mas em nome de mais de cem famílias que vivem nessa situação de preocupação e desespero, de não saber o que vai ser do amanhã. Eu vou vender minha terra, mas como é que eu vou recomendar? Tenho preocupação com as pessoas idosas, que têm mais dificuldade de readaptação. Minha mãe, por exemplo, tem mais de 60 anos e eu vejo essa preocupação no rosto dela, essas incertezas do amanhã.

Nasci e cresci aqui, onde moro até hoje. Lagoa do Ovo, indo no sentido ao morro que existe próximo à casa de minha mãe, é também, conforme documentos, denominados de Morro do Massapê, local que junto com Manga Velha concentra um dos maiores projetos para ser explorado na região. Aqui ao lado está a casa da minha mãe. Essa propriedade no documento é conhecida como Morro do Massapê.



Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a empresa chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Faveleira: A gente já tinha um nível de organização local, porém, em meio ao estranho que é esse projeto, a gente estava sem saber por onde começar as lutas e resistência. E a CPT chegou aqui justamente quando a gente estava muito vulnerável. Nesse período, a empresa nos pressionava para vender nossa terra, torturando emocionalmente, querendo que a gente vendesse nossa terra a preço irrisório, sem levar em conta nada que construímos, sobretudo, nossas origens, nossos sentimentos. Enfim, aqui é nossa vida, não podemos perder. Aqui é a origem de nossa, de tudo. Foram construídos os sentimentos. Por isso, perder nossa terra é perder nossas vidas.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Faveleira: Com certeza. Como falei, a gente já tinha desenvolvido lutas em diferentes períodos, sempre era necessário, só que com essa empresa de mineração foi preciso unir força com as outras comunidades e com os trabalhos da CPT. Fortaleceu nossa luta, teve as ações da igreja, principalmente de Dom Plínio e alguns padres. Se não fosse a luta, acho que já tinha destruído tudo aqui.

Antonio Eusébio de Sousa: Como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Faveleira: O projeto, desde aquele período das grandes lutas, continua parado. Não vejo ninguém da empresa por aqui, mas a gente deve continuar lutando. Retornar as atividades presenciais, saber das outras pessoas como está em cada comunidade e também da CPT, como estão as coisas lá fora. Eles não estão aqui, mas ninguém sabe o que está sendo planejado. Por isso, está vigilante é fundamental.



APÊNDICE I — ENTREVISTA 009

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Mandacaru (Nome fictício)
Comunidade: Manga Velha
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Mandacaru: Como falei da outra vez, Eusébio, eles chegaram primeiro dizendo que era pra fazer estudo. Quer dizer, eles não falava nada. Quando a gente via eles na roça, entravam sem pedir permissão. Quando perguntava, eles falava que era pra estudo, mas a verdade veio mesmo quando eles vieram com tudo em 2012 pra comprar terra, fazer furos, enfim, foçar a gente sair de qualquer jeito.

Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a empresa chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Mandacaru: Com a chegada dessa empresa, nossa luta tem aumentado por medo de perder o que temos, porque se ela for mesmo executada, rapaz, vai acabar com tudo e vamos ter que ir embora. Não tenho vontade de sair daqui até porque é um direito fundamental da pessoa. Aqui estão nossos sentimentos, nossas origens, tudo que construímos. E não podemos perder o mais



valioso: o Morro da Manga Velha. Em cima desse morro tem uma cruz, onde todos os anos o pessoal da região faz peregrinação, uma romaria. Nossa região é construída por nossa família. Todos moramos aqui. Temos um laço familiar e sentimental, fora tudo que construímos. Vivemos bem aqui. Temos nossas casas, nossa terra, bastante animais, água, vegetação, plantação. Aqui falta pouca coisa, o que é possível ir buscando. Por isso, nossa luta é única: permanecer aqui. Não existe uma segunda opção.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Mandacaru: Com certeza. São eles lutas que tem garantido nós permanecer aqui. Vamos ficar por toda vida se Deus quiser.

Antonio Eusébio de Sousa: Como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Mandacaru: O projeto está parado, eles dizendo que não tem mais interesse. Claro, desde aquelas lutas que forçava eles passar informações e tudo, eles foram se afastando. Nesses dias, eles vieram trabalhar no mesmo furo que fizeram naquele tempo, mas não disseram nada. É naquele lugar no Morro da Cruz e, também, fizeram no ponto de sondagem perto da casa da mãe de Fabiana. Eu acredito que eles não voltam, mas sei lá. Temos que se reunir, estudar, pesquisar mais informações, porque eles não podem voltar pra mais não.



APÊNDICE J — ENTREVISTA 010

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Jurema Preta (Nome fictício)
Comunidade: Caititu
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais foram os primeiros habitantes da comunidade? E quando chegaram e de onde vieram?

Jurema Preta: Acho que, por ser muito nova, não tenho muitos conhecimentos sobre os primeiros habitantes.

Antonio Eusébio de Sousa: Quando os habitantes que atualmente compõe a gênese da comunidade chegaram, o que encontraram na comunidade?

Jurema Preta: Os mais velhos falam que aqui era uma região que não era habitada. Por isso, existiam muitas caça, por exemplo, o Caititu, que é o animal que nem sei se ainda existe em algum lugar e aqui tinha muito, por isso que a comunidade tem esse nome.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições que existiram ou existem na comunidade? Religião ou manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?



Jurema Preta: Festejo da padroeira da comunidade Nossa Senhora das Graças. Existem os encontros de formação na comunidade fora da mesma, bem como mobilização e ocupação em outros locais.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Jurema Preta: Na região existe, mais aqui na comunidade é menos.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?

Jurema Preta: As parteiras e curandeiras apenas registram suas práticas do passado, mais não utilizam mais.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Jurema Preta: A capela e o salão comunitário. Tem também o campo de futebol.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros?

Jurema Preta: Escola de educação infantil e de 1º ao 5º ano e Ônibus escolar do projeto caminho para a escola para levar os maiores para estudar na cidade. A parte de saúde é atendida na cidade ou no Baixio dos Belos, mas tem a Agente Comunitária de Saúde que faz acompanhamento a gestante e as crianças, idosos e pessoas com dificuldade. Sempre atualiza os dados cadastrais da família, contribui na orientação quanto aos programas sociais, busca identificar os problemas de saúde e faz o encaminhamento aos demais profissionais de saúde.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os elementos naturais existentes na comunidade? Rio, riacho, córrego, nascentes d'água, cavernas, pedras, outros minerais, locais que você considera como sagrado?

Jurema Preta: Riacho, a vegetação, enfim, de tantas coisas.

Antonio Eusébio de Sousa: Hoje, quantas famílias vive na comunidade?

Jurema Preta: Atualmente, são 41 famílias.

Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? E na pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Jurema Preta: Existem as práticas de produção, comercialização e cuidado com o meio ambiente. Produz milho, feijão verduras, legumes e carne (caprinos e aves). Ocorre uma variação do período devido às longas estiagens, ou seja, passa grande parte do ano sem chover, mais existem também os quintais produtivos.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva ou negativa na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?



Jurema Preta: Primeiro, o reconhecimento como comunidade quilombola, que foi muito bom e é um direito né. E os projetos que temos como as cisternas para o consumo; que todas as famílias tem ainda as cisternas para a produção em algumas casas, os projetos, como Agroamigo, PRONAF.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum grande projeto vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade de forma positiva ou negativa?

Jurema Preta: Sim, o projeto de mineração.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Jurema Preta: Aqui no Caititu foi de surpresa, ninguém soube de nada. Se esse projeto acontecer, as famílias vai ser atingida mais que as do local que será extraídas os minérios. Dentro da comunidade não será extraído minérios, mais daqui até os locais de extração é pertinho. Como você pode ver, aquele morro logo ali é chamado Morro do Massapê. E é onde se tem a maior quantidade de minério de ferro para ser explorado. Por isso, nós vamos ser atingidos mais que os outros. Como nosso território não será extraído minério, nós também não teremos direito à nenhuma indenização da terra. Ainda que quisesse sair, não tinha dinheiro para comprar terra em outro local.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Jurema Preta: A principal luta é para manter no território. Não queremos sair mesmo. Por isso, nossa luta contra a mineração eu considero, de início, vitoriosa. As primeira visita que eles fiziam aqui não se identifica quando ia entrar. Logo, a gente ia atrás querendo saber quem era e logo com gesto de intimidação. Quando a gente chegava perto, tirava foto do carro bem de perto ou foto deles mesmo. Eles corriam com medo de denúncia. A segunda coisa foi estar vigilante. Quando a gente percebia que vinha chegando carro, a gente impedia que eles entrasse. Foi depois do encontro de formação da CPT e vários encontros com a coordenação das comunidades quilombolas em 2013, período mais tenso, decidimos agir.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Jurema Preta: Sim, e foram muitas lutas. E em 2014, a Fundação Palmares e a coordenação das comunidades quilombolas, junto à nossa luta e resistência, acabamos recebendo um documento da justiça dizendo que não é permitido pesquisa e extração de minério em nossa comunidade. A luta agora é para não acontecer nas comunidades vizinhas. Porque se acontecer, vamos ser atingidos quase do mesmo jeito porque daqui para os locais de extração de minérios é perto e, também, perto das estradas que vai pra Ferrovia Transnordestina.



APÊNDICE K — ENTREVISTA 011

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Carnaúba (Nome fictício)
Comunidade: Caldeirãozinho
Município: Paulistana, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto, no caso aqui, a Ferrovia Transnordestina na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Carnaúba: A Ferrovia chegou aqui foi com tudo. Aqui o sofrimento foi grande, mais considero que vencemos. Eles ameaçavam de todas as formas. Disse que se a gente não saísse, eles iam tirar à força. Era melhor a gente vender por um preço que eles estava dando, que se não a polícia chegava a qualquer hora e a gente ia sair e perder era tudo. Eu não tinha medo não. Acreditava muito em Deus e a terra era nossa e tinha o documento. Acho que eles não podia fazer isso. Tudo começou dizendo que a gente precisava sair. Que a ferrovia ia passar mesmo no meio da sala. E eu dizia: “Aqui vocês não passa não”. Mas aí veio a doença de meu pai. E depois faleceu. Minha vizinha ficou doente também. E mãinha triste também.

Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a ferrovia chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?



Carnaúba: Aí nós fomos buscar ajuda. Nisso, além de nós, já tinha muita gente resistindo também. Nossa dificuldade era saber como unir todo esse povo para lutar, nossa companheira Sabiá da localidade Juá e outras. Logo, fui ver que o povo lutando e resistindo contra essa ferrovia era muitos. E logo chega a mineração, que era outro problema maior. Como toda vida a gente é da comunidade, da Igreja, um dia nossa companheira Sabiá procurou logo foi o bispo. Aí a coisa melhorou. Apareceu gente para nos ajudar. Veio Dom Plínio, a CPT toda. Aí os sofrimento continuou, mais apareceu gente para ajudar nós. Mais tem outros que acreditavam na empresa. E era contra nós. Mais muita gente preocupada com o que podia acontecer. Os problemas era as roças, as passagens para as roça, os barreiros, as casas.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Carnaúba: Ajudou muito. Eu sei que perdemos muitas coisa, mais, com a luta, ganhamos muito. A passagem das roças eles não ia fazer. Aí um dia a companheira Sabiá chegou e disse: “Não vamos deixar eles trabalhar até que eles façam nossa passagem”. Juntamos nós todos na frente dessa ferrovia, tomamos café, almoçamos e só saímos quando garantimos a nossa passagem das casas para as roças e para outro lugar dos animais beber. Outra foi nossa casa que eles disseram que ia desmanchar. Eles só entraram quando fizeram nossa casa nova dentro da mesma propriedade, só afastada da ferrovia, outra cisterna. Enfim, não foi do jeito que gente queria, mais fizeram a casa, a cisterna. Nunca desmancharam a outra. Só não pode morar porque é do lado da ferrovia, mais podemos ir lá guardar as coisas, abrir as portas. Graças a Deus, nossa luta e o apoio da CPT de Dom Plínio e de muita gente estamos viva. Não perdemos tudo e estamos morando na mesma localidade Mais foi muito difícil. Tinha medo de algum morrer qualquer hora. Estamos bem, mas foi difícil. A casa não saiu igual o que a gente queria, mas, sem luta, nós não tinha ganhado era nada e ainda tinha perdido o que tinha. Teve os advogados que ajudou muito também. Agora é lutar para a mineração não acontecer, porque ela é pior que a Transnordestina

Antonio Eusébio de Sousa: Como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Carnaúba: A ferrovia tá aí parada. Depois que essa ferrovia foi feita, os problema maiores, foi a destruição de cisterna, barreiro, açudes, as pastagens, dividiu as propriedades, problema de saúde mental e até mermo morte, danificação nas casas. Tem casa aí com rachadura. E as indenização foram só em parte. Anda é longe de pagar os prejuízo. E o projeto de mineração acho que tá parado, mais, agora que acabou mais os problemas da pandemia a gente deve começar se reunir pra ver como estar as coisas e nunca deixar essa mineração vir.



APÊNDICE L — ENTREVISTA 012

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Xiquexique (Nome fictício)
Comunidade: Baixio dos Belos
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os principais costumes e tradições que existiram ou existem na comunidade? Religião ou manifestações religiosas? E quais as principais formas de atuações?

Xiquexique: Festejo do padroeiro, as festas da comunidade, os bares, não existem muita coisa.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem outras manifestações culturais, como reisado, festa de São João e outras devoções?

Xiquexique: Tem, mais em outros lugar da região. Como é todo perto, acaba tendo.

Antonio Eusébio de Sousa: E os saberes populares, existiram ou ainda existem? Como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, os chás e o uso da natureza para alimento e medicina alternativa?

Xiquexique: Essas prática é muito comum na região. Não existia outras alternativas. Hoje, a saúde já está avançada, mais às vezes ainda precisa.



Antonio Eusébio de Sousa: Quais os espaços culturais ou religiosos existentes na comunidade?

Xiquexique: Possuem a igreja católica, quadra esportiva, pequenos comércios e salão comunitário.

Antonio Eusébio de Sousa: Existem espaços públicos na comunidade? Escola, posto de saúde, centro de lazer e outros?

Xiquexique: No Baixio dos Belos possui ruas calçadas e escolas que oferecem o ensino completo. Há ainda uma Unidade Básica de Saúde, que oferece o atendimento hospitalar às demandas mais básicas da comunidade.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais os elementos naturais existentes na comunidade? Rio, riacho, córrego, nascentes d'água, cavernas, pedras, outros minerais, locais que você considera como sagrado?

Xiquexique: Riacho, vegetação, nessa parte de água ainda é uma região carente.

Antonio Eusébio de Sousa: Hoje, quantas famílias vive na comunidade?

Xiquexique: Formada por 22 famílias, essa comunidade forma o maior povoado da região. As residências todas ligadas umas nas outras. É também nesse espaço onde se concentram o lugar de resolver as necessidades básicas das demais comunidades da região.

Antonio Eusébio de Sousa: Como vive economicamente essas pessoas? Na agricultura, o que planta e de que forma? Na pecuária (tipo de animais), hortas, quintais produtivos...?

Xiquexique: A renda econômica principal é a agricultura mermo e a criação de animais de pequeno porte criados soltos. As plantações são feitas nas propriedades ligadas ao povoado.

Antonio Eusébio de Sousa: O que alterou de forma positiva negativa na vida da comunidade, por exemplo, nos anos 1970, 1980, 1990 e nos últimos 10 a 20 anos?

Xiquexique: Sim, o povoado cresceu muito e tem tudo hoje.

Antonio Eusébio de Sousa: Existe algum grande projeto vindo de fora que alterou ou pode alterar a vida da comunidade de forma positiva ou negativa?

Xiquexique: Tem o projeto de mineração e a energia eólica e a Ferrovia Transnordestina que tudo fica perto.

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada dos projetos de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Xiquexique: No começo, o povo achou muito bom. Ia gerar emprego, mais até agora o que a gente vê é só os problemas.

Antonio Eusébio de Sousa: Quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Xiquexique: Acho que tudo começou com o trabalho das CEBs. Depois, tem a associação onde sempre acontecem reuniões para se discutir e encaminhar documentos, mais tem aqueles que



não participa. Essas pessoas acreditam no progresso prometido pela empresa mineradora. Isso prejudica muito as lutas realizado pelas demais famílias.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Xiquexique: Sim, trouxe muitas coisas boas e é muito bom retomar os trabalhos, mesmo no período de pandemia. Manter os cuidados direitinho dar tudo certo. Enquanto nós ficar parado, as empresas continuam agindo.



APÊNDICE M — ENTREVISTA 013

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Macambira (Nome fictício)
Comunidade: Manga Velha
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Macambira: Chegou querendo comprar terra de todo mundo, prometendo que ia gerar emprego, foi tudo enganação. Uns, acreditando, vendero as terras e depois vei o sofrimento, correndo o risco da gente ter que ir embora daqui. Isso foi no ano de 2012 e 2013, período bem pior.

Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a empresa chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Macambira: Foi muita luta, começou por nós mesma, depois veio a igreja e a CPT e muita gente. Até começou diminuir as ameaças. Aqui detrás tem esse Morro da Cruz, a gente tudo preocupado. Por isso, devemos a união de muita gente, os momentos de luta com mais gente na região foram aqui na Manga Velha.



Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Macambira: Sim, e muito. O projeto já tá com uns quatro anos suspenso, mais a gente fica observando o que pode acontecer. Fiquei sabendo de reunião deles com o prefeito, mais o que eles diz pra nós que não tem mais interesse em continuar aqui, mais a gente não sabe. Eu sei que, depois desses movimentos grandes com tanta luta, eles começaram a se fastar.

Antonio Eusébio de Sousa: como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Macambira: Num devemos ficar parado porque a empresa está aí agindo. Essa semana eles chegaram e tão aí trabaiando, como vocês podem ver. Não sei o que eles estão fazendo porque aquele lugar é de meu tio. Como ele, naquele tempo, deixou eles pesquisar nas terras dele e nós era contra, ele não fala nada pra gente quando eles chegam. Só que a gente precisa tomar cuidado e lutar e agir para que não aconteça. O certo é que são furos do jeito dos primeiro, sempre do lado dos que já existia.



APÊNDICE N — ENTREVISTA 014

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Caroá (Nome fictício)
Comunidade: Palestina
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Caroá: Chegaro aqui dizendo que ia comprar as terras e nós dizia que não queria vender. Eles viero outro dia e ameaçou: se não vender, eles ia trazer a puliça e botar nós pra fora. Foi muito sofrimento, mais não aceitamos, lutamos e tamo aqui.

Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a empresa chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Caroá: Foi muitas luta aqui e notros lugar com mais gente. A gente participou das lutas aqui em Paulistana, em outros lugar, foi unindo a mais gente nas audiência e, muita vez, eles nem deixava nós falar. Acho que você não tava naquela audiência, Eusébio, que aconteceu lá em Paulistana. Primeiro, eles deram um papel para a gente escrever pergunta. Só que nós queria era falar para dizer o que a gente queria e eles nem deixava. Só que depois, eles até deixaro. Só que, na hora que ia falar, eles desligava o microfone, aí ninguém ouvia nada. Agora, na de



Curral Novo, sim. Todo mundo que quis falar eles deixaram e ficava anotando o que a gente dizia.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Caroá: Sim, aqui foi muita luta, mais acho que vencemos porque esse povo sumiro daqui. E teve gente daqui, há poucos dias, quando passou um deles aqui e oferecero terra pra vender, e eles nem quiseram comprar mais.

Antonio Eusébio de Sousa: Como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Caroá: Bom, como eu disse, parece está parado. É muito bom a gente voltar de novo à luta daquele jeito que era feito naqueles tempo dos conflito. As coisa tá parada. Eles num vem aqui, quer dizer, na mia casa, mais nas dos outro também nunca vi falar. Disse que até aquela mulher daqui da comunidade que você conhece, Eusébio, queria vender um pedaço da terra dela. E eles nem quer mais comprar terra aqui. Mais num sei. Qualquer hora pode aparecer de novo.



APÊNDICE O — ENTREVISTA 015

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Aroeira (Nome fictício)
Comunidade: Lagoa do Ovo
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Aroeira: É como já venho falando, eles chegaram aqui para comprar as terras em 2012. Eles não queria ouvir ninguém, era o que eles dizia e pronto. Mas, com as lutas, as coisas começaram a mudar.

Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a empresa chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Aroeira: Costumo dizer que esse projeto de mineração é por fase. Primeiro veio a fase de ilusão. Foi quando a empresa chegou aqui, prometeu tudo, mas logo ocorreu tudo ao contrário. Nesse período, o povo ficou curioso, uns acreditando, mas muito duvidando, muitas incertezas. A segunda é a fase da desilusão. A gente viu como vai ser a exploração. Surge aí também as pressões. E a terceira fase é a fase da informação, da luta, da resistência, do protagonismo.



Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Aroeira: A gente busca conhecer mais nossos direitos, intensifica as lutas e, com o apoio da CPT, surge os intercâmbios com outras regiões também atingidas por projetos de mineração. Eu mesma participei de dois: um em São Raimundo Nonato, no Piauí, que está em fase semelhante à nossa, e em Açailândia, no Maranhão, que o projeto já existe há muito tempo e trouxe graves problemas às famílias. Enfim, destruiu aquelas comunidades.

Antonio Eusébio de Sousa: Como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Aroeira: Como falei, ele está parado. Faz mais de quatro anos que não foi realizado nenhuma ação pela empresa, mas acho que devemos voltar a reunir, pesquisar mais o que a empresa pode estar fazendo internamente.



APÊNDICE P — ENTREVISTA 016

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Coroa de Frade (Nome fictício)
Comunidade: Alvação
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Coroa de Frade: Aqui em Alvação, no início da chegada da empresa Bemisa, naquele tempo dos conflitos nas outras comunidade, aqui foi muito tranquilo. Eles prometia emprego, inclusive para meu filho, só que não cumpriu. No mais, era muito tranquilo.

Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a empresa chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Coroa de Frade: Mesmo naquele tempo, eles dizendo que aqui não tinha extração de minério, eu nunca deixei de lutar junto com as outra, até porque a ferrovia passa aqui pertinho e os carros tudo vai passar por aqui e vai trazer muitos problemas. Por isso que desde o início que eu estou participando junto com as outras comunidades em todos os momentos. Nunca faltei em nada até porque a Igreja não pode ficar longe do povo. E eu conheço a realidade de perto por ser da Igreja. Teve audiência, protesto, reunião e eu estou sempre junto.



Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Coroa de Frade: Contribuiu muito. Eu mesmo sei que sem essas lutas o projeto já tinha começado. Basta reparar como foi no início antes do povo se reunir e como ficou depois. Eu sei que um projeto desse é difícil, mais não sei no que vai dar, mais que mudou muita coisa depois das lutas mudou.

Antonio Eusébio de Sousa: Como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Coroa de Frade: Mudou muito. Tá parado, mais precisa a gente se reunir para manter a força junto. E eu e minha família estamos aqui para o que precisar.



APÊNDICE Q — ENTREVISTA 017

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Imburana de Cheiro (Nome fictício)
Comunidade: Caititu
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Imburana de Cheiro: De vez enquanto a gente via a entrada de carro disocinado entrando aqui naquele mermo tempo que tava a história dessa empresa de mineração nessa região de Curral Novo. Eu até tinha pensado de fazer alguma coisa. Aí um dia eu perguntei à Maria Rosalina da coordenação estadual das comunidades quilombolas. Ele disse: “Boa ideia da comunidade. Num dêxa eles entrar mermo porque depois num tem mais jeito”.

Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a empresa chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?

Imburana de Cheiro: A luta começou por nós mesmo da comunidade. Foi quando nós tivemos a ideia de seguir os carros. Na hora que eles entrava, nós ia atrás. E onde eles parava, nós chegava pra tirar foto da placa do carro. Até deles mesmo. Aí eles ficava com medo e ia logo embora sem fazer o trabalho. Nisso, eles não conseguia fazer as pesquisas. Mais acho que eles



está conversando com o povo aí. Mais nós estamos aqui. No dia que eles voltarem, nós vamos fazer do mesmo jeito.

Depois teve várias lutas grandes, junto com as comunidades da região.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positivas com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Imburana de Cheiro: Contribuiu tanto que nós conseguimos até o documento garantindo que eles não pode implantar projeto de mineração aqui na comunidade quilombola. A gente já sabia, mais com o documento fica mais seguro.

Antonio Eusébio de Sousa: Como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Imburana de Cheiro: Olha, acho que hoje tá tudo parado porque aqui eles não pode mesmo, mais nas outras também tá parado. Até porque, se acontecer nas outras, vai ser ruim pra nós também.



APÊNDICE R — ENTREVISTA 018

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: Angico (Nome fictício)
Comunidade: Alvação
Município: Curral Novo do Piauí, PI
Ano: 2021

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Como foi a chegada do projeto de mineração na comunidade? Quando? Como os funcionários se apresentavam?

Angico: Então, acabei sabendo de como foi que aconteceu o contato deles in nossa propriedade. Foi duas vez. Já foi agora em junho desse ano [2021]. Meu pai comentou: “Eles chegaro, parou o carro e entram sem dizer nada a ninguém, quer dizer, sem pedir permissão a ninguém. E aí eles vai abrindo varedas”. E meu pai disse que eles ficava olhando tudo qui tinha, o chão, as pedras, enfim, tudo que tinha perto e por a frente. Depois que meu pai contou, eu vi que eles vai sinalizando os locais. Acredito que são os lugar próprio para fazer a sondagem, mais não tem falado nada para os donos. Nunca dissero qual era a empresa. Eles não andam com crachá nem uniforme de empresa. Parece que eles aproveita o momento que não tem ninguém ou só gente mais idosa que não entende bem. O povo aqui é o povo muito acolhedor. Então, eles aproveitam disso.

Antonio Eusébio de Sousa: Em meio a forma que a empresa chegou à comunidade, quais as principais lutas, organizações, ou seja, as diferentes formas de resistência existente ou desenvolvidas na comunidade?



Angico: A luta é pra eles não entrar na comunidade. De minha parte, já disse a ele: não é para aceitar, é pra chamar eu ou Maria porque eles tem que dizer o que tá fazendo. Vamo dizer quais são nossos direito e até ameaçar que vamos denunciar eles. Aqui tem umas pedras. Eu queria que você visse, Eusébio. É muito bonita. É até de turista. Eles num pode acabar com isso não. E o pior é que vai ser do jeito das outras comunidades do Curral Novo com aquele sofrimento que você conhece.

Antonio Eusébio de Sousa: Você acredita que as lutas e resistência contribuiu de forma positiva com as conquistas da comunidade? Ou dificultou?

Angico: Sim, como você sabe, aqui em Alvação nunca teve pesquisa. Até naquele tempo dos conflitos, aqui não apareceu ninguém, mais não vamo deixar eles entrar. Foi a luta que fez eles não continuar naquelas comunidades do Curral Novo.

Antonio Eusébio de Sousa: Como você avalia que o projeto está atualmente? Você acredita que deve retornar as lutas de maneira presencial após esse período de restrições provocado pela pandemia da Covid-19?

Angico: Aqui tá começando, mais devemos voltar às lutas logo.



APÊNDICE S — ENTREVISTA 019

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Campus de Presidentes Prudente)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP
Título da pesquisa: *A defesa da vida pela apropriação do território: resistência do campesinato à exploração mineral capitalista no semiárido piauiense*
Pesquisador: Antonio Eusébio de Sousa
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Participante de pesquisa: João Evangelista (Joãozinho)
Comunidade: Teresina, PI
Ano: 2022

ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNIDADES QUILOMBOLAS)

Antonio Eusébio de Sousa: Em que ano surgiram os primeiros projetos de convivência com o semiárido e quem foram os idealizadores?

João Evangelista: Os primeiros projetos surgiram em 2001. Começaram com a ação de ONGs a partir de iniciativas pontuais da ASA. Inicia com um projeto, foram quase inteiramente apoiadas por financiamento internacional. Ainda em 2001, o projeto contou também com apoio governamental, vinculado a dois órgãos: o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

Como forma de gerenciamento dos projetos, a ASA, junto com as organizações do semiárido que a compõem, criou a Associação do Programa 1 Milhão de Cisterna (AP1MC).

Antonio Eusébio de Sousa: Quais foram as primeiras experiências de projetos de convivência com o semiárido realizadas e como aconteciam essas experiências?

João Evangelista: A primeira experiência de convivência com o semiárido foi desenvolvido por meio do programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Incluiu a mobilização e a forma como as cisternas foram construídas, desde a recepção do projeto até o momento formativo com a família e a



construção. A maior parte das cisternas foi construída com placas de cimento pelos pedreiros da comunidade, gerando renda para a família e região.

Antonio Eusébio de Sousa: Gostaria que você citasse as diversas experiências e tecnologias de convivências com o semiárido que você considera que foram bem-sucedidas?

João Evangelista: Vou listar 10 experiências que a ASA comprova que são viáveis para o semiárido:

- 1) cisterna de 16 mil litros: são reservatórios montados perto da residência para armazenar a água da chuva que cai do telhado. A captura da água ocorre por meio de uma estrutura construída com calhas de zinco e canos de PVC. Esse tipo de cisterna pode ser construído com placas de cimento, anéis de concreto, tela e cimento. Serve para captação de água da chuva para o consumo humano (beber, cozinhar e outras atividades domésticas);
- 2) cisterna de 52 mil litros adaptada para a roça: é um reservatório de água construídos com placas de cimento que ficam enterrados. Para captar a água, é preciso fazer canaletas de alvenaria no chão para levar a água da chuva para dentro da cisterna. Serve para armazenar a água da chuva para a produção, principalmente em áreas no entorno da casa, como os quintais produtivos;
- 3) cisterna de 52 mil litros com calçadão: essa é uma tecnologia que acumula água igual à cisterna adaptada para a roça. A diferença é que a captação da água é feita através de um calçadão de cimento com tamanho de até 220 metros quadrados. O objetivo é o mesmo: captar água para a produção;
- 4) barragem subterrânea: é uma construção em área de baixio e em leitos de riachos. A água armazenada dentro da terra abastece o poço e pode ser utilizada em pequenas irrigações. Nesse caso, as famílias pode produzir durante o ano inteiro, mesmo no período que não chove;
- 5) barragem sucessiva: é uma parede construída com argamassa, concreto e pedra para ligar de um lado a outro as margens de rios e riachos a fim de represar a água que será utilizada durante o período seco do ano. A profundidade varia, dependendo do local onde será construída a barragem. A altura pode atingir até 5 metros. O rio pode ser perenizado, permitindo aumentar o nível da água. Serve para a irrigação, dependendo do lugar, até para produção em grande quantidade;
- 6) barreiro com trincheira de lona: é um buraco com 44 metros de comprimento e 2 metros de largura de boca, 2 metros de profundidade e 1 metro de largura no fundo. Deve ser construído em terrenos planos e profundos. A água represada pelo barreiro pode ser utilizada tanto para afazeres domésticos, quanto para pequenas irrigações;
- 7) barraginha: conhecida também como barreiro, a barraginha é um açude pequeno construído em terrenos desgastados pela erosão provocada pela água da chuva;
- 8) caldeirão ou tanque de pedra: é comum encontrar onde existem lajedos, que funcionam como área de captação de água da chuva;
- 9) poços rasos: são poços escavados em terrenos de baixio, devendo ser arenosos, com pouco barro e poucos seixos. Pode ser perfurado mais de um poço, onde podem ser instaladas bombas manuais, elétricas para bombear a água, que pode ser utilizada para abastecer caixas d'água elevadas para ser utilizada também para irrigação;
- 10) Bomba Popular (BAP): é um equipamento manual instalado em cima de poços tubulares inativos que podem ter profundidade de até 80 metros.

Para aprofundar mais e escrever com mais detalhes cada experiências, as tecnologias utilizadas e para que serve cada uma delas, vou te passar um caderno que foi construído pela ASA em 2012. Nesse caderno contém todas essas experiências que relatei.



Outra experiência, além dessas que citei, são os bancos de sementes. Essas práticas tem por objetivo garantir sementes para os associados a fim de evitar problemas ou atraso no plantio por falta de sementes. Essa estratégia tem ainda o intuito de organizar os trabalhadores e a conservação das sementes nativas. Cada estado utiliza um nome para a prática da experiência com as sementes, o Estado do Piauí é a semente da fartura.

Antonio Eusébio de Sousa: Nos municípios de Paulistana, Simões e Curral Novo do Piauí, com maior incidência no último citado, os quais estão localizados no semiárido, foi realizado pesquisa para a instalação de um grande projeto para extração de minério de ferro, denominado de Projeto Planalto Piauí, isso influenciou nas experiências dos projetos de convivência com o semiárido que estavam sendo realizadas na região?

João Evangelista: Nessa região de Curral Novo, O P1MC, com a cisterna de 16 mil litros para consumo humano, foi a única experiência a abranger todos os domicílios. 100% das famílias receberam cisternas. Outras experiências iniciaram, mas não tiveram continuidade, o que se deve a dois fatores: o primeiro refere-se às ações da empresa mineradora que se intensificaram a partir do ano de 2013 e às ações do governo estadual se voltaram a atenção e apoio ao projeto; o segundo aspecto trata da mudança política no governo federal a partir de 2016, que reduziu quase totalmente as atividades dos projetos de convivência com o semiárido. Os projetos foram suspensos nos anos posteriores.

Antonio Eusébio de Sousa: Os projetos de convivência com o semiárido apresentaram alguma fragilidade ou desafio na sua execução ou continuidade?

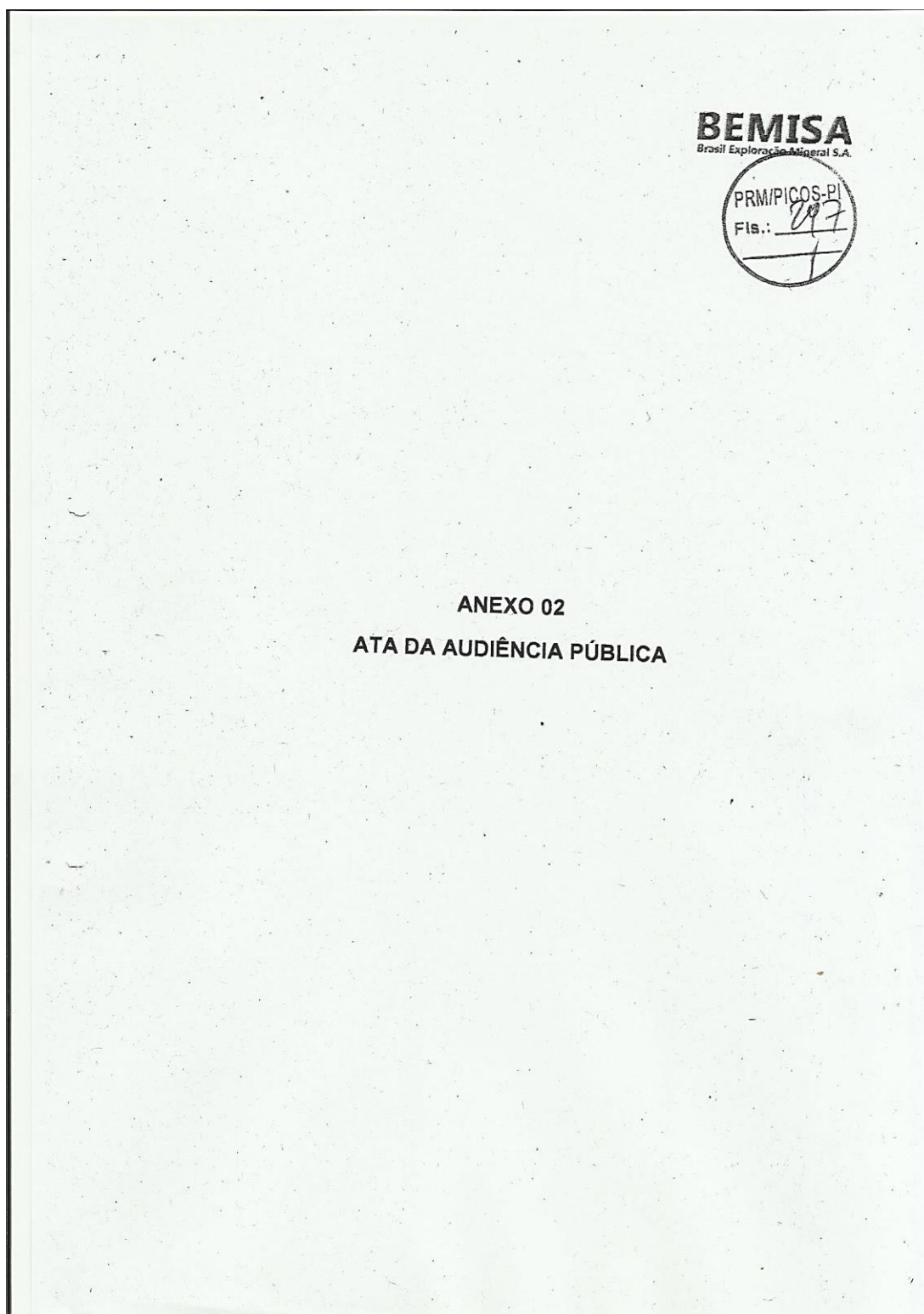
João Evangelista: Sim, porque em alguns casos, as entidades concentraram esforços em ações mais técnicas e deixaram de trabalhar no nível político, o que resultou em ações sem sustentabilidade política. Outra deu-se de forma geral. Os projeto, embora na sua maioria executado por ONG e empreendido pelo governo, e bem-sucedido, ainda precisa ser traduzido em política de Estado, pois a mudança de governo culminou com o fim das ações do projeto. Começou no governo Temer em que as ações foram reduzidas totalmente e, no governo Bolsonaro, foram todas extintas. É verdade que existem aquelas ações que são realizadas com recursos de ONG ou empresas, mas trata-se de projetos localizados.





ANEXOS

ANEXO A — ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA AO EMPREENDIMENTO
“LAVRA A CEU ABERTO COM TRATAMENTO A UMIDO - MINERIO DE
FERRO PROJETO - PLANALTO PIAUÍ”, NO MUNICÍPIO DE PAULISTANA
- PI, EM 18/04/2012**

Fis.: _____

No dia 18 de abril de 2012, às 10:00 horas, no município de Paulistana, na AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil, foi realizada a Audiência Pública concernente ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Planalto Piauí da MT4 Participações e Empreendimentos S.A, empresa do Grupo Bemisa (“Bemisa”), promovida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (“SEMAR”). A mesa diretora foi presidida pelo Sr. Dalton Macambira, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí; também compuseram a mesa diretora o senhor Carlos Antonio Moura Fé, Superintendente do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí; o senhor Luis Coelho, Prefeito de Paulistana; o senhor Edilberto Abdias, Prefeito de Simões; o senhor Erisvaldo Gomes Oliveira, Prefeito de Curral Novo; a Deputada Estadual Liziê Coelho; o senhor Washington Rydz Rebouças Santana, diretor de exploração da Bemisa, o Senhor José Augusto Tourinho Dantas Junior, Diretor Administrativo e de Recursos Humanos da Bemisa, e o senhor Mario Machado Junior, representante da empresa de consultoria ambiental Geoklock Consultoria e Engenharia Ltda..

A Audiência Pública foi aberta pelo Secretario de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí, senhor Dalton Macambira, que deu boas vindas a todos os presentes, e brevemente explicou aos presentes o objetivo da Audiência Publica, e falou da importância da participação de todos os presentes nesse processo, e que a mesma serve para esclarecer todas as dúvidas da população acerca do Projeto Planalto Piauí. Em seguida, explicou as regras da Audiência Publica, qual a ordem e o tempo de apresentação da Bemisa e da Geoklock e que ao final será aberta a palavra a todos os participantes para esclarecimento das duvidas. Serão distribuídos papeis para que as pessoas possam escrever suas perguntas ou fazer a pergunta oralmente, se preferirem. Ao final perguntou se todos os presentes haviam entendido as regras da Audiência Publica, tendo resposta positiva dos participantes. Passou a palavra para o Prefeito de Paulistana, que saudou a todos os presentes e aos componentes da mesa diretora, e reiterou a importância da Audiência Publica, assim como explanou sobre a importância da mineração no desenvolvimento dos Municípios e Estados, e de todos os benefícios que a mineração traz para as comunidades. Ao final, falou da importância do Projeto Planalto Piauí para os Municípios e do desenvolvimento que o mesmo trará para todos e que a Bemisa tem o apoio da Prefeitura de Paulistana. Foi passada a palavra para o Prefeito de Simões, senhor, Edilberto Abdias, que saudou a todos e reiterou as palavras do Prefeito de Paulistana e falou da necessidade do apoio das comunidades para que o progresso possa chegar as nossas Cidades, e que a mineração gera empregos diretos e indiretos trazendo condição de vida melhor para toda a população. O Prefeito de Curral Novo ratificou as palavras dos demais Prefeitos. Na sequência, foi passada a palavra para a deputada estadual, senhora Liziê Coelho, que saudou a todos os presentes, e fez um breve histórico sobre a mineração no país e da importância da mineração na cidade

de Paulistana e demais Municípios e que é fundamental o desenvolvimento sustentável dessa atividade, tendo finalizado registrando as ações que já foram realizadas pela Assembleia Legislativa, assim como as que serão adotadas objetivando a preservação e gestão do meio ambiente e que não devemos ter medo do progresso e que existem mecanismos de preservação ambiental.

Após os pronunciamentos dos representantes da mesa diretora, esta foi parcialmente desfeita, sendo recomposta pelos representantes da Bemisa e da Geoklock Consultoria e Engenharia LTDA., para as apresentações.

Na sequência, o representante da Bemisa, senhor Washington Rydz Rebouças Santana, deu início à apresentação do Projeto Planalto Piauí e declarou grande contentamento com a ampla participação popular no evento e se disse muito otimista com as perspectivas que o Projeto trará para todos os presentes. Após isso, explicou a todos os presentes que inicialmente a empresa Bemisa ainda não pode iniciar as diversas ações para dar início ao Projeto Planalto Piauí, em virtude de não possuir a Licença Prévia. Em função disso, o processo de negociação de terra, contratação de pessoas e outros correlatos ainda não foram realizados na magnitude e celeridade que tanto a empresa como a população do município esperam que ocorra. Dando continuidade a sua explanação, o senhor Washington focalizou as seguintes questões: todos os Projetos e organograma funcional da estrutura do grupo Bemisa; explanou a sua vivência na área de mineração; a história e empresas do grupo Bemisa; demonstrou os aspectos econômicos do grupo Bemisa; explicou o empreendimento, o histórico e demonstrou a localização do projeto; apresentou as inúmeras atividades sociais que já estão em desenvolvimento pela Bemisa nas áreas do Projeto Planalto Piauí, reiterando o compromisso com a Responsabilidade Social que pauta a atuação das empresas do grupo; o processo de extração e produção que será implantado pela Bemisa; o volume de investimento na ordem de R\$ 3 bilhões de reais, a vida útil do Projeto e a previsão de produção de minério de ferro por ano, em torno de 15 milhões de toneladas por ano; são previstos aproximadamente 900 empregos diretos durante as obras com geração de INSS para as prefeituras envolvidas; reiterou os empregos decorrentes do efeito-renda do empreendimento, estipulando que para cada emprego permanente são criados de 3 a 4 novos empregos na economia dos municípios, o que eleva a geração de empregos para aproximadamente 3.000 trabalhadores; pretende contratar o maior número possível de pessoas da região para trabalhar no empreendimento, implementando um programa de capacitação de mão de obra; e em vista desse objetivo, a Bemisa irá articular com os órgãos governamentais no Estado do Piauí (SESC, Escolas Técnicas, SENAI, etc.) para a implementação de cursos profissionalizantes na região, sendo este um forte compromisso da empresa; mencionou a magnitude dos impostos que o Projeto Planalto Piauí irá gerar para cada instância da administração pública (municipal, estadual e federal); explanou sobre o processo de negociação de terras que está sendo oportunamente realizado com os moradores das áreas abrangidas pelo Projeto Planalto Piauí, tendo frisado que a Bemisa já contratou empresa especializada para negociar a questão dos terrenos com cada proprietário, sendo que cada caso será negociado individualmente, e serão levados em consideração todos os aspectos envolvidos em cada situação e que não

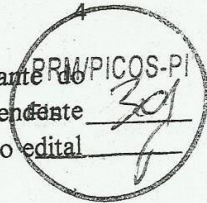
haverá, em hipótese alguma, expulsão de qualquer proprietário de terreno. Tudo será discutido e negociado entre as Partes, de forma justa, transparente e que atenda aos anseios de todos; informou que com relação a água, a questão, de suma importância para a população, vai ser discutida com o Poder Público ao longo de todo processo de licenciamento ambiental, frisando ainda que a Bemisa adotará medidas socioambientais e todas essas questões serão amplamente discutidas com o Poder Público, uma vez que é ele quem detém a competência exclusiva para tratar da questão. A empresa sabe que essa é uma questão prioritária e por essa razão está discutindo amplamente com o Poder Público alternativas para mitigar esse problema. Para finalizar, o diretor Washington Rydz assumiu perante aos presentes o compromisso da seriedade, da transparência, da Responsabilidade Social, da Sustentabilidade Ambiental e da saúde e segurança de todas as pessoas envolvidas. Finalizando a apresentação, a Bemisa mostrou um vídeo institucional do Grupo referente ao Projeto Planalto Piauí.

Após a fala do senhor Washington Rydz, foi passada a palavra para o representante da Geoklock, empresa de consultoria ambiental responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental, que então apresentou o Estudo de Impacto Ambiental – EIA relativo ao Projeto Planalto Piauí. A apresentação da Geoklock foi aberta com a explanação de Mario Machado Junior, que versou sobre a metodologia que norteia o desenvolvimento do estudo, a composição da equipe do EIA e os aspectos relativos à inserção local e às características técnicas do Projeto Planalto Piauí. Após isso, se demonstrou as fases do projeto Planalto Piauí explanando os diversos aspectos que as constituem, demonstrando os impactos sobre o clima, a atmosfera e os recursos hídricos, informando à população sobre esses impactos e as medidas que deverão ser tomadas para mitigá-las. Dando continuidade, demonstrou os impactos sobre as rochas, relevo e solos, bem como as medidas que serão tomadas para mitigá-los; em seguida, o senhor Mario Machado Junior demonstrou as tipologias de vegetação que serão impactadas pelo Projeto Planalto Piauí e os percentuais dessas tipologias impactadas pelo Projeto; também informou aos presentes sobre os estudos sobre a flora e fauna, apresentando a situação atual, os impactos sobre as mesmas e as medidas que serão adotadas para mitigar esses impactos.

Dando continuidade à sua explanação, o representante da Geoklock informou aos presentes sobre os aspectos econômicos e culturais dos municípios da área de influência do empreendimento, apresentando os impactos relativos a esse tema e as medidas que serão adotadas para mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos. E finalizando a apresentação, informou sobre os aspectos sociais das comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento e os principais impactos que estas vivenciarão, bem como as medidas para potencializar os impactos positivos e minimizar os negativos; e, por fim, realizou uma explicação do nível de vida que atualmente vigora nos municípios estudados e também se demonstrou os impactos e as medidas que serão adotadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas inseridas na área de influência do Projeto Planalto Piauí. Com o término da palestra do representante da Geoklock, a mesa foi recomposta parcialmente, e o Presidente da Mesa perguntou se havia a presença de algum representante do Ministério Público, diante da ausência, fez



constar em ata que apesar do convite formalmente formulado, o representante do Ministério Público não pode comparecer a esta Audiência Pública. O Superintendente da SEMAR fez a leitura do Regulamento da Audiência Pública, informado que o edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do dia 20 de março de 2012.



Em seguida, o Presidente da mesa deu início a etapa das perguntas da população e as respostas dos responsáveis pelo Projeto Planalto Piauí, tendo proposto, e tendo sido aceito pelos presentes, que as perguntas fossem feitas e respondidas em blocos de 5 a 10 perguntas. Após respondidas todas as perguntas dos participantes recebidas pela mesa, o Presidente da mesa informou que tem ainda 5 dias para qualquer interessado enviar manifestação para a SEMAR e por fim perguntou aos presentes se havia mais alguma pergunta ou esclarecimento a ser feito, e diante da negativa dos participantes, deu por encerrada a Audiência Pública, às 14:35 horas.

Presidente de Mesa – Dalton Macambira

Superintendente SEMAR – Antonio Carlos Moura Fé

Prefeito de Paulistana – Luis Coelho

Prefeito de Simões – Edilberto Abdias

Prefeito de Curral Novo – Erisvaldo Gomes Oliveira

Deputada Estadual Liziê Coelho

Bemisa Brasil Exploração Mineral S.A

Geoklock Consultoria e Engenharia Ltda.



ANEXO B — NOTA DE REPÚDIO AOS GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO



NOTA DE REPÚDIO AOS GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO NO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA

Nas últimas semanas circulou pelas redes sociais e também através de um portal jornalístico local, notícias fazendo apologia sobre atividades mineradoras, em especial de uma empresa que pretende se instalar na região de São Raimundo Nonato e nos municípios vizinhos de Dirceu Arcoverde, São Lourenço, Bonfim do Piauí e Fartura do Piauí.

A matéria veiculada no portal, que não é assinada por ninguém, busca através de argumentos frágeis e que não se sustentam diante de uma rápida pesquisa, convencer aos leitores de que “a mineração colabora para o desenvolvimento da região da Serra da Capivara”.

A primeira análise a ser feita sobre essa matéria é questionar por qual motivo, uma pessoa que defende a ideia de que a mineração gera desenvolvimento, se esconde por trás do anonimato? Por acaso não acredita realmente no que diz ou, diante da já manifestada insatisfação das comunidades que serão diretamente atingidas caso esse empreendimento saia do papel, preferiu esconder? Em audiência pública realizada em 9 de dezembro de 2019, os moradores do Quilombo Lagoas e áreas adjacentes foram enfáticos ao demarcarem posicionamento contrário ao empreendimento sobre seu território. Importante lembrar que a referida audiência pública ocorreu mesmo após recomendações da sua suspensão, emitida pelo Ministério Público Federal no Piauí — MPF-PI, devido, entre outros fatores, a falta da consulta prévia nas comunidades afetadas, uma dívida de 10 anos da empresa com o território, que implica em infração da legislação. Por esta razão, as comunidades só aceitaram a audiência como sendo de caráter meramente informativo, sem efeito jurídico.

A matéria inicia afirmando que “a prática da mineração vem colaborando de forma significativa para o desenvolvimento da região da Serra da Capivara”, querendo passar uma falsa informação de que a região colhe algum fruto dessa atividade, o que não é real. Ao consultarmos o sistema de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais — CFEM, no site da Agência Nacional de Mineração — ANM,



observamos que desde o ano de 2004, quando os dados são disponibilizados, do total de 18 municípios que integram o território de desenvolvimento da Serra da Capivara apenas 09 deles receberam algum valor referente à compensação financeira. Em 16 anos, esses 09 municípios arrecadaram juntos um total de R\$ 213.974,16

O município que mais arrecadou foi Caracol que, em 2015, recebeu o valor de R\$64.106,18 pela exploração de fosfato. Com exceção desse repasse, não há registro de nenhum outro realizado entre 2004 a 2020 para esse município. Se pegarmos esse dado e fizermos uma média aritmética, é como se ao longo de 16 anos o município de Caracol tivesse recebido um valor anual de R\$ 4.006, 63 (quatro mil e seis reais e sessenta e três centavos) por ano, o que daria um repasse mensal de aprox. R\$ 333,89 ao mês, ao longo de 16 anos.

Já o que arrecadou menos foi Anísio de Abreu, que em 16 anos recebeu R\$ 301,30 referente a CFEM pela extração de argila, sendo R\$108,1 em 2018, R\$34,28 em 2019 e 158,92 em 2020. Outro exemplo, o município de Capitão Gervásio Oliveira, onde desde a década de 1970 teve início as pesquisas para a extração de Níquel, recebeu em 2017 a quantia de R\$ 3.322,10 (três mil trezentos e vinte e dois reais e dez centavos) referente à compensação por extração de níquel, não constando nenhum outro repasse de 2004 a 2020. Nove municípios do território Serra da Capivara não arrecadaram CFEM de 2004 até o presente. Como esses dados mostram, a mineração não vem colaborando com o desenvolvimento econômico da região, diferentemente do que a matéria publicada no portal busca convencer.

A nota afirma ainda que “algumas empresas de mineração têm se instalado na região da Serra da Capivara, o que é significativamente importante para o desenvolvimento da região, pois além de gerar emprego e renda, reflete positivamente na qualidade de vida dos cidadãos”. Trata-se de outra afirmação que não condiz com a realidade. Quem escreveu a nota parece não ter dedicado tempo a leitura do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da empresa que defende. No RIMA da empresa SRN Mineração, consta que na fase do planejamento a empresa emprega(rá) 06 pessoas, que na fase de implantação a demanda será de 28 pessoas e que, quando estiver em operação, a demanda será de um número de apenas 34 empregados. Esse baixo número de empregos diretos gerados pelo empreendimento nos leva a outras indagações: nas áreas atingidas pela mineração quantas famílias vivem de atividades como apicultura, criação de caprinos, entre outras? De que maneira a mineração irá impactar no modo de produção e na qualidade de vida das famílias atingidas?

Quanto a questão da “melhoria da qualidade de vida dos cidadãos”, as experiências de conflitos entre comunidades e empresas na área do semiárido nos permite discordar dessa afirmação. Quem conhece de perto ou já ouviu relatos a respeito da mineração de fosfato no município de Campo Alegre de Lourdes, na divisa entre Bahia e Piauí, sabe dos sérios problemas enfrentados pela comunidade de Angico dos Dias, devido, entre outros impactos, à poeira causada pela mineradora e ao trânsito de veículos pesados. O exemplo concreto do município de Campo Alegre de Lourdes, nosso vizinho de fronteira, mostra que se trata de um mito afirmar que uma região se desenvolve a partir da instalação de uma empresa mineradora. Outros casos, ocorridos em outras partes do país e amplamente noticiados pela imprensa nacional dão conta de diversos impactos sociais e ambientais causados pela atividade mineradora, como, por exemplo, os crimes ocorridos em Minas Gerais pela *Samarco*, em Mariana (2015) e pela *Vale*, em Brumadinho (2019); da *Hydro Alunorte* em Barcarena, Pará (2018). Vários outros podem ser mencionados pelo país, em diversas proporções. No Piauí, há o impacto da contaminação do Rio Poti por rejeitos da mineração de ferro, realizada pela mineradora *Globest Participações Ltda.*, localizada em Quiterianópolis, no Ceará, onde fica localizada a nascente desse importante rio.

Por fim, a nota apresenta o argumento de que os municípios onde se instalam empresas mineradoras passam por uma melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal —



IDHM. Observados os valores que os municípios impactados têm recebido através da CFEM e os componentes do IDHM como *educação, longevidade e renda*, percebe-se que os mesmos não têm sido devidamente subsidiados por projetos dessa natureza, haja visto os exemplos de impactos negativos acima citados. Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o parco crescimento do Piauí nos últimos 07 anos, manteve o Estado em 24ª colocação na classificação do IDHM entre os Estados Brasileiros de 2010 a 2017, mesmo com todos os incentivos a grandes projetos econômicos. Estes projetos dilaceram o Estado do ponto de vista ambiental, praticam deliberadamente relações precarizadas de trabalho inviabilizando a dignidade de renda, não melhoram a qualidade das instituições educacionais do Piauí, fragmentam as comunidades e municípios pelos sérios impactos em saúde pública, provocam a desterritorialização e desaculturação, logo comprometendo a qualidade e a expectativa de vida das populações impactadas. Portanto, ao contrário do que afirmam, esses projetos desintegram os componentes do IDHM. O mesmo atlas demonstra que, em 2019, o Brasil caiu cinco posições no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, de 79ª para a 84ª colocação, apesar dos generosos incentivos aos grandes projetos econômicos, especialmente os de mineração.

Diante deste contexto, o **Movimento pela Soberania Popular na Mineração — MAM**, a **Associação Territorial do Quilombo Lagoas** e a **Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato**, denunciam a brincadeira de mau gosto e a pretensão teimosa e desprovida de responsabilidade das empresas, do Governodo Estado do Piauí e Gestões Municipais, que desconsideram o modo de vida das comunidades impactadas, deixando-as, abandonadas ao sobressalto, a incerteza e ao medo pela total desinformação oficial e transparente em relação ao impacto previsto e o destino das mesmas. Isso exala, para nós, um mau cheiro de genocídio étnico-cultural a médio e longo prazo. Toda essa drástica realidade depõe contra a teimosia dos governos em classificar a destruição ambiental, precarização das relações de trabalho, desenraizamento étnico, histórico, cultural e fragmentação de identidades territoriais como sendo *o desenvolvimento*. Essa atitude vem se mostrando potencialmente destruidora das garantias de vida e dignidade das populações tradicionais, da agricultura familiar, quilombolas e indígenas, em vez de lhes garantir políticas públicas efetivas e eficazes que lhes devolvam tudo o que lhes foi negado e roubado pelo Estado Brasileiro desde sua ancestralidade.

São Raimundo Nonato, março de 2021.

Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM
Associação Territorial do Quilombo Lagoas
Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato

